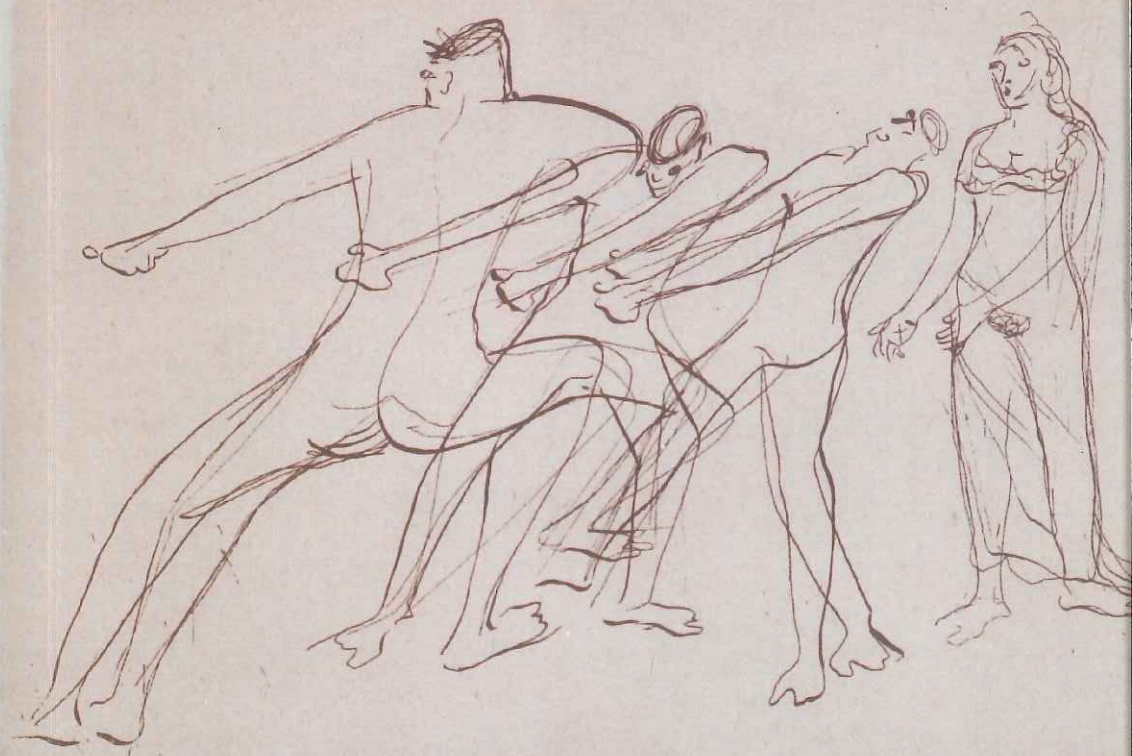


Atendimento a homens autores de violência
contra as mulheres:
experiências latino americanas



ORGANIZADORES

Maria Juracy Filgueiras Toneli

Mara Coelho de Souza Lago

Adriano Beiras

Danilo de Assis Climaco

ISBN 9788560501052

Apoio:
CNPq
SPM
PPGP/UFSC
RHEG



Imagem da capa:

Clovis Graciano

“BRIGA” - 1971

Água-forte, impressão

em cores sobre papel

19,5 x 26.

Acêrvo do Museu de Arte de

Santa Catarina

Clovis Graciano nasceu em Araras, SP, em 1907 e faleceu em 1988, na cidade de São Paulo. Em 1949 obteve o prêmio de viagem ao exterior pelo Salão Nacional de Belas Artes, quando cursou, em Paris, técnicas de murais e painéis. Em São Paulo, Clovis Graciano fez parte do Grupo Santa Helena, e é reconhecido pela personalidade de suas obras fortes e concisas.

Agradecemos ao Projeto Graciano, que está catalogando a obra do artista, a permissão para utilização da imagem de “Briga”. Estendemos nosso reconhecimento ao Museu de Arte de Santa Catarina por nos possibilitar o uso da obra de Graciano, parte de seu acervo, para ilustrar a capa dessa coletânea.

<http://www.projeto-graciano.com.br/>

Maria Juracy Filgueiras Toneli

(juracy@cfh.ufsc.br)

Psicóloga, Mestre em Educação, Doutora em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pela USP. Docente do Programa de Pós-graduação em Psicologia/UFSC; Pesquisadora do CNPq. Co-coordenadora do Núcleo de Pesquisa MARGENS.

Mara Coelho de Souza Lago

(maralago7@gmail.com)

Pedagoga, Mestre em Antropologia, Doutora em Psicologia da Educação - UNICAMP/SP. Professora Titular do Departamento de Psicologia da UFSC, atua nos Programa de Pós-Graduação em Psicologia e Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFSC. Co-coordenadora do Núcleo de Pesquisa MARGENS e do Instituto de Estudos de Gênero - IEG/UFSC.

Adriano Beiras

(adrianobe@gmail.com)

Psicólogo, Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Doutorando em Psicologia Social pela Universidade Autônoma de Barcelona (UAB), Espanha, com Bolsa de Estudos da Agência Espanhola de Cooperación Internacional para el Desarrollo (AECID). Becas MAE-AECID. Pesquisador do Grupo VIPAT - Violencia en la Pareja y en el Trabajo - UAB e MARGENS - Modos de Vida, Família e Relações de Gênero, do Departamento de Psicologia da UFSC.

Danilo de Assis Clímaco

(daniloclímaco@yahoo.com.br)

Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina. Graduado em Antropologia pela Universidade de Brasília. Desenvolve pesquisas e práticas docentes dentro de áreas abertas pelo feminismo e pelos estudos anticoloniais.

Adriano Beiras * Carlos Eduardo Zuma
Christian Eloy Guzmán Mazuelos * Danilo de Assis Clímaco
Edgar Rinaudo * Edmundo Perez
Emma Lucía García * Manuel Alejandro Fuentes Pangtay
Mara Coelho de Souza Lago * Marco Antonio Moreno Garcia
Maria Eduarda Ramos * Maria Juracy Fílgueiras Toneli
Marta Inés Lucioni * Miguel Ángel Ramos Padilla
Oswaldo Montoya * Regina Ingrid Bragagnolo
Roberto Octavio Garda Salas * Suzana Almeida Araújo
Xavier Muñoz

Programa de Pós Graduação
em Psicologia/UFSC



Secretaria Especial de
Políticas para as Mulheres

MARIA JURACY FILGUEIRAS TONELI
MARA COELHO DE SOUZA LAGO
ADRIANO BEIRAS
DANILO DE ASSIS CLÍMACO

**ATENDIMENTO A HOMENS AUTORES DE
VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES:
EXPERIÊNCIAS LATINO AMERICANAS**

Ilha de Santa Catarina
2010

© 2010, Maria Juracy Filgueiras Toneli, Mara Coelho de Souza Lago, Adriano Beiras, Danilo de Assis Clímaco.

Organização

Maria Juracy Filgueiras Toneli, Mara Coelho de Souza Lago, Adriano Beiras, Danilo Assis Clímaco

Revisão

Jair Zandoná

Revisão do espanhol

Virginia Beatrice Benavides Avendaño

Capa

Marcela Xavier Machado e Rita Maria Xavier Machado

Edição

Rita Maria Xavier Machado

Catálogo na fonte elaborada na Biblioteca da
Universidade Federal de Santa Catarina

A864 Atendimento a homens autores de violência contra as mulheres:
experiências latino americanas. / Maria Juracy Filgueiras Toneli [et al.],
organizadores. — Florianópolis: UFSC/CFH/NUPPE, 2010.
p. 280

Texto em português e espanhol.
ISBN 9788560501052
Inclui bibliografia
1. Psicologia. 2. Masculinidades. 3. Violência de gênero. 4. Relações de
gênero. – Violência. I. Toneli, Maria Juracy Filgueiras; Lago, Mara Coelho de
Souza; Beiras, Adriano; Clímaco, Danilo de Assis. II. Título

CDU 159.922.1

UFSC/CFH/NUPPE
CAMPUS UNIVERSITÁRIO TRINDADE
88040-970 – FLORIANÓPOLIS, SC

SUMÁRIO

PREFÁCIO	7
PORQUE PESQUISAR SERVIÇOS DESTINADOS A HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES? [Maria Juracy Filgueiras Toneli, Adriano Beiras, Danilo de Assis Clímaco, Mara Coelho de Souza Lago]	11
ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA: LEI MARIA DA PENHA [Mara Coelho de Souza Lago, Maria Eduarda Ramos, Regina Ingrid Bragagnolo]	25
AS EXPERIÊNCIAS LATINOAMERICANAS DE PROGRAMAS DE ATENDIMENTOS A HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA	49
ENTREVISTAS	
CARLOS EDUARDO ZUMA – INSTITUTO NOOS, RIO DE JANEIRO, BRASIL [Adriano Beiras]	51
ROBERTO OCTAVIO GARDA SALAS – HOMBRES POR LA EQUIDAD, A. C. MÉXICO [Adriano Beiras]	63
MANUEL ALEJANDRO FUENTES PANGTAY, CUAUHTLI – SALUD Y GÉNERO, MÉXICO [Adriano Beiras]	85
MIGUEL ANGEL RAMOS PADILLA – PROGRAMA HOMBRES QUE RENUNCIAN A SU VIOLENCIA, PERU [Danilo Clímaco]	95

CHRISTIAN ELOY GUZMÁN MAZUELOS – EX-USUÁRIO DO PROGRAMA <i>HOMBRES QUE RENUNCIAN A SU VIOLENCIA</i> – LIMA, PERU [Danilo Clímaco]	133
CHRISTIAN ELOY GUZMÁN MAZUELOS – EX-USUÁRIO E ATUAL FACILITADOR DO PROGRAMA <i>HOMBRES QUE RENUNCIAN A SU VIOLENCIA</i> – LIMA, PERU [Danilo Clímaco]	141
MARTA INÉS LUCIONI – BUENOS AIRES, ARGENTINA [Suzana Almeida Araújo]	159
EMMA LUCÍA GARCÍA Y EDGAR RINAUDO – DIRECCIÓN DE VIOLENCIA FAMILIAR. MINISTERIO DE JUSTICIA. GOBIERNO DE LA PROVINCIA DE CÓRDOBA, ARGENTINA [Adriano Beiras]	169
EDMUNDO PEREZ RUIZ – PROGRAMA DO GOVERNO DE HONDURAS [Adriano Beiras]	177
MARCOS ANTONIO MORENO GARCIA – PROGRAMA DO GOVERNO DE HONDURAS [Adriano Beiras]	187
OSWALDO MONTROYA – SAVE THE CHILDREN – NICARAGUA [Adriano Beiras]	197
XAVIER MUÑOZ – ASOCIACIÓN DE HOMBRES CONTRA LA VIOLENCIA – NICARAGUA [Adriano Beiras]	211
SERVIÇOS LATINOAMERICANOS DE ATENDIMENTO A HOMENS AUTORES DE VIOLENCIA: LIMITES E POSSIBILIDADES [Mária Juracy Filgueiras Toneli, Adriano Beiras, Danilo Clímaco, Mara Coelho de Souza Lago]	229
SOBRE OS AUTORES	245

PREFÁCIO

BENEDITO MEDRADO¹

Foi com prazer que aceitei o convite para produzir a Apresentação deste livro, tanto pelo carinho e reconhecimento inscritos neste gesto por Juracy, Mara, Adriano e Danilo, como pela relevância acadêmica e política desta obra. Tornar públicas as experiências latino-americanas de programas de atendimentos a homens autores de violência certamente contribui ao debate atual sobre políticas públicas voltadas ao enfrentamento da violência contra a mulher no Brasil, especialmente no que se refere à necessidade e importância de incluir ações voltadas aos homens.

Há alguns anos, mais precisamente em 2003, produzi, em parceria em parceria com Jorge Lyra, um texto, a convite da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) do Governo Federal, para integrar o “Programa Nacional de Prevenção, Assistência e Combate à Violência Contra a Mulher”. Neste texto, enfatizamos que, para compreender e atuar no campo da violência de homens contra mulheres, a partir da perspectiva de gênero, é preciso incluir análises sobre os processos de socialização e sociabilidade masculinas e os significados de ser homem em nossas sociedades que promovem e alimentam as bases simbólicas da violência baseada em gênero. Como bem afirma Guita Debert e Maria Filomena Gregori (2008)²:

(...) ao tratar de posições de gênero é preciso considerar que, certamente, existem padrões legitimados socialmente importantes na definição de identidades e condutas. Contudo, é preciso ter em mente que eles devem ser vistos como construções, imagens, referências compostas e adotadas de modo bastante complexo, pouco linear e nada fixo. Pensar em termos relacionais implica também não reificar ou estabelecer como determinação as assimetrias baseadas nos marcadores de gênero (p.178).

De lá para cá muita coisa tem sido produzida,³ de modo a suprir a lacuna identificada no estado da arte produzido por Grossi, Minella e Losso,⁴ em que se destacava uma tendência emergente de estudos sobre homens autores de violência, sobretudo na área da saúde.

Ao longo desses anos, como resultado da intensa militância das instituições que integram a Rede de Homens pela Equidade de Gênero (Rheg), identificamos também um interesse crescente da gestão pública brasileira na implementação da Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), em sua plenitude, o que inclui também a instalação de Serviços de Responsabilização para os assim chamados *agressores*. Hoje, esses serviços integram os equipamentos institucionais recomendados pela SPM como parte do Programa de Enfrentamento à Violência contra a Mulher.

Vale a pena ressaltar que compreendemos a Lei Maria da Penha como uma tecnologia de governo da vida, importante na sociedade brasileira que inaugura novos regimes de verdade (mais justos, assim esperamos!) sobre violência de gênero, especialmente aquela que acontece entre duas pessoas que, em princípio, uniram-se por “laços de afeto” e sob a égide do amor romântico. Referimo-nos aqui à chamada violência conjugal que, a nosso ver, foi a mais diretamente transformada no processo de legitimação pública dessa Lei.

Antes da Lei Maria da Penha, a violência conjugal era tratada como crime de menor potencial ofensivo, a partir da aplicação da Lei 9.099, que previa penas brandas, tais como o pagamento de cesta básica ou prestação de serviços comunitários. Depois dela, a violência contra a mulher passa a ser reconhecida mais claramente como violação de direitos humanos; um problema complexo que exige medidas de proteção, de prevenção (em sentido amplo), mas também de “re-educação”.

Neste sentido, as idéias, argumentos, conceitos e estratégias de atenção aos homens autores de violência apresentados aqui, na forma de entrevistas, certamente nos ajudam na definição das diretrizes que devem orientar a institucionalização de um serviço desta natureza que, do nosso ponto de vista, deve estar baseado nos princípios éticos, conceituais e políticos que têm orientado o atual debate sobre direitos humanos e sobre a reforma em saúde mental.

Não podemos retroceder em nossa leitura crítica sobre violência de gênero que nos permitiu romper com a ordem material e simbólica que inscrevia e prescrevia a violência contra a mulher nas clausuras da esfera privada. Precisamos, inclusi-

ve, estarmos alertas para ameaças eminentes sob a forma de questionamento da importância e necessidade da Lei Maria da Penha. Ao mesmo tempo, não podemos apostar todas nossas fichas no encarceramento ou nos mágicos processos de ressocialização. Precisamos avançar no sentido de construir estratégias mais criativas e éticas de modo a gerar uma transformação profunda nas nossas práticas e instituições. Aqui, certamente, temos vários fios de Ariadne que podem nos conduzir nesses difíceis labirintos.

NOTAS

¹ Doutor em Psicologia Social e Professor do Programa de Pós-graduação em Psicologia da UFPE; Coordenador do Núcleo de Pesquisas em Gênero e Masculinidades (Gema/UFPE) e da Rede de Homens pela Equidade de Gênero (Rheg), que desenvolve no Brasil a Campanha do Laço Branco: Homens pelo fim da violência contra a mulher. Um dos fundadores do Instituto PAPAI.

² DEBERT, Guita G; GREGORI, Maria Filomena. Violência e gênero: novas propostas, velhos dilemas. *Revista brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 23, n. 66, 2008.

³ Alguns exemplos de pesquisas recentes: BRASILINO, Jullyane Chagas Barboza - Masculinidades no Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher: performances em cena. 2010. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal de Pernambuco; LEANDRO, Edélvio Leonardo - De agressor a dependente: Produção de sentidos sobre violência de gênero entre profissionais e usuários de Centros de Atenção Psicossocial. 2009. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal de Pernambuco; MOURA, Maria de Jesus. Produção de sentidos sobre violência racial no atendimento psicológico a mulheres que denunciam violência de gênero. 2009. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal de Pernambuco. SILVEIRA, Paloma Silva. Conjugalidade e afetividade nas narrativas de homens denunciados por violência conjugal. 2009. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal de Pernambuco; PELEGRINI, Tais Barcellos de - A (des)atenção aos homens autores de violência: estudo etnográfico sobre um serviço de assistência às vítimas de violência de gênero. 2009. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos; CORDEIRO, Anna Renata Pinto de Lemos. Entre punição, prevenção e assistência: repertórios e jogos de posicionamento de profissionais sobre homens na rede de atenção à violência de gênero.. 2008; GRANJA, Edna Mirtes dos Santos. Entre crimes e castigos: Matriz de (im)possibilidades na atenção integral aos homens autores de violência de gênero.. 2008. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal de Pernambuco; LIMA, Maria Lúcia Chaves. Homens no cenário da Lei Maria da Penha: entre (des)naturalizações, punições e subversões. 2008. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal do Pará.

⁴ GROSSI, M. P.; MINELLA, L. S.; LOSSO, J. C. M. *Gênero e Violência: pesquisas acadêmicas (1975-2005)*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2006.

POR QUE PESQUISAR SERVIÇOS DESTINADOS A HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES?

MARIA JURACY FILGUEIRAS TONELI, ADRIANO BEIRAS, DANILO DE ASSIS CLÍMACO,
MARA COELHO DE SOUZA LAGO

As entrevistas que compõem o presente livro têm sua origem no projeto de pesquisa intitulado “Violência Sexual e Saúde Mental: análise dos programas de atendimento a homens autores de violência sexual”¹, que investigou programas/ serviços que atendem homens autores de violência contra mulheres em seis países da América Latina (Brasil, Argentina, Peru, México, Nicarágua e Honduras). A ideia original era a de centrar a busca aos serviços focados na violência sexual, o que não se concretizou em função da inexistência destes, na época, no que diz respeito ao foco na atenção aos “agressores”. A escolha pelos países latinos (exceto o Brasil) deveu-se ao fato, além da óbvia vizinhança geográfica e suas conseqüentes aproximações culturais e históricas, de que neles já existia uma tradição consolidada do trabalho voltado para os homens autores de violência, advinda de uma necessidade sentida e debatida dentro do próprio movimento feminista e das organizações de homens pela equidade de gênero. No Brasil, embora também se reconheça a gravidade da situação, apenas recentemente, com a aprovação da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006), conquistou-se legitimidade suficiente para que essa modalidade de atendimento seja prevista e, portanto, incentivada².

Em um movimento que se inicia na década de 80, o Brasil começou a implementar leis mais rígidas relacionadas à violência contra a mulher e a estruturar casas-abrigo e delegacias especializadas no atendimento de mulheres vítimas de

violência. Um dos intensos debates dessa área centrou-se na Lei dos Juizados Especiais Criminais (9.099/95), que julgava e processava infrações de “menor potencial ofensivo”, nas quais a violência contra a mulher geralmente era enquadrada (excluindo homicídios e lesões corporais graves). A possibilidade dos homens autores de violência julgados pela Lei 9.099/95 terem sua pena de reclusão convertida em penas alternativas e, principalmente, a maneira como isso ocorria (geralmente, através do pagamento de cestas básicas), foi extremamente criticada pela maioria dos setores que lidavam com a violência contra a mulher. Como a legislação não especificava em nenhum lugar que tipo de pena alternativa devia ser indicada, e pôr se acreditar que a prisão não é a melhor solução para boa parte dos casos, o atendimento psicossocial desses homens passou a ser pensado como uma alternativa viável e positiva.

Recentemente esse cenário modificou-se legalmente com a Lei Nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, a chamada Lei Maria da Penha. Essa nova lei altera em muito o caráter da punição por ofensas de violência contra a mulher, violência sexual e admite uniões homoafetivas, reconhecidas como familiares em sua aplicação, na medida em que explicita que a violência doméstica sobre a qual incide independe da orientação sexual dos parceiros.

A lei também vem a afastar os Juizados Especiais, tão criticados nos últimos anos, e se volta a alguns problemas da legislação brasileira. Outro ponto a ser levantado é em relação à violência contra a mulher, uma vez que, segundo Lessa (2006, p. 8) a lei pretende

que o réu acusado da prática de qualquer crime resultante de violência doméstica e familiar contra a mulher, independente da pena cominada, seja julgado por tal infração penal e, na hipótese de condenação, seja-lhe aplicada uma pena que, ainda que venha a ser substituída por pena restritiva de direitos, possa, em caso de descumprimento injustificado, ser convertida em prisão, de modo que o apenado se sinta afligido com a sanção penal imposta e, deste modo, seja demovido da idéia de persistir na prática de infrações penais deste jaez.

O principal instrumento jurídico de proteção e combate à violência doméstica e familiar contra a mulher no Brasil atual, portanto, é a Lei Maria da Penha. O nome homenageia a cearense Maria da Penha Maia, vítima de duas tentativas de homicídio perpetradas pelo seu então marido, o professor de economia Marco Antonio Herredia Viveros, pai de suas duas filhas. Paraplégica em decorrência do primei-

ro ataque, ela lutou por quase 20 anos para colocá-lo na cadeia. Com a demora da Justiça brasileira, Maria da Penha recorreu à Comissão Interamericana dos Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) que, pela primeira vez, acatou denúncia de um crime de violência doméstica. Em 2001, a Comissão responsabilizou o Estado brasileiro por negligência, omissão e tolerância em relação à violência doméstica contra as mulheres.

Entre as principais mudanças introduzidas pela lei, está a definição da violência doméstica e familiar contra a mulher como qualquer ação ou omissão que cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico, bem como dano moral ou patrimonial. Ela prevê ainda atendimento policial especializado para as vítimas, em delegacias de Atendimento à Mulher (existentes no país desde a década de 1980), bem como a criação de Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher — uma mudança jurídica, já que, até então, como mencionado, esse tipo de crime era considerado de menor potencial ofensivo. As punições também ficaram mais severas, com o aumento do tempo máximo de prisão em caso de agressão doméstica, que passou de um para três anos.

Mesmo com os números oficiais alarmantes da violência no Brasil, sabe-se que há uma parcela significativa — que possivelmente corresponda à maior parte — dos casos que nunca é contabilizada nas estatísticas, constituindo uma cifra invisível sobre a qual não há informações. Esse fato se dá por uma série de aspectos, incluindo a falta de denúncias, falta de pessoal qualificado para a categorização dos crimes, sistemas de dados que não comportam as informações básicas ou mesmo que aceitam informes incompletos, dentre outros. Tudo isso contribui para a maneira distorcida e desconectada da realidade como aparecem os dados colhidos diretamente das Secretarias de Segurança Pública e de Saúde.

Segundo levantamentos do Banco Mundial (1997) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (1999), um em cada cinco dias de falta ao trabalho no mundo é causado pela violência sofrida pelas mulheres dentro de suas casas. A estimativa é de que o custo total da agressão doméstica oscile entre 1,6% e 2% do PIB de cada país. Dados da Organização Mundial de Saúde (OMS, 2005) revelaram que uma em cada seis mulheres no mundo sofre violência doméstica. Ainda segundo a pesquisa, até 60% dos casos envolvendo violência física foram cometidos por maridos ou companheiros.

De acordo com trabalho realizado em 1994, que reuniu dados de 35 estudos em 24 países, foi comprovada estatisticamente a alta incidência de violência de homens contra mulheres, sendo que a forma mais endêmica foi a violência sexual e física de companheiros íntimos (Dantas-Berger & Giffin, 2005). Esse trabalho revelou ainda que entre 20% (Colômbia) e 75% (Índia) das mulheres já foram vítimas de violência física e/ou sexual dos parceiros. Entre as mulheres que sofrem habitualmente com a violência do parceiro, 46% na Colômbia e 58% na Bolívia e Porto Rico declararam que já foram forçadas a fazer sexo contra sua vontade. No Brasil, desde os anos 80 alguns estudos vêm abordando a questão da violência doméstica e conjugal, sendo que grande parte dessas pesquisas foi influenciada pelo movimento das mulheres. A maior parte dos dados aponta para a maior ocorrência (ou visibilidade) das violências físicas, seguidas pelas violências psicológicas (ameaça, difamação, injúria), sendo que a violência sexual, sobretudo a praticada pelo parceiro, é pouco visibilizada (Dantas-Berger & Giffin, 2005, p. 419-420).

Em um estudo nacional sobre a violência doméstica e sexual realizado pela USP, baseado em 3.193 entrevistas com usuárias de 19 serviços de saúde, verificou-se que 40% das mulheres declararam ter sofrido violência física, tanto exclusiva como conjugada com a forma sexual, cometida por parceiros. 5% declararam casos exclusivos de violência sexual. Observa-se que esta ocorre, sobretudo, associada à violência física (Dantas-Berger & Giffin, 2005). No entanto, as autoras acreditam que o tema é ainda pouco estudado no Brasil, não existindo dados confiáveis. “O registro em boletins de ocorrência, ponto de partida para a investigação, é muito inferior ao número de agressões pelo fato de que muitas vítimas evitam a exposição pública e a constrangedora coleta de provas do crime” (Lopes *et al*, 2004, p. 112).

Ná literatura também pouco se encontra a respeito dos homens autores de violência sexual contra mulher, e menos ainda quando se trata de jovens. “São poucos os estudos acadêmicos, sobretudo na área da saúde coletiva, que trabalham com a violência sexual na perspectiva das relações de gênero” (Oliveira *et al.*, 2005, p. 378). Entre os encontrados está o de Abrahams *et al.* (2004), que procurou descrever a prevalência e os fatores de risco de agressão sexual de homens contra a parceira, aplicando um questionário com 1368 homens. Segundo os autores, o estudo confirmou a necessidade crítica de pesquisas sobre homem para um melhor entendimento desse importante problema de saúde pública.

Tratar a violência como uma questão de saúde pública é algo relativamente recente em nossa história. A Organização Mundial de Saúde define a violência como o uso intencional de força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência no desenvolvimento ou privação (Lima, 2004). De acordo com Ribeiro (2004), pode-se considerar violento aquilo que extrapola os limites de cada um, invadindo e desestruturando sua subjetividade. Quando se trata de violência doméstica, isso significa que essa invasão é vivenciada, muitas vezes, com alguém que tem um lugar de referência para aquele que sofre a situação, o que faz com que no desenrolar desse processo se misturem sentimentos contraditórios de amor e ódio.

Ribeiro (2004) explica que, na maioria dos casos de violência contra crianças e adolescentes, os pais ou responsáveis são os autores da agressão. Nesses casos, a rede familiar deve ser incluída no trabalho, pois a intervenção deve levar em conta o lugar que cada um ocupa dentro desse sistema. Nesse sentido, é importante que as pessoas envolvidas em situação de violência não sejam fixadas em lugares de “vítima” ou “agressor”, uma vez que assim se cria a chance para que a voz de cada sujeito seja ouvida, bem como os descolamentos e deslocamentos que essa postura pode proporcionar.

Nas últimas décadas o tema da violência tornou-se um vasto campo de estudos de diversas disciplinas, sendo abordado por diferentes vertentes analíticas. Araújo (2002) apresenta um conceito de violência elaborado por Chauí (1985) que a encara não como uma violação de normas, regras e leis, mas como a “conversão de uma diferença e de uma assimetria numa relação hierárquica de desigualdade, com fins de dominação, de exploração e opressão” e como “a ação que trata um ser humano não como sujeito, mas como coisa” (Chauí, 1985, p. 4).

Souza (2004) afirma que, embora o modelo hegemônico de masculinidade pautado nos valores patriarcais e machistas seja hoje tão amplamente criticado, além de conviver com outros modelos, ainda é forte a noção de que existe relação direta entre a masculinidade viril, a competição e a violência. Nessa mesma direção, Greig (2001, *apud* Souza, 2004) afirma que é preciso articular as discussões sobre masculinidade, gênero e violência, a fim de visualizar de forma mais concreta o papel e a responsabilidade dos homens no fim da violência baseada no gênero.

Faz-se necessário pensar o comportamento dos homens a partir de seus contextos de vida, focalizar o processo de socialização que produz conexões entre masculinidade e violência. Essa abordagem traz a participação da família e da cultura na produção de homens violentos e inclui questões sobre a violência estrutural de gênero, como uma construção social que determina uma relação desigual e opressiva entre as pessoas.

Partindo da hipótese da existência de uma relação entre adesão a modelos ideológicos patriarcais de família e gênero com o abuso físico, emocional e/ou sexual, Totten (2003) realizou uma pesquisa envolvendo 30 homens jovens com idades entre 13 e 17 anos em situação de marginalidade econômica, que praticavam violência contra namoradas e minorias étnicas e/ou sexuais. O autor verificou que a maioria dos agressores não reconhecia seus atos como danosos à suas namoradas, mas como medidas “educativas” ou “corretivas”, como que para o próprio bem da mulher. Suas masculinidades eram constantemente “colocadas à prova” nas atividades cotidianas, tendo sempre que provar sua heterossexualidade e seu lugar de poder enquanto homens. Esses jovens, em condições sociais precárias, possuíam poucas alternativas para construir suas masculinidades de outras formas que não envolvessem a violência e/ou o “controle” de suas namoradas.

Tais ideias reforçam a tese de Messerschmidt (2000), na qual associa a violência e o abuso sexual por parte de homens a situações de “desafios à masculinidade”, que, sem encontrar outra alternativa para constituir uma “identidade masculina”, o sujeito recorria a abusos como forma de se localizar como homem na sociedade. “*Masculinity challenges may motivate social action toward masculine resources that correct the subordinating social situation, and various forms of crime can be the result*” (Messerschmidt, 2000, p. 198-199).

Frente a esse quadro, há uma compreensão, como expressam Kronbauer e Meneghel (2005, p. 696), de que “para abordar a violência contra a mulher, faz-se necessário o entendimento de gênero como elemento constitutivo das relações sociais, baseadas nas diferenças entre os sexos e como modo primordial das relações de poder”. Nessa ordem social de tradição patriarcalista, que durante muito tempo consentiu a prática da violência masculina contra as mulheres, seria justificada porque, como coloca Saffioti (2001, *apud* Araújo, 2005), a ideologia de gênero não é suficiente para garantir a obediência delas diante dos ditames do “patriarca”.

No contexto da saúde pensada de forma mais ampla, Araújo (2005) apresenta uma proposta de atendimento familiar para casos de violência, desenvolvido dentro do enfoque psicossocial, apreendendo-se os aspectos psicológicos, interacionais, sociais, econômicos e culturais presentes na história da família. A perspectiva de gênero é introduzida buscando-se entender as relações de poder que transformam as diferenças, seja de gênero ou geração, em desigualdades com fins de dominação-exploração.

A ideia de atender homens autores de agressão baseia-se na aposta de que o sujeito possa reconhecer e responsabilizar-se pela violência que comete, assumir seu compromisso com as formas hegemônicas de masculinidades e procurar alternativas existenciais não violentas, abrindo-se, assim, o espaço para que o sujeito se exerça enquanto tal. Contudo, essa postura não desobriga os profissionais envolvidos de construir estratégias para que esse sujeito possa aparecer (Oliveira, 2004). Busca-se o engajamento da população masculina na promoção da equidade de gênero e nas ações pelo fim da violência de homens contra as mulheres.

Programas de intervenção direcionados aos autores de violência surgiram na década de 80 em países como EUA e Canadá. Posteriormente foram replicados em diversos países. No entanto, somente nos últimos anos ganharam espaço mais significativo nas legislações e políticas públicas de cada país. Nos EUA, o programa promovido pela instituição *Emerge* foi o primeiro a ser realizado e estruturado em diferentes lugares nos EUA.

Dentre os primeiros programas que serviram de modelos para diversos outros está o *Duluth Curriculum*, implementado em 1981. Esse formato de programa se apoia em um modelo psicoeducativo e trabalha em temas como controle e poder (Pence & Paymer, 1993). Outro programa bastante conhecido e que embasou diversas outras iniciativas é o chamado *The Amend Model*, o qual busca promover os princípios de responsabilização nos sujeitos participantes. (Lindsey, McBride & Platt, 1993).

Esses primeiros programas realizados se dedicavam majoritariamente ao controle da ira, usando técnicas cognitivas. Com o passar dos anos, percebeu-se que apenas o controle da ira era insuficiente, muitas vezes tendo efeitos contrários como o aumento da violência exercida e dominação masculina sob a mulher a partir dos novos conhecimentos adquiridos. Neste sentido, cada vez mais se recomenda os

programas que trabalham questões de gênero em ambos os sujeitos, de modo mais subjetivo e buscam romper com ideologias tradicionais que justificam a violência exercida contra a mulher. Os dados da pesquisa que realizamos, apresentados neste livro em formato de entrevistas e artigos, demonstram que na América Latina os programas em sua maioria seguem uma estreita relação com o movimento feminista, buscando discutir questões relacionadas à desigualdade de gênero e à construção de masculinidades tradicionais que reforçam a violência como uma característica masculina.

Trabalhar com pessoas envolvidas em situação de violência, principalmente ao se abordar a perspectiva do autor de agressão, exige do profissional uma investigação atenta tanto à intencionalidade e motivação do ato praticado, quanto ao dano consequente do ato, além de averiguar qual a percepção que o autor tem do resultado dessa violência, e se, de fato, o autor vê sua ação como violenta (Lima, 2004). Uma compreensão adequada da situação de violência deve levar em conta os significados em torno dessa temática que são prevalentes no grupo cultural de referência dos envolvidos. O trabalho com autores de agressão tem algumas características diferentes do atendimento comumente realizado, visto que esses casos geralmente são indicações ou mesmo obrigações impostas a eles, anulando a instância do desejo que é importante para o atendimento.

É importante, como exposto no início, insistirmos na visão da violência como um problema de saúde pública e, mais especificamente, de saúde mental, compreendida como um processo complexo de construção cotidiana, individual e coletiva do ser humano em relação aos seus sentimentos, seu corpo, sua sexualidade e seu meio. É nesse contexto mais amplo que buscamos a relação entre violência e saúde mental. Estudo da OPAS (2003) relata que a pessoa que vive em um contexto violento, que tende à violência, também se encontra em maior risco de sofrer distúrbios alimentares, alcoolismo, uso de drogas, estresse pós-traumático, depressão, ansiedade, fobias/pânico, baixa autoestima etc. (Heise, Ellsberg & Gottemoeller, 1999). Assim, não podemos pensar/atuar na construção cotidiana e nas suas implicações para a saúde mental e a violência contra a mulher, sem envolver os homens, como aponta Heleieth Saffioti (2004, p. 53):

As pessoas envolvidas na relação violenta devem ter o desejo de mudar. É por esta razão que não se acredita numa mudança radical de uma relação violenta, quando se

trabalha exclusivamente com a vítima. Sofrendo esta algumas mudanças, enquanto a outra parte permanece o que sempre foi, mantendo seus *habitus*, a relação pode inclusive, tornar-se ainda mais violenta. Todos percebem que a vítima precisa de ajuda, mas poucos vêem esta necessidade no agressor. As duas partes precisam de auxílio para promover uma verdadeira transformação da relação violenta.

Seguindo o entendimento internacional de defesa dos direitos humanos e convergindo com os instrumentos informativos e educativos produzidos pelo Ministério da Saúde, ao buscar estratégias de enfrentamento da violência sexual, é necessário, portanto, incorporar a transversalidade da perspectiva de gênero. Segundo os Princípios e Diretrizes para a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (M. S., 2004, p. 16), “[...] a literatura vem demonstrando que determinados comportamentos, tanto dos homens quanto das mulheres, baseados nos padrões hegemônicos de masculinidade e feminilidade, são produtores de sofrimento, adoecimento e morte”. Baseados nisto, pode-se dizer que uma das estratégias de enfrentamento é a construção de novas masculinidades e novas feminilidades, ou o fortalecimento de masculinidades e feminilidades contra-hegemônicas.

Estratégias a curto prazo para o enfrentamento da violência sexual têm como *locus* privilegiado os sistemas de saúde e de segurança pública, que identificam e tratam as vítimas de violência sexual assim como dos autores de agressão. O treinamento de profissionais de saúde e de segurança para um atendimento de qualidade e que assegure que não exista uma re-vitimização nos próprios serviços é parte importante do processo (Heise, 1994).

Heise (1994) aponta, embasando-se em pesquisas etnográficas, que existem ou que já existiram sociedades nas quais a violência de gênero não existia, e estas sociedades são prova de que podemos organizar nossas relações sociais de maneira a minimizar ou mesmo a eliminar a violência contra a mulher. Segundo a referida autora, estas sociedades compartilham características como sanções fortes contra violência interpessoal, suporte comunitário para vítimas, atribuições de gênero flexíveis para mulheres e homens, equidade na tomada de decisões e nos recursos da família, um *ethos* cultural que condena a violência como maneira de resolver conflitos, poder e autonomia femininos fora do lar. Relaciona, ainda, que onde estes fatores se expõem dentro de nossa sociedade existem reduções nos números de violência.

A compreensão acerca das masculinidades é um ponto que pode auxiliar em muito a concretização de uma sociedade igualitária. No início dos anos 90, as grandes conferências internacionais feministas — como as de Beijing e do Cairo — enfatizaram a necessidade de incorporar os homens como alvos de políticas públicas que incluíssem a implementação de uma maior equidade entre os sexos, enfatizando a importância de ações políticas junto à população masculina.

Autores como Welzer-Lang (2004) apoiam a tese de que o gênero se mantém e é tanto definido como regulado através de violências. Compreendem que, assim, se perpetua a estrutura de poder atribuída coletiva e individualmente aos homens às custas das mulheres. As relações homens/homens também são marcadas por desníveis e por violências simbólicas e concretas.

De acordo com Connell (1997), a masculinidade não é um objeto coerente ou generalizável, e toda tentativa de definição deve estar inserida numa estrutura maior, de modo a possibilitar, assim, a compreensão de suas dinâmicas, colocando-o sempre em uma rede de significantes, na qual se incluem “as práticas que comprometem homens e mulheres com essa posição de gênero, e os efeitos destas práticas na experiência corporal, na personalidade e na cultura” (Connell, 1997, p. 35). O autor pensa o conceito de gênero como uma forma de organização de práticas sociais que se inserem e afetam corpos, mesmo que não se reduzam a eles. Salienta, ainda, que toda cultura tem definições de conduta, comportamentos e sentimentos que são apropriados por aqueles que se identificam com as masculinidades. Portanto, os homens, desde muito cedo em suas vidas, são levados a ações e a sentimentos que reproduzam estes valores.

É no campo da saúde mental e da atenção à população em geral, com destaque para a violência inscrita no sistema sexo/gênero, que se pretendeu encontrar o eixo norteador da pesquisa que deu origem a este livro. Finalmente, é importante esclarecer que, no nosso entender, a denominação “agressor sexual” geralmente é cristalizadora, pelo fato de engessar o sujeito em um rótulo que o marca e o oprime, transformando-o naquilo que cometeu, e não em uma possibilidade de recuperação, modificação e prevenção de novos delitos ou de ações violentas. Portanto, escolheu-se, no escopo deste trabalho, por uma postura política e epistemológica, a utilização das denominações: *autor de violência contra a mulher* e *autor de violência sexual*.

Como procedimentos de obtenção das informações sobre os serviços foram realizadas visitas com observações *in loco*, entrevistas e consultas a documentos. A partir desse conjunto, foi possível caracterizar os serviços a partir de alguns aspectos fundamentais:

- 1) Natureza da organização (ONG, autarquia, privada etc.);
- 2) Formas de financiamento;
- 3) Composição da equipe de trabalho;
- 4) Tipos e origens dos encaminhamentos dos homens;
- 5) Modalidades e duração do trabalho;
- 6) Dificuldades e facilidades;
- 7) Formas de avaliação.

No último capítulo será apresentada uma análise comparada dos todos os serviços visitados. Na sequência, apresentamos as entrevistas com os coordenadores ou facilitadores de alguns dos programas ou serviços. O alto número de entrevistas impossibilitou sua publicação completa. Houve dois critérios para a seleção das entrevistas: em primeiro lugar, a adoção de uma perspectiva de gênero, por compreendermos que seria apenas dentro de uma posição feminista ou em diálogo com ela que poderemos encontrar formas progressivamente mais eficazes para a atenção aos autores de violência. Em segundo lugar, a disposição ou possibilidade da/o entrevistada/o para enriquecer textualmente a versão oral da entrevista. Os textos integrais das transcrições foram enviados aos respectivos entrevistados e por eles corrigidos, tendo as versões aqui publicadas apenas modificações de ordem formal, com o qual garantimos às leitoras e aos leitores toda a enriquecedora de informação que fomos brindadas. Optamos, também, por respeitarmos a língua materna dos entrevistados, uma vez que pensamos serem o português e o espanhol línguas semelhantes que não justificam sua tradução.

Finalizando, mas não concluindo, sentimo-nos especialmente contentes por este texto ficar pronto exatamente no início dos “16 dias de ativismo contra a violência contra as mulheres”. Embora não planejada, essa coincidência parece trazer bons auspícios. Esperamos que o material aqui apresentado, pensando inclusive sua atualidade no Brasil em que essa modalidade de serviço tende a aumentar com o

advento da Lei Maria da Penha, possa colaborar para a implementação de trabalhos que efetivamente auxiliem no enfrentamento da violência contra as mulheres.

Florianópolis, novembro de 2009

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAHAMS, N.; JEWKES, R.; HOFFMAN, M.; LAUBSHER, R. Sexual violence against intimate partners in Cape Town: prevalence and risk factors reported by men. *Bull World Health Organ*, v. 82, n. 5, 330-337, 2004.

ARAÚJO, M. F. Violência e abuso sexual na família. *Psicologia em Estudo* (Maringá), v. 7, n. 2, 3-11, 2002.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Plano Nacional de Política Integral de Saúde da Mulher. Brasília: MS., 2004

BUVINIC, M.; MORRISON, A.; SCHIFTER, M. *Violence in Latin America and the Caribbean: A Framework for Action*. Technical Study Sustainable Development Department Inter-American Development Bank, 1999.

CHAUÍ, M. Participando do debate sobre mulher e violência. *Perspectivas Antropológicas da Mulher*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985, p. 25-62

CONNELL, R. W. La organización social de la masculinidad. In: VALDÉS, Tereza; OLAVARRÍA, José (Orgs.) *Masculinidad/es: poder y crisis*. Santiago: FLACSO/ISIS Internacional, Ediciones de las Mujeres, 1997, p. 31-48.

DANTAS-BERGER, S. M.; GIFFIN, K. A violência nas relações de conjugalidade: invisibilidade e banalização da violência sexual? *Caderno de Saúde Pública*, v. 21, n. 2, 417-425, 2005.

HEISE, L.; ELLSBERG, M.; GOTTEMOELLER, M. *Ending violence against women*. *Population Reports*, v. 27, n. 4, 1999.

HEISE, Lori. Gender-based abuse: the global epidemic. *Caderno Saúde Pública*, v. 10, 135-145, 1994.

KRONBAUER, J. F. D.; MENEGHEL, S. N. Perfil da violência de gênero perpetrada por companheiro. *Revista Saúde Pública*, v. 39, n. 5, 695-701, 2005.

LESSA, Marcelo. Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher – Lei “Maria da Penha” – Alguns Comentários. *Revista Eletrônica da Faculdade de Direito de Campos*, v. 1, n. 1, 2006. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=9006>>. Acesso em: 16 out. 2009.

LIMA, R. H. G. Violência doméstica: os desafios para o Setor Saúde. In: FRANCO, F.; RIBEIRO, PAULA M.; GRYNER, S. (Orgs.) *A violência começa quando a palavra perde o valor*. Rio de Janeiro: Núcleo de Atenção à Violência (NAV), 2004, p. 29-38.

LINDSEY, M.; MCBRIDE, R. W.; PLATT, C. AMEND Philosophy and Curriculum for Treating Batterers, Littleton, CO: Gylantic, 1993.

LOPES, Ione Maria Ribeiro Soares; GOMES, Keila R. O.; SILVA, Benedito Borges da; DEUS, Maria Castelo Branco R. de; GALVÃO, Elisa Rosa de C. G. Nunes; BORBA, Danielle Cavalcante. Caracterização da violência sexual em mulheres atendidas no projeto Maria-Maria em Teresina-PI. *Rev. Bras. Ginecol. Obstet.*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, 111-116, Mar. 2004.

MESSERSCHMIDT, J. W. . Becoming “Real Men”: Adolescent Masculinity Challenges and Sexual Violence. *Men and Masculinities*, v. 2, 286-307, 2000.

OLIVEIRA, E. M.; BARBOSA, R. M.; MOURA, A. A. V. M.; KOSSEL, K.; MORELLI, K.; BOTELHO, L. F. F.; STOIANOV, M. Atendimento às mulheres vítimas de violência sexual: um estudo qualitativo: um estudo qualitativo. *Revista Saúde Pública*, v. 39, n. 3, 376-382, 2005.

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE LA SALUD. *Estudio multipaís de la OMS sobre salud de la mujer y violencia doméstica contra la mujer: primeros resultados sobre prevalencia, eventos relativos a la salud y respuestas de las mujeres a dicha violencia: resumen del informe*. Genebra: OMS, 2005.

PENCE, E., & Paymar, M. *Education groups for men who batter: The Duluth Model*. New York: Springer, 1993.

RIBEIRO, P. M. C. M. Lidando com violência doméstica. In: FRANCO, F.; RIBEIRO, PAULA M.; GRYNER, S. (Orgs.) *A violência começa quando a palavra perde o valor*. Rio de Janeiro: Núcleo de Atenção à Violência (NAV), 2004, p. 11-16.

SAFFIOTI, H. *Gênero, Patriarcado e Violência*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SOUZA, E. R. Masculinidade e violência no Brasil: contribuições para a reflexão no campo da saúde. *Ciência e Saúde Coletiva*, v. 10, n. 1, 59-70, 2005.

TOTTEN, M. Girlfriend Abuse as a Form of Masculinity Construction among Violent, Marginal Male Youth. *Men and Masculinities*, v. 6, 70-92, 2003.

WELZER-LANG, D. Os Homens e o masculino numa perspectiva de relações sociais de sexo. In: SCHPUN, M. R. (Org.). *Masculinidades*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004, p. 107-128.

WORLD BANK, The. *Crime and Violence as Development Issues in Latin America and the Caribbean. The State of Rio de Janeiro and The Inter-American Development Bank*. Seminar on AThe Challenge of Urban Criminal Violence.@ Rio de Janeiro, Brazil, March 2-4, 1997 Disponível on-line em: www.wds.worldbank.org/servlet/WDSContentServer/.../wps4041.pdf

NOTAS

¹ Contemplado com auxílio financeiro pelo Edital 045/2005 – Relações de Gênero, Mulheres e Feminismos/CNPq/SPM.

² Lei 11.340/2006 – por exemplo, em seu artigo 30: Art. 30. Compete à equipe de atendimento multidisciplinar, entre outras atribuições que lhe forem reservadas pela legislação local, fornecer subsídios por escrito ao juiz, ao Ministério Público e à Defensoria Pública, mediante laudos ou verbalmente em audiência, e desenvolver trabalhos de orientação, encaminhamento, prevenção e outras medidas, voltados para a ofendida, o agressor e os familiares, com especial atenção às crianças e aos adolescentes.

ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA: LEI MARIA DA PENHA

MARA COELHO DE SOUZA LAGO, MARIA EDUARDA RAMOS, REGINA INGRID
BRACAGNOLO

INTRODUÇÃO

As violências contra mulheres no interior dos relacionamentos familiares, fenômeno frequente em demasiadas organizações sociais, como já foi discutido, tem raízes nas estruturas patriarcais de inúmeras sociedades que contrapõem, em posições hierárquicas, modelos dicotômicos de feminilidades e masculinidades. Como testemunham os relatos e análises contidos nesta coletânea, a violência doméstica e familiar é questão importante a ser enfrentada também nos países da América Latina. No Brasil, quando se fala em violência de gênero, há sempre que levar em conta um histórico de lutas que foram travadas até se chegar à promulgação de uma legislação específica.

A violência de gênero contra mulheres tem sido em grande medida uma criminalidade esquecida, não assumida culturalmente como tal. Por isso, o nível de impunidade e aceitabilidade da ofensa nos crimes praticados com violência de gênero tem se revelado, historicamente, também tão alto (BARSTED, 2009, p. 420).

Como ressalta Silvia de Aquino (2009), este processo de lutas de movimentos sociais, feministas e de mulheres, interrogou formas de organização social, cultural, assim como realizou denúncias das consequências que são geradas pela desigualdade entre homens e mulheres, apontando as demandas de políticas públicas

de prevenção e enfrentamento da violência contra mulheres. Além disso, segundo a autora, vivemos no país trinta anos de luta das organizações coletivas e individuais do movimento feminista e das mulheres, para conquistar direitos em relação à violência de gênero contra mulheres. A Lei Maria da Penha, legislação específica para violência doméstica e familiar contra mulheres, foi resultado de décadas de conquistas de direitos e construções de formas de pensar em que os pactos entre estados e nações, de que o país participou, desempenharam papel importante.

Faz-se necessária uma revisão histórica dos direitos que possibilitaram a criação de uma Lei que procura coibir a violência doméstica e familiar contra mulheres no Brasil, necessariamente relacionada às grandes convenções internacionais sobre direitos humanos.

CONVENÇÕES INTERNACIONAIS SOBRE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO BRASILEIRA SOBRE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: INTERCONEXÕES

Em 1945, na cidade de São Francisco nos Estados Unidos, foi assinada a Carta das Nações Unidas que contempla o seguinte preâmbulo (expondo os objetivos desta Carta):

NÓS, OS POVOS DAS NAÇÕES UNIDAS, RESOLVIDOS a preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra, que por duas vezes, no espaço da nossa vida, trouxe sofrimentos indizíveis à humanidade, e a reafirmar a fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor do ser humano, na igualdade de direito dos homens e das mulheres, assim como das nações grandes e pequenas, e a estabelecer condições sob as quais a justiça e o respeito às obrigações decorrentes de tratados e de outras fontes do direito internacional possam ser mantidos, e a promover o progresso social e melhores condições de vida dentro de uma liberdade ampla (Carta das Nações Unidas, 1945) (grifo nosso).¹

Essa Carta, que foi assinada por diversos países, possui 110 artigos que procuram promover os direitos humanos. A partir dessa carta foi criada a Comissão de Direitos Humanos que, em 1948, como primeira tarefa, votou na Assembleia Geral das Nações Unidas a Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada por 48 países, inclusive o Brasil (HERKENHOFF, s/a). Atualmente, 100 países adotam este pacto pelos direitos humanos (SCHAIBER, 2005). A declaração, que procurou promover direitos humanos de igualdade e liberdade para as populações das nações que participaram deste pacto, tem como preâmbulo as seguintes considerações:

Considerando que o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo,

Considerando que o desprezo e o desrespeito pelos direitos humanos resultaram em atos bárbaros que ultrajaram a consciência da Humanidade e que o advento de um mundo em que os homens gozem de liberdade de palavra, de crença e da liberdade de viverem a salvo do temor e da necessidade foi proclamado como a mais alta aspiração do homem comum,

Considerando essencial que os direitos humanos sejam protegidos pelo Estado de Direito, para que o homem não seja compelido, como último recurso, à rebelião contra a tirania e a opressão,

Considerando essencial promover o desenvolvimento de relações amistosas entre as nações,

Considerando que os povos das Nações Unidas reafirmaram, na Carta, sua fé nos direitos humanos fundamentais, na dignidade e no valor da pessoa humana e na igualdade de direitos dos homens e das mulheres, e que decidiram promover o progresso social e melhores condições de vida em uma liberdade mais ampla,

Considerando que os Estados-Membros se comprometeram a desenvolver, em cooperação com as Nações Unidas, o respeito universal aos direitos humanos e liberdades fundamentais e a observância desses direitos e liberdades...

(Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948) (grifo nosso).

Os direitos das mulheres fazem parte dos direitos humanos. Entretanto, anteriormente os textos sobre direitos humanos traziam a recomendação de que não houvesse interferência no lar e na família. Assim, somente com a retirada dessa prerrogativa puderam ser criados os pactos/convenções ou legislações específicas sobre violência doméstica e familiar contra mulheres (SCHAIBER, 2005).

A Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou em 1979 a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW – *Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women*) que definiu o que era a discriminação contra mulheres e descreveu algumas atividades a serem seguidas pelas nações participantes, para coibir esta discriminação. O Brasil assinou a CEDAW apenas em 1984, com ressalvas em relação aos artigos 15º e 16º dessa convenção². Essas reservas foram retiradas em 1994, após a promulgação da Constituição Federal Brasileira de 1988, que promove a igualdade entre homens e mulheres e a busca pela equidade (ALVES, 2006; CRUZ, 2007).

Na Constituição Federal Brasileira de 1988, as mulheres ganham igualdade de direitos (artigo 5º). Além disso, aparece pela primeira vez a violência familiar e

doméstica no parágrafo 8º do artigo 226, em que o Estado fica responsável por dar assistência para cada membro da família, em caso de violência.³

Em 1985, após muitas atuações e lutas dos movimentos feministas, foram criadas no Brasil as Delegacias de Defesa da Mulher (DEAM), com o objetivo de atender adequadamente à demanda de mulheres vítimas de violência, além de funcionar “como política social de luta contra a impunidade” (RIFIOTIS, 2004, p. 90), atuando na transmissão de informações do serviço policial para o judiciário. Guita Debert e Maria Filomena Gregori (2008), Sônia Gauthier (2000), Theophilos Rifiotis e Victória Regina dos Santos (2007), entre outros/as, têm dedicado especial atenção ao contexto das DEAMs. Esses estudos evidenciam que o atendimento às mulheres em situação de violência conjugal nas delegacias especiais são discriminatórios e, como afirmam Rifiotis e Santos (2007), grande parte dos policiais nas DEAMs não têm formação permanente para lidar com violência de gênero, baseando-se em concepções estereotipadas das mulheres que são atendidas. Soares (1999, p. 53) afirma que os policiais são muitas vezes “rudes e agressivos, quando não infantilizam as vítimas, procurando certificar-se de que elas estão realmente decididas a incriminar os acusados e de que não os farão preencher a mesma papela da mais de uma vez”. O que deveria ser um acolhimento para as mulheres em situação de violência conjugal, pode resultar muitas vezes em aconselhamento profissional no sentido de favorecer a desistência do processo judicial.

Em 1993, na Declaração sobre a Eliminação da Violência contra Mulheres (Declaração de Viena), a Assembleia Geral das Nações Unidas reconheceu formalmente a violência contra mulheres como violação dos direitos humanos. Esta declaração foi assinada na Conferência das Nações Unidas sobre Direitos Humanos que ocorreu em Viena.⁴

A *Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher* (Convenção de Belém do Pará), a fim de complementar a CEDAW, foi adotada em 1994 pela Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos para reforçar a Declaração de Viena, ratificada pelo Brasil em 1995. A convenção, além de reforçar as que já existiam, define o que é violência contra mulheres e quais são as formas de violência, como se manifestam, entendendo que a violência pode ser psicológica, sexual e/ou física, e que pode anular o exercício dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais das mulheres.⁵

Essas convenções ratificadas pelo Brasil são acordos em que o país se compromete a adotar políticas públicas para combater a violência e a discriminação contra mulheres. Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos entram no ordenamento jurídico nacional como emenda à Constituição do Brasil, desde que respeitadas algumas formalidades no Congresso Nacional (ALVES, 2006; CRUZ, 2007).

Com o objetivo de “ampliar o acesso da população à Justiça, promover o rápido ressarcimento da vítima e acelerar as decisões penais, desafogando o Judiciário” (DEBERT; OLIVEIRA, 2007, p. 310), se promulga no Brasil, em 1995, a Lei 9.099. Essa lei se utiliza do modelo conciliatório em casos considerados de “menor complexidade” (quando o valor da pena é menor que quarenta vezes o salário mínimo) ou em casos criminais de “infrações penais de menor potencial ofensivo” (pena não superior a dois anos). O modelo conciliatório consiste na despenalização do(da) acusado(a) aplicando formas alternativas de pena (sem privação de liberdade aos(as) autores(as) da infração). A Lei 9.099 não é específica para casos de violência contra mulheres, abrange diversas situações (aluguéis atrasados, problemas de trânsito, brigas de vizinhos, entre outros). Entretanto, crimes de “menor potencial ofensivo” como a *lesão corporal leve* e a *ameaça*, são muito recorrentes na violência doméstica contra mulheres. Para algumas autoras, quando aplicada à violência doméstica contra mulheres, a Lei 9.099 desqualificava a denúncia e desresponsabilizava o(a) autor(a) da violência (DEBERT; OLIVEIRA, 2007). Foi através dessa Lei que ficaram impunes, no Brasil, muitos casos denunciados de violências contra mulheres.

Em 2002 foi acrescentado um parágrafo único à Lei 9.099, desdobrando-se na Lei 10.455. Esta previa medida cautelar (procedimentos judiciais que previnem, asseguram, defendem ou conservam a eficácia de um direito) em que o(a) autor(a) da violência doméstica pode ser afastado(a) do lar, mediante decreto emitido pelo juiz do Juizado Especial Criminal.

Ainda em 2002, o Brasil incorpora também o Protocolo Facultativo à CEDAW, em que denúncias individuais ou de grupos sobre a violação dos tratados levarão o Estado Parte a ser submetido ao Comitê (ALVES, 2006; CRUZ, 2007).

A Lei 10.778, de 2003, determina que sejam notificados os casos de violência contra mulheres que foram atendidas nos serviços de saúde, sejam públicos ou

privados, em todo território nacional. Nessa Lei, parágrafo 1º, artigo 1º, foi caracterizado o que se entendia por violência contra mulheres: “Para os efeitos desta Lei, deve-se entender por violência contra a mulher qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado”.⁶

A Lei 10.886 entra em vigor em 2004 e acrescenta dois parágrafos ao Código Penal, criando um tipo especial de crime, a violência doméstica. Esta Lei veio acrescentar ao artigo 129 do Código Penal (Lesão Corporal, “ofender a integridade corporal ou a saúde de outrem”), uma penalidade específica para este tipo de violência, ou seja, pena de seis meses a um ano de detenção no caso de violência doméstica. Ou ainda, nos casos considerados graves (a saber: incapacidade para as ocupações habituais por mais de 30 dias; perigo de vida; debilidade permanente; aceleração de parto; incapacidade permanente para o trabalho; enfermidade incurável; perda ou inutilização de membro, sentido ou função; deformidade permanente; aborto ou lesão corporal, seguida de morte) há um aumento de pena em 1/3 de tempo de detenção. A pena de lesão corporal de violência doméstica nessa Lei não excede dois anos, sendo considerada como de “menor potencial ofensivo”, o que ainda circunscreve à Lei 9.099 nos Juizados Especiais Criminais.⁷

Em 2006, foi promulgada a “Lei 11.340 – Lei Federal de Violência Doméstica ou Familiar contra Mulher”. Essa Lei que tem como objetivo coibir a violência doméstica contra mulheres, sendo chamada de Lei Maria da Penha (LMP), em “homenagem” à Maria da Penha Maia Fernandes. A impunidade e morosidade da justiça fizeram com que o caso de Maria da Penha chegasse à Comissão Interamericana de Direitos Humanos através de denúncias de organizações feministas⁸ e da própria Maria da Penha (ALVES, 2006). Para efetuar a denúncia de não cumprimento da convenção que assinara, foi utilizado o Protocolo Facultativo, mecanismo adicional da CEDAW, segundo o qual o Brasil teve que cumprir várias sanções, dentre elas, a implementação de legislação específica para os casos de violência doméstica e familiar. O caso de Maria da Penha marcou o início do fim dessa longa cultura de impunidade dos casos de violência contra mulheres no Brasil.

A tabela abaixo resume o cronograma da caminhada do Brasil na regulamentação da legislação em relação à violência contra mulheres. Agradecemos a Isadora Vier Machado a ideia de elaboração da tabela.

Ano	Ação internacional ou nacional relacionada à violência contra mulheres
1945	Carta das Nações Unidas (ONU)
1948	Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU)
1978	Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial (ONU)
1988	Constituição Federal Brasileira
1985	Criação das Delegacias de Defesa da Mulher (Brasil)
1993	Declaração sobre a Eliminação da Violência contra Mulheres —Declaração de Viena (ONU)
1994	Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher - Convenção de Belém do Pará (ONU)
1995	Lei 9.099 (Brasil)
2002	Lei 10.455 (Brasil)
2002	Protocolo Facultativo à CEDAW (ONU)
2003	Lei 10.778 (Brasil)
2004	Lei 10.886 (Brasil)
2006	Lei 11.340 (Brasil)

REFLEXÕES SOBRE A LEI MARIA DA PENHA

Atualmente, com a Lei Maria da Penha completando 4 anos de vigência, é possível ver que algumas questões relacionadas à sua implementação revelam-se como de muita complexidade. A Lei Maria da Penha define violência doméstica e familiar de acordo com a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará): Artigo 5º - “Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial”⁹ no âmbito da família, do ambiente doméstico ou de relações íntimas de afeto. A categoria “gênero” emerge pela primeira vez na legislação brasileira, “há o entendimento de que a violência contra a mulher encontra seu *locus* privilegiado em contextos culturais e históricos nos quais os padrões de relacionamento, hábitos, costumes e valores mantêm a assimetria fundamental de gênero” (TONELI; BECKER, 2009, p. 383). Pensar a

violência doméstica e familiar com uma perspectiva de gênero é um avanço para a problemática, inclusive porque prevê a dimensão relacional da violência, acrescentando à Lei medidas de recuperação e reeducação dos(as) atores(as) da violência contra a mulher (TONELI; BECKER, 2009).

Nesta Lei há amparo jurídico para mulheres que sofreram violência¹⁰. Ela estabelece punição aos(as) autores(as) de violência; medidas preventivas; assistência às mulheres; medidas protetivas de urgência; atendimento por equipes multidisciplinares¹¹. Esses atendimentos multidisciplinares são descritos no artigo 30, que prevê atendimento para as mulheres, os familiares e também o(a) autor(a) da violência. Além do artigo 30, nos artigos 35 e 43 são previstos atendimentos para o(a) autor(a) da violência. O artigo 35 estabelece a criação de centros de educação e reabilitação para estes sujeitos e o artigo 43 indica algumas modificações no Código Penal, uma delas no artigo 152, ao qual foi acrescentado um parágrafo único que determina que o(a) juiz(a) pode decretar que o(a) autor(a) da violência participe obrigatoriamente de programas de recuperação e reeducação.

Benedito Medrado Dantas e Ricardo Pimentel Mello (2008) chamam a atenção para o termo utilizado na Lei 11.340 para designar os(as) autores(as) de violência, *agressor*, sempre no masculino. Segundo Dantas e Mello (2008), a Lei prioriza a punição aos homens. Há reconhecimento pela Lei da importância de intervenção numa perspectiva de gênero, com ações voltadas aos homens. Entretanto, ocorrem lacunas na Lei, em relação às ações propostas:

(a) não fazem nenhuma alusão explícita a trabalhos de promoção à saúde (ou promoção da equidade de gênero) com a população masculina, e (b) não há uma definição clara sobre a estrutura e organização dos centros de atendimento aos “agressores”, cuja finalidade, conforme a lei, é de “educação e reabilitação” (art. 35) ou “recuperação ou reeducação” (DANTAS; MELLO, 2008, p. 83).

Para os autores, os termos utilizados na Lei são questionáveis, mas as duas lacunas são importantes porque se referem ao atendimento integral que deveria ser dado à violência doméstica e familiar, em que são envolvidos todos os atores sociais. “Mais do que um espaço de tratamento, ou de cura, que seja criado um espaço de escuta crítica, ética e transformadora” (MEDRADO, 2009, p. 414).

Segundo Theophilos Rifiotis (2007), com a expansão penal trazida pela Lei 11.340/2006 nos casos de violência conjugal, a polaridade vítima-acusado fica

explicitada na medida em que somente mulheres são consideradas vítimas perante a Lei. Nesse sentido, Dantas e Mello (2008, p. 83) argumentam o seguinte:

O que o texto da lei traz sobre os homens? Sendo uma medida de proteção à mulher, o texto da referida Lei tende a priorizar aspectos relativos à punição do homem, especialmente na Seção II (Das Medidas Protetivas de Urgência que Obrigam o Agressor) e Seção III (Das Medidas Protetivas de Urgência à Ofendida).

Ao priorizar a punição se cria um sujeito agressor. Há um discurso moral que associa a imperfeição e agressão a um comportamento social-individual. Michel Maffesoli (2004) ressaltava que a racionalidade ocidental herdada da tradição judaico-cristã associa o Bem ao homem civilizado, racional, inocente, cujas características foram corrompidas pelo Mal, que se relaciona ao pecado, ao proibido, à agressividade, ao sofrimento e à disfunção. Em razão disso, o autor assinala que essa racionalidade valoriza a ordem, a hierarquia, a perfeição e o dever-ser, representados pela imagem de um Deus único, excluindo-se assim a desordem, o caos, a contradição, que são associadas ao mal e ao diabo. A ética e a moral são tecidas pela perfeição e pelo dever-ser.

A Lei Maria da Penha ainda não foi implementada em sua totalidade, poucos recursos previstos pela Lei foram instalados: juizados, casas-abrigos, centros de atendimentos específicos para as mulheres e para os(as) autores(as) de violência, entre outras medidas previstas em Lei, ainda são muito incipientes no país. Para uma efetivação da Lei 11.340, alguns recursos foram promovidos para monitorar e acompanhar o processo de sua implementação, como o Observatório Lei Maria da Penha e o Fórum Estadual Lei Maria da Penha em Santa Catarina, que trazemos como exemplos de experiências regionais com a Lei.

EXPERIÊNCIAS REGIONAIS RELACIONADAS À IMPLEMENTAÇÃO DA LEI MARIA DA PENHA

Observe – Observatório para a implementação da Lei Maria da Penha

A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), órgão do governo brasileiro, lançou em 2007 um edital para a criação do Observatório da Lei Maria da Penha, com o objetivo de acompanhar e fortalecer sua implementação. O Observatório deveria envolver organizações de mulheres e núcleos de pesquisa com representação nas cinco regiões do país. Um consórcio de 12 organizações não governamentais, núcleos universitários e redes feministas, liderados para Núcleo de Estu-

dos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM), da Universidade Federal da Bahia (UFBA), foram contemplados pelo edital.

O Observe - Observatório de Monitoramento da Lei Maria da Penha iniciou suas atividades em setembro de 2007 e prevê, no período de dois anos, o desenvolvimento de um conjunto de ações que visam acompanhar a implementação e aplicação da Lei Maria da Penha e identificar avanços e dificuldades para a sua efetiva e plena aplicabilidade, gerando informações úteis para os movimentos de mulheres e para as instituições públicas responsáveis pelas políticas públicas de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres (Relatório Preliminar de Pesquisa, 2009, p. 5).

O Observatório para Implementação da Lei Maria da Penha faz aplicação de instrumentos de monitoramento do processo de implementação e efetividade da Lei 11.340/2006 em 27 capitais brasileiras, por meio de coleta, análise e divulgação de informações pesquisadas, primeiramente em Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher e Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher¹². “Esses serviços foram escolhidos pelos papéis estratégicos que desempenham na resolução de casos de violência doméstica e familiar exercidas contra mulheres” (AQUINO, 2009, p. 364).

Em pesquisa realizada pelo Observe com amplitude nacional, foram apontados que existem em funcionamento “44 Varas e 5 Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher” (AQUINO, 2009, p. 364) no Brasil. As organizações baianas componentes e proponentes do Observe ressaltam em seu relatório que na própria capital da Bahia, Salvador, não havia sido criada uma Vara Especializada de Combate à Violência contra Mulher, conhecida como Juizado Especial Criminal, que foi implementada apenas em novembro de 2008. Ainda sobre a efetivação das determinações da Lei, Eva Blay (2009) assinala que os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher são escassos, apenas dois no Ceará, quatro no Rio de Janeiro, com a previsão de implantação de 24 em São Paulo (em 2008). A implementação desses serviços precisa ser investigada, e considerando as sugestões da autora, tais questões podem instigar novas pesquisas, referentes à acumulação dos processos em julgamento nos juizados e varas especializadas em violência doméstica. A autora pergunta “como se dará uma nova conduta dos juízes nestas varas?” (BLAY, 2009, p. 46)

O caso de Santa Catarina (região sul do Brasil): Fórum para implementação da Lei Maria da Penha no Estado de Santa Catarina

O Fórum Estadual Lei Maria da Penha se constituiu em dezembro de 2006 por um grupo de aproximadamente 20 lideranças de movimentos sociais de mulheres, organizações não governamentais, instituições públicas e acadêmicas, com a intenção principal de articular os diversos segmentos na luta pelo fim da violência contra mulheres. Esse Fórum é um movimento social que pretende dar visibilidade e popularizar a Lei nº 11.340/2006, assim como acompanhar e fiscalizar a sua implementação.

O lançamento oficial do Fórum ocorreu no dia 12 de abril de 2007, com a realização do Seminário Estadual, que teve aproximadamente 160 entidades participantes. Nesse Seminário organizou-se uma equipe intitulada *Coordenadores Executivos*, formados por representantes da União Brasileira de Mulheres (UBM), Movimento das Trabalhadoras Urbanas, Instituto Catarinense de Estudos Sociais Políticos e Econômicos de Santa Catarina (ICESPE), Casa da Mulher Catarinense, Departamento da Mulher da Federação das Trabalhadoras nas Indústrias de Santa Catarina (FETIESC), Fundação Cultural Palmares, União de Negros pela Igualdade (UNEGRO), Casa Abrigo de Blumenau, Núcleos de Pesquisa da UFSC, Conselho Regional de Serviço Social (CRESS); Conselho Regional de Psicologia (CRP) e Tribunal da Justiça de Florianópolis.

Uma das ações coletivas que as lideranças elaboraram foi o Planejamento Estratégico do Fórum Estadual Lei Maria da Penha¹³ com as seguintes propostas: organizar o Fórum regionalmente; cobrar do Governo do Estado e dos municípios a implementação da Lei nos itens que lhes competem; cobrar do Ministério Público maior agilidade para a implantação dos Centros de Referência e Casas-Abrigo; cobrar a implantação de novas DEAMs pela Secretaria de Segurança Pública; assessorar as diversas entidades civis organizadas comprometidas no combate à violência contra a mulher; constituir-se como espaço de referência de informação e formação; mapear diversos segmentos nos municípios catarinenses que possam atuar na defesa da implementação da Lei Maria da Penha; articular campanha estadualizada e educativa de prevenção à violência contra a mulher; consolidar o Fórum como referência na defesa das lutas feministas, dar visibilidade à questão da violência; garantir a promoção de políticas públicas, auxiliar na implementação de varas especializadas (exclusivas) para atender a mulheres em situação de violência.

A partir dessas propostas foram realizadas algumas ações: o Fórum acompanhou o desenvolvimento das obras do Centro de Referência de Florianópolis; fez cobranças aos órgãos públicos responsáveis pela aplicação da Lei; iniciou campanhas educativas; realizou debates no período eleitoral com candidatos/as a prefeito/a; elaborou carta de compromisso para candidaturas aos executivos e legislativos municipais; coordenou oficinas nas escolas de Florianópolis; organizou estudos da Lei; participou de audiências com autoridades e de atos públicos; promoveu o Seminário Estadual do Fórum Lei Maria da Penha que passou a ocorrer anualmente. Os encontros municipais do Fórum agregam representantes nas organizações de Florianópolis em reuniões mensais, com o objetivo de proporem e realizarem atividades relacionadas à implantação da lei. Com se pode ver, a implementação da Lei 11.340 tem demandado muitas ações e propósitos de órgãos públicos, mobilizando instituições acadêmicas e profissionais, relacionadas à sociedade civil organizada em movimentos e entidades, envolvendo um expressivo contingente de pessoas.

O Núcleo de Pesquisas Modos de Vida, Família e Relações de Gênero – Margens, ligado ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFSC, que faz parte da Rede Brasileira de Pesquisas sobre Violência, Saúde, Gênero e Masculinidades – Visagem, tem bastante tradição em pesquisas sobre masculinidades e violências. Aqui falaremos de 4 pesquisas relacionadas à violência contra a mulher e à Lei Maria da Penha.

Uma dessas pesquisas foi realizada na Delegacia Especializada de Proteção à Mulher, Criança e Adolescente de Florianópolis (6ª DP), entre os períodos de janeiro a março de 2006 (três meses anterior a Lei Maria da Penha) e outubro a dezembro de 2006 (três meses posteriores à vigência da Lei Maria da Penha) (TONELI; LODETTI, 2007). Esse trabalho teve por objetivo identificar padrões de violência nos Boletins de Ocorrência (BOs) registrados por mulheres agredidas. Foi ressaltado nos resultados da pesquisa que, na comparação do número de BOs nos três meses anteriores à Lei com os três posteriores, foi possível verificar a ocorrência, após a vigência da LMP, de um aumento do número de BOs em cada crime (violência doméstica, ameaça, etc.). Assim, os autores concluíram que a Lei teve efeito em relação ao número de BOs registrados na 6ª Delegacia Especializada de Proteção à Mulher, Criança e Adolescente de Florianópolis. Essa pesquisa teve continuidade (TONELI et al, 2009) em análise de 470 Boletins de Ocorrência

entre setembro e outubro de 2006 e agosto a setembro de 2007, um ano após a homologação da Lei Maria da Penha. Segundo os(as) autores(as) o número de denúncias de 2007 foi “substancialmente (19,23%) menor do que o número de denúncias realizadas no período que abrange aproximadamente um mês após a implementação da lei”. Tal variação segundo os(as) pesquisadores(as) é grande demais para ser atribuída ao mero acaso. Segundo as(os) autoras(es),

Há mais de uma interpretação para esses dados. Pode-se afirmar que a aplicação da Lei Maria da Penha foi realmente efetiva em seu objetivo de inibir a ocorrência da violência contra a mulher, pois o número de denúncias decresceu. Entretanto, o número de denúncias não é necessariamente representativo do número total de ocorrências de atos de violência. É possível supor, portanto, que o número de denúncias no primeiro mês após a instauração da Maria da Penha é que estão inflados. O decreto da lei e as campanhas de divulgação que incentivaram mulheres a denunciar a violência podem ter renovado a fé da população num sistema judiciário que é usualmente encarado com descrença e desconfiança. Assim, mais mulheres denunciaram a violência imediatamente após a lei ser instaurada. Mas a ineficácia da máquina jurídica do Estado para lidar com os processos criminais não se modificou (segundo funcionários da própria delegacia) e, a despeito dos importantes mecanismos legais que a Maria da Penha determina, na prática pouco mudou. Com o passar do tempo, essa realidade foi percebida pelas vítimas de violência, que voltaram a buscar soluções alternativas para seus problemas, sem envolver a polícia. (TONELI et al, 2009, s/p).

Outra pesquisa realizada no Margens¹⁴ tem se desenvolvido em Tribunais de Justiça da Região Metropolitana de Florianópolis, focada nas intervenções jurídicas relacionadas ao atendimento da violência conjugal após a vigência da Lei Maria da Penha. Esta investigação tem mostrado que no campo da aplicação dessa Lei no estado de santa Catarina, os Juizados Especiais não foram ainda criados. O Poder Judiciário tem elegido uma das varas criminais como responsável pelos casos de violência doméstica e familiar. Assim, um(a) juiz(a) em cada fórum, tem ficado responsável por sentenciar os processos referentes à Lei Maria da Penha. Esses(as) juizes(as) agregaram a suas atribuições, os casos de violência conjugal.

Após lavrado o Boletim de Ocorrência (BO) e realizado o Inquérito Policial nas delegacias, o “caso” é encaminhado à Vara Criminal do Fórum da Comarca em que foi instalado o inquérito. Com esse encaminhamento, as partes são convocadas a comparecer na primeira audiência, na qual a intenção é prever/reafirmar¹⁵ a medi-

da protetiva (se necessário e se for do interesse da 'vítima'), conforme preveem os artigos 18º e 19º, referentes às medidas de assistência (pensão alimentícia) e de proteção (afastamento compulsório dos atores da violência), da Lei Maria da Penha. Nessas audiências¹⁶, chamadas de "audiências de ratificação", o(a) juiz(a) da Vara Criminal solicita a representação da mulher para dar entrada no processo penal.

Conforme os(as) juízes(as) entrevistados na pesquisa, sua atribuição é deferir a Medida Protetiva e ouvir a mulher, buscar assegurar se a mesma tem interesse em continuar o processo penal e ingressar com a ação principal. No fragmento da entrevista com um(a) juiz(a) fica evidenciado que os encaminhamentos jurídicos remetem sobretudo, a interpretações diferenciadas da Lei:

No meu modo de entender a lesão corporal é incondicionada, ou seja, quando um marido está agredindo a mulher no lar conjugal, o vizinho pode denunciar, a polícia pode repreender, não precisa a mulher ir lá e pedir para processar o marido. No meu modo de entender, lesão corporal a mulher não precisa representar. Isso eu entendo. Na maior parte dos juízes, ela precisa representar, é condicionado. Aí temos duas consequências, para aqueles juízes que entendem que a mulher não precisa representar ela não pode se manifestar para retirar ou não, para aqueles que entendem que precisa representar ela pode retirar.

A tendência da maioria dos profissionais tem sido reconhecer a ação como condicionada, resultando na maioria das vezes, no arquivamento do processo. Para os(as) profissionais que concebem a ação como incondicionada, a obrigatoriedade da instalação do processo penal é fundamental, ficando visível essa mediação nas audiências observadas pela pesquisadora. Nestas audiências, quando o processo penal tem continuidade, alguns juízes(as) definem provisoriamente a guarda dos filhos e a prestação de alimentos, mas na maioria das varas os juízes (as) estabelecem um prazo para que a mulher dê entrada na Vara da Família com o pedido de definição de guarda, pensão e visita e, principalmente, de separação/divórcio.

As Varas da Família sempre foram a porta de entrada dos casos de separação no sistema judiciário, sem que a questão da violência fosse problematizada como tal, pois para os(as) juízes(as), sua atribuição é realizar os procedimentos de separação, independente da razão que levou as partes ao tribunal da justiça. Segundo Dias (2007), com a criação dos Juizados Especiais a violência fica mais visível, pela superação da fragmentação entre os Direitos Penal e Cível.

No Núcleo de Pesquisas Margens foi realizada recentemente uma pesquisa junto a um serviço de atendimento a mulheres em situação de violência doméstica e familiar¹⁷. Já há no Brasil uma cultura de atendimento a mulheres que sofreram violência de gênero, relacionada ao início das lutas dos movimentos sociais feministas na década de 1970 (como o SOS-Mulher), ligada à criação posterior das DEAMs. Este atendimento abarcava, entre outras atividades, grupos de apoio a mulheres "vítimas" de violência, abrigo de mulheres e seus filhos quando não tinham condições de sair da casa do autor da violência (Gregori, 1993).

Em Santa Catarina, a grande maioria dos atendimentos em casos de violência doméstica e familiar é dedicada às mulheres, crianças e adolescentes, não sendo usual o atendimento aos homens ou aos(as) autores(as) de violência. Antes da implementação da Lei 11.340/2006, já havia atendimentos as mulheres que sofrem violência no estado, por exemplo, o Centro de Atendimento a Vítimas (CEAV) em Florianópolis, Lages e Joinville. Estes centros também estão presentes em outros estados, pois fazem parte de um programa nacional da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH), criado para atender ao Artigo 245 da Constituição Federal de 1988¹⁸, ou seja, dar assistência às pessoas "vítimadas" e seus familiares e dependentes. O CEAV oferece apoio jurídico, social e psicológico para qualquer vítima de violência e crime.

A Instituição CEAV de Florianópolis desenvolve atendimento de mulheres que sofreram violência doméstica e familiar, em grupos de reflexão com encontros semanais, coordenados por estagiárias do curso de Psicologia da Universidade do Vale do Itajaí/Biguaçu, em que as participantes falam e refletem sobre suas experiências e vivências de violência. Foi realizada nessa instituição a pesquisa do Margens, entrevistando mulheres atendidas no CEAV. Procurou-se considerar, em seus relatos, as vivências singulares da violência, em relação à utilização da Lei Maria da Penha como novo recurso jurídico de enfrentamento da violência doméstica.

Em 2009, também foi criado na cidade de Florianópolis o Centro de Referência da Mulher, previsto pela Lei Maria da Penha onde é oferecido atendimento psicológico, assistencial e jurídico para mulheres que sofreram violência. Além disso, tem-se a oferta de oficinas de inclusão produtiva para promover a profissionalização dessas mulheres.¹⁹

As duas instituições de atendimentos citadas acima são exemplos de atendimento a mulheres em que os(as) autores(as) da violência não são atendidos. O atendimento a homens, principalmente homens que cometeram violência de gênero, ainda não é comum no Brasil. A discussão sobre homens e o seu atendimento é muito recente e parte dos estudos de gênero e masculinidades.²⁰ Para Leila Linhares Barsted (2009, p. 426) “Nesse sentido, as contribuições dos estudos de gênero sob a ótica do feminismo devem ser o eixo orientador de trabalhos com homens que cometeram agressões contra mulheres”. Ela ainda ressalta que todos os envolvidos nos atendimentos à violência de gênero devem estar habilitados, em formações e treinamentos que contemplem estes temas.

Em Florianópolis a parceria entre o Núcleo de Pesquisas Margens e profissionais psicólogos da 6ª Delegacia Especializada de Proteção à Mulher, Criança e Adolescente, levou ao desenvolvimento de experiência de atendimento a homens com histórico de agressão a mulheres. Segundo entrevista com um dos profissionais envolvidos na coordenação do grupo de homens, a finalidade da experiência foi psicopedagógica, sem objetivo terapêutico. Os homens foram chamados para uma entrevista individual e, em seguida, encaminhados para o grupo. Foram realizados 14 encontros quinzenais, com a intenção de discutir violência doméstica com o foco, segundo o entrevistado, nas questões da responsabilização do autor do ato violento, da identificação da violência e da equidade de gênero.

Não tem sido uma questão tranquila para os movimentos feministas, esta preocupação com o atendimento aos homens autores de violência previsto pela Lei Maria da Penha. Segundo Barsted (2009, p. 427), o atendimento a homens não deve se sobrepor à importância do atendimento às mulheres que foram agredidas e

[...] esses atendimentos individuais ou em grupo, se não forem reforçados por um trabalho mais geral de reabilitação da sociedade e do Estado através de programas educativos permanentes e de amplo alcance, representarão apenas algumas gotas no oceano.

Em artigo recente, Benedito Medrado (2009, p. 400) declara:

Defino-me como homem que defende os princípios feministas em prol de uma sociedade mais justa. Minha utopia (aquilo que me move) é por uma sociedade em que as diferentes formas de opressão geradas por uma ordem (ou dominação) masculina sejam eliminadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A definição do campo jurídico para o enfrentamento da violência contra mulheres está associada ao impacto dos movimentos sociais mencionados anteriormente, a partir da noção de “direitos humanos”. A Lei nº 11.340/2006 é um dispositivo legal que significou avanços da pauta das reivindicações políticas do movimento feminista, resultantes de discussões e convenções internacionais sobre violência doméstica e familiar contra mulheres.

Esta Lei trouxe um amparo necessário para mulheres que vivenciam situações de violência, porém, consiste num dispositivo que centraliza no Poder Judiciário o enfrentamento das violências de gênero. Os apontamentos da Lei Maria da Penha suscitam, sobretudo, novos e velhos contornos no acolhimento da violência contra mulheres. Rifiotis (2007) percebe essa prevalência dos mecanismos jurídicos como uma tendência à judicialização das relações sociais, que deve ser analisada com cautela. Segundo Rifiotis (2007, p. 237) a aplicação da Lei implica num duplo movimento, pois “amplia o acesso ao sistema judiciário e ao mesmo tempo desvaloriza outras formas de resolução de conflitos, reforçando ainda mais a centralidade do Judiciário”.

Esse quadro passou a desenhar a necessidade da via penal nos casos deste tipo de violência, antes considerado da ordem privada. Mas hoje, cerca de quatro anos depois do advento a Lei 11.340/06, permanece a necessidade do meio jurídico registrar o que seu artigo 1º define como necessário: “dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar”.

Para alguns autores, a questão da judicialização das relações sociais também pode ser observada na recorrente situação em que as mulheres registram um Boletim de Ocorrência nos órgãos policiais, embora nem sempre desejassem criminalizar o(a) autor(a) da violência vivenciada. Para Maria Teresa Nobre (2006), a atividade de polícia judiciária é constantemente substituída por uma demanda de ordem privada, ou seja, algumas mulheres usam o âmbito policial para adquirir um poder que elas não conseguem ter na relação conjugal. O interesse público envolve a participação da polícia em torno das suas relações interpessoais, no entanto, essas mulheres querem que o sistema modifique o comportamento do(a) autor(a), punindo-o(a), mas não criminalizando-o. Querem, na realidade, segundo a autora, que a polícia resolva os seus problemas.

A criação dos juizados previstos pela Lei 11.340 representa mudanças estruturais no Poder Judiciário brasileiro. A obrigatoriedade da ação penal traz novas questões para as formulações de gênero, que precisam ser investigadas. Debert e Oliveira (2007) indicam algumas questões a serem esclarecidas: como serão as atuações dos juizados na defesa dos direitos das mulheres? Elas serão reconhecidas como sujeitos de direitos? Ou será que homens e mulheres deverão agir de acordo com scripts familiares ditados por preceitos dos(as) juristas?

Como podemos perceber, a implementação da LMP envolve muitas complexidades, apresenta problemas de diferentes ordens, suscita novas indagações e interpretações. As experiências mencionadas aqui, evidenciam as dificuldades que se interpõem às mudanças de práticas e, especialmente, de mentalidades. Mudança de mentalidades de que a Lei é um dos frutos importantes, como resposta à necessidade de políticas públicas voltadas ao enfrentamento da violência doméstica contra mulheres, uma das principais pautas dos movimentos feministas, em diferentes tempos e lugares.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Fabrício da Mota. Lei Maria da Penha: das discussões à aprovação de uma proposta concreta de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher. *Jus Navigandi*, Teresina, ano 10, n.1133, ago/2006. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=8764>>. Acesso em: 15 de novembro de 2006.
- AQUINO, Silvia de. Violência de gênero e masculinidades: conquistas e desafios da Lei Maria da Penha. In: TORNQUIST, Carmen Susana; COELHO, Clair Castilhos; LAGO, Mara Coelho de Souza; LISBOA, Teresa Kleba. *Leituras de resistência: corpo, violência e poder*. Vol. II. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2009.
- BARSTED, Leila Linhares. A Convenção de Belém do Pará, a Lei Maria da Penha e o atendimento de homens agressores. In: TORNQUIST, Carmen Susana; COELHO, Clair Castilhos; LAGO, Mara Coelho de Souza; LISBOA, Teresa Kleba. *Leituras de resistência: corpo, violência e poder*. Vol. II. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2009.
- BRAGAGNOLO, Regina Ingrid. "Itinerário etnográfico com operadores de direito e mulheres em situação de violência em relação à aplicação da Lei Maria da Penha".

Projeto de Doutorado. Programa de Pós Graduação em Psicologia/UFSC. Florianópolis, 2010.

Carta das Nações Unidas, 1945. Disponível em: <http://www.onu-brasil.org.br/documentos_carta.php>. Acesso em: 7 de dezembro de 2009.

CEDAW - Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres. Disponível em: <<http://www.feminamericas.org/PO/tematicas/CEDAW.html>>. Acesso em: 20 de outubro de 2008.

Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA). Disponível em: <<http://www.cfemea.org.br/>>. Acesso em: 20 de outubro de 2008.

Constituição Federal Brasileira de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 7 de dezembro de 2009.

CRUZ, Rúbia Abs da. Advocacy Feminista e a Lei Maria da Penha. In: WOLFF, Cristina Scheibe; FÁVERI, Marlene de; RAMOS, Tânia Regina de Oliveira (Org.). *Leituras em rede: gênero e preconceito*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2007.

DANTAS, Benedito Medrado; MELLO, Ricardo Pimentel. Posicionamentos críticos e éticos sobre a violência contra as mulheres. *Psicologia e Sociedade*, Porto Alegre, v. 20, n. spe, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-1822008000400011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 18 de novembro de 2008.

DEBERT, Guita Grin; GREGORI, Maria Filomena. Violência e Gênero: Novas propostas, velhos dilemas. *Rev. Brasileira de Ciências Sociais*, v. 23, n. 66, fev. 2008.

DEBERT, Guita Grin; OLIVEIRA, Marcella Beraldo de. Os modelos conciliatórios de solução de conflitos e a "violência doméstica". *Cad. Pagu*, Campinas, n. 29, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332007000200013&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 29 de maio de 2008.

Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948. Disponível em: <http://www.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm>. Acesso em: 7

de dezembro de 2009.

DIAS, Maria Berenice. A Lei Maria da Penha na justiça: a efetividade da Lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher. São Paulo: *Revista dos Tribunais*, 2007.

GAUTHIER, Sônia; LABERGE, D. Entre les attentes face à la judiciarisation et l'issue des procédures: réflexion à partir d'une étude sur le traitement judiciaire des causes de violence conjugale. *Criminologie*. Montréal, v.33, n.2, 2000.

GREGORI, Maria Filomena. *Cenas e Queixas*: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: ANPOCS, 1993.

GROSSI, Miriam Pillar; MINELLA, Luzinete Simões; LOSSO, Juliana Cavilha Mendes. *Gênero e Violência: pesquisas acadêmicas brasileiras*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2006.

HERKENHOFF, João Baptista. *A Carta das Nações Unidas, os Direitos Humanos e o debate do tema no Brasil*, 2009. Disponível em: <<http://www.lfg.com.br>>. Acesso em: 7 de dezembro de 2009.

LEI 10.778/2003. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=225310>>. Acesso em: 7 de dezembro de 2009.

LEI 10.886/2004 Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=225310>>. Acesso em: 7 de dezembro de 2009.

LEI 11.340/2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm>. Acesso em 10 de outubro de 2008.

MAFFESOLI, Michel. *A parte do diabo*. Resumo da subversão pós-moderna. Rio de Janeiro: Record, 2004.

MEDRADO, Benedito. "A Lei Maria da Penha não é contra os homens, é a favor de uma sociedade sem violência": conquistas, lacunas e desafios políticos. In: TORNQUIST, Carmen Susana; COELHO, Clair Castilhos; LAGO, Mara Coelho de Souza; LISBOA, Teresa Kleba. *Leituras de resistência: corpo, violência e poder*. Vol. II. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2009.

NOBRE, Maria Teresa. Resistência feminina e estratégias de enfrentamento da violência. In: PAIVA, Antonio Cristian Saraiva; VALE, Alexandre Fleming Câmara (Orgs.). *Estatística da sexualidade*. Fortaleza: Programa de Pós-graduação em sociologia da Universidade de Ceara: Campinas. Pontes Editores, 2006.

RAMOS, Maria Eduarda. *Histórias de "mulheres": a Lei 11.340 como um possível recurso jurídico para a violência vivenciada no singular*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2010.

RELATÓRIO PRELIMINAR DE PESQUISA - Projeto: Construção e implementação do Observatório da Lei 11.340/2006 – Lei Maria da Penha, 2009. Disponível em: <http://www.observe.ufba.br/_ARQ/relatoriofinal.pdf>. Acesso em: 8 de dezembro de 2009.

RIFIOTIS, Theophilos. As delegacias especiais de proteção à mulher no Brasil e a «judicialização» dos conflitos conjugais. *Sociedade e Estado*, Brasília, vol.19, n.1, Jan./Jun. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922004000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 de julho de 2008.

RIFIOTIS, Theophilos. Sujeito de direitos e direitos do sujeito. In: SILEIRA, Rosa Maria Godoy et al. *Educação em Direitos Humanos: fundamentos teórico-metodológicos*. João Pessoa: Editora Universitária, 2007.

RIFIOTIS, Theophilos; SANTOS, Victória Regina dos. A judicialização da violência de gênero e o atendimento psicológico. In: NADER, Maria Beatriz; LIMA, Lana Lage Gama (Org.). *Família, Mulher e Violência*. Vitória: PPGHis, 2007.

SCHAIBER, Lilia Blima (et al.). *Violência dói e não é direito: a violência contra a mulher, a saúde e os direitos humanos*. São Paulo: Ed. UNESP, 2005.

SOARES, Bárbara Musumeci. *Mulheres Invisíveis – violência conjugal e as novas políticas de segurança*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1999.

TONELI, Maria Juracy; BECKER, Simone. A importância da ampliação de discussões referentes à violência masculina após dois anos da implantação da Lei Maria da Penha no Brasil. In: TORNQUIST, Carmen Susana, COELHO, Clair

Castilhos, LAGO, Mara Coelho de Souza, LISBOA, Teresa Kleba. *Leituras de resistência: corpo, violência e poder*. Vol. II. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2009.

TONELI, Maria Juracy; LODETTI, Alex Simon. *Violência Sexual e Saúde Mental: análise dos programas de atendimento a homens autores de violência sexual*. Relatório de Pesquisa, Margens/UFSC, Florianópolis, 2007.

TONELI, Maria Juracy; SIMÃO, Caio Ragazzi Pauli; BROPP, Caroline; SCHREINER, Matheus de Moura. *Violência Contra a Mulher em Florianópolis: uma análise das ocorrências registradas na delegacia especializada no atendimento à mulher após a instauração da Lei Maria da Penha*. Florianópolis, SEPEX/UFSC, 2009.

NOTAS

¹ Carta das Nações Unidas, 1945. Disponível em: <http://www.onu-brasil.org.br/documentos_carta.php>. Acesso em: 7 de dezembro de 2009.

² Os artigos da CEDAW aos quais o Brasil apresentou reservas, foram: **Artigo 15º - 4**. Os Estados-Partes concederão aos homens e às mulheres os mesmos direitos no que concerne à legislação relativa à livre circulação das pessoas e à liberdade de escolha de residência e domicílio.

Artigo 16º - 1. Os Estados-Partes adotarão todas as medidas necessárias para eliminar a discriminação contra as mulheres em todos os assuntos relativos ao casamento e às relações familiares e, em particular, assegurarão, com base na igualdade entre homens e mulheres: a) o mesmo direito de contrair matrimônio; c) os mesmos direitos e responsabilidades durante o casamento e quando da sua dissolução; g) os mesmos direitos pessoais como marido e mulher, inclusive no que diz respeito à escolha do sobrenome, profissão e ocupação; h) os mesmos direitos a ambos os cônjuges em matéria de propriedade, aquisição, gestão, administração, gozo e disposição dos bens, tanto a título gratuito quanto a título oneroso. (Estado-Parte é o país integrante do tratado). Retirado da CEDAW. Disponível em: <<http://www.feminamericas.org/PO/tematicas/CEDAW.html>>. Acesso em: 20 de outubro de 2008.

³ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 7 de dezembro de 2009.

⁴ Disponível em: <<http://www.ipas.org.br/violencia.html>>. Acesso em: 7 de dezembro de 2009.

⁵ Disponível em: <<http://www.agende.org.br/convencoes/belem/bclem.php>>. Acesso em: 7 de dezembro de 2009.

⁶ Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=225310>>. Acesso em: 7 de dezembro de 2009.

⁷ Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA). Disponível em: <<http://www.cfemea.org.br/>>. Acesso em: 20 de outubro de 2008.

⁸ Grande parte das conquistas de direitos e convenções nacionais e internacionais se deu pelas lutas de movimentos sociais, com destaque para os movimentos de mulheres e movimentos feministas, que tiveram importância para a visibilidade da violência contra mulheres.

⁹ Disponível em: <<http://www.agende.org.br/docs/File/convencoes/belem/docs/convencao.pdf>>. Acesso em: 7 de dezembro de 2009.

¹⁰ Entretanto homens também foram beneficiados pela Lei, e recentemente se pôde acompanhar dois casos: o Juiz Mario Roberto Kono de Oliveira, em Mato Grosso, determinou medidas de proteção em favor de um engenheiro agrônomo de 46 anos, que relatou que sua companheira o queimou no tórax com a ponta do cigarro. Segundo o juiz *não há previsão legal de punições* (referindo-se aos homens) *o que justifica a aplicação por analogia da lei Maria da Penha*. Disponível em: “Juiz usa lei Maria da Penha para homem da ex”, Folha de São Paulo no dia 31-10-2008. Outro caso ocorreu em Santa Catarina, em que o juiz Rafael Arnt concedeu as medidas protetivas de afastamento para um homem. Disponível em: <<http://www.clicrbs.com.br/especial/sc/jsc/19,0,2567326,Lei-Maria-da-Penha- protege-homem-em-Santa-Catarina.html>>. Acesso em 06 de julho de 2009.

¹¹ LEI 11.340 de 7 de agosto de 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/_Ato2004-2006/2006/Lci/L11340.htm>. Acesso em 10 de outubro de 2008.

¹² Disponível em: <<http://www.observe.ufba.br/observatorio>>. Acesso em: 8 de dezembro de 2009.

¹³ Estas informações foram retiradas do Planejamento elaborado pelos integrantes do Fórum e divulgadas por e-mail aos participantes.

¹⁴ Pesquisa de doutorado realizada por Regina Ingrid Bragagnolo: “Itinerário etnográfico com operadores de direito e mulheres em situação de violência em relação à aplicação da Lei Maria da Penha” sob orientação de Mara Coelho de Souza Lago, no Programa de Pós Graduação de Psicologia (CFH/ UFSC).

¹⁵ Muitas das vezes a medida protetiva de urgência foi estabelecida pela autoridade policial e delegado(a) após o inquérito.

¹⁶ Essas informações foram obtidas nas audiências públicas de medida protetiva, acompanhadas em 2008 e 2009 nos fóruns da Região Metropolitana de Florianópolis.

¹⁷ RAMOS, Maria Eduarda. *Histórias de “mulheres”*: A Lei 11.340 como um possível recurso jurídico e a violência vivenciada singularmente. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2010.

¹⁸ Art. 245 - A lei disporá sobre as hipóteses e condições em que o Poder Público dará assistência aos herdeiros e dependentes carentes de pessoas vitimadas por crime doloso, sem prejuízo da responsabilidade civil do autor do ilícito.

¹⁹ Disponível em: <http://www.pmf.sc.gov.br/portal/noticias/comunicacao/index.php?acao=destaque&cid_noticia=98>. Acesso em: 29 de dezembro de 2009.

²⁰ Desde a década de 90, funcionam no Rio de Janeiro, no Instituto NOOS de Pesquisa Sistêmica e Desenvolvimento de Redes Sociais, grupos reflexivos de gênero, em programa de atendimento a homens.

**AS EXPERIÊNCIAS LATINOAMERICANAS DE
PROGRAMAS DE ATENDIMENTOS A
HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA**

Entrevistas

CARLOS EDUARDO ZUMA

INSTITUTO NOOS
(INSTITUTO DE PESQUISAS SISTÊMICAS E DESENVOLVIMENTO DE REDES SOCIAIS)
RIO DE JANEIRO - BRASIL

*ADRIANO BEIRAS**

ADRIANO BEIRAS – Eu gostaria que você contasse um pouco de como foi a origem do Noos, como ele está agora, o que é o Noos. Além disso, gostaria que falasse um pouco mais sobre o tema da violência.

CARLOS ZUMA – A instituição na verdade não começou com a ideia de trabalhar com o tema da violência. Nós somos quatro fundadores, quatro terapeutas de família: dois psicólogos e dois psiquiatras, e nós nos conhecemos em um curso de formação de terapia de família. O que embasa essa formação em terapia de família, que fizemos no Instituto de Terapia de Família do Rio de Janeiro, é a Teoria Sistêmica. Então, ao tomar contato com a Teoria Sistêmica, vimos que ela poderia embasar não apenas essa prática social, a terapia de família, como também outras práticas sociais que fossem mais acessíveis a um público maior. Embora tivéssemos histórias profissionais diversas, os quatro compartilhávamos a ideia de que o atendimento, seja psicológico ou psiquiátrico, ou terapêutico de uma maneira geral, era muito elitizado, quer dizer, muito voltado para as pessoas de classe média ou com um poder aquisitivo mais alto, sem alcançar outras camadas da população. Tínhamos uma crítica muito grande em relação a algumas linhas terapêuticas, como, por exemplo, a psica-

*Entrevista realizada por Adriano Beiras em abril de 2006, no Rio de Janeiro, com Carlos Eduardo Zuma, Secretário Executivo do Instituto Noos.

nálise, que trabalhavam na época assim isso tem muitos anos com um foco exclusivamente individual e nós acreditávamos que só com uma atenção individual nunca teríamos um alcance maior dessas práticas. Quando nos deparamos com a Teoria Sistêmica, que tira o foco do intrapsíquico e leva para as relações entre as pessoas, achamos que, ao mesmo tempo, teríamos subsídio tanto para questões sociais como também para questões psicológicas ou relacionais. Foi aí que surgiu a ideia inicial, a primeira missão da instituição, que era a de divulgar a Teoria Sistêmica e as práticas sociais que pudessem ser embasadas nessa teoria. Começamos com a terapia de família, mediação de conflitos na família e grupos reflexivos de gênero.

ADRIANO BEIRAS - E vocês obtinham recursos de onde?

CARLOS ZUMA - Inicialmente nossos recursos provinham dos próprios eventos que fazíamos, como cursos, workshops com pessoas do Brasil e de outros países, e publicações. Temos, até hoje, uma publicação junto com o Instituto de Terapia de Família e o Famíliae, de São Paulo, a Revista Nova Perspectiva Sistêmica, e publicamos alguns livros também. Depois, trabalhando com famílias o tempo inteiro, começamos a nos deparar com o tema da violência dentro da família: a violência entre os parceiros íntimos, a violência contra crianças e adolescentes, contra os idosos, a briga de irmãos. Essa temática nos chegou pelos atendimentos, não tínhamos nenhuma ideia de como trabalhar com isso inicialmente. Começamos a estudar, a nos dedicar, enfim, a teorizar. Fomos criando na instituição o que agora chamamos de "Programa de prevenção à violência intrafamiliar e de gênero", que atende em terapia de casal e terapia de família e inclui as práticas dos grupos reflexivos com os homens e com as mulheres.

ADRIANO BEIRAS - Então, as formas de trabalho nessa área de violência seriam quais exatamente, grupos, grupos de homens, o que mais?

CARLOS ZUMA - O programa tem cinco linhas de ação: tem o que a gente chama de atendimento ou atenção direta; as sensibilizações; as capacitações; a pesquisa e as articulações. No atendimento ou na atenção direta, temos a terapia de casal e de família e os grupos reflexivos com os homens e os com as mulheres. A sensibilização são palestras e oficinas que oferecemos.

ADRIANO BEIRAS - As ações acontecem aqui mesmo ou em diferentes lugares?

CARLOS ZUMA - Em diferentes lugares, sempre somos convidados pra falar sobre o tema da violência em universidades, escolas, creches, hospitais, comunidades, em outros projetos. Por vezes falamos sobre temas relacionados à violência, mas não diretamente, como gênero, relacionamento de casais ou vida em família.

ADRIANO BEIRAS - Como esse público chega até vocês?

CARLOS ZUMA - O público de atendimento?

ADRIANO BEIRAS - Isso, em geral, para os grupos reflexivos etc.

CARLOS ZUMA - Para os atendimentos, geralmente, as pessoas vêm encaminhados por outros profissionais que prestam ou prestaram algum outro tipo de serviço à família ou a alguém da família. Quando começamos os grupos, os grupos com os homens pois começamos com os homens antes que com as mulheres, eles vinham encaminhados pela justiça, pelos Juizados Especiais Criminais. Depois, com a divulgação do trabalho, (...) tivemos até uma novela, "Mulheres apaixonadas", que tinha um personagem que batia na ex-mulher, quem fez o papel foi o ator Dan Stulbach. Ele, antes de iniciar a novela, esteve aqui na instituição, conversou com a equipe. Depois, em toda entrevista que dava sobre o personagem, sobre a novela, ele mencionava a instituição. Foi uma época em que saímos muito na mídia e o trabalho ficou muito divulgado.

ADRIANO BEIRAS - Reconhecido também.

CARLOS ZUMA - E nesse momento inverteu, passamos a ter muito mais homens encaminhados por outros serviços de saúde e de assistência social ou mesmo por procura espontânea, do que aqueles encaminhados pela justiça. E, até hoje, temos encaminhamentos feitos pelos Juizados Especiais Criminais, ou diretamente pela própria Delegacia da Mulher, mesmo que não se abra um processo, porque quando chega no JECRIM já é um processo que está instalado, mas às vezes a mulher vai na (...)

ADRIANO BEIRAS - O quê?

CARLOS ZUMA - No JECRIM, Juizado Especial Criminal. Porque a lei que está em vigor hoje, que trata dessa questão, é a lei 9.099, que é a lei que cria os Juizados Especiais Criminais e fala dos crimes de menor potencial ofensivo. Os casos de violência contra a mulher, violência doméstica, são encaminhados para o Juizado Especial Criminal. Mas, às vezes, muito antes de virar um processo, a mulher vai à

delegacia, ela não quer nem registrar a queixa, ela vai lá pra ver o que pode ser feito, aí a delegada, muitas vezes, chama esse homem e o encaminha para cá.

ADRIANO BEIRAS – E como funcionam os grupos reflexivos? Como é que é o trabalho da instituição? Somente com os homens?

CARLOS ZUMA – Temos nossa metodologia, registrada até em uma publicação, que eu posso mostrar: são 20 encontros semanais, são 20 semanas que o homem frequenta, não aqui, porque o atendimento não é feito aqui, é em um espaço em Laranjeiras (bairro) cedido pela prefeitura. Dura, geralmente, duas horas, duas horas e meia por encontro, em torno de 8 a 10 homens, junto com dois facilitadores, de preferência. Só estamos com possibilidade de realizar um grupo por vez agora, por falta de financiamento. Dedicamos no início alguns encontros onde construímos o “temário” do grupo: uma lista de temas que aqueles homens gostariam de discutir ao longo dos 20 encontros. Temas como paternidade, relação com a mulher, relação com os filhos, trabalho, sexualidade, enfim, é bem variado o temário de cada grupo. Fazemos também um contrato de convivência: como o grupo quer lidar com as faltas, atrasos e um acordo de não violência □ um acordo que, durante a vigência do grupo, enquanto os homens estiverem ali, não vão utilizar violência contra a mulher. Funciona como um pacto antiviolença, e isso é mencionado, falado nos grupos. A cada encontro vamos seguindo o temário que foi construído, que não é rígido, mas funciona como um norteador.

ADRIANO BEIRAS – Eu fiquei pensando, esse grupo reflexivo, ele funciona como um grupo terapêutico? Ou ele é diferente disso?

CARLOS ZUMA – Olha, a gente não gosta de caracterizar isso como um grupo de terapia, vamos dizer assim. Ele tem efeitos terapêuticos, mas ele não é um grupo de terapia. Por que não gostamos de caracterizar o trabalho como um grupo de terapia? Porque senão voltamos a encarar a questão como uma doença, como uma patologia, como um fenômeno unicamente intrapsíquico e não acreditamos nisso, acreditamos que a violência é complexa, que ela não tem um só fator de risco. Há questões individuais, certamente que há, mas o que prepondera é toda a construção social em relação a gênero, a como o homem constrói a sua identidade de homem, assim como as mulheres constituem sua identidade de mulher, então é sobre isso que trabalhamos. Sobre como cada um destes homens construiu sua identidade masculina e

tenta, vamos dizer assim, fazer uma desconstrução disso. Os homens percebem que existem tantas maneiras de sermos homens quanto são os homens, então, não existe uma maneira só, não precisamos obedecer àquele padrão que foi estabelecido pelo momento que a gente vive, o momento cultural que a gente vive, e, relativizando esse *script*, que a gente ganha enquanto vai crescendo, questionando mesmo, é que vamos encontrar alternativas para muitos comportamentos que nos levam a sofrimentos. Então, exatamente para não voltar a colocar a questão como fenômeno intrapsíquico ou somente individual, por encarar essa questão como eminentemente cultural, social, é que não o entendemos como um grupo psicoterapêutico. Preferimos vê-lo como um grupo reflexivo de gênero. Preferimos essa denominação a grupo terapêutico.

ADRIANO BEIRAS – Quais tipos de dificuldades vocês tiveram durante esses grupos?

CARLOS ZUMA – A maior dificuldade que a gente enfrenta é a financeira. Como manter isso funcionando, pois temos lista de espera. Ao contrário do que muita gente acha, os homens se interessam, tem uma boa receptividade, alguns deles querem refazer o grupo, ou seja, depois dos 20 encontros eles querem voltar a fazer...

ADRIANO BEIRAS – E com relação às faltas?

CARLOS ZUMA – Temos uma grande perda, embora não tenhamos como estimar, entre a indicação para a instituição, que nos são comunicadas, “ah, eu indiquei vocês para fulano”. Mesmo que nunca se tenha contabilizado, sentimos que tem uma grande perda entre a indicação e o homem chegar até a instituição. Há outra perda, já menor, entre o homem ter chegado aqui e ter iniciado o grupo, e uma menor ainda entre ele ter iniciado o grupo e ele se manter no grupo. Mas, depois do 3º, 4º encontros o número de participantes estabiliza. Aqueles homens que chegam até o 3º encontro, geralmente querem ir até o final do grupo. Então, começamos o grupo com 12 homens pra depois cair para 8, 7. E aí tem uma estabilidade e, no final, alguns homens querem tornar a fazer outros 20 encontros. Isso provocou uma mudança: antes fazíamos o grupo semanalmente e agora, com o grupo novo que estamos iniciando, realizamos o grupo durante 3 semanas e, na 4ª semana, é um encontro aberto, ou seja, podem vir homens desse grupo novo, como podem vir homens dos grupos anteriores. Isso permite que estes últimos tenham uma forma de manter

algum tipo de vínculo com a instituição. E, recomeçando o ciclo, mais três encontros do grupo novo e, no quarto, novamente um encontro aberto.

ADRIANO BEIRAS – Você pode apontar alguma dificuldade metodológica ou de capacitação, algo nesse sentido ou não?

CARLOS ZUMA – Não... não diria que dificuldade, mas, apesar de termos uma metodologia publicada, não a encaramos como algo cristalizado. A cada momento, de acordo com os facilitadores, com o próprio grupo, vamos mudando um pouco a metodologia. Não usamos a metodologia como uma camisa de força, uma coisa que se tenha que seguir, mas como um referencial, que vai sendo modificada ao longo do próprio processo.

ADRIANO BEIRAS – Como que é o relato dos homens depois de passarem pelos grupos? Como vocês diagnosticam que isso foi efetivo?

CARLOS ZUMA – Temos no final de cada processo, ou seja, depois dos 20 encontros, um encontro que é um grupo focal, ou seja, uma avaliação realizada por outros técnicos da instituição, que não são os facilitadores daquele grupo. O grupo focal tem um roteiro onde é perguntado sobre a expectativa inicial, o que eles consideraram que foi um ganho para eles, o que faltou, o que gostaram, o que não gostaram etc. Apesar de toda sistematização, nunca fizemos uma análise desse material. Temos um questionário que aplicamos na chegada desse homem na instituição, na entrevista individual realizada quando ele se inscreve, que é baseado em um protocolo internacional de trabalho com homens, mas que estamos precisando rever. Soubemos que aqui no Rio há uma universidade que fez uma adaptação melhor, então a gente está tentando...

ADRIANO BEIRAS – Qual?

CARLOS ZUMA – O Instituto de Medicina Social da UERJ fez uma adaptação desse protocolo, então queremos modificar nosso questionário. Também há um questionário de avaliação final, aplicado no dia do grupo focal. Um pequeno questionário no qual utilizamos umas carinhas: carinha feliz, carinha média, carinha triste, como alternativas de respostas para as perguntas. Temos tudo isso guardado aqui, arquivado, ainda não tivemos tempo nem dinheiro para analisar todo esse material. O que eu posso acrescentar é que esses homens que ficam aqui até o final, o histórico, o

relato de ganho é significativo, pois relatam melhora na sua vida em geral. Muitos homens não se mantêm na relação onde houve violência, mas muitos deles relatam violência em relações anteriores. Então percebemos que há um padrão de relação de interação com as parceiras. Há um relato de ganho na vida em geral, não é só naquilo ali, os benefícios se expandem para outros relacionamentos. Por exemplo, agora mesmo nesse grupo que está acontecendo, estamos no sétimo encontro, há um homem que relatou: “olha, eu joguei fora o Juquinha”. Ele tinha uma barra de ferro dentro do carro. Ele é motorista profissional, dirige uma Kombi de entrega, então toda vez que ele leva uma fechada de alguém, ele usa a barra de ferro para quebrar o retrovisor do outro carro. No último grupo ele relatou que havia jogado fora. O companheiro dele de trabalho, que o ajuda a carregar e descarregar a Kombi, perguntou: “cadê o Juquinha?”. “Joguei fora”. Relatou uma fechada que levou, em que parou do lado do outro motorista e falou: “você viu o que você fez? Você pôs em risco a minha e a sua vida”. Disse que isso mudou completamente sua forma de encarar esses eventos, ao perceber que o outro também correu risco pelo que fez. Mudou a forma de agir. Antigamente era palavrão “pra cá, palavrão pra lá”, e que agora isso não acontece. É um relato que mostra que o que é discutido ali se expande para outras áreas da vida.

ADRIANO BEIRAS – E quanto à violência sexual?

CARLOS ZUMA – Olha, não temos propriamente um relato de violência sexual dentro dos grupos. Claro que há coisas que podemos considerar violência sexual, depende da categorização de cada um. Temos homens nos grupos que falam para mulher: “ah, você tem que ter relações comigo, é sua obrigação de mulher”. Então, mesmo que não haja “um pegar a força”, há uma violência psicológica. Assim como cobram o papel de cuidar da casa, de estar com a comida pronta na hora, cuidar dos filhos e tal, também tem uma cobrança em relação ao sexo. Mas, relato de um homem que pega sua mulher à força, que obriga a mulher a transar, isso não aparece, não posso dizer que não tenha, não temos controle sobre esse tipo de coisa, dependemos do relato deles.

ADRIANO BEIRAS – Mas também está dentro...

CARLOS ZUMA – Está dentro do escopo do trabalho. Caso isso apareça, vamos lidar com o tema ...

ADRIANO BEIRAS – Como?

CARLOS ZUMA – Da mesma maneira que os outros temas, os outros assuntos: refletindo sobre isso, para discutir no grupo.

ADRIANO BEIRAS – Poderia comentar mais sobre a metodologia e também do livro?

CARLOS ZUMA – Escolhidos o tema do grupo, geralmente preparamos uma dinâmica inicial, uma dinâmica que pode ser uma dinâmica corporal, lúdica, levar um livreto, um manual, uma coisa qualquer, pedir informação sobre alguma coisa, enfim, depende do tema, depende do facilitador, da preferência dele por uma dinâmica ou por outra, o que ele está mais acostumado a fazer. Se há um terapeuta corporal, pode acontecer uma dinâmica corporal, depende da criatividade de cada um. Denominamos essa atividade como um disparador de conversa, um deflagrador de conversa. Um pouco para quebrar o gelo inicial, aquela coisa de quem fala primeiro. Então, fazemos uma dinâmica, que pode envolver todo mundo ou pode ser uma dinâmica que você divida o grupo em duplas e aí as pessoas vão conversar sobre um tema em dupla e, a partir daí, se chega ao tema que foi eleito para aquele dia. O importante não é dar conselhos para ninguém, quer dizer, as pessoas não estão ali para receber conselhos, mas caso um relato trazido por um dos homens desperte uma lembrança, desencadeia uma reflexão que os outros homens possam compartilhar, isso enriquece o relato de todos. Quando se tem a possibilidade de ter mais de dois facilitadores, como estamos tendo agora, podemos utilizar também uma metodologia que se usa em terapia de família, que são as equipes reflexivas ...

ADRIANO BEIRAS – Você se refere à metodologia usada pelo terapeuta norueguês Tom Andersen, em seu livro *Processos Reflexivos*, editado pelo Instituto Noos?¹

CARLOS ZUMA – Isso, de Tom Andersen, exatamente.

ADRIANO BEIRAS – Já li esse livro. Muito interessante para o trabalho com famílias, casais e também com grupos.

CARLOS ZUMA – É, então temos um técnico que fica mais à frente do grupo, facilitando o grupo, e os demais que ficam mais na escuta. Depois os que estiveram na escuta fazem seus comentários e voltam a abrir para o grupo comentar os comentários. Mas nem sempre a gente consegue, nem sempre a gente pode ou está afim, e depende também do momento do grupo. Mas é uma metodologia que funciona muito bem para esse tipo de grupo.

ADRIANO BEIRAS – Você tem parcerias com outras instituições, universidades, ou não?

CARLOS ZUMA – No momento temos uma parceria com a prefeitura, que cede o espaço físico em que fazemos os grupos e os atendimentos de família. Com a universidade temos muito contato, com diversos centros de pesquisa e serviços, mas não posso dizer que temos uma parceria formalizada. Com um centro de pesquisa que possui cursos de mestrado e doutorado fizemos um primeiro contato, quando surgiu a ideia de os alunos poderem aproveitar o material que coletamos e que ainda não está trabalhado, para que possam utilizar para as dissertações e pesquisas, mas isso ainda não se efetivou.

ADRIANO BEIRAS – Estão em conversação, digamos?

CARLOS ZUMA – Porque não temos pernas para tudo. Na verdade, estamos tratando de sobreviver, manter a instituição aberta, porque sem financiamento é muito difícil manter a instituição funcionando e isso acaba tomando muito mais tempo do que gostaríamos. Por isso não estamos conseguindo expandir o nosso trabalho. Na parte de pesquisa contamos com uma pesquisadora, uma voluntária aposentada do IBGE, que foi a responsável pelos indicadores sociais. É uma pessoa com muita experiência, que trabalha como consultora em metodologia de pesquisa no Brasil inteiro. Ela nos dá uma boa assessoria, mas infelizmente o tempo dela também é curto, então ela prioriza alguns temas dentro da instituição. Vamos avançando na medida das possibilidades.

ADRIANO BEIRAS – Vocês têm contato com outras instituições que trabalham com isso ao longo do Brasil, o que é essa rede?

CARLOS ZUMA – Temos, nós integramos o Comitê Gestor da RHEG, que é a Rede de Homens por Equidade de Gênero. Dentro da RHEG temos instituições com trabalhos bem diversificados com homens, mas algumas também trabalham com os homens autores de violência: tem o CES, de Santo André, e o Pró-Mulher, em São Paulo. O PAPAÍ está começando também uma pesquisa sobre o tema.

ADRIANO BEIRAS – Estamos em parceria com o PAPAÍ também. E aqui no Rio?

CARLOS ZUMA – Aqui no Rio realizamos capacitações na instituição com essa metodologia. Sabemos que alguns alunos que participaram do curso de capacitação

iniciaram alguns trabalhos, mas não temos informações como estão nesse momento. Sabemos que no Hospital Pedro II, na Zona Oeste aqui do Rio, onde já havia um trabalho tradicional com mulheres, se iniciou um trabalho com homens depois do curso que demos no Noos. Mas não temos um contato muito estreito neste momento.

ADRIANO BEIRAS - Vocês conhecem o trabalho do Núcleo de Atenção à Violência?

CARLOS ZUMA - Conhecemos sim, mas eles não trabalham com grupos, eles fazem atendimento individual. Trabalham com autores de violência, até onde sabemos, mas com uma abordagem individualizada.

ADRIANO BEIRAS - E nessa área de gênero vocês têm bastante contato com a literatura? Quem que vocês utilizam dessa área?

CARLOS ZUMA - Bastante, durante as nossas capacitações este é um tema constante, a temática de gênero. Estava até preparando uma oficina que vamos dar para uma loja, uma rede de lojas de produtos femininos, que é bem conhecida aqui no Rio, a Época Cosméticos, com quem estabelecemos uma parceria agora. Vamos oferecer oficinas de sensibilização sobre gênero e violência contra a mulher para as funcionárias deles e eles, no dia das mães, vão nos dar um percentual sobre as vendas de um de seus produtos. É uma temática que trabalhamos constantemente aqui.

ADRIANO BEIRAS - Há mais alguma coisa que queira dizer sobre a Campanha do Laço Branco?

CARLOS ZUMA - O produto principal da RHEG é a Campanha do Laço Branco. Fazemos todo ano uma manifestação na praia de Copacabana. No ano passado, sempre em novembro, expandimos também para o centro da cidade, que nunca tínhamos feito, mas infelizmente choveu no dia, então não deu muito certo. Sempre que temos oportunidade distribuimos o material da campanha: os cartazes, as fitas, os pôsteres, enfim, estamos sempre veiculando, onde temos oportunidade, e sempre nas oficinas de sensibilização que realizamos falamos da campanha também.

ADRIANO BEIRAS - Teria mais alguma coisa que você gostaria de nos informar também? Questões do Noos?

CARLOS ZUMA - Acho importante dizer que o Noos não se restringe ao Programa de Prevenção à Violência Intrafamiliar e de Gênero, embora seja o nosso carro chefe. Vamos dizer assim: é o que nos tornou mais conhecidos. Mas temos outros trabalhos

também, além desse. Acabamos de realizar o nosso primeiro curso de formação em Terapia Comunitária. É uma área que está expandindo muito, é um movimento que já está no Brasil todo, mas ainda não tinha no Rio. Enfim, temos vontade de ampliar nossos projetos voltados para o desenvolvimento local. Em uma comunidade em que estabelecemos parceria com a Associação de Moradores local e com o Centro Municipal de Assistência Social que atua na área, acabamos de realizar um projeto de Diagnóstico Comunitário Participativo, trabalhando com grupos focais com moradores e com representantes de instituições que atuam no local. É um trabalho que ainda está muito no início, mas que é interessante também.

NOTAS

¹ Para maiores informações sobre o livro *Processos Reflexivos* de Tom Andersen, ver <http://www.noos.org.br/editora.htm>

ROBERTO GARDA SALAS

HOMBRES POR LA EQUIDAD. CENTRO DE INTERVENCIÓN CON HOMBRES E
INVESTIGACIÓN SOBRE GÉNERO Y MASCULINIDADES, A.C.
CIUDAD DEL MÉXICO, DF. - MÉXICO

*ADRIANO BEIRAS**

ADRIANO BEIRAS—Primero, me gustaría que me contaras sobre esta nueva institución ¿cómo se llama?

ROBERTO GARDA - Hombres por la Equidad A. C. Pero ahorita, es importante hablar del Centro de Intervención con Hombres e Investigación sobre Género y Masculinidades, A.C (en adelante, Coriac) que el 30 de junio se cerró de manera definitiva. Está entrando en una etapa de liquidación y se están creando nuevas organizaciones para trabajar con hombres aquí en México. Tres organizaciones se quedan aquí en la capital, una es Corazonar de Francisco Cervantes, otra es Hombres por la Equidad (HE) que yo dirijo y otra es la organización que crearon algunos facilitadores y están viendo que nombre le ponen, creo que se llama MHORESVI (Movimiento de Hombres por Relaciones Equitativas y Sin Violencia). La otra organización, que se queda en Guajaca, en el sur de México, es la de Eduardo Liendro, que se llama Alternativas para la Equidad y la Diversidad. Desde HE y también de MHORESVI vamos a seguir con esta tradición de atender a grupos de hombres que ejercen violencia en el hogar y vamos a seguir con esta implementación del Programa de

*Entrevista con Roberto Garda, Ex-coordinador do Centro de Intervención con Hombres e Investigación sobre Género y Masculinidades, A.C. y actual coordinador de Hombres por la Equidad. Centro de Intervención con Hombres e Investigación sobre Género y Masculinidades, A.C. Fue concedida a Adriano Beiras, en Ciudad del México, DF. México, en junio de 2006.

Hombres Renunciando a Su Violencia (PHRSV). ¿Una pregunta es cómo empecé yo en la institución, mi historia personal?

ADRIANO BEIRAS – Sí y ¿cómo empezó Coriac... ¿Eres uno de los fundadores ¿no?

ROBERTO GARDA – Yo soy cofundador, llegué dos años después que Coriac inició propiamente. Entré en un momento en que Coriac tenía un cambio institucional: pasa de ser un grupo de amigos y sin financiamiento a una institución que tiene financiamiento y que tiene un organigrama, una estructura interna. Y a mí me ofrecen la labor de coordinar todas las actividades del área de violencia; Francisco Cervantes lleva todo lo que son las actividades de paternidad y Eduardo Liendro asume el cargo de director. Entonces yo entré a Coriac. Sin embargo, yo no ingresé a Coriac como una persona que es contratada, sino que yo entré a grupos de reflexión. A mí no me interesaba este tipo de trabajo, ni lo conocía. Yo vengo de trabajar en bancos, soy economista y vengo de trabajar en la secretaría de economía. Entonces, realmente yo nunca imaginé que existiera este tema. Y también vengo de una tradición de militar en partidos comunistas, vengo de una formación socialista. Entonces, yo para sobrevivir estudié economía y trabajé en bancos, pero siempre estuve en partidos de izquierda, en el partido comunista mexicano, en el partido socialista, siempre tuve esta inclinación social. Y, bueno, llega un punto en mi vida cuando nace mi hija que me cuestiono mucho. Yo estaba trabajando en la secretaría de economía y acababa de irme a vivir con mi pareja, de vivir juntos en una unión libre, y entonces Tania nace a los once meses de vivir con Luisa. A mí me afectó mucho su nacimiento porque yo no sabía educarla y porque en la secretaría me empiezan a hacer un cuestionamiento muy fuerte de por qué yo hablaba tanto de mi hija, por qué me preocupaba tanto por ella, de que eso era problema de mujeres, que no era problema mío. Y eso me hizo cuestionarme más. El nacimiento de mi hija es como el último evento que me da la motivación suficiente para dejar la economía, porque no me gustaba todo esto... liberal, por mi manera de pensar de izquierda y este acontecimiento es el motivo justo para salir. Cuando yo renuncio, empiezo a buscar grupos de papá y a trabajar de una manera independiente. Buscando esos grupos me di cuenta que los hombres no se reunían, yo pensaba que los hombres se reunían. Y un día veo un anuncio que decía: “ven a los grupos de papá” de Coriac y aparece la dirección. Voy. Y dónde yo voy es a los grupos de hombres violentos. Antes teníamos

otro modelo, de Antonio Ramírez, y a mí no me llamó la atención, porque yo quería grupos de papá. Estuve en la sesión, me quedé, me salí sin la idea de regresar, pero cuando me cuestiona mi pareja, porque vio la propaganda unos días después, ella me dice “que sí eres violento, es que sí tienes problemas de violencia, ve al grupo”. Y yo dije “voy al grupo” y no me costó trabajo porque yo ya estaba yendo a terapias. El trabajo personal no me era desconocido, estaba en terapia de bioenergética, “pues bueno, si hay cosas que me sirven, perfecto”. Entonces empecé a asistir a los grupos y ahí encontré a varios compañeros que tú conociste como facilitadores, empezamos juntos y empecé a hacer trabajo personal. Un día me quedo sin dinero, por no tener trabajo y Eduardo Liendro, que era el director, me dijo: “entra a trabajar a Coriac” y yo dije: “muy pequeño eso, a mí no me interesa, yo no voy por aquí”. Me dijo: “no, mira, ayúdanos a transcribir unas cosas y eso te puede servir a ti”. Yo dije: “perfecto”. Y yo creo que ya con el tiempo Eduardo me vio cualidades, llegó el recurso fuerte, se hace la institucionalización y me llama y me dice: “Roberto, te pasamos el área de violencia”. Yo en ese momento acababa de viajar a Chile, porque empezaba a involucrarme con el movimiento de los consumidores, empezaba a ver que podía yo darle a la economía un sentido social. Entonces yo tuve que elegir entre meterme a asociaciones civiles por los derechos de los consumidores o meterme a Coriac, dónde había un rollo más feminista que yo no manejaba, la verdad, que no me interesaba. Y fíjate que el sentido del grupo a mí me llamó mucho la atención, me dije: “empecemos en este grupo”. Mi interés fue del trabajo personal y del trabajo en grupo, nunca pensé la dimensión que podría tener esto. Y básicamente, con el tiempo asumí el área, empecé a coordinar a los grupos, empezamos a sistematizar el modelo de intervención en los manuales que te enseñamos. Y entonces, empecé a aplicar todo lo que ya había aprendido respecto a la forma de pensar y de trabajar de esta asociación civil, Coriac. Y me empieza ir muy bien, coordino los grupos, hago sistematizaciones...

ADRIANO BEIRAS – ¿En qué año fue esto?

ROBERTO GARDA – Te estoy hablando de los años 97, 98. Empiezo a viajar mucho, voy a Brasil, voy a España. Y entonces, algo que me voy dando cuenta es que a los hombres que están entrando a este tema se les da mucha credibilidad, cobertura en periódicos y las mujeres creen y apoyan mucho a los hombres que entran a este

tema. Me di cuenta que esto es una responsabilidad muy grande y que muchos de los hombres que entran a este tema no reflexionan sobre eso, sino que ven el privilegio como algo natural. Y, justamente, porque a mí me empezó a ir muy bien es que pensé: "Espérate, o sea, qué bueno que te vaya bien, pero tú estás aquí por tu onda con tu hija, por el rollo de la paternidad, de parar con tu violencia". Y también me di cuenta que no podía ejercer el poder que me da este tema como hombre de una manera irresponsable. Y esto yo creo que es una característica en mi trabajo: la mirada muy autocrítica a las cosas que hacemos, muy atenta a los privilegios que podemos obtener en este tema. Y, de hecho, esto fue fundamental para los conflictos en Coriac, porque empiezo a ver a otros compañeros que asumen el privilegio sin cuestionarlo, sin ningún seguimiento a los movimientos feministas, de rendir cuentas.

ADRIANO BEIRAS – Pero ¿qué quieres decir con la palabra privilegio?

ROBERTO GARDA – Mira... yo creo que los hombres que entran a este grupo, a este tipo de trabajo, reciben privilegios de viajes, privilegios económicos.

ADRIANO BEIRAS – Los facilitadores.

ROBERTO GARDA – Todos los que trabajan. Y es que el privilegio se distribuye por clases sociales. Por ejemplo, para algunos facilitadores es un privilegio ir a los medios de comunicación y, de repente, aparecer en la televisión, en la radio; para otros facilitadores es un privilegio que te paguen por talleres, por dar charla; y para otros facilitadores, y te lo digo también como facilitador, porque yo soy también facilitador de los grupos, primero en el Coriac y ahora en HE, de repente te das cuenta que tienes a otro grupo de hombres que te dan mucho poder, porque creen en lo que haces... y eso te da mucha responsabilidad. Esos son los privilegios a los que me refiero y muchos otros privilegios ¿no? Privilegios con tu familia, con tu pareja, porque creen en lo que estás haciendo; privilegio con tu hija, con tus hijos, porque creen realmente en que estás asistiendo a un taller a fin de parar tu violencia. En el año 2001 organicé un encuentro con modelos de intervención de Estados Unidos, de Brasil y de México, en donde vinieron varios compañeros, vinieron Marcos Nascimento y Gary (Backer) de Promundo. Entonces, este encuentro para mí es muy importante, porque empiezo a ver varios modelos de intervención de compañeros de, por ejemplo, Los Compadres, de Los Angeles; Evolve de Fernando Mederos de Nueva York; México Center de Juan Carlos Arián; de Boston, aunque

no está ahí... Empiezo a ver esos modelos, el de Promundo... me hubiera gustado ver el trabajo del Instituto Noos, pero no se pudo.

ADRIANO BEIRAS – ¿Conoces a Noos también?

ROBERTO GARDA – Sí, de Fernando Acosta. Viene entonces Antonio Ramírez, viene la Alianza Latina, viene Julia de Perilla de Atlanta. Y ahí se presentan varios modelos de intervención y conversando con estos compañeros... Bueno, yo participo también hablando sobre Coriac y su modelo de intervención. Y algo que yo veo, en el fondo del debate, es hasta dónde realmente estos modelos de intervención son exitosos. Se tiene que profundizar en ver si estas instituciones, si estas personas que están aplicando estos modelos, están teniendo un trabajo personal coherente, una mirada crítica sobre los privilegios, sobre la posibilidad del abuso de su poder y si tienen una alianza con el feminismo. Algunos modelos de intervención están más aliados del feminismo y otros menos. De hecho, cuando estuve en Brasil, yo ya había visto compañeras que cuestionaban muy fuerte el trabajo de esos compañeros, del instituto Noos.

ADRIANO BEIRAS – Más terapia familiar ¿no?

ROBERTO GARDA – Yo creo que es un trabajo muy educativo, interesante, pero que le falta centrarse más en la discusión del poder, ahí está toda la discusión. En Brasil hay modelos de intervención muy buenos e interesantes, pero en última instancia encontramos este cuestionamiento del feminismo: "Bueno y ¿en dónde se está cuestionando el poder? Después, cuando voy a España, escucho a compañeras cuestionando formas de trabajo de los compañeros, dónde ya están viendo que hay formas de trabajo muy interesantes acerca de sexualidad, paternidad, cuerpo, masculinidad, pero ¿y el poder qué? Entonces, esas reflexiones ya las iba inaugurando y también algo que me pasó cuando fui a los Estados Unidos, es que conocí el modelo de Emerge.

ADRIANO BEIRAS – ¿Emerge?

ROBERTO GARDA – Yo no sabía que era el primer programa a nivel mundial, o por lo menos en Estados Unidos. Pero lo que yo veo ahí es todo lo contrario, es un modelo de intervención que castiga muy fuerte a los hombres. Yo tengo un artículo donde reflexiono acerca de la existencia de modelos de intervención que reproducen el

modelo masculino, violentando a los hombres violentos. Para mí ese modelo de Emerge hace eso precisamente. De este modelo de Emerge surge el modelo de Duluth, que es el que rige toda la intervención con hombres en Estados Unidos. Entonces, basándome en estas experiencias -todo esto antes de este encuentro del año 2001- yo ya tenía esta reflexión. Yo decía, hay modelos de intervención que se centran tanto en la cuestión del poder que acaban cosificando a los hombres, y los ven como esta palabra "battered", "golpeador" y los violentan muy fuerte. Y, en el otro extremo, yo veía modelos de intervención que abordan las masculinidades, pero que borran, acaban haciendo un tema más al de violencia. Cuando la cuestión de la violencia es transversal a todos los temas, es "violencia masculina y paternidad", "violencia masculina y sexualidad", "violencia masculina y salud". O sea, en este otro extremo veían como un tema más a la violencia masculina, aparte sexualidad, aparte paternidad. Era un tema más.

ADRIANO BEIRAS – Y no interrelacionándose...

ROBERTO GARDA – Y no interrelacionándose, no como algo transversal, como, por ejemplo, en la perspectiva de género. Yo tengo una formación sociológica, porque en este ínterin en que conseguí este trabajo, conseguí también una beca en la Universidad Autónoma de México, para estudiar la maestría en sociología. Entonces, cuando yo veía temas de la maestría sobre el poder y cuando yo entro a este campo de trabajo -pues ya era un campo de trabajo para entonces- yo empiezo a ver que lo que está delante es la cuestión del poder. En este encuentro del 2001 con las organizaciones, yo veo que lo que se está debatiendo es hasta dónde los modelos de intervención cuestionan o no la posición de poder de los hombres. Pero el problema no es solamente que se cuestione, sino cómo lo cuestionas. Porque hay modelos de intervención que pueden cuestionar este poder violentando a los hombres y hay modelo de intervención que pueden cuestionar este poder sin lograr ningún cambio en los hombres sobre el ejercicio de este poder. Porque son modelos de intervención que no quieren cuestionar, nada más los quieren tener ahí porque...-y esto es algo que yo creo que está pasando ahorita para quienes trabajamos con hombres- te puede dar para vivir. Entonces, algo que empecé a observar en este encuentro del año 2001, es que ya se está profesionalizando, que ya hay gente que vive de eso. Y eso tiene dos caras, es una entrada de dos hilos: puede ser muy bueno porque te

especializas en este tema y puede ser muy malo porque estás haciendo de la violencia un negocio.

ADRIANO BEIRAS – ¿Y antes eran hombres que trabajaban más políticamente?

ROBERTO GARDA – Yo creo que la diferencia que se está dando con el movimiento que atiende mujeres maltratadas es que las mujeres maltratadas quieren realmente terminar con esa violencia: una mujer que va a los grupos de reflexión de mujeres, las facilitadoras quieren intervenir con ella y que se vaya, porque tiene que hacer su vida, que construir, es decir, tiene todo por delante. Y eso es algo que yo no estoy encontrando mucho en los grupos de hombres, en dónde las instituciones no quieren que los hombres se vayan, porque los hombres pagan por estos cursos. Vamos a suponer que no es algo intencional, pero estas instancias no deberían existir, estos programas no deberían de existir. Me preocupa ver compañeros que trabajan bajo la lógica, debemos saber parar... saber hasta dónde debemos intervenir. Tal vez no me estoy explicando de una manera clara, pero mi idea es que los mejores facilitadores y las mejores instituciones son aquellas que reconocen que tienen límites.

ADRIANO BEIRAS – ¿Cuál es el límite?

ROBERTO GARDA – Creo que el límite es la ética. Creo que hay límites éticos que no se han escrito para el trabajo con hombres. Te voy a contar el por qué del problema de Coriac, por qué termina. Termina cuando yo empiezo a construir con los facilitadores un código ético. Cuando empiezo a poner límites a los facilitadores de que es necesario un trabajo personal, de que tienes que estar en terapia para poder estar atendiendo grupos de hombres.

ADRIANO BEIRAS – Sí, es complicado: yo asistí a la reunión en un grupo de tercer nivel y me quedé muy impresionado y pensando muchísimo en mis propias cuestiones personales...

ROBERTO GARDA – Claro. Dos, cuando yo les digo a los facilitadores que los grupos se tienen que abrir a los movimientos feministas y que ellas puedan observarnos, pueden retroalimentarnos. O sea, los grupos no pueden ser cerrados, no puedes hacer de eso un privilegio, tienes que abrir y rendir cuentas. Tercero, cuando yo les digo a los facilitadores que va a haber principios de conducta y de relaciones no violentas entre nosotros y que estas relaciones no violentas significan respeto,

puntualidad, buen trato, otros puntos y que la implementación de los grupos de reflexión debe ceñirse a lo que dicen los manuales, que ya se han sistematizado. Porque se hizo recurrente en Coriac la improvisación de los facilitadores.

ADRIANO BEIRAS – ¿En todos los niveles?

ROBERTO GARDA – En todos los niveles. Es muy interesante todo el proceso que se empieza a dar en Coriac, se improvisa, no se respeta lo que dicen los manuales.

ADRIANO BEIRAS – Cuando dices improvisar ¿te refieres a que no se puede ir más allá de los manuales? ¿O habría algún grado de maleabilidad?

ROBERTO GARDA – Yo creo que la sistematización te da un camino, que es importante que lo sigas, sobre todo cuando estás desarrollando o empezando a desarrollar la metodología, y en el camino esto se va flexibilizando. Pero esta decisión de flexibilizar debe ser fruto de una negociación, se debe explicar por qué se hace. Te doy ejemplos: Yo he abierto grupos en Colina, en Veracruz, en Jalisco, en Villa Hermosa, en Torreón, en Monterrey, es decir, yo he estado capacitando a nivel nacional muy fuerte. Y una constante que he estado encontrando en todos estos estados es una actitud de cooperación para negociar estas cosas que sí se pueden negociar. Te dicen: “Roberto hemos cambiando tal dinámica” o “Roberto, te proponemos cambiar tal dinámica por tal razón”. Entonces dices “perfecto, hasta está mejorando ¡órale!”; Otra cuestión muy diferente es cuando se hace del grupo de reflexión un espacio de poder, en dónde se va a dictar lo que yo diga y no permito que se haga una mirada crítica acerca de lo que se estoy haciendo. Volviendo un poco al motivo de fondo del porqué termina Coriac, termina cuando se hace esta propuesta de código ético, entonces las fuerzas adentro de la institución dicen no. Aunque hubo facilitadores que decían que sí, que querían apoyar esto.

ADRIANO BEIRAS – Muy interesante...

ROBERTO GARDA – Hay fuerzas que dicen que sí apoyan esta propuesta ética, hay fuerzas que dicen que no. Ese fue el motivo de fondo por lo que se termina. Otro motivo es que se empieza a hacer un trabajo alejado de los principios por los cuales se fundó Coriac, un trabajo más basado en terapias familiares, en constelaciones familiares.

ADRIANO BEIRAS – ¿Pero esto no podría ser bueno?

ROBERTO GARDA – Es que aquí la cuestión no es si es bueno o malo... es como una trampa. Más bien, depende de si la institución guarda correspondencia con sus principios en lo que estás haciendo.

ADRIANO BEIRAS – ¿Y cuál eran los principios de Coriac?

ROBERTO GARDA – La perspectiva de Coriac es establecer un trabajo feminista, era atender la violencia masculina desde una perspectiva de género, desde una crítica hacia estereotipos tradicionales de la masculinidad y desde una crítica a los estereotipos tradicionales de género, de la identidad masculina. Pero estos principios se empiezan a perder. De repente nos empiezan a llamar feministas y a decir: “oye, Roberto, en tal lugar fueron gente de Coriac y lo que dijeron fue... discúlpame, no tiene nada que ver con la línea de Coriac”. Y, más allá de eso, lo que están haciendo es una propuesta que violenta a las mujeres, eso es preocupante. Están proponiendo una paternidad que va a entrar en conflicto con el derecho de las mujeres; están haciendo una propuesta de prevención de la violencia que no previene la violencia de género. Por ejemplo, la educación para la paz o la educación para la resolución no violenta de los conflictos son buenas propuestas, pero no responden a los principios de Coriac.

ADRIANO BEIRAS – Todos mezclados, sacudiéndose dentro de Coriac, pero estaban unos contra otros, diferentes intereses...

ROBERTO GARDA – Fíjate que coexistieron estos intereses por más de cuatro años. Existió una coexistencia, pero hubo eventos que desencadenaron un conflicto más fuerte y por esto termina.

ADRIANO BEIRAS – Entonces ¿tú dices que el marco teórico inicial de Coriac era más feminista?

ROBERTO GARDA – Era más feminista.

ADRIANO BEIRAS – Pero en la medida en que se empezaron a traer nuevos marcos teóricos, ¿no hubo una comunicación entre ustedes?

ROBERTO GARDA – Sí se conversó, sí se intercambiaron puntos de vista, pero la propuesta inicial de Coriac era política, social, sociológica y educativa...

ADRIANO BEIRAS – ¿Qué no incluía una dimensión marcadamente terapéutica?

ROBERTO GARDA – Que incluía técnicas terapéuticas. De hecho, el modelo incluye muchas propuestas terapéuticas, pero la perspectiva es educativa, es política y social. Y se estaba queriendo pasar de esta propuesta a una más terapéutica, más centrada en la cuestión del malestar emocional de los hombres, alejándose de todo lo que es el aspecto político. Prácticamente por eso termina Coriac. Entonces, existiendo estas experiencias de intervención en América Latina, en España y en Estados Unidos; viendo estas experiencias en Coriac y en HE, me doy cuenta que es muy importante construir principios comunes, enmarcar estas instituciones y estos modelos de intervención con hombres bajo principios éticos. Que sí tienen una intencionalidad política, no son neutrales, que deben responder a momentos históricos y a alianzas concretas con movimientos sociales. Y esto es algo que, precisamente, se está fundando en Hombres por la Equidad. Me parece importante compartir contigo esta experiencia que hice durante seis años de abrir grupos en varias partes del país. Y, fíjate, ahí encuentro algo muy interesante, porque también se relaciona mucho con lo que yo veía en otros países en intervenciones con hombres. Por ejemplo, cuando voy a Mérida, las compañeras me dicen: “Roberto fíjate que nos están presionando mucho algunos facilitadores”. Digo “¿En qué las presionan?” “Es que nos están pidiendo... ya les dimos sala, ya les dimos sillas, una línea telefónica y ahora nos están pidiendo para que les apoyemos para un mejor salario; disculpa Roberto, pero el acuerdo inicial no era ese”, me dicen las compañeras, “el acuerdo inicial era que este trabajo iba a ser voluntario, como las facilitadoras mujeres con los grupos de mujer”. Voy a Colina, un grupo de cuatro facilitadores, llego yo y me entrevisto con las compañeras también y algo que me dicen es: “Roberto, en este grupo de hombres están pegando muy fuerte por ver quién tiene el control del grupo”, dicen: “¿de eso se trata?”, me dicen las compañeras, “¿no se supone que deberían cooperar? ¿Por qué compiten?”

ADRIANO BEIRAS – ¿Estas son otras instituciones que fueron capacitadas?

ROBERTO GARDA – Sí, en el Programa de Hombres Renunciando a su Violencia. Son otras instituciones, públicas en su mayoría. Y algo que yo veo en estos grupos de hombres era una competencia muy fuerte entre ellos por ver quién era el que lideraba estos grupos, en Colina. Entonces, a mí me llamó mucho la atención porque, por ejemplo, voy a Torreón con Hombres Nuevos de la Laguna y encuentro mucha cooperación entre los hombres sin ningún problema y las compañeras feministas

con las que me entrevisto reconocen mucho el trabajo con los compañeros. Al poco tiempo me hablan de Mérida y me hablan de Colina: “los compañeros están agarrando, por favor ve”. Voy y encuentro en Mérida que los compañeros empiezan a violentar a las compañeras de la Casa de la Mujer de Mérida exigiendo más salarios. Me pareció muy interesante en términos de investigación porque dije, mira, se suponía que en grupos de hombres ocurre a la inversa y no como aquí donde, primero, no reconocen el trabajo de esas mujeres y, segundo, acaban violentando a las compañeras que las apoyan, o sea, violencia contra las mujeres. Lo que se hace es cortar y se quedan dos compañeros que no habían tenido problemas con las mujeres. Voy a Colina y pasa lo mismo: se pide que se retiren esos compañeros y acaba asumiendo la coordinación de los grupos un asistente joven, que estaba interesado, le proponen las compañeras que asuma la coordinación y él hasta la fecha está llevando los grupos. Tú sabes... he escrito cosas sobre esto, sobre lo difícil que es para los hombres poder realmente despojarnos de estas cuestiones. Primero, la dificultad para cooperar; segundo, la dificultad para renunciar a los privilegios.

ADRIANO BEIRAS – Cuando dices privilegio, ¿dices privilegio de género también?

ROBERTO GARDA – Sí, siempre está en relación, son privilegios de género. La cuestión es con los privilegios que adquirimos cuando entramos los hombres a estos temas, tiene que ver mucho con si tenemos la capacidad para traducirlo en apoyo al movimiento de mujeres. Yo creo que para eso debemos realizar este trabajo. Yo siempre he dicho: la alianza no es con los hombres, es con las mujeres. Si tenemos que trabajar con los hombres, trabajamos con hombres, pero yo lo que veo es que muchos hombres interpretan que la alianza es con hombres. Y creo que no, que esto es perder la visión histórica de lo que son los grupos oprimidos. Creo que ahí hay un error, es como si no comprendiéramos que la alianza es con el movimiento homosexual, de los hombres homosexuales, con los movimientos indígenas, con los jóvenes. La alianza es con ellos y no con estos grupos de hombres que somos tan heterosexuales, que somos tan posicionados socialmente. La alianza no es con nosotros mismos. Las organizaciones que he sentido que mejor pueden realizar una buena labor, son organizaciones que saben que es absurdo que existan como tales y que no pierden de vista que su alianza no es con los hombres directamente, sino con las mujeres, y para eso hay que trabajar con los hombres.

ADRIANO BEIRAS – Otra cosa que quería preguntarte es ¿cuáles son las habilidades fundamentales para que una persona facilite talleres con hombres autores de violencia?

ROBERTO GARDA – Creo ser importante, no para los facilitadores, sino para las instituciones, coser principios y códigos éticos, con toda la intencionalidad política y claridad ideológica, con relación al movimiento feminista y al movimiento gay. Es indispensable y, obviamente, con el movimiento indígena, etcétera. Los facilitadores deben, primero, tener claridad de con quién es la alianza: la alianza es con las mujeres, trabajamos con hombres violentos para detener la violencia hacia las mujeres y hay que ser fiel a este principio. Segundo, deben ser hombres que tuvieran resueltos a nivel emocional muchos problemas de su vida, para que no acaben viendo a los grupos de hombres como una propiedad... porque de repente los grupos de hombres acaban volviéndose una propiedad. Y esto es lo que está pasando por ahí. Además, hombres y mujeres podemos trabajar con hombres violentos. De hecho, yo he capacitado mujeres, no he tenido problemas... Bueno, sí he tenido problemas pero se han ido solucionando de una manera interesante.

ADRIANO BEIRAS – ¿Cómo sería una propiedad? ¿Qué quiere decir eso?

ROBERTO GARDA – Que aunque apoyes al compañero para que termine su violencia no reconoces cuándo es el momento de que se vayan, sino que lo dejas ahí, porque con o sin intención, te conviene que esté ahí, por cuestión económica, para que no termine esto. Un facilitador debería saber que esto se debe terminar y que estos hombres deberían irse rápido, que no deberían estar aquí. Este es el sentido de desprendimiento de las cosas, que tiene mucho que ver con el sentido de desprendimiento del poder y del privilegio. Un tercer momento que importante es el del trabajo personal, que los facilitadores siempre estén yendo a varios tipos de terapia personal. Otro elemento muy importante es la capacitación, que estén informados acerca de la problemática de la violencia familiar, de la violencia de género, de la violencia cultural. Que estén informados sobre muchas técnicas terapéuticas, sin que esto se vuelva un espacio terapéutico, pero sí que sepan cuando responder en un momento de crisis o cuando alguien está muy abierto, como cerrar emocionalmente esto. O si lo vas a dejar abierto, dar una explicación clara y coherente de porqué se quedan en este momento y hacerle una invitación, brindándole

lineamientos de qué puede hacer con este dolor, con esta experiencia emocional tan fuerte de los hombres. Una quinta característica que debería tener un facilitador, es la de ser un hombre con la disposición de dar cuentas al movimiento feminista y a la sociedad en general. Es decir, que no se sientan mal de que de repente haya una mujer o que asista una pareja para que vea el trabajo del grupo.

ADRIANO BEIRAS – ¿Y esto no es común?

ROBERTO GARDA – Usualmente, cuando se invitaba a las mujeres a Coriac, varios de los facilitadores reaccionaban de una manera muy agresiva, o sea, no escuchaban las experiencias de las feministas. Otra característica que pueden tener los hombres es que no tengan problemas con la autoridad, que sepan que este trabajo de facilitador es una o dos veces a la semana, y tú tienes todas las otras horas de la semana para resolver tu vida en muchas otras cosas, pero aquí vienes a sobretodo con el fin de parar tu violencia como facilitador o como asistente. Es importante que sepan los hombres que la asistencia al grupo es, sobre todo, por ellos mismos y con el objetivo de parar su violencia, no es un trabajo más. Y a mí me preocupa que muchos hombres lo consideren un trabajo más, en un sentido laboral, y yo no creo que eso sea un trabajo igual. Esto es algo sobre todo personal.

ADRIANO BEIRAS – Entonces todos los facilitadores deberían tener sus trabajos, sus otras cosas y hacer algo como un trabajo social. ¿Y cómo se mantendría la institución?

ROBERTO GARDA – Con proyectos sobre talleres, con trabajos sobre masculinidad, con proyectos...

ADRIANO BEIRAS – O sea, no sería un empleo que alcanzar para una persona sustentarse a sí mismo y a su familia

ROBERTO GARDA – Mira, los grupos de hombres nunca te van a mantener, nunca te van a dar recursos para vivir.

ADRIANO BEIRAS – ¿Y siempre los grupos son pagos?

ROBERTO GARDA – Aquí en México, en el Distrito Federal, en la capital, sí. Pero en las Unidades de Prevención y Atención a la Violencia Familiar (UAPVIF) en donde las compañeras con las que conviviste ayer, todas ellas atienden grupos de hombres, que no les cobran. Y es la misma metodología.

ADRIANO BEIRAS – ¿Dónde quedan?

ROBERTO GARDA – El Distrito Federal se divide en 16 departamentos o delegaciones. En cada delegación hay un grupo de hombres, que es atendido en la unidad de atención a la violencia.

ADRIANO BEIRAS – ¿Pertenece al estado de México o al D.F.?

ROBERTO GARDA – Es estatal. Entonces ahí no se cobra, en los estados no se cobra, porque quiénes contratan son los estados.

ADRIANO BEIRAS – ¿Y nunca los asistentes son obligados a estar acá?

ROBERTO GARDA – Fíjate que aquí en el Distrito Federal, en México en general, las leyes son muy laxas, demasiado flexibles. Por eso, algo que vas a encontrar en las leyes es que “se sugiere que los generadores o los agresores asistan a trabajos terapéuticos”, pero no existen mandatos. Porque en México, como en toda Latinoamérica, las estructuras legales son muy débiles, muy diferentes a las condiciones que permiten los modelos de intervención de Estados Unidos o Europa, dónde la estructura jurídica sí es muy fuerte y en dónde se puede dar seguimiento si un agresor no va a su terapia o a su grupo. Aquí en América Latina hemos optado por una propuesta más voluntarista, porque las instituciones que previenen la violencia familiar en el género son instituciones muy violentas. Y en México es muy corrupta la ley. Entonces, nosotros preferimos que los hombres vengan por su propio pie, de manera voluntaria, a que vengan golpeados por un judicial o amenazados por un juez o por un abogado, porque van a llegar más enojados y eso requiere otra metodología. El PHRSV trabaja con hombres que están en crisis y con hombres que voluntariamente asisten. No funcionaría con hombres muy enojados que se sienten amenazados, que no quieren renunciar a su violencia. Estos requerirían una intervención de corte menos educativo y más terapéutica y haría falta otro entorno judicial.

ADRIANO BEIRAS – Gracias. Y ¿podrías decirnos cuáles son las diferencias de tu nueva institución para con Coriac?

ROBERTO GARDA – Ya no es con Coriac, sino con las otras organizaciones, con la organización de los facilitadores, MHORESVI, o con Corazonar de Francisco o con Alternativas para la Equidad y la Diversidad de Eduardo Liendo. Mira... para empezar,

una gran diferencia es que HE tiene una alianza muy fuerte no solamente con el movimiento feminista, sino con el movimiento de la diversidad sexual, con el movimiento de los jóvenes, con el movimiento indígena que está impulsando el Ejército Zapatista de Liberación Nacional (EZLN). HE se ubica dentro de la izquierda de una manera muy clara.

ADRIANO BEIRAS – ¿Puede decir que es más político que los otros?

ROBERTO GARDA – No, voy a eso. Ideológicamente sí nos ubicamos más a la izquierda. Coriac era muy del centro y llegamos a recibir de quién yo no estaba de acuerdo que recibiéramos recursos... gente más de derecha, por ejemplo. Eso es una diferencia. Otra diferencia es que HE es, sobretudo, un centro de investigación. O sea, yo pienso que ahorita hay como una tercera ola en las organizaciones de la sociedad civil, en las ONGs en México, que son organizaciones civiles que, además de hacer prevención en violencia de género y de dar atención en violencia de género, son organizaciones civiles dedicadas a la investigación.

ADRIANO BEIRAS – ¿Había investigaciones en Coriac?

ROBERTO GARDA – Había pocas investigaciones en Coriac y, básicamente, yo era quién las impulsaba. Pero algo que noté mucho en Estados Unidos y que también existe en México es este divorcio entre la sociedad civil y la academia, la universidad. En Brasil yo vi que no, que está muy articulado. Esto siempre me ha llamado mucho la atención de Brasil, esta articulación entre la reflexión teórica y los movimientos sociales. Eso lo aprendí allá. Hay de todo, hay compañeros como, por ejemplo, Sócrates...

ADRIANO BEIRAS – Sócrates Nolasco, ¿de Rio?

ROBERTO GARDA – Sí. Me parece que él está muy en la academia, creo que está alejado de la sociedad civil, pero puedo equivocarme. Yo creo que sí hay mucha articulación. Entonces, yo retomo eso mucho y te digo que HE es, sobretudo, un centro de investigación. Ahí vuelvo a lo anterior, respecto a políticas públicas, esto es una gran diferencia con Coriac y con las otras organizaciones que se formaron. Pienso que los hombres que atendemos somos hombres internamente muy desarticulados, tenemos una vida muy desarticulada, una vida un poco o muy caótica. Entonces, yo creo que sí tenemos una responsabilidad de encontrarles un orden, en

el espacio, en el ambiente, en los facilitadores, en los directores. Y que tenemos una responsabilidad ahí de mucho trabajo personal. Yo, por ejemplo, ahorita ando viendo cuestiones de tai chi, del budismo. Yo no creo en el entorno religioso en general, pero algo que vendrá a ser una tendencia importante en el movimiento de hombres, es una recuperación, desde un sentido feminista, y no desde un sentido como lo usan los mito-poéticos, de toda esta cuestión de espiritualidad. Esta entendida en un sentido de orden, de interior, de decisión de ya no hacer la violencia. El deseo y la decisión de construir la equidad con otros grupos sociales, es una característica de HE.

ADRIANO BEIRAS – ¿Como si se trabajase más lo espiritual que lo existencial?

ROBERTO GARDA – Sí, pero siempre desde una perspectiva política. Nunca lo espiritual o lo existencial por sí mismo.

ADRIANO BEIRAS – Y la perspectiva terapéutica, psicológica... también será trabajada en HE, ¿Hay psicólogos acá?

ROBERTO GARDA – Sí. Casi todo el equipo es de psicólogos, pero fíjate que HE no va a expulsar modelos terapéuticos fuertes, pero tenemos acá un área terapéutica.

ADRIANO BEIRAS – O sea, el que quiere hacer una cosa más individual se encamina al área terapéutico...

ROBERTO GARDA – Lo que quiero es que haya un orden. Lo educativo tendrá su orden en el grupo de reflexión y habrá grupos de reflexión para papás, para hombres violentos, y a ver qué más hay para los jóvenes. Lo terapéutico también va a tener su lugar, habrá terapias grupales y terapias individuales para hombres que quieran profundizar en su experiencia emocional. Te cuento lo que conversaba ahorita con el compañero que lleva el área terapéutica, queremos encontrar nuevos conceptos, nuevas terapéuticas, nuevas formas de poder desarticular la violencia de los hombres. Esto no te lo dan las experiencias grupales. La experiencia grupal siempre te da procesos generales, procesos grupales, pero eso no te da. De repente puedes profundizar en un compañero, pero nunca puedes profundizar mucho. La experiencia terapéutica sí te da esta riqueza.

ADRIANO BEIRAS – Algunos creen que no hay como trabajar con hombres violentos o que ejercen violencia sin la parte terapéutica. ¿Crees que es esto posible?

ROBERTO GARDA – Si, yo creo que sí. El hombre que más avanza en el grupo es el hombre que lleva el grupo y su terapia individual. Yo hacía eso.

ADRIANO BEIRAS – Entonces, debe haber también una parte terapéutica, pero no necesariamente dentro del grupo...

ROBERTO GARDA – Fuera del grupo.

ADRIANO BEIRAS – ¿Es indispensable?

ROBERTO GARDA – No va a ser un requisito para estar en el grupo, pero siempre va a ser una sugerencia. Y yo creo que esto es un motivo por el cual yo como asistente avancé rápido dentro del grupo del Coriac. Porque siempre estuve yendo a mi terapia, a varios tipos de terapia. Hay una tradición de cuestionarte, de cuestionarte cosas que te dolían. Y cuestionarme el ejercicio de mi poder en el grupo. Yo creo que esto es sobretodo un problema teórico. ¿Qué es lo que cuestionas en el grupo? La cuestión del poder. ¿Recuerdas que lo conversamos ahorita?

ADRIANO BEIRAS – Sí.

ROBERTO GARDA – Entonces sí se puede articular lo terapéutico, el espacio grupal no profundiza.

ADRIANO BEIRAS – Si fuéramos a hacer un resumen sobre los avances y obstáculos, ¿qué podríamos decir?

ROBERTO GARDA – Te puedo mandar un artículo sobre este tema. Te puedo decir que los obstáculos serían, si no se cumplieran, justamente estos puntos sobre los que me preguntaste acerca del facilitador. Si los hombres no cumplen estos puntos, si no se alían a los feminismos, si hacen de eso algo para ganar dinero, si no tienen trabajo personal, todo eso son obstáculos. Y te pongo ejemplos, todo esto pasó. En Monterrey, el grupo que se abrió nunca generó una mirada ni un discurso crítico hacia la cultura de la competencia en el lugar y de su deseo de parecerse a Estados Unidos. Monterrey es una ciudad fronteriza, ubicada al norte de México y se caracteriza por ser una cultura muy de gringos, pero al mismo tiempo se les rechaza. En los grupos de hombres nunca se ha generado una crítica acerca de eso. “Roberto, es el chilango”.

ADRIANO BEIRAS – ¿Qué es?

ROBERTO GARDA – Chilango es de aquí de la capital. Decían: “Roberto, el modelo

de Coriac es chilango y en Monterrey lo que sirve es lo regio". Se le dice regio a lo que es de Monterrey. "Nosotros queremos un modelo regio, no queremos un modelo chilango". Hicieron un modelo no orientado hacia la violencia. He hecho una investigación sobre este modelo y te podría comentar varias cosas. Es un modelo que se colude mucho con los hombres y, justamente, esos son los obstáculos: cuando los hombres pierden la visión y se apropian de los grupos, ven eso como un negocio y pierden perspectiva social y política.

ADRIANO BEIRAS – Y con respecto a los avances... ¿Cuáles podrías decirnos que son los avances que percibiste en tu historia dentro de los grupos de atención a hombres autores de violencia?

ROBERTO GARDA – De avances en México estamos muy lentos, yo diría que tienen más avances en Brasil, en donde hay una tradición de trabajo comunitario y colectivo. Yo sé que también esto es parte de una cultura en Brasil, una disposición de la mayoría de la gente.

ADRIANO BEIRAS – ¿Qué diferencia hay entre Brasil y en México?

ROBERTO GARDA – La cercanía con Estados Unidos (risas). En México existe una cultura constante de estarse resistiendo al norte, resistiéndose al neoliberalismo, a las políticas de Estados Unidos y esto sí te da una cultura de la resistencia, esto te vuelve más conservador, México es muy conservador. Estamos viviendo en una ciudad gobernada por partidos de izquierda, pero si tú te vas a varias partes de México o al centro de México hay una cultura muy conservadora. La sexualidad en México es muy tradicional, muy conservadora, hay lugares donde uno se relaja más, como en la ciudad de México.

ADRIANO BEIRAS – ¿Y qué crees que en Brasil no hay?

ROBERTO GARDA – Lo que he visto en Brasil es que por lo menos la cultura en general te da mayor disponibilidad para la sensualidad. Yo veo esta preocupación por los Estados Unidos, de rechazo, pero veo que no hay una experiencia más directa de dominación por parte de Estados Unidos, sino que hay una experiencia más indirecta. Creo que lo que existe en Brasil, por lo menos en las mujeres y en los hombres y en el cuerpo de los hombres y de las mujeres, es la sensualidad. Esta sensualidad se parece mucho a la sensualidad de Tabasco en México y de Veracruz,

que es gente que está en la costa y es más relajada, más sensual, que está más conectada con su sexualidad. Esta gente se parece mucho a la gente de Brasil. Aunque yo sé que Brasil es un mundo, que hay diversas ciudades. Yo conozco Río, Brasilia, un poco Curitiba y hasta ahí.

ADRIANO BEIRAS – ¿Y esto qué implicaría en el trabajo?

ROBERTO GARDA – Yo creo que la gran diferencia es que los modelos de intervención brasileños, desde mi punto de vista, tienden mucho a centrarse en el cuerpo. Hay una reflexión sobre el cuerpo, no en todos los modelos, pero yo creo que hay una constante reflexión sobre el cuerpo y una reflexión educativa y sobre lo social también. En cambio, aquí en México yo veo que los modelos de intervención al cuerpo lo dejan fuera. La sexualidad se soslaya totalmente y, de hecho es una característica que implementamos en HE. En el modelo de intervención que vamos a implementar aquí hay todo un módulo sobre sexualidad y cuerpo, porque me da cuenta que los hombres piden ese tema para negociar. Entonces yo veo estas diferencias. Hay que tener ciertos cuidados para no idealizar. Yo veo que hay en Brasil algo que me preocupa mucho: es esta falta de disposición de las organizaciones de hombres de no rendir cuentas al feminismo. Las veces que he ido a Brasil, he visto una resistencia de los compañeros, que no se habla el mismo lenguaje entre feminismo y hombres que están en cuestiones de género. Veo que aquí sintonizamos más. Otra diferencia es que en México sí estamos haciendo un esfuerzo muy centrado por parar la violencia masculina. En cambio, en Brasil, hasta donde yo he sabido, todavía no se está centrando mucho: sí buscan parar la violencia masculina, pero no tocan forzosamente la cuestión del poder de los hombres. Siento que los modelos brasileños que he conocido - te hablo de Promundo y de NOOS; te hablo un poco de PAPAI - se habla mucho temas sobre masculinidad: paternidad, sexualidad, jóvenes. El tema del poder no lo están agarrando muy fuerte y yo creo que tiene que ver con una cuestión cultural también.

ADRIANO BEIRAS – Para empezar a cerrar, haciendo un resumen ¿tú empezaste a trabajar esta temática en el año 98?

ROBERTO GARDA – Yo entré el año 95.

ADRIANO BEIRAS – ¿En qué año empezó Coriac?

ROBERTO GARDA – Coriac empezó en noviembre del 93 y yo entré en marzo del año 95.

ADRIANO BEIRAS – Empezaste más con las temáticas de paternidad y el cuestionamiento de masculinidad y después llegaste al tema de violencia.

ROBERTO GARDA – Exacto.

ADRIANO BEIRAS – ¿Y tu formación? ¿Eres economista desde qué año?

ROBERTO GARDA – Con maestría en sociología. Yo soy de la generación del 86. En la maestría estudié desde el año 2002 hasta el año 2005.

ADRIANO BEIRAS – Haciendo un resumen: ¿HE trabaja básicamente con grupos de hombres autores de violencia?

ROBERTO GARDA – Básicamente es hacer investigación en masculinidades y violencia masculina y perspectiva de género. Damos servicios a grupos de hombres que ejercen violencia en el hogar, con el PHRSV, pero modificado.

ADRIANO BEIRAS – Recargado.

ROBERTO GARDA – Damos servicios a jóvenes y damos servicios terapéuticos a hombres adultos y jóvenes. Realizamos actividades de prevención, de atención y de capacitación de violencia de género, violencia familiar, violencia masculina, y capacitación para atender a hombres, capacitación a personas que quieran atender a la violencia masculina...

ADRIANO BEIRAS – ¿Y como es la divulgación para que lleguen hasta acá?

ROBERTO GARDA – Fíjate que ha sido por el movimiento de mujeres, básicamente. No hemos hecho difusión, no vamos a hacer hasta el año que viene, vamos a hacer un proceso de posicionamiento de la organización. Aunque, la verdad, como no nos dimos a conocer mucho, generalmente nos ha buscado la gente, nos han llegado los proyectos.

ADRIANO BEIRAS – Conocidos, contacto con personas...

ROBERTO GARDA – Exacto. Aunque los grupos son pequeños.

ADRIANO BEIRAS – ¿Cómo podrían definir el objetivo principal de esta nueva asociación?

ROBERTO GARDA – El objetivo principal de esta organización es realizar acciones para la prevención, la atención y la erradicación de la violencia de género, particularmente actividades de investigación, de atención y de prevención, dirigidas a hombres sobretodo. Para enseñar nuevos modelos de masculinidad o para realizar una crítica a los modelos tradicionales de masculinidad y de formas de ser hombre.

ADRIANO BEIRAS – ¿Y qué diferencia este objetivo respecto a Coriac?

ROBERTO GARDA – Yo creo que la diferencia... ¡es que son los mismos objetivos iniciales de Coriac! La diferencia es que sí los vamos a cumplir en lugar de cambiarlos. HE retoma las raíces de Coriac. Esta es la diferencia.

ADRIANO BEIRAS – Hay otras cosas más que podrías decir...

ROBERTO GARDA – No, creo que ya no.

ADRIANO BEIRAS – Muchas gracias.

MANUEL FUENTES PANGTAY, CUAUHTLI

SALUD Y GÉNERO
CIUDAD DEL MÉXICO, DF- MÉXICO

*ADRIANO BEIRAS**

ADRIANO BEIRAS – Me gustaría saber en primer lugar cuál es su nombre completo...

MANUEL F. PANGTAY, CUAUHTLI – Bueno, mi nombre es Manuel Fuentes Pangtay, pero todo el mundo me conoce como Cuauhtli, C-U-A-U-H-T-L-I. Todos me conocen así e igual como facilitador.

ADRIANO BEIRAS – ¿Hace cuánto tiempo está trabajando con Salud y Género (SG) y con la cuestión de violencia? ¿Cómo se acercó a los talleres?

MANUEL F. PANGTAY, CUAUHTLI – Yo me acerqué a los talleres que SG estaba impartiendo sobre masculinidad y entonces de un grupito de hombres, entre todos los que estábamos participando, surgió la necesidad de trabajar el tema de la violencia masculina. Después, Benno de Keijzer (integrante de SG) nos invita a formar el primer grupo de hombres renunciando a su violencia. Tenemos ya casi cuatro años trabajando. Logramos integrar este grupo, recibimos capacitación por parte de Coriac, de Roberto Gardá en especial y nos lanzamos con el grupo en Xalapa, Veracruz.

ADRIANO BEIRAS – Su formación es de psicólogo y...

*Entrevista con Manuel Fuentes Pangay, Cuauhtli, en un workshop sobre Violencia llevado a cabo por la Ong Salud y Género, en la Ciudad de México. Fue concedida a Adriano Beiras, en el mes de junio del 2006.

MANUEL F. PANGTAY, CUAUHTLI – Yo estudié primero antropología, después una especialidad y una maestría en psicología comunitaria. Actualmente realizo la maestría en psicoterapia y he terminando el doctorado en salud mental comunitaria.

ADRIANO BEIRAS – Me gustaría entonces saber de su formación y qué le ayuda a trabajar con hombres violentos...

MANUEL F. PANGTAY, CUAUHTLI – Bueno, yo trabajo muy interesado siempre en hacer visible todos los introyectos, todas las etiquetas que culturalmente se nos imponen, que las vivimos como el deber ser. Y esto es fundamental para el trabajo de la violencia con los hombres, el poder “darse cuenta” para generar alternativas hacia el cambio. De otra manera es difícil responsabilizarte o comprometerte con algo que no puedes ver, entonces hacer visible significa entender, comprometerse y cambiar. Incidimos mucho en el aspecto emocional, algo que en la antropología no es muy común, sí lo tocamos pero no lo profundizamos. Los introyectos a través de las emociones nos ayudan a detectar: primero, aquello que reproducimos en automático y que nos lleva a relacionarnos de una manera especial con las mujeres, con otros hombres y con niños y niñas; segundo, aquellas emociones que ocultamos que, culturalmente, se nos ha dicho que como hombres no debemos compartir, que no debemos hacer públicas. Y son esas emociones las que, por lo general, nos dan muchísimos problemas. Me refiero, por ejemplo, al miedo y a la tristeza. A mí en particular me llamó la atención el programa porque me dio la oportunidad de trabajar mi propia violencia. Y, precisamente, eso es una característica de este grupo: que todos los que facilitamos pasamos por este proceso o estamos todavía en el proceso de dejar de ejercer la violencia. Yo viví la separación de mi esposa, porque se fue a estudiar su doctorado, todavía está allá, en Inglaterra, lleva seis años. Me quedé a cargo de la familia, de los cinco hijos que tengo. Entonces ella iba y venía, pero yo me quedaba aquí con los hijos en la casa y pronto empecé con una serie de eventos violentos de los cuales no me daba cuenta.

ADRIANO BEIRAS – ¿Hacia ella?

MANUEL F. PANGTAY, CUAUHTLI – Violencia de tipo emocional hacia los hijos y también hacia mi pareja cuando regresaba a visitarnos de Europa. Hacer visible esta parte, eso es lo fundamental, enriquecedor y, lo más difícil para mí, explorar fenomenológicamente cuáles son mis señales corporales, en la cabeza, en el corazón; reconocer las emociones que afloran antes de que yo llegue a ejercer la violencia.

En un conflicto, mis emociones se manifiestan en enojo, tristeza, miedo, pues son naturales, pero la responsabilidad de lo que hago con ellas es mía. Todo eso lo fui trabajando ahí en el grupo junto con mis compañeros, con los facilitadores y con los participantes del grupo. Me ha enriquecido muchísimo este trabajo, tanto así que lo estoy abordando ahora desde la psicoterapia. El grupo trabaja con la reflexión sobre la violencia.

ADRIANO BEIRAS – Esto se trabaja en el primer momento o nivel de los grupos, ¿no?

MANUEL F. PANGTAY, CUAUHTLI – Pero no es un grupo terapéutico, podrá funcionar como terapia para algunos pero no es el objetivo específico. De otro lado, yo estoy trabajando con hombres que violentan desde la perspectiva de la terapia Gestalt. Entonces, te das cuenta como me ha llevado esta dinámica, desde el reconocimiento de mi violencia y el compromiso hacia el cambio, hasta trabajar preventivamente en la comunidad y, más recientemente, en la atención psicoterapéutica del problema de la violencia.

ADRIANO BEIRAS – ¿Y cómo empezaste a trabajar con el tema de violencia?

MANUEL F. PANGTAY, CUAUHTLI – Son varios factores. Uno de ellos fue la invitación de Benno al ver que nosotros estábamos interesados...

ADRIANO BEIRAS – ¿Ya trabajabas con Benno?

MANUEL F. PANGTAY, CUAUHTLI – Ya trabajaba. Participando en talleres, me invitaba como facilitador, pero yo todavía no trabajaba con ellos a tiempo completo en SG. A partir de que formamos el grupo y logramos un primer financiamiento, paso a formar parte del personal de SG. Por otro lado, mi propia necesidad, mi situación, la vivencia, la experiencia me llevó también...

ADRIANO BEIRAS – ...a interesarte más...

MANUEL F. PANGTAY, CUAUHTLI – Sí, claro. Tal vez no me daba cuenta yo de mi propia violencia, pero empecé a percibir los efectos en mis hijas, en mi hijo y en mi pareja.

ADRIANO BEIRAS – ¿Ah, ustedes están juntos?

MANUEL F. PANGTAY, CUAUHTLI – Sí, ella ya está en su última etapa del doctorado y va a regresar, digamos en seis meses.

ADRIANO BEIRAS – ¿En qué área? ¿qué hace su pareja?

MANUEL F. PANGTAY, CUAUHTLI – Ella está trabajando su doctorado en el área de artes, es artista plástica. Además, quiero compartirte que en todo ese tiempo que ella ha estado allá, yo viví otra forma de violencia, que es la violencia hacia mí mismo.

ADRIANO BEIRAS – ¿Cómo?

MANUEL F. PANGTAY, CUAUHTLI – La violencia que yo mismo vivía y que repercutía directamente en mi salud emocional, pero también en la física: enfermedades cardíacas, gastrointestinales, colitis... todo eso yo lo he vivido. Al principio he pensado de manera fatal, sintiéndome en una depresión muy fuerte, ¿no?

ADRIANO BEIRAS – ¿Cuántos años tiene hoy?

MANUEL F. PANGTAY, CUAUHTLI – Tengo 46 años.

ADRIANO BEIRAS – ¿Podrías contarme sobre los avances y los obstáculos que enfrentaron con este programa? ¿El programa era más con Coriac o también lo hacían con el Programa H? ¿Mezclaban?

MANUEL F. PANGTAY, CUAUHTLI – Yo veo más la alianza. Obviamente la capacitación es de Coriac, pero trabajamos junto con Centros de Integración Juvenil, con la participación de un terapeuta que también se capacitó como facilitador. Entonces, hemos estado trabajando conjuntamente. La alianza ha sido de gran ayuda, porque hay un espacio permanente, el día siempre ha sido el mismo, la hora también. Eso hace que la gente sepa dónde se está trabajando con grupo de hombres el tema de la violencia, que nos puedan ubicar. Ha habido muchos obstáculos, es muy difícil que un hombre llegue a los grupos. Tenemos aliados psicoterapeutas, tenemos aliados en el Ministerio Público, tenemos aliados en otras instituciones del gobierno que nos los canalizan, pero el problema es que el hombre se decida a ir. La mayoría de los hombres llegan por recomendación del Ministerio Público, porque hay una situación legal que están atendiendo, llegan en una situación donde están más en el arrepentimiento de lo que hicieron, que normalmente es algo muy drástico y llegan catárticamente. Pero es muy difícil contenerlos. Nuestra experiencia es que van a una, o hasta máximo tres sesiones, ese es el tipo de obstáculos que enfrentamos. Además, los que facilitamos somos voluntarios. Todos los facilitadores tenemos cargas extras en el trabajo pero no dejamos estos grupos. A mí, personalmente, ahora me conflictúa mucho poder estar dos tardes por semana con los grupos, pero ahí estamos, trabajando, ¿no? Entonces, al ser un

trabajo que no está pagado, voluntario y que sale de nuestros bolsillos, resulta un obstáculo porque no podemos alentar la formación de más facilitadores que salgan del grupo, pues el trabajo seguiría siendo para ellos voluntario.

ADRIANO BEIRAS – ¿Cuántos grupos hay?

MANUEL F. PANGTAY, CUAUHTLI – Normalmente mantenemos dos grupos: uno de primer nivel y otro que ya va más adelantado. En una ocasión perdimos un grupo porque no agilizamos su paso hacia el segundo nivel, no estaban dadas las condiciones. Otro obstáculo es que los hombres (de alguna manera ha representado un obstáculo), trabajan de manera muy personal su propio desarrollo. De por sí van llegando con experiencias muy disímiles y el proceso es individual, así que algunos avanzan más rápido. Un segundo nivel no lo puedes abrir con una sola persona. Como están entrando y saliendo al programa es difícil llevar parejo al grupo. Tenemos un grupo que llegó hasta el tercer nivel y que sigue reuniéndose.

ADRIANO BEIRAS – ¿Cuántas personas?

MANUEL F. PANGTAY, CUAUHTLI – El grupo llegó hasta el tercer nivel con 12 personas y, actualmente, son seis las que siguen activas, es un grupo muy unido. La característica de este grupo es que, sin minimizar otros tipos de violencia, la violencia que ejercían era más de tipo psicológico, más emocional. Por el contrario, en el grupo que perdimos había muchísima violencia física y fue difícil mantenerlo unido y llevarlo al segundo nivel.

ADRIANO BEIRAS – ¿Por qué cree que es tan difícil?

MANUEL F. PANGTAY, CUAUHTLI – Cada grupo es distinto. Pero creo que también depende del contexto social y económico por el cual se esté pasando. Me atrevo a decir que en este segundo grupo, en el que se trabajó mucho la violencia física, el aumento de la asistencia de hombres con esta forma de violencia está muy relacionado, por ejemplo, al desempleo. El no encontrar trabajo o perderlo era motivo de conflicto con la pareja. No es de extrañarse que los hombres sin trabajo que llegaban al grupo porque empezaban a violentar, tan pronto se volvían a emplear dejaran de asistir al grupo. Hicimos, inclusive, algunas llamadas a las esposas de estos hombres para dar un seguimiento “¿Qué está pasando?” Y ellas mismas decían: “después que le dieron empleo, ya dejó de violentar”. Entonces hay una relación directa.

ADRIANO BEIRAS – ¿Y los avances, los logros que han tenido?

MANUEL F. PANGTAY, CUAUHTLI – Hay un avance significativo. Por ejemplo, en este tercer nivel ya no nos reunimos nada más para hablar de nuestra violencia. Reflexionamos sobre otras cosas que a los hombres nos es difícil comunicar en otros espacios. Es un lugar dónde sentimos mucha confianza, dónde vamos cada lunes sabiendo que podemos conversar con otros compañeros que están conectados con nosotros, que nos van a apoyar. Entonces ya no es nada más la violencia, aunque seguimos atendiendo a la violencia: si algún evento violento vuela a salir, hay el compromiso en trabajarlo.

ADRIANO BEIRAS – La violencia sexual: ¿aparece mucho o no aparece?

MANUEL F. PANGTAY, CUAUHTLI – No en el primer nivel. En el segundo empieza a aparecer y en el tercer nivel se trabaja más. Ahorita tenemos la experiencia de este tercer nivel y sí se está trabajando la cuestión de la violencia sexual.

ADRIANO BEIRAS – ¿Por qué crees que está saliendo solo en el tercer nivel?

Manuel F. Pangtay, Cuauhtli - Es estructural. La violencia toca temas muy profundos de nosotros como hombres, como seres humanos también. No es fácil entender qué es lo que está pasando ahí. Reconocer frente a otros hombres, por ejemplo, las formas de violencia hacia la pareja, es diferente a hablar de las formas estereotipadas, del “deber ser” que a los hombres se nos impone y que aceptamos. Aceptar estas imposiciones culturales frente a los compañeros es como poner en duda que yo no soy el todo poderoso todo el tiempo. Aceptar que he sufrido impotencia, disfunción eréctil no es sencillo, por ejemplo. Todo eso es muy íntimo, es una parte muy profunda ¿no? Y trabajarlo en grupo ahora es posible porque hay confidencialidad, existe un ambiente de mucha confianza; nos permitimos hablar de esos temas íntimos, vamos a ver películas juntos para comentarlas. Todo esto me lleva a hablar de algo que percibo: el programa atiende muy bien el trabajo del hombre, el trabajo personal, pero nos estamos quedando cortos en la parte relacional. El trabajo con la pareja es fundamental. La cuestión de la negociación sí la trabajamos, pero no tenemos muchos referentes de cómo nos ven las mujeres, cómo nos ve la pareja.

ADRIANO BEIRAS – ¿Y cómo crees que podrían hacerlo? ¿Quizás hacer grupos con las parejas?

MANUEL F. PANGTAY, CUAUHTLI – Sí, incluir a las parejas. Paralelamente al programa de hombres, hay otro programa que se llama “Metamorfosis”, constituido por mujeres que sufren la violencia. Y algunas de las mujeres que participan en este grupo son parejas de quienes van al grupo de hombres, pero no se ha dado todavía la oportunidad para juntar los grupos y trabajar conjuntamente, al menos de escucharnos. Es natural. Yo pienso que ha habido temor, enojo y resistencia de las mujeres, por la violencia que han sufrido, por la desconfianza que sienten hacia los hombres. Por parte de los hombres parece haber mayor disposición. Claro, habría que estar muy, porque esto de la autoridad y el poder de los hombres sigue aflorando en las revelaciones al grupo. Yo, por ejemplo, sigo viviendo algunos eventos donde a veces no me perco que estoy demandando servicios tanto hacia mujeres como a hombres. Entonces tenemos que ser muy cuidadosos cuando se dé este proceso de trabajar junto con las mujeres.

ADRIANO BEIRAS – ¿Los grupos son todos gratuitos?

MANUEL F. PANGTAY, CUAUHTLI – Hay una tarifa que es de recuperación, una tarifa acordada entre todos los participantes, que se fija cuando se inicia un grupo. Acordamos, por ejemplo, la tarifa de 30 pesos y no ha variado. Además, no es obligatoria, aporta quién puede.

ADRIANO BEIRAS – ¿Por cada sesión?

MANUEL F. PANGTAY, CUAUHTLI – Por cada sesión. Y el que puede aportar y el que no, no hay problema, no se lleva una contabilidad. A veces aportan en especie: “No pude juntar los 30 pesos pero traje unas galletas”. Perfecto, ¿no?

ADRIANO BEIRAS – Una cosa que no he comprendido bien es cómo mezclan el Programa H y la metodología de Coriac.

MANUEL F. PANGTAY, CUAUHTLI – Hay mucha creatividad, por supuesto. SG tiene su propia metodología pero ha podido negociar con las otras instituciones y organismos que trabajan conjuntamente. Por ejemplo, en la parte de la prevención, SG ha trabajado mucho con el Programa H, tanto en la producción como en la reproducción de la metodología a través de talleres y de manuales que sistematizan la experiencia. Y este trabajo preventivo siempre está presente. Por ejemplo, los manuales son productos negociados, son productos construidos conjuntamente.

ADRIANO BEIRAS – ¿Hay días que utilizan más técnicas de Programa H y otros que siguen los pasos a Coriac? ¿Es eso?

MANUEL F. PANGTAY, CUAUHTLI – Sí, pero ha habido algunos cambios que no se han sistematizado. La experiencia de Coriac en el Distrito Federal es una, pero la experiencia en Xalapa es otra. Yo estoy a cargo de la sistematización de la experiencia de Xalapa, no estoy solo en esto, recibo apoyo de estudiantes de servicio social. Pero estoy en la etapa de organización y clasificación de los datos, que cuatro años de trabajo es muchísimo...

ADRIANO BEIRAS – Entonces, intentaron empezar con la metodología de Coriac, primer nivel Coriac, segundo nivel Coriac, pero intentaron hacer nuevas formas de metodología, intentaron mezclar ¿es esto?

MANUEL F. PANGTAY, CUAUHTLI – Dejamos de hacer algunas cosas que no nos convencían del todo.

ADRIANO BEIRAS – ¿Podrías ofrecernos algún ejemplo?

MANUEL F. PANGTAY, CUAUHTLI – Sí. Por ejemplo, no aplicamos los formatos de evaluación de Coriac. Lo hicimos en un principio y al ratito dejamos de hacerlo. SG aplica más formatos de tipo cualitativo, toda la parte cuantitativa la hemos dejado de lado. En parte porque... yo he estado en eso y, la verdad, a mí me nace más la parte cualitativa: reconozco la aportación del trabajo estadístico, pero no me muevo bien ahí. Si estuviera otra persona en mi lugar, que tuviera otra orientación y manejara bien esa parte cuantitativa el proceso sería diferente. También hubo resistencia de algunos participantes por estar llenando estos formularios, no le veían mucho sentido. Y ellos mismos lo expresaron. Entonces fuimos restándole importancia y dejamos de aplicar esos formatos.

ADRIANO BEIRAS – Entonces, metodológicamente puedo decir que hicieron la experimentación e intentaron trabajar más fijamente con Coriac, pero con otras técnicas de SG a medida que el grupo se desarrollaba ¿puedo decir eso?

MANUEL F. PANGTAY, CUAUHTLI – Sí, y ha sido muy enriquecedor. Por ejemplo en la metodología -por hablar de uno de los momentos de cada sesión- está lo que llamamos “las frases del día” para completar, que aparecen en el manual de Coriac como las cinco frases fundamentales. Las mismas a las que podríamos estar regresando en

otras sesiones, para de alguna forma revisar como se va progresando, como va cambiando la percepción del hombre ante su violencia. Pero nosotros hemos sido muy creativos y, entonces, en cada sesión y previa revisión de análisis y planificación de lo que se trabajó, formulamos la siguiente frase. Entonces no tenemos cinco frases, sino que tenemos una infinidad de frases que tienen que ver con lo que el grupo está necesitando, cómo lo van demandando.

ADRIANO BEIRAS – ¿Y comparten con Coriac estos cambios?

MANUEL F. PANGTAY, CUAUHTLI – Todavía no, solo a nivel de coloquio, de foros, donde se comparte la experiencia. Pero tanto así como sentarnos a analizar esto, no. Y creo que se debe de dar, vamos a buscar el espacio.

ADRIANO BEIRAS – Hay que hacerlo. Los materiales de Coriac y algunos de SG ¿son dados con algunas apostillas para los participantes?

MANUEL F. PANGTAY, CUAUHTLI – Sí, ellos adquieren un manual de usuario.

ADRIANO BEIRAS – ¿De Coriac?

MANUEL F. PANGTAY, CUAUHTLI – Sí, es el que está diseñado y el que reproduce Coriac. Este es el mismo que manejamos nosotros. También tenemos el manual del facilitador en el cual nos basamos todos.

ADRIANO BEIRAS – ¿Cómo crees, para finalizar, que podemos hacer un programa de atención para hombres que un acogimiento con responsabilización en su desarrollo?

MANUEL F. PANGTAY, CUAUHTLI – No sé si te entiendo bien, pero necesitamos que los hombres conozcan más el programa, que lleguen: informar, difundir más. Falta la presencia de muchos hombres que, a lo mejor se enteran, pero que no se atreven a ir, ¿no? Yo veo positivo ir a los medios, informar a través de la televisión; si tuviéramos spots en la radio, o cintillos en los periódicos, habría mayor difusión. Casi todos los que acuden al programa son hombres en edad adulta, y que van porque son violentos, porque ya hicieron algo que, a lo mejor, los lleva al arrepentimiento, a sentir culpa. Pero también deberíamos dirigir nuestros esfuerzos al trabajo preventivo con los jóvenes. SG es pionero en esto. Estamos trabajando más a nivel preventivo con secundarias y preparatorias. Ahí hay un trabajo fundamental.

ADRIANO BEIRAS – ¿Los trabajos son siempre grupales?

MANUEL F. PANGTAY, CUAUHTLI – Sí, nuestra metodología es el trabajo grupal.

ADRIANO BEIRAS – Cuando vienen con una necesidad psicológica más fuerte ¿los encaminan para...?

MANUEL F. PANGTAY, CUAUHTLI – Canalizamos. Por ejemplo, en el centro de integración nos apoyan con terapeutas a los cuales podemos remitirles. Pero también hay otros terapeutas que dan consultas privadas en otras instituciones que, te repito, son nuestros aliados, que tanto nos envían gente como nosotros podemos canalizarlos allá con ellos.

ADRIANO BEIRAS – Le tengo que agradecer mucho la abundante información. Me gustaría preguntarte si hay alguna cosa que sería interesante decir...

MANUEL F. PANGTAY, CUAUHTLI – Falta trabajar mucho la parte relacional, inclusive con nuestras compañeras facilitadoras. Es fundamental.

ADRIANO BEIRAS – Ah sí, una cosa importante: ¿Los facilitadores son siempre hombres?

MANUEL F. PANGTAY, CUAUHTLI – Sí, siempre son hombres para el trabajo con hombres y en el trabajo de mujeres son mujeres. Coriac, por ejemplo, ya incluye en el trabajo con hombres facilitadoras mujeres o al contrario. Nosotros todavía no. La experiencia al respecto que hemos escuchado en los foros, en los congresos, ha sido muy positiva y enriquecedora. Además, muchos de los ponentes son facilitadores o se están formando como tales, gente joven y muy propositiva y creativa. Nos falta aprender más de las experiencias de los otros, es importante impulsar más estos encuentros.

ADRIANO BEIRAS – Buena idea, gracias...

NOTAS

¹ El Programa H es una iniciativa coordinada por el Instituto Promundo, de Rio de Janeiro, juntamente con las organizaciones no gubernamentales Salud y Género (México), Instituto Papai (Recife - Brasil) y Ecos Comunicação em Sexualidades (São Paulo - Brasil). Se trata de un conjunto de intervenciones grupales que buscan promover la igualdad de género entre hombres jóvenes. Estas actividades son realizadas mediante crítica y revisiones de la masculinidad tradicional. Están focalizadas en temas como salud sexual y reproductiva, paternidad, afectividad y violencia. Este programa fue desarrollado con jóvenes de comunidades de bajo ingreso en Brasil y México, donde los objetivos e intervenciones fueron puestos en práctica y testados. El Programa H fue nominado para diversos premios considerando su calidad y alcance, tanto intelectual como geográfico, de las intervenciones relacionadas a las temáticas propuestas. Para más información o adquisición de este material, ver <http://www.promundo.org.br>

MIGUEL ANGEL RAMOS PADILLA

PROGRAMA HOMBRES QUE RENUNCIAN A SU VIOLENCIA

LIMA-PERU

DANILO DE ASSIS CLÍMACO *

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – ¿Cuál es el objetivo del Programa Hombres que Renuncian a Su Violencia (PHRSV)?

MIGUEL RAMOS – El objetivo es, en primer lugar, que los hombres detengan la violencia contra la mujer. Pero no solamente queremos detenerla, sino que también buscamos avanzar hacia relaciones equitativas de género. Nos diferenciamos de programas que conozco en otros países, donde solamente el objetivo es parar la violencia, pero no hay una preocupación mayor en que los hombres en realidad cambien. Tampoco hay una preocupación en que los hombres se sientan bien cuando detienen su violencia. Y nuestro objetivo es, entonces, no solamente parar la violencia, sino que los hombres además se sientan bien deteniendo su violencia, renunciando a su violencia. *Daniilo de Assis Clímaco* — ¿Cuál es el carácter del PHRSV? ¿Reeducativo, terapéutico, preventivo?

MIGUEL RAMOS – Fundamentalmente es reeducativo, pero consideramos tiene efectos terapéuticos. O sea, los mismos hombres lo han expresado de esta manera: este trabajo de reeducación tiene también en ellos efectos terapéuticos, porque van

*Entrevista con Miguel Ángel Ramos Padilla, coordinador del Programa Hombres que Renuncian a su Violencia (Lima, Perú), de la Universidad Peruana Cayetano Heredia. Concedida a Daniilo de Assis Clímaco, en noviembre del 2006.

deconstruyendo la manera en que ellos construyeron su propia masculinidad, van conociéndose muchísimo más, van abriéndose a diversas formas de expresión y de relación con su pareja, con sus hijos, con sus hijas, van sintiéndose bien en este proceso. Por eso, ellos mismos consideran que tiene efectos terapéuticos, aunque nuestro trabajo es fundamentalmente reeducativo.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – ¿A qué tipo de público busca alcanzar el programa?
MIGUEL RAMOS – El programa debería servir a cualquier hombre, no solamente a los hombres que ejercemos violencia física o sexual, porque hay diversas formas de violencia muy sutiles y muy naturalizadas. Es muy difícil decir que algún hombre se excluya de algún tipo de violencia y, por tanto, el programa debería servir a cualquier hombre. Sin embargo, nuestro público se restringe a hombres que ejercen violencia pero que están en situación de crisis, es decir, ellos están sintiendo que con su forma de ser hombres y con el ejercicio de su violencia, también están perdiendo. Están perdiendo porque muchos ya han sido abandonados por su pareja, hijas e hijos, o sus familias están apunto de hacerlo. Llegan al programa desesperados, buscando alguna respuesta a lo que está sucediendo, echando la culpa a la pareja, pero sintiendo que tienen que buscar alguna forma de respuesta a esta situación, que ellos mismo tienen que cambiar para que tanto su pareja como sus hijos e hijas vuelvan. Muchos de ellos llegan al programa con el objetivo principal de que su pareja regrese, con el objetivo de no perder su hogar. En conclusión, este programa tiene un público restringido a hombres que ejercen violencia física y sexual, y sienten que están también perdiendo con la forma que aprendieron a ser hombres. Pero deseáramos alcanzar un público más amplio.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – ¿Hay un perfil de las personas que acuden al programa, tanto a nivel de edad, como de clase o composición étnico-racial?

MIGUEL RAMOS – En términos de edad, la mayoría son hombres están entre los 30 y 40 años, pero hay hombres más jóvenes y hombres que tienen como 50 y más también. La mayor concentración está entre los 30 y 40 años. El rango total puede ir de los 20 hasta los 55 años. Respecto a la clase social, depende del lugar dónde nos ubiquemos, porque cuando estaba el programa en barrios de la zona sur, San Juan de Miraflores y Villa María del Triunfo, la gente era fundamentalmente de sectores populares. Pero ahora que estamos en Jesús María, tenemos un buen porcentaje de

hombres de clase media, muchos de ellos universitarios, algunos son empresarios, van también de la clase media alta, pero también asisten en buena cantidad personas de clase baja. Racialmente es muy difícil distinguir en el Perú, porque la mayoría de los peruanos somos mestizos. Gente de raza blanca es muy poca la que va, porque también son muy pocos en la población total.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – En términos de orientación sexual, yo solo he percibido personas heterosexuales, ¿no?

MIGUEL RAMOS – No lo sabemos realmente. Si hay alguna persona que tiene otra orientación sexual, no ha salido a la luz, por lo menos en las conversaciones. Aparentemente, la mayoría que asiste son heterosexuales, tienen parejas mujeres o la han tenido. Hay sí, casos de hombres que han planteado que nunca han tenido pareja, que están solos y entonces nosotros podríamos decir que, probablemente, hay alguno que tenga una orientación homosexual, pero no nos consta. Como, por ejemplo, el que salió ayer a revelar su caso cuando tú estuviste presente. Él siempre ha vivido solo, es un empresario. Entonces, no lo sé. Quizás esto salga a la luz cuando él pase al segundo nivel del Programa, que es cuando trabajamos con la experiencia más íntima, a través de sus historias de vida.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – ¿Por qué él ha decidido ir al programa si no tiene ni ha tenido pareja?

MIGUEL RAMOS – Porque es muy violento con las personas que lo rodean. Como tiene en su empresa muchos trabajadores, él violenta constantemente a su personal subalterno. Entonces ha tenido muchos problemas con ellos y él reconoce que es violento y quiere cambiar.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – Las personas que acuden al programa lo hacen voluntariamente, ¿no? Miguel Ramos — Sí, voluntariamente, es la característica del programa. Lo hemos traído con el apoyo de los compañeros del Centro de Intervención con Hombres e Investigación sobre Género y Masculinidades, A.C. (Coriac) de México, que tiene también esta característica de ser voluntario. A diferencia de programas de otros países, como en Chile, Argentina, Estados Unidos y Europa, dónde los hombres son enviados por los tribunales. Acá hemos optado porque sea voluntario. Y ¿por qué? Porque consideramos que no existe en nuestro sistema

policial y judicial, formas de control para que la sentencia que se dé en los tribunales se cumpla. No existen controles. Entonces el remedio podría ser peor que la enfermedad. O sea, hombres que son sentenciados y enviados obligatoriamente al programa que van solo una vez y no vuelven más y “no pasa nada”. Esos hombres frente a su pareja podrán decir: “bueno, y ahora: ¿qué vas a hacer? Ya me han sentenciado, me han mandado al programa, no me da la gana de ir y no pasa nada”. Es bastante peligroso. Por eso consideramos que es mejor trabajar con hombres que se acercan voluntariamente, que son bastante numerosos y existe un compromiso de parte de ellos al estar buscando realmente un cambio. No estoy cerrado a la posibilidad de que más adelante se pueda recibir hombres que están sentenciados, pero sí me daría cierto temor si no existen formas de controlar el cumplimiento de las sentencias.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – Sé de un joven que fue a principios de este año encaminado por un juez que le dijo que hiciera cuatro sesiones, porque su hermana lo había denunciado.

MIGUEL RAMOS – Sí, pero estuvo tres semanas y no volvió. No sabemos si fue una sentencia o si fue simplemente una recomendación de la juez para que él vaya al programa, no tengo claridad al respecto. Ahora, por ejemplo, está yendo un hombre que tiene sentencia de trabajo comunal por agresión. La mayoría de los actos de violencia familiar no es catalogada como delito, es decir, los únicos en el Perú que tienen una sentencia con trabajos comunales, por ejemplo, son los hombres que su violencia ha sido considerada como delito porque el período de recuperación de la víctima ha requerido de más de 10 días. Pero la mayoría son faltas y en las faltas no hay sanciones, entonces es un problema. Este hombre está cumpliendo una cantidad de horas de trabajos comunales y uno de nuestros facilitadores, Christian Guzmán, fue a darles una charla a estos hombres. Fue una convocatoria del Instituto Nacional Penitenciario y, dentro de los que escucharon esta charla, este hombre aceptó acudir al programa.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – ¿Y está asistiendo como parte de su tiempo de trabajo comunal?

MIGUEL RAMOS – No tenemos ningún control sobre esto, no creo. Tampoco damos informes.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – ¿Y ustedes lo darían en este caso?

MIGUEL RAMOS – Si un juez nos pide un informe sobre su asistencia, sí. Pero no sobre cambios, porque no los podemos garantizar. Pero si nos piden para saber si el hombre está yendo, nosotros podemos informarle si está asistiendo o no.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – ¿Cuál es la perspectiva o marco teórico del PHRSV?

MIGUEL RAMOS – Bueno, el marco teórico que manejamos no solamente parte de nuestra reflexión, sino que asumimos todo lo que constituye la perspectiva de género desde el lado de los estudios de la masculinidad. Consideramos que es importante hacer estudios con perspectiva de género desde los hombres, pues anteriormente, desde los estudios feministas o estudios de género, se trataba a los hombres como a un grupo homogéneo, solo visto como el agresor, como el dominante, pero no se consideraba a los hombres como sujetos y objetos de estudio y no se ponía énfasis en la heterogeneidad que existe dentro de los hombres. Lo importante en esta perspectiva no es solamente verlos a ellos como a un grupo que ejerce dominación y violencia contra las mujeres, y solamente tenerlos en cuenta a partir de las consecuencias que sufren las mujeres a raíz de esta dominación, sino sobretodo comprender la lógica, la manera en que ellos interpretan sus actos violentos y les dan sentido a esos actos. Eso nos interesa mucho porque nos da elementos para comprender de qué manera debemos trabajar con ellos para cambiar esta situación. El conocer cuáles son los procesos que ellos siguen, procesos de toda la vida, desde el nacimiento, la manera cómo han construido sus masculinidades, nos permite entender cómo ellos dan sentido a sus actos.

El elemento central que encontramos permanentemente en el ejercicio de la violencia es el asunto del poder. Pues lo central en la construcción de la masculinidad es el haber aprendido e interiorizado que la hombría depende de la capacidad de ejercer dominación, poder y autoridad sobre las mujeres. Otro elemento central en la construcción de la masculinidad hegemónica es la homofobia, que consiste en el temor de cada uno de los hombres, desde muy pequeños, de ser desenmascarados por no llenar los requisitos de lo que se espera debe ser un verdadero hombre. Entonces la vergüenza y el miedo al ridículo siempre están presentes. Quien no logra ejercer dominación y autoridad en su casa, inmediatamente se considera un menos hombre, acá le decimos “saco largo” o “pisado”, que significa que no es lo suficientemente

hombre para imponerse en casa. Y el temor a que los demás le digan saco largo o pisado, no necesariamente los demás reales sino los otros imaginarios que ya están interiorizados y le van diciendo permanentemente: “tú no eres suficientemente hombre, tú tienes que imponerte”, lo impulsa a imponerse violentamente por ese temor a ser ridiculizados y a ser humillado. La violencia, por un lado, es un aprendizaje, porque así lo vivieron en su casa, porque así lo vieron en sus padres que pegaban a sus madres. Aprendieron que es la manera más fácil y rápida de someter cuando tienes más poder que la otra persona. Pero no es solamente aprendizaje, sino está en juego lo que significa el imponerse o no imponerse ¿verdad? No es como las mujeres que también aprendieron desde muy pequeñas que la manera más fácil de poder someter o corregir a alguien es a través de la violencia, y lo usan con sus hijos porque consideran que es la forma de educar a sus hijos. Pero una mujer, por ejemplo, si tiene la oportunidad de entender que hay otras formas no violentas de educar para formar a los hijos, supongo que lo aprende más rápidamente y lo asume, lo acepta si se le demuestra. Pero a los hombres no les basta con esto, porque no solamente es un tema de aprendizaje, pues para ellos el significado de que los hijos o la pareja no hagan lo que él dice es mucho más poderoso, es mucho más importante. Entonces, para ellos fundamentalmente es un asunto de mantener autoridad y poder y si no lo logran se sentirán ridiculizados y humillados. Ellos, en estos actos de violencia, están intentando hacer prevalecer su posición de poder y autoridad, están luchando por su supervivencia como superiores, es decir, su identidad como hombres. Entonces es más que un aprendizaje de formas violentas de relacionarse. Y por esto son mucho más difíciles los cambios en los hombres, por eso se necesitan procesos mucho más largos para deconstruir y transformar el significado de ser hombres. Bueno, hay muchas cosas por decir respecto a la base teórica de este programa.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – Eso a un nivel teórico y a un nivel más práctico de cómo son realizadas las sesiones, ¿el marco teórico usado viene del Coriac?

MIGUEL RAMOS – Sí, en realidad el marco teórico más específico con el que trabajamos en el PHRSV lo desarrolla Coriac. Lo fundamental es lo siguiente: el tema del cambio de los hombres no pasa solamente por un cambio de conciencia, no es un problema que sólo se circunscribe a conocimientos, sino es mucho más profundo. Nosotros, de manera integral, formamos parte del género, hasta nuestra última fibra

pertenecemos a determinado género. Muchos de nuestros comportamientos se originan en creencias que brotan desde más allá del campo consciente, la mayoría de estas se originan desde lo más profundo de nuestros cuerpos, es decir, desde el inconsciente. entonces no se trata solamente de un tema de cambio de conciencia. Estas creencias permanecen enraizadas en el campo consciente como en el inconsciente por los largos años de socialización desde el mismo momento del nacimiento. Estas creencias se expresan a través de los sentimientos y de las emociones. Detrás de cada uno de los sentimientos y emociones hay creencias arraigadas, muchas de las cuales permanecen ocultas o muy naturalizadas. Por eso, si solo consideramos que los hombres actúan porque carecen de información sobre lo negativo y condenable de la violencia, nos encontraremos que todos o casi todos los hombres que agreden ya lo saben, pero a pesar de eso violentan. Un trabajo apuntando sólo a parar la violencia desde lo cognitivo tiende al fracaso. Por eso, es fundamental llegar a las creencias a través de las emociones. Hay que llegar, tratando de identificar la amplia gama de emociones que está detrás de cada ejercicio de violencia. Lo cual es difícil, porque los hombres, justamente por este mismo proceso de socialización, aprendieron a reprimir las distintas formas de expresión de las emociones que se consideran que son de vulnerabilidad y por tanto femeninas, tales como el dolor, el miedo, el afecto, la vergüenza, y si se expresan estas emociones son ridiculizados feminizándolos. Y, por lo tanto, lo único que pueden expresar sin el temor a ser ridiculizados es la cólera y la rabia. Entonces, ahora que sienten dolor, no lo pueden identificar y poco a poco van confundiéndolo con la cólera y la rabia, si sienten vergüenza, van a identificar la cólera y la rabia, si sienten miedo, van a identificar cólera y rabia. Lo importante ahí, por tanto, es ayudar a los hombres a explorar cuáles son los sentimientos que están detrás, ir más allá de la cólera y la rabia y cómo, identificados estos sentimientos, trazando la historia de estos sentimientos, podemos evidenciar las creencias que están detrás, cuestionarlas y darle un nuevo significado al ser hombre.

Entonces, no es simple y llanamente el asunto de lanzar un discurso sobre el opresivo sistema patriarcal, las creencias de superioridad masculina, la igualdad de derechos entre sexos, etc. que ya muchos hombres lo saben, sino conocer a través de cada acto de violencia los sentimientos que están presentes, identificarlos, y recién ahí ver qué creencias los sostienen. Es la única manera de provocar cambios, porque si les preguntas

a estos hombres si están de acuerdo con la violencia contra la mujer, la mayoría va a decir que no. Que si los hombres tenemos más derechos que las mujeres, van a decir que no, que tenemos iguales derechos los hombres y las mujeres. Pero luego vemos que este mismo hombre que ha dicho que tenemos iguales derechos y que está en contra de la violencia, este mismo hombre violenta a su pareja. Y cuando analizamos el acto violento, empezamos a ver cómo, al reclamar servicios a las mujeres, él no cree que hombres y mujeres somos iguales y cuando este servicio que él considera que tiene el privilegio de recibir no le es dado, piensa que su autoridad no es respetada, se siente desvalorizado como hombre, humillado, y por esto ejerce violencia. Entonces es muy importante para nosotros trabajar entendiendo todo ese proceso. También es importante que ellos empiecen a desculpabilizar a la pareja. Y solo lo hacen cuando empiezan a hacerse responsables por sus propios sentimientos. Lo hacen cuando trabajamos la historia de ese sentimiento retrocediendo hasta la niñez. Descubrimos momentos muy dolorosos de la manera cómo aprendieron a ser hombres, hay historias de violencia, humillación, abandono, desamor, que son revividas en el momento del acto de violencia, las cuales no han sido digeridas por ellos. Cuando se dan cuenta que las emociones que perciben en momentos previos al acto de violencia no es producto de las cosas que hacen o dicen las mujeres, sino de una historia que se revive, desculpabilizan a las mujeres y da pie para que se hagan responsables de lo que sienten y darle solución a esos sentimientos. Ahora pueden decir: "siento vergüenza, dolor, cólera, pero no es porque tú llegaste tarde, sino porque me reviven cosas de mi pasado que aún no he podido resolver". Es decir, yo soy el problema y no ella. Por esto es importante trabajar al ser humano en toda su integridad, no solamente en términos de conciencia, sino también en lo que es más inconsciente, a través de los sentimientos y de las emociones.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – Con relación al aspecto material del asunto, ustedes ahora están en su cuarto local. ¿Cuál es el motivo de estas mudanzas?

MIGUEL RAMOS – Inicialmente trabajamos simultáneamente en dos lugares, pero nos quedamos sin financiamiento, la persona que trabajaba conmigo se fue y yo no podía trabajar solo en los dos lugares. Nos quedamos solo con el local de San Juan de Miraflores. El lugar era ideal, tenía todas las condiciones, pero como no teníamos ya financiamiento, no podíamos continuar pagando el alquiler del local. Eso nos exigió

irnos a un lugar que nos lo dieron gratis, en la municipalidad de Villa María del Triunfo, pero este local resultó totalmente inadecuado: era muy lejos, muy escondido y además no tenían las condiciones mínimas de privacidad, tranquilidad, etc. Y el programa se nos cayó totalmente. Entonces decidimos tener un lugar más céntrico. Ahora estamos en el, quizás, lugar más céntrico de Lima, en el distrito de Jesús María, un lugar adecuado, con algunos problemas, pero ahí estamos.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – Cuando estaban en el sur de Lima, en los primeros dos locales, empezaron a hacer publicidad del local ¿no? Yendo a comisarías, centros de salud y ahí esta propaganda no funcionó ¿Llegó a cerrar primer nivel?

MIGUEL RAMOS – En el último lugar lo suspendimos, no había gente. Estuvimos dos o tres semanas sin nadie y decidimos cerrarlo y, por más que hubiera propaganda, el lugar era muy distante, la gente misma del barrio tenía que tomar dos ómnibus. Para la gente de sectores populares tomar dos carros de ida y dos de vuelta es muy oneroso.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – ¿Cómo está actualmente la divulgación del PHRSV?

MIGUEL RAMOS – La divulgación del programa la hacemos de dos formas. Primero, a través de campañas en medios masivos de comunicación, con una estrategia relativamente barata: decidimos contratar, por un mes cada cierto tiempo, a una periodista con muchos contactos en los medios de comunicación que nos consigue entrevistas en la radio, televisión y prensa escrita. Además, el hecho que los medios acepten tales entrevistas es porque es noticia en este país que haya programas de reeducación de hombres contra la violencia, y que los hombres nos hayamos responsabilizado de la violencia contra la mujer y comprometido con cambiar esa situación. Normalmente se ha trabajado desde el lado de las mujeres, quienes siempre han sido entrevistadas han sido mujeres feministas. Entonces, hemos hecho coincidir dos aspectos, uno la noticia y dos el acceso que nos dio esta periodista. Entonces, el estar en canales de televisión, en emisoras de radio y en la prensa nos acerca a un público más amplio. Pero esto solo es puntual, en determinadas coyunturas. Luego, simultáneamente, hemos desarrollado un trabajo "hormiga" a través de un facilitador que va todos los días, peina todo Lima llegando a las comisarías, hospitales, centros de salud, juzgados, fiscalías, etc., donde deja propaganda del programa y habla con los operadores de servicios y eso hace que tengamos una demanda constante de hombres.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – El facilitador Orlando Pardo, que estuvo yendo a varios lugares....

MIGUEL RAMOS – Sigue yendo, permanentemente. Él va a todas las instituciones que tienen algo que ver con el tema de la violencia y después de tres meses vuelve, da la vuelta nuevamente y está peinando todo Lima. En realidad, por la campaña periodística nos ha llegado el primer grupo de hombres y, posteriormente, nos llega menos, pero es gracias al trabajo que desarrolla Orlando. Creo que las dos formas son buenas. Claro que se requiere más campañas en los medios masivos, porque hay hombres que lo necesitan y que no nos conocen. Lo de los medios de comunicación masivos es curioso, porque hasta ahora, que han pasado como cinco meses o más de esta campaña, a veces me llama algún hombre que me dice que tienen un recorte de un periódico “dónde a usted se le hace una entrevista y usted habla de un programa y quisiera saber de ello”. En aquél momento ellos lo leyeron y lo guardaron y hasta que se decidieron pasaron cinco meses o más.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – Están en un local céntrico, están haciendo estos dos tipos de estrategia publicitaria y están yendo muchos hombres al programa, cosa que no había pasado en el momento anterior, en el último local. En términos prácticos ¿cómo es el espacio ahora? Y en términos más generales: ¿Cómo cree que debe ser el espacio para trabajar?

MIGUEL RAMOS – Bueno, nos han dado el espacio para dos días. Los lunes, cuando tenemos las charlas informativas, dónde ahí van solamente uno, dos tres cuatro hombres. Es una charla que hay permanentemente todos los lunes, dónde se informa a los hombres cómo es el programa y se pide que llenen sus datos en un formulario y se les invita a participar en los talleres del martes. Este día tenemos el local entre las siete y las ocho de la noche y el martes entre las siete y las 10 pm. El lugar es adecuado, salvo cuando se cruza con otras actividades que tiene el municipio, sobre todo las musicales, que crean un problema en el desarrollo del programa, pero estamos tratando de continuar adelante.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – ¿El local es de la municipalidad de Jesús María?

MIGUEL RAMOS – Sí, de Jesús María. Se ha firmado un convenio entre la Universidad Peruana Cayetano Heredia (UPCH) y la municipalidad, para que ellos apoyen.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – ¿Este apoyo en qué consiste?

MIGUEL RAMOS – Hasta ahora apenas con el local, aunque en el convenio se dice que deberían apoyar también en material impreso para propaganda de difusión, pero todavía no lo hacen. Espero que el próximo año sí colaboren más y también nos proporcionen implementos que tampoco nos lo han dado, como pizarra, etc. Pero nos hemos acomodado a pesar de esto. En realidad, los municipios no quieren dar ni un céntimo a programas de este tipo, lo que sí ofrecen es dar un local.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – Bueno, me corriges: los lunes son las charlas informativas, los martes son las reuniones...

MIGUEL RAMOS – De primer nivel por ahora.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – Anteriormente el segundo y después el tercer nivel habían funcionado los jueves ¿no?

MIGUEL RAMOS – Sí.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – El horario de las reuniones ¿van más o menos entre siete y cuarto y diez y cuarto de la noche?

MIGUEL RAMOS – Últimamente hemos estado un poco relajados, no ha debido ser así, el compromiso es el de que terminaríamos hasta las nueve y media de la noche. Y deberíamos empezar puntuales y no lo estamos haciendo. En las dos primeras partes que no son tan importantes nos estamos demorando mucho y para la más rica que es la tercera parte, la última del taller, nos queda menos tiempo. El problema es de control de tiempo.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – El programa son tres partes, al final de la segunda ustedes sirven unas galletas y un café y ellos contribuyen con cinco soles para este refrigerio y para gastos operativos.

MIGUEL RAMOS – Sí.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – Actualmente están acudiendo al programa entre 12 y 16 hombres, pero anteriormente ocurrió de haber solo cinco, cuatro, hasta dos personas ¿no?

MIGUEL RAMOS – En los dos primeros locales, cuando trabajábamos simultáneamente, en uno teníamos entre seis y ocho personas, más o menos, y en el otro entre once y

dieciséis personas. Cuando fuimos a Villa María, se cayó el programa y empezamos a trabajar con cuatro y cinco personas, hasta tres personas y al final que no fue nadie, decidimos dejarlo. Pero el promedio se regula, normalmente ahora acuden entre 12 y 16 personas.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – Y entre estas 16 personas, ¿hay un grupo fiel?

MIGUEL RAMOS – Sí, cinco, igual que en el primer grupo de 2004. Ahora hay más o menos unos cinco o seis que son bastante fieles y otros que varían: van tres o cuatro sesiones, dejan de ir por tres sesiones, vuelven y están en dos más y así...

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – Y ¿tienes una idea del total de hombres que han empezado en el programa desde el año 2004?

MIGUEL RAMOS – No hemos sacado esta cuenta, pero habrán ingresado al programa, contando incluso los que han ido una sola vez, unas 150 personas, de las cuales, muchas han hecho catorce o quince semanas. Son pocos lo que han permanecido. En la primera promoción fueron nueve los que pasaron a segundo nivel, de los cuales a uno no se le pasó a tercer nivel porque sus hechos de violencia continuaron y tuvo que volver a primer nivel. Y el otro no pasó al tercer nivel porque faltaba muchísimo y no tenía las condiciones para pasar a tercer nivel y, entonces, pasaron siete a tercer nivel y lo concluyeron.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – Con relación al carácter institucional, al proyecto, tú lo coordinas a través de la Universidad Peruana Cayetano Heredia (UPCH), una universidad privada. Antes, primero tuvieron el apoyo del DFID (Department for International Development, cooperación inglesa para el desarrollo)...

MIGUEL RAMOS – Y también de la Ford. El apoyo de la Ford fue previo, inclusive antes de su funcionamiento, porque lo que hizo fue financiar el conocimiento de otras experiencias a través de América Latina. Y esto me permitió estar en Chile, Argentina, México y también en Toronto, Canadá, para conocer las experiencias de trabajo con agresores. Y luego de esto, simultáneamente, nos financió la investigación que culminó con la publicación de un libro “Masculinidades y violencia conyugal”¹, que nos ha servido como base teórica para trabajar en el programa. Entonces sí hubo al principio un muy buen apoyo de la fundación Ford y luego, cuando ya funcionó el programa, si bien la cooperación británica, el DFID, nos apoyó todo el 2004, también

la fundación Ford lo hizo con cosas más pequeñas. Es en el 2005 que tenemos poco financiamiento, la Ford nos ha apoyado de manera más puntual, en lo que fue material de difusión, en algunos pequeños pagos, para pagar a quien hacía la difusión, etc. Y actualmente, ya en el año 2006, hemos conseguido el apoyo, fundamentalmente para difusión, por parte de la agencia sueca Diakonía, también para material impreso y para pagar a una persona que haga el trabajo de hormiga difundiendo el programa en todas las entidades que brinden servicios y a otra persona que ingrese información en la base de datos, lo que nos va a servir para la sistematización.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – Aparte de esto hubo los vínculos con tres municipalidades acá de Lima, pero que solo les cedieron el local, ¿no?

MIGUEL RAMOS – Primero, con el municipio provincial de Lima que nos dio el local en San Miguel, y en segundo lugar, la municipalidad de Villa María del Triunfo, que nos dio un local. Actualmente, la municipalidad de Jesús María nos apoya con el local y, espero, que con la firma de este convenio nos pueda dar algo más.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – ¿Por qué elegiste para hacer este programa el modelo de Coriac de entre todos los que conociste?

MIGUEL RAMOS – Dos modelos me impresionaron. El primero es el modelo Duluth, que se creó en Minnesota, Estados Unidos y que se ha generalizado también en Canadá. A mí me llamó mucho la atención este programa llamado “respuesta comunitaria coordinada”, que hacía que los hombres que eran acusados y sentenciados por el ejercicio de violencia contra su pareja, inmediatamente tuvieran la posibilidad de acudir de manera obligatoria a espacios de reeducación. A mí me parecía importante que en Canadá consideraran que, si bien es cierto los hombres deberían tener un castigo por lo que hacían, porque era necesario que la sociedad les de muestras claras de que pegar a una mujer es un delito contra los derechos humanos y que constituye una afrenta a la sociedad en su conjunto, por lo tanto se necesita una sanción- a la vez me parecía interesante que el estado considerase que era una responsabilidad conjunta de la sociedad que los hombres se comportaran de esta manera, porque era una cuestión cultural. Y, por tanto, las sociedad representada por el estado debería crear espacios donde los hombres pudieran tener la oportunidad de pensar distinto, entonces por esto se crearon estos espacios. Me pareció interesante que ellos dijeran que lo importante es que los hombres tengan estos espacios, pero

que tampoco las mujeres iban a esperar los cambios de los hombres, que sus derechos no podrían esperar esos cambios, que a buena hora si los hombres cambian con esta oportunidad que se les da, pero que si no cambian, la sociedad les iba a hacer sentir que no podían ellos violar los derechos de las mujeres. Me pareció interesante que toda la sociedad en su conjunto respondiera de manera coordinada; los hombres no podían de ninguna manera burlar la sentencia, porque si lo hicieran, al día siguiente los metían presos y se les doblaban las penas y las mujeres estaban inmediatamente protegidas por las organizaciones de la sociedad civil, por el estado, etc. Todo funcionaba. A mí me parecía importante, pero el gran peligro que yo vi en Argentina y en Chile es que los hombres que eran enviados a estos espacios de reeducación y, que en el caso chileno lo desarrollan a través de los municipios, los hombres burlaban tranquilamente la sentencia y no pasaba nada. Pues cuando los facilitadores reclamaban a los jueces que hagan algo, porque estos hombres han sido condenados y no han vuelto, los jueces les decían 'no tenemos recursos para estar persiguiendo a cada uno de los hombres'. Entonces a mí esto me pareció muy peligroso. La pregunta era ¿qué hacemos mientras tanto?

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – ¿Cuáles fueron las instituciones que visitaste en EUA y Canadá?

MIGUEL RAMOS – Solo visitamos Toronto Canadá, pero infelizmente he perdido el contacto y las referencias.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – ¿Y En Chile y en Argentina?

MIGUEL RAMOS – En Chile, quienes están encargados de esto son los municipios de la ciudad de Santiago, el municipio central y los municipios distritales, que ellos llaman comunas. Estos programas funcionan dentro del programa de salud mental, y trabajan tanto con agresores como con víctimas de la violencia de género. En Argentina, visité el programa a cargo de Jorge Corsi, que es una ONG privada, donde también son derivados hombres sentenciados. Algo que tampoco me convenció de estos programas, es decir los que visité en Chile, no el de Corsi, los cuales están en la misma línea que el modelo de Toronto y el de Duluth en Estados Unidos, es que son modelos puramente educativos, en el sentido de que trabajan mucho en el ámbito cognitivo de la gente. Ellos no trabajan sobre la base de la experiencia de cada hombre, su experiencia emocional, sino que trabajan fundamentalmente sobre las creencias

machistas en general. Entonces, por ejemplo, ellos cada día tienen pautado un tema el cual se pone en discusión, dicen "hoy día vamos a hablar sobre violencia sexual", ponen un video y luego de eso se desarrolla la discusión. Utilizan el método de Paulo Freire, de educación popular, y van construyendo las conclusiones sobre la base de la discusión de todos. Ponen un caso y dicen "¿qué tipo de violencia ustedes ven ahí?" y empiezan a buscar las diversas formas de violencia; y "¿qué busca con la violencia este hombre?", "Quiéren controlar a su pareja", "¿qué creencias creen que hay detrás de esto?" y "¿por qué los hombres creen en esto?" y así siguen, los hombres van discutiendo y sacando conclusiones. Entonces, esta es la manera como ellos trabajan. La primera vez que fui a Chile me quedé sorprendido por una experiencia. Un psicólogo que conocí me dijo: "tú estás interesado en estos temas, yo te invito a la comuna en el municipio tal donde trabajo con un grupo de hombres", esa era la única información que tenía. Cuando fui me encontré con 15 o 16 hombres, muy buena gente todos, muy cordiales los señores. Empezó la reunión, el tema era sobre la violencia conyugal, todos decían que estaban en contra de la violencia, todo el mundo hablaba muy bien de sus parejas, de sus hijos y con mucho amor. Cuando se terminó la sesión, vi que ellos hicieron una fila para firmar un cuaderno y entonces pregunté al psicólogo por qué estaban firmando el cuaderno y me dijo: "porque todos estos hombres son sentenciados y enviados por los tribunales a este grupo de trabajo". Yo pensé "¡caramba! Creí que era un grupo de estudio, porque todos hablaban en contra de la violencia y bien de su pareja, de sus hijos ¿cómo es posible que estos hombres, tan cordiales, tan buena gente... tan común y corriente, que condenan a la violencia y hablan bien de sus parejas son sentenciados por ejercer violencia?". Muchos de ellos habían sido sentenciados varias veces ya, no era la primera vez, cómo es posible que ellos violentaran a sus parejas a la vez que condenaban la violencia. Entonces, pensé que de algo carecía esta estrategia, esto no me convencía del todo. La estrategia que encontré en Coriac era distinta. En primer lugar, frente a este tema de poco control de las instituciones, para que los hombres no se burlen de las sanciones ellos optaron porque fueran de manera voluntaria, entonces se evitaban este problema. Pues una deserción de un hombre que va de manera voluntaria no tiene la misma connotación que la de un hombre que va sentenciado, que no asiste y no le pasa nada, se burla de todo y peor para su pareja. Y segundo, Coriac no trabaja los cambios solo en el ámbito cognitivo, sino que va más allá, trabaja con la experiencia de cada uno de los hombres,

es principalmente vivencial y se trabajaba con el mundo de las emociones y de los sentimientos. Y a través de las emociones y sentimientos, se llega a las creencias y se da un nuevo significado a lo que aprendieron de lo que es ser hombre. Entonces, era un proceso distinto que abarcaba a todo el ser humano y no solamente al campo de los conocimientos. Eso me pareció mucho más motivador. Y tercero, los objetivos del Coriac iban más allá que el de los otros programas, los cuales solo querían detener la violencia. Coriac iba más allá, no solo pretendían detener la violencia, sino que buscaba cambios más sostenibles en las relaciones de pareja, realmente buscaban cambios en los hombres. En Toronto me decían: “nosotros le damos la oportunidad de que en cinco meses paren su violencia y si con esa oportunidad se logra que ellos cambien, a buena hora, si no lo hacen, mala suerte, porque la sociedad les hará sentir que no va a permitir que vuelvan a violentar”. Yo recuerdo que en este programa un hombre decía: “yo ya sé que debo parar la violencia, cada vez que quiero pegar a mi mujer yo me detengo, me reprimo, pero tengo unas ganas de darle una patada o un puñete a esta mujer cada vez que me responde, que me levanta la voz o cada vez que viene a la hora que le da la gana, cada vez que quiere vestirse de tal forma, me da ganas de patearla, pero yo aprendí a reprimirme”.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – ¿Tú escuchaste esto?

MIGUEL RAMOS – Yo escuché el testimonio de ese hombre. Es cierto, ellos aprendieron a reprimir sus ganas de pegar, pero no han cambiado, siguen con las mismas creencias. Entonces lo que nosotros queremos es no solo parar la violencia, sino que los hombres realmente cambien y cuando terminen el programa se sientan bien, es decir, no solamente que paren su violencia, sino que deteniéndola se sientan ellos bien. Esa es la diferencia y por eso creo que el modelo de Coriac es mucho más potente. Y el tercer aspecto que es distinto en el caso de Coriac es que forman a sus facilitadores en el propio proceso, es decir, hombres que habían ingresado con problemas de violencia y que habían pasado todo el proceso de renuncia a su violencia y estaban dispuestos a apoyar otros hombres en este mismo proceso, eran preparados como facilitadores. Como el programa no era un programa intelectualizado, sino que la principal herramienta de facilitación era la experiencia de cada hombre de haber renunciado a su violencia, me parecía que resultaba sumamente potente, porque a los hombres lo que más les impacta y ayuda a su cambio es escuchar la experiencia de otro hombre,

de haber superado este problema. Entonces, es diferente a otros programas los cuales fundamentalmente trabajan con un psicoterapeuta o con un profesional especializado, que son escasos y caros, lo cual dificulta, sobre todo en países pobres como los nuestros, un efecto multiplicador. Es decir, esto permite que pueda haber de manera más eficaz y más barata un proceso de multiplicación de esta misma experiencia. Esos son los elementos que me hicieron optar por el modelo de Coriac.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – Tu idea es, precisamente, apostar por la multiplicación del programa. Habías hecho un proyecto al respecto pero que no se había logrado aprobar...

MIGUEL RAMOS – Sí, pero este es el problema, porque hay que viajar mucho y los viajes son caros. Este es el problema y hasta ahora no consigo financiamiento para hacerlo. Solamente hemos podido replicar la experiencia en Piura, porque había una ONG, una institución detrás que financió...

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – ¿Que era Diakonía también?

MIGUEL RAMOS – No, es otra Diakonía. Diakonía es una institución ecuménica sueca, con “K”. Y la otra es Diaconía, que es una institución del Arzobispado de Piura, la cual se interesó por el programa y financió la réplica.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – Y ¿cómo fue la experiencia? Primero vino July Chávez Lozada que era la encargada del área de violencia en Diaconía, ¿verdad?

MIGUEL RAMOS – Sí, ellos fueron muy insistentes en que yo transmitiera la experiencia. Yo me resistí bastante, porque nosotros todavía no habíamos acabado el proceso pero, a fuerza de la insistencia de ellos, acepté hacerlo. Fue un proceso más o menos largo, porque en primer lugar desarrollé un taller similar al que había hecho Roberto Garda de Coriac acá en Lima. Conduje un taller de toda una semana en Piura, con más o menos 15 hombres, todos ellos líderes locales comprometidos con el tema, de los cuales quedaron dos hombres a cargo de ser los iniciadores de este programa, que trabajaban en esta institución Diaconía. Ellos tuvieron una preparación adicional, de venir varias veces a Lima; tuvieron inclusive una pasantía de dos semanas, en dos oportunidades, asistiendo a nuestros dos locales que teníamos en Lima en el primer nivel, y también a las sesiones de segundo nivel. Trabajando de esta forma con su propia experiencia de renuncia a su violencia. En el transcurso

de este primer período lo que han hecho también ha sido trabajar con nosotros a nivel más teórico, han seguido en la UPCH el Curso Semi-Presencial de Atención a Personas Afectadas por Violencia Basada en Género.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – ¿Un curso ofrecido por la Unidad de Salud Sexual y Reproductiva en la que trabajas, dentro de la UPCH?

MIGUEL RAMOS – Sí. Luego, yo he hecho una visita para supervisar su trabajo en Piura. Y cuando yo he visto que estaban trabajando bien, dije perfecto. El problema es que no hemos desarrollado un mayor seguimiento, por falta de recursos. Ellos mismos no tenían recursos para solventar mis viajes a Piura, entonces hace tiempo que no tenemos una supervisión de lo que están haciendo.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – Pero uno de los facilitadores tuvo más dificultades, tenía problemas personales...

MIGUEL RAMOS – Así es, porque ¿cuál es el problema para la réplica fuera de Lima? Lo mismo que me pasó a mí: lo ideal sería que yo hubiera pasado el proceso de trabajar mi propia experiencia en Coriac de todo un año. Pero no era posible. Yo hice el trabajo acelerado en México en dos oportunidades en que estuve, prácticamente yendo todos los días al programa haciendo mi propio trabajo personal.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – Estuviste dos semanas en México yendo todos los días...

MIGUEL RAMOS – Todos los días iba a los talleres. En Coriac hay montones de talleres de los tres niveles, entonces podía ir todos los días, inclusive el sábado, durante dos semanas y en dos ocasiones. Entonces, en ese lapso hice el trabajo de un hombre que asiste al programa de Coriac durante cuatro o cinco meses, relativos al primer nivel. Además, tuve en Lima un trabajo de ocho o nueve meses con una psicoterapeuta feminista, Mabel Loayza, un trabajo personal que me dio mucho apoyo. Claro, el problema es que yo era el iniciador del programa y tenía que quemar etapas ¿verdad? Lo mismo pasó con la gente de Piura. Uno de ellos, Víctor Domínguez, se conectó mucho más rápido con su cambio, hizo trabajo personal apoyado por July, psicóloga también de Diaconía. Entonces obtuvo un cambio personal acelerado. El otro no pudo solucionar algunos problemas que tenía con su pareja, empezó a recaer en problemas de violencia con su propia pareja e

inmediatamente tuvo que dejar su labor de facilitador. Pidieron mi opinión al respecto, y les dije que él no podía seguir facilitando, que él debería continuar como usuario del programa. Y ahí hubo algunos problemas porque él se sentía mal de ser usuario habiendo sido facilitador.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – ¿Él ya no asistió al programa?

MIGUEL RAMOS – Siguió asistiendo, pero su participación fue un poco ambigua, no sé más.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – Con relación a los facilitadores, creo que la gran ventaja de este modelo es que es más rápida la replicación, porque no hace falta ser un psicólogo.

MIGUEL RAMOS – No hace falta.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – Ahora trabajan en el programa en Lima tú que eres sociólogo con maestría en demografía y has hecho este proceso en Coriac, Christian que es psicólogo y Orlando que es dibujante técnico de un instituto superior. Los dos pasaron por los tres niveles del PHRSV, ¿no?

MIGUEL RAMOS – Sí. Considero que si bien los psicólogos tendrían más ventajas para trabajar en este programa, son los profesionales con mayor resistencia para ingresar al programa. Varios psicólogos me han llamado para pedirme que les enseñe la metodología del programa. Yo les digo que la metodología es muy sencilla, no implica mucha cosa, el problema es que cada uno de los que quiere participar y convertirse en facilitador tiene que participar y hacer su propio proceso de renuncia a su violencia y, por tanto, los invito a participar como usuarios primero, para convertirse después en facilitadores. Y no aceptan. Varios me dicen: “¿Cómo voy a ir yo como usuario, como paciente? Yo soy psicólogo, yo tengo que ir como facilitador”. Ellos lo que quieren es trabajar conmigo directamente como facilitadores, aprendiendo una metodología que yo les puedo dar en tres hojitas y lo aprenden. Pero no es este el asunto, yo les digo que la principal herramienta de este programa es la propia experiencia de haber renunciado a su violencia. Entonces, con esto es con lo que van a trabajar y no tanto con los libros. Es muy difícil que los psicólogos acepten. Christian fue el único que aceptó el reto. Ha seguido todo el proceso, ha estado en los tres niveles y después de eso se ha convertido en facilitador

y muy bueno. Orlando lo mismo. Los dos han tenido, además, una preparación adicional después de pasar por el programa, han seguido este curso que mencioné, el Semi-Presencial de Atención a Personas Afectadas por Violencia Basada en Género. Durante mucho tiempo fueron adquiriendo experiencia, primero de co-facilitadores conmigo y luego ya se han convertido en facilitadores. Y se siguen preparando: ahora Orlando está yendo además a una psicoterapia individual, Mabel Loayza, la misma con quien yo trabajé. Le está ayudando a crecer de manera personal. Esto es un proceso y ahora hay otras dos personas que pueden convertirse en facilitadores, que han sido egresados del programa, Bani Set y Ángel Mío, que también están en preparación. Christian está a cargo de esto, están trabajando con ellos los jueves. Y otros dos más, que todavía les falta, porque están en primer nivel, que son Francisco y el otro Cristian, que probablemente lo sean también, pero que les falta todavía hacer los otros niveles.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – Los psicólogos, tendrían mejores posibilidades, dijiste... ¿crees que la presencia de Christian trabajando contigo ahora ayuda?

MIGUEL RAMOS – Sí, ayuda, por supuesto, tiene más recursos. Pero Christian ha ido cambiando. Antes hablaba mucho a la gente desde el punto de vista de sus conocimientos profesionales, ahora habla cada vez más de su propia experiencia. Y lo más potente para los demás hombres es que hable más de su propia experiencia. Pero, por ejemplo, Christian tiene mucho más facilidad para el trabajo de revelación cara a cara con los hombres, aunque Orlando cada vez lo hace mejor. Orlando ha crecido mucho, de manera personal... ¡enorme! Y la manera cómo él comenta, lo hace con mayor propiedad.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – Sí, lo vi ayer, estuvo bien. Tu área de actuación es demografía ¿Hace cuánto tiempo empezaste a trabajar con género y violencia contra las mujeres?

MIGUEL RAMOS – En el año 99, empecé a hacer investigación sobre salud sexual y reproductiva de los hombres. El tema de violencia en este momento me pareció importante pero poco grato, no me interesó ingresar a este tema. Hasta que en el año 2000 fui invitado a participar en un equipo para ejecutar el Estudio Multicéntrico de la OMS sobre violencia contra la mujer por parte de la pareja. Era un estudio coordinado por la OMS e iba a desarrollarse en diez países del mundo. Entonces yo

participé dirigiendo la encuesta aquí en Perú, tanto en Lima como en Cusco. En América Latina también se hizo, en Brasil. Bueno, este fue el primer momento en que me acerqué al tema de manera más profesional y salí muy impactado de este estudio. Porque nunca esperé el nivel de violencia que podría haber. Pensaba que la violencia estaba reducida a grupos más pequeños, conformados por hombres con problemas de alcohol o algún problema mental, nunca pensé que fuera una cosa tan generalizada. En el caso peruano, en el caso limeño, una de cada dos mujeres de los 15 a los 49 años ha sido violentada física o sexualmente por su pareja en algún momento de su vida conyugal. Y en Cusco, dos de cada tres mujeres. ¡Es terrible! Entre los diez países estamos en los dos primeros lugares. Cusco tiene la violencia física más alta del mundo y Lima está en segundo lugar junto con Etiopía. Entonces la cosa era terrible, salí muy cuestionado de esto, considerando que los hombres somos los principales protagonistas de este tema y pensando que habría que hacer algo. Y pregunté al principio qué cosa se estaba haciendo en el Perú con los hombres que son los principales protagonistas y no se estaba haciendo nada. Esto a mí me preocupó muchísimo, no puede ser que no se esté haciendo nada con ellos que son los principales causantes del problema. Ahí empecé primero a preguntar qué estaban haciendo las ONGs feministas, los Centros de Emergencia de la Mujer del Ministerio de la Mujer (MIMDES) y encontré que respecto a hombres no había nada. Leyendo algunos trabajos publicados, conocí que había en otros países experiencias, y por esto hicimos un proyecto que presentamos a la fundación Ford para conocer las experiencias de otros países, con la intención de plantear una propuesta de intervención para trabajar con agresores en el Perú. La fundación Ford nos apoyó. Simultáneamente presentamos un proyecto de investigación a la Ford sobre el tema de la masculinidad y la violencia de género que también nos apoyó. Así fue el inicio de este trabajo.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – Muy bien... Y ¿cuáles crees son las principales habilidades que deben tener los facilitadores para hacer su trabajo?

MIGUEL RAMOS – Lo principal es que ellos hayan pasado por este proceso y hayan realmente renunciando a su violencia. Que hayan avanzado significativamente en relaciones equitativas de género, que hayan re-significado el hecho de ser varón, que entiendan que el ser hombres no es lo que hemos aprendido a ser, que vivan una

masculinidad mucho más autónoma, renunciando a esta posición de autoridad y poder. Lo segundo, es que tienen que estar dispuestos no solamente a desarrollar sus cambios personales sino también a ayudar a otros en el mismo proceso. Puede suceder, como es el caso de Ricardo, uno de los que terminó los tres niveles del PHRSV, que consideró que solo le bastaba su cambio personal para irse. Entonces se requiere un compromiso más social. Tercero, requiere ciertas habilidades, capacidad de comunicación con la gente, tener habilidad para comunicarse de manera más fluida, y más capacidad de hacer empatía con las demás personas. Eso lo vi en un primer momento con Orlando, es un gran comunicador. También Bani Set es un buen comunicador, él podría ser un buen facilitador, pero todavía no ha terminado el proceso de capacitación. Pero tenemos problemas con Ángel Mío, él es un hombre que ha pasado por el proceso, está muy comprometido, quiere ser facilitador, pero le cuesta comunicarse de manera fluida, está avanzando. Bueno, Christian también tiene mucha facilidad, además que su profesión lo ayuda mucho para esto. Los otros dos también tienen condiciones. Podría decir que estas son las habilidades fundamentales para ser un facilitador.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – ¿Estás pagando ahora el trabajo de los facilitadores?

MIGUEL RAMOS – No, no se está remunerando la facilitación, pero sí a través de otros trabajos. Por ejemplo, a Orlando se le remunera su trabajo diario de difusión. Él camina todo Lima difundiendo el Programa, por eso se le paga. Y a Christian lo que se le está pagando es el trabajo que hace ingresando toda la información que recogemos en cada taller a la base de datos. En el proyecto que nos apoya Diakonía, solo se ha presupuestado unos diez dólares para la facilitación en cada taller. Lo que sí estamos haciendo es cobrando a los hombres una tarifa mínima, pero eso casi no alcanza para nada, solo para comprar los refrigerios y lo que sobra lo juntamos para el mes de enero, que es cuando nos vamos a quedar sin nada de financiamiento. Diakonía nos ha dicho que el mes de enero no hay posibilidad de que financien nada, sino probablemente a partir de febrero o marzo. Todo lo que se está juntando será repartido entre Orlando y Christian los primeros meses del próximo año.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – Ellos tienen otros trabajos. Es decir, ellos trabajan dentro del programa pero no como facilitadores y, aparte, por ejemplo, Orlando sigue su trabajo como diseñador y Christian también está trabajando con investigaciones. Y

¿cómo fue la capacitación de Christian y Orlando? ¿La hiciste tú a lo largo de los talleres?

MIGUEL RAMOS – Claro, la capacitación teórica la recibieron en el curso mencionado sobre violencia de género, de dos meses, en la UPCH. Después hicieron de co-facilitadores mientras yo hacía el trabajo de facilitación a lo largo de varios meses. Luego pasaron a facilitar ellos y yo hacía de co-facilitador. Y, luego de eso, los he visto facilitando a ellos solos, sin mi participación. Lo que hago es ver cómo facilitan los dos y luego nos reunimos para analizar cómo se desarrolló ese trabajo. Entonces, ha sido un proceso largo, hasta que ellos ya lograron mayor autonomía. Ahora tengo mucha más confianza de que van a hacer bien la facilitación. Así, cuando tengo que viajar, ellos se quedan solos haciendo este trabajo. Además, ambos se han convertido en personas con mucha seguridad para desarrollar también actividades de sensibilización a través de charlas y talleres en otros lugares.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – Primero hubo la difusión masiva en los medios...

MIGUEL RAMOS – Sí

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – Luego la difusión de Orlando, pero aparte están las charlas, ¿no?

MIGUEL RAMOS – Permanentemente, llegan demandas de instituciones feministas, del Estado, de organizaciones de base, para dar charlas, tanto para su personal como para la gente con quienes estas instituciones trabajan y constantemente estamos nosotros dando charlas o talleres. También hay convenios con otras instituciones, por ejemplo, Orlando y yo hemos participado apoyando a una ONG feminista el Movimiento Manuela Ramos, una de las más importantes del Perú, donde hemos dado cuatro talleres a hombres de cuatro días cada uno, en una zona popular. Primero trabajamos con un grupo de 20 policías municipales, trabajamos con talleres vivenciales, es decir, a través de la experiencia de esos hombres. Luego hemos hecho tres talleres con líderes locales varones en la misma perspectiva, sobre el tema de violencia de género, haciendo una combinación entre talleres vivenciales y de sensibilización sobre el tema. A veces viajamos a provincias, como es el caso de Christian que condujo un taller Tingo María. Y yo estuve hace dos semanas en Ayacucho trabajando con dirigentes, autoridades, etc., apoyando a una ONG que

trabaja el tema de violencia. Eso lo hacemos permanentemente. De esa manera, también hacemos propaganda. En este mes de noviembre estamos llenos de invitaciones de todos lados y será motivo también para difundir el programa.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – Ahora, ¿cuántos grupos se formaron desde que se inició el programa? Hubo uno que empezó el primer nivel en junio del 2004 y que llegó a tercer nivel cómo en mayo del 2006 y, luego, hubo este grupo que no llegó a terminar...

MIGUEL RAMOS – No, en el barrio de Villa María del Triunfo no llegó a terminar y ahora empezamos este en Jesús María.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – Me dijiste antes que los principales hombres que vienen al programa son los que llegan muy mal, deprimidos, pero también hay una demanda importante de hombres, como fue el caso de Ángel o el de Christian que no viven propiamente por problemas de violencia física, pero que llegan al programa con la intención de aportar o porque creen que pueden mejorar en algo su comportamiento. Ahora me han contado el caso de Oliver que llegó para hacer una investigación y se quedó alguna semanas. ¿Qué piensas acerca de que el PHRSV funcione de alguna manera como un lugar al cual se acercan hombres que están preocupados por la violencia contra la mujer y por la masculinidad actual?

MIGUEL RAMOS – Sí, hay dos extremos. Por un lado están los hombres que llegan al programa porque están en crisis, que son los que más van al programa, con graves problemas de violencia. Y en el otro extremo, hombres que están comprometidos desde antes con el tema de la violencia, como los jóvenes que se acercaron al PHRSV y que luego formaron el Colectivo Magénta². Que aceptan la propuesta de desarrollar sus propios procesos de renuncia a su violencia y convertirse en facilitadores del programa. Pero en medio hay otros hombres que pueden ser sensibles al tema, pero que tienen otras prioridades, no tienen tiempo y terminan por dejar de ir. No es como el caso de los otros hombres que están en situación de vida o muerte, varios incluso están a punto de matarse o matar.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – ¿Cuáles son las principales dificultades que encuentras en la implementación del programa?

MIGUEL RAMOS – A diferencia de Coriac, no somos una institución autónoma, no tenemos local, medios o recursos propios. Supongo que Coriac empezó muy rudimentariamente y poco a poco fue creciendo, pero nosotros estamos dentro de la universidad, y ésta solamente nos da el nombre. Nunca nos ha apoyado económicamente. Necesitamos recursos mínimos, no basta con el voluntariado. Nosotros damos el trabajo gratuito para facilitar, pero el programa necesita mucho apoyo para la difusión y esto cuesta: para la impresión del material de difusión y para el trabajo de difusión necesitamos apoyo, mientras la institución no sea conocida o muy conocida, necesitamos bastante apoyo en difundirla. Entonces, este fue el problema más grande que nos ocasionó un bache durante el 2005, aunque ahora tenemos apoyo que nos está funcionando. El otro asunto es que tenemos que depender de los ambientes que nos den otras instituciones. Hemos probado que el alquiler de un local es muy peligroso, porque si nos quedamos sin financiamiento no hay como pagarlo. Por eso, tenemos que hacer convenios con instituciones que nos puedan brindar el local, el problema es que difícilmente el local será óptimo. Estos son los problemas que nos diferencian de Coriac: ellos son totalmente autónomos, nosotros tenemos un problema de dependencia. Y el tercer aspecto que constituye un gran problema es la cuestión de la supervivencia de cada uno del equipo. Si no tienes un trabajo aparte que te solvente, entonces vas a ir dónde tengas trabajo, que fue lo que sucedió con el primer psicólogo que trabajó con nosotros, Lenin Cárdenas. Consiguió trabajo en otro lado y nos dejó. Esto puede suceder con Orlando, con Christian o conmigo. Yo tengo que buscar permanentemente consultorías, vivo de mis consultoría, yo no vivo de mi sueldo en la universidad.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – ¿Y cuáles serían los principales avances del programa?

MIGUEL RAMOS – Primero, hemos sacado una promoción de hombres que considero que han cambiado bastante su vida. Segundo, hemos preparado un grupo de facilitadores que están haciendo una buena labor, eso muestra que el programa funciona, que es posible formar en el mismo proceso facilitadores y que esto tiene potencialidad para un efecto multiplicador. Que hay un grupo bastante grande de hombres que están buscando cambiar y que encuentran en el programa un espacio que les da oportunidad para esto. Creo que estos son los más importantes objetivos que hemos alcanzados. Segundo, nuestra presencia en medios masivos de

comunicación ha puesto sobre la agenda la necesidad de trabajar con los hombres, de comprometer a los hombres, de hacerlos responsables de su ejercicio de violencia. En los medios masivos de comunicación se ha puesto sobre el tapete que la violencia de género no es solamente un problema de las mujeres, sino que estamos involucrados hombres y mujeres. Los hombres tienen la responsabilidad de cambiar, porque ellos son los que ejercen violencia. Que no podemos avanzar más rápidamente en lograr cambios solo trabajando con mujeres.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – ¿Es parte del trabajo de Christian la reunión de los jueves con otros hombres que terminaron los tres niveles del PHRSV y que tienen interés en ser facilitadores?

MIGUEL RAMOS – No, no es parte de su trabajo, es un asunto más libre.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – Ellos mismo se lo han propuesto, los propios usuarios del programa trataron de organizarse para ser facilitadores, es un logro del programa, ¿no?

MIGUEL RAMOS – Así es.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – ¿Y cómo ven los temas de sexualidad y violencia sexual en el programa?

MIGUEL RAMOS – Hemos visto con Christian y con Orlando que poco se toca en el programa el tema sexual. Lo intentamos tocar, hay solamente una dinámica, una lectura en el manual del facilitador (de Coriac) que toca el tema de la violencia sexual. Y nosotros hemos introducido algunas lecturas sobre violencia sexual, pero falta más en el trabajo sobre esto, es muy poco tocado en el programa. La vez pasada se me dio la oportunidad para hablar más de este tema porque un usuario nos envió, a través del correo electrónico del Programa, un archivo en power point con un contenido pornográfico. Era como un chiste sobre mujeres, transexuales, etc. Entonces, me dio la oportunidad de utilizar esto para conversar con los hombres sobre cuál es el significado de esto, que estas cosas que nos parecen tan graciosas, tan naturales, no son naturales, que hay un mensaje machista detrás de esto. Fue una oportunidad, pero no tenemos una intervención sistemática sobre violencia sexual

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – ¿Y surge por parte de los hombres?

MIGUEL RAMOS – Muy poco.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – Al principio, en el año de 2004, cuando yo estuve en el PHRSV, hubo un hombre que dijo que violaba sexualmente a su pareja, ¿recuerdas como se trató el caso?

MIGUEL RAMOS – Él lo que hacía era forzar a su pareja a una serie de actos que ella no estaba de acuerdo. En una de las revelaciones, él planteó que había sido violado sexualmente cuando era niño y que le era imposible tener relaciones sexuales cara a cara mirando a la pareja, vía vaginal, entonces siempre sus relaciones eran hacia atrás y por el ano y que ella no estaba de acuerdo con esto. Entonces la violaba. Nosotros lo que hicimos fue aconsejarle a que fuera a una terapia sexual en la Clínica del Hombres en Inppares, pero parece que los costos eran muy altos y que no podía asumirlos. Por más que hablamos con Inppares para que los rebaje, no se podía. Y tras algunas sesiones, él dejó de ir al PHRSV.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – ¿Ha habido algún otro caso?

MIGUEL RAMOS – Han habido otros casos de violación sexual cuando ellos eran niños y que ha repercutido en su vida adulta.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – ¿Y alguno lo busca específicamente por esto, diciéndole que han ido al programa por la violencia sexual?

MIGUEL RAMOS – No, una psicóloga me informó que iba a enviar al PHRSV un hombre que había cometido violencia sexual contra una menor, pero nunca él manifestó este hecho en el programa.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – También estuvo este hombre que su esposa le impidió llegar a la casa porque él había intentado violar a su hija y él decía que era calumnia.

MIGUEL RAMOS – Sí, él fue uno de los pocos casos en que tuve que decirle que no volviera ya al programa. Estuvo como cuatro meses asistiendo y desde que llegó nunca reconoció ejercer violencia, él siempre se presentó como víctima de violencia por parte de su pareja. Y por más que intentamos ayudarlo a que se dé cuenta de que él estaba ejerciendo violencia con, por ejemplo, el tipo de silencio que practicaba: cada vez que su esposa le hablaba, él la ignoraba, no la escuchaba. No aceptaba que estaba ejerciendo violencia. Bueno, uno de los momentos más duros fue cuando, en una ocasión, él vino a pedirme que le dé una constancia de que estaba asistiendo al programa para usarlo contra su pareja e hija ante la fiscalía, pues su hija menor lo

había denunciado por intento de violación, y él quería una constancia del programa para decir con eso que él asistía a un programa contra la violencia y, por tanto, era incapaz de actuar de esa forma. Le dije que no podíamos dar ninguna constancia. Resulta bien complicado aceptar una calumnia de parte de una niña, pero él nunca aceptó que había ejercido violencia. Hasta que en un momento le tuve que decir que el PHRSV no era para él. Que este era un sitio dónde acudían hombres que querían cambiar sus actitudes violentas y que si él consideraba que era víctima de violencia habían lugares dónde él podía acudir, la policía, etc. y le dije que mejor no continúe asistiendo.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – Está bien. ¿Crees que hay algún patrón entre las personas que cometen violencia?

MIGUEL RAMOS – El único patrón son las creencias que comparten Creencias machistas de superioridad de hombres sobre mujeres, de relaciones jerárquicas de hombres sobre mujeres, de que el hombre, por ser hombre, tiene la autoridad en la relación. Las diferencias que existen entre ellos son producidas por sus propias experiencias de vida. Algunas más terribles que otras. Esto hace que haya hombres con mayor o menor seguridad personal. Sus propias historias desde la infancia de violencia, de abandono, etc. los hacen ser más suspicaces que otros hombres, ellos tienen la suspicacia a flor de piel: interpretan cualquier acto femenino como un intento de sublevarse, de no reconocer la autoridad del hombre, de ser abandonado por otro hombre. Por tanto, esta inseguridad hace que tenga una actitud de violencia más constante que otros hombres. Pero, como te digo, lo central son creencias arraigadas.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – La experiencia en la infancia parece ser determinante...

MIGUEL RAMOS – Sí, es en esta etapa cuando se empieza a enraizar las creencias de género, ¿no?

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – Muchos habían recibido violencia fuerte por parte de sus padres, ¿no?

MIGUEL RAMOS – Sí, la mayoría, casi todos, diría.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – ¿Del padre en especial?

MIGUEL RAMOS – Del padre y de la madre también. Eso sí, prácticamente todos.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – ¿Alguna relación que pudiste establecer con el alcoholismo, drogadicción o desempleo?

MIGUEL RAMOS – Hay de todo. Hay hombres que están desempleados y también asiste gente con mucha plata. Como ahora, hay varios profesionales, empresarios. Ciertamente, el desempleo puede ser un detonante, pero no es la causa.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – ¿Hay acá una legislación específica sobre infancia y adolescencia, alguna ley especial para los menores de edad?

MIGUEL RAMOS – ¿En términos de violencia?

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – O de salud. Un código de leyes especiales, un estatuto...

MIGUEL RAMOS – No te puedo responder de manera muy informada. Lo que yo sé es que en cada sector hay aspectos que atañen a la adolescencia y a la infancia. En el sector salud hay toda una normatividad con respecto a la atención a adolescentes y a niños relacionado a diversos temas: atención en salud, el aspecto de salud sexual y reproductiva, etc. En el código penal están tipificado los delitos contra menores, pero una legislación específica sobre código de menores y adolescentes, no conozco.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – ¿Y han tenido casos de adolescentes agresores?

MIGUEL RAMOS – No, no trabajamos con adolescentes nosotros.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – No es prescrito, es decir, ¿podrían llegar?

MIGUEL RAMOS – Sí, el hecho de ver que la mayoría son adultos y gente por encima de los 30 años los inhibe y no vuelven. Una o dos de veces han venido jóvenes de 18 años, pero que ya tenían pareja e hijos. En general, son hombres que ya tienen experiencia de convivencia, la mayoría.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – ¿Acá en el Perú hay otras personas que trabajan con hombres.? Stuart Oblitas, en Innparaes, trabaja con hombres pero no necesariamente con agresores...

MIGUEL RAMOS – Sí, en Innparaes, pero él (Oblitas) trabaja atención clínica, consulta, ¿no? Es un trabajo de terapia psicológica.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – Entonces el programa consiste en tres niveles. Al principio tú me dijiste que eran cuatro meses cada nivel, de 16 sesiones, pero tanto en Coriac como acá han coincidido en que son pocas.

MIGUEL RAMOS – Sí, no basta generalmente. Hay hombres que les basta los cuatro meses, pero a la mayoría de los hombres no, requieren unos seis meses para pasar de un nivel a otro. Sobre todo es más difícil pasar del primer al segundo nivel. Probablemente en enero abramos el segundo nivel, pero vamos a abrir con un grupo mínimo de hombres, con cuatro o cinco personas. Lo que pasa es que la mayoría no es constante, los constantes sí tienen procesos de cambio más rápidos como, por ejemplo, un hombre que fue ayer, que es constante y al principio no podía reconocer ningún sentimiento. Ayer habló de varios sentimientos, de sus sentimientos de abandono, ¿no es cierto?

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – ¿Y cuáles son los objetivos del primer nivel?

MIGUEL RAMOS – Fundamentalmente, detener la violencia física y sexual. Deben aplicar la técnica del retiro, que consiste en la identificación de algunas señales, que son como una especie de semáforos que te están diciendo “ya estás a punto de violentar” las cuales son señales de pensamiento, señales de sentimiento y señales de cuerpo. Tienes que identificarlas y parar en este momento, decir a tu pareja que vas a retirarte, tranquilizarte por lo menos una hora y volver a conversar y ahí resolver el problema de manera no violenta. Esto tiene que lograrse en primer nivel. Al final del primer nivel los hombres se siguen sintiendo mal, porque lo que han aprendido es a parar su violencia, pero todavía les falta descubrir por qué siguen sintiéndose tan mal. Como este hombre que ayer dijo: “cada vez que me ocurre esto me siento abandonado, siento... varias cosas, pero no sé por qué. Y cada vez que siento eso me dan ganas de reventar”. Así terminan el primer nivel. Él estaría a punto de terminar el primer nivel.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – Así termina, él reconoce su violencia, él ha detenido su violencia.

MIGUEL RAMOS – Él ya no tiene violencia física. Mantiene violencia emocional, decir a sus trabajadores, gritarles: “carajo, tú haces esto”. Ya ha avanzado bastante en reconocer que él es el que tiene el problema, que no son los demás. Porque él llegó echándole la culpa a los demás: que éste no cumple, que quieren burlarse de mí, todo el mundo tenía la culpa. Ahora él reconoce que él es el problema y ayer mismo él se dio cuenta que para los demás el mismo hecho que le molestó tanto a él, a los demás no les pareció algo importante.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – Entonces estos serían los objetivos del primer nivel ¿Y del segundo?

MIGUEL RAMOS – Fundamentalmente que ellos reconozcan una constelación mayor de sentimientos, de emociones que están detrás del hecho de violencia. Lo que hacemos es trabajar las historias de estos sentimientos y emociones, entender qué cosas han aprendido -sobre todo cuando eran niños- en el momento en el cual sentían estos mismos sentimientos, estas emociones, qué han aprendido como hombres. Y, luego de entrar en esa conexión con lo que sienten ahora, que re-signifiquen el hecho de ser hombres, que le den un nuevo contenido a lo que aprendieron acerca de ser hombre. En este nivel logran hacerse responsables de sus sentimientos, de esta manera entienden que no son sus parejas las que les ocasionan estos sentimientos tan fuertes, sino son productos de sus historias, relacionadas a las maneras dolorosas en las que aprendieron a ser hombres. Esto hace que se desculpabilice a las mujeres. Lo ideal es que al final de este segundo nivel pueden, no solamente parar la violencia, sino que se sientan bien parando la violencia. Que se sientan mucho más sensibles consigo mismos, o sea, puedan abrir el caparazón que han construido a lo largo de muchos años, y ser mucho más sensibles con las demás personas, puesto que son sensibles con ellos mismos. Así, reconocen muchos más sentimientos, muchas más emociones, le ponen nombres a cada uno de ellos, saben cuales son las creencias que están detrás y han hecho el esfuerzo para darle un vuelco a esto. De esta manera están preparados para el tercer nivel. En el tercer nivel lo que buscamos fundamentalmente es que los hombres sepan negociar en igualdad de condiciones con las mujeres, sin resolver los conflictos desde una posición de autoridad y poder. Es una base importante que tengan una mayor sensibilidad hacia ellos mismos y, por tanto, ante los demás. Esto permite lograr resolver los conflictos teniendo en cuenta los sentimientos de la otra persona. En mi libro mencionado, analizo lo que expresan estos hombres luego de ejercer violencia. Por ejemplo, a alguien que le pegó a su pareja porque salió de la casa y no le pidió permiso para hacerlo. Le pregunté: “y ¿qué pasó con tu relación después de este hecho de violencia?” Y él me responde: “Excelente, maravilloso, para qué? ¡Ella nunca lo volvió a hacer! Desde ahí nosotros estamos viviendo felices y contentos” Y entonces yo le pregunto: “¿Y tu pareja cómo se siente?” y respondió: “No, ella muy bien, perfecto!”. Entonces me acuerdo que Nancy Palomino, investigadora feminista, decía: “A estos hombres no les interesa el sentimiento de sus mujeres, no les

interesa que estas mujeres estén resentidas, que estén con miedo, que estén con dolor, etc". Y yo decía: "no es tanto que no les interese, sino que si ellos mismos tienen dificultades para identificar estos sentimientos en ellos, tienen menos posibilidades de identificar estos sentimientos en otras personas". No pueden identificar las necesidades y los sentimientos de la otra persona. Entonces, luego de pasar a segundo nivel, están en posibilidad de ser más sensibles a los sentimientos de las otras personas y de lograr acuerdos que beneficien a todos, no solo a ellos. Porque muchas veces, si no tienen esta sensibilidad, ellos pueden imponer cosas y creer que está todo bien. Esto es un poco el contenido del tercer nivel. En este nivel lo que hacemos, además, es que los hombres aprenden que no todo puede ser negociable, que hay aspectos que hacen parte de la vida de las personas y que pertenecen al campo autónomo y propio de cada persona. Porque los hombres creen muchas veces que pueden intervenir en cualquier aspecto de la vida de las mujeres. Muchos hombres dicen: "bueno, yo tengo que negociar si ella va a ver a sus padres o no. O vamos a ver en todo caso que me das a cambio si vas a ver a tus padres". Eso no es negociable, es un campo propio de la mujer. Que si ella quiere estudiar o si quiere trabajar, son decisiones propias de ella, no tiene que negociar. Pero los hombres muchas veces creen que todo es negociable con respecto a las mujeres. Es la ley del embudo. Ancho para mí, y estrecho para ti. Respecto a mis espacios, yo no me siento a negociar contigo, pero con respecto a tus espacios todo hay que negociar.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – ¿No han hecho evaluación todavía?

MIGUEL RAMOS – No, pero es probable que el próximo año la hagamos. Estamos consiguiendo un financiamiento para hacer una sistematización de nuestra experiencia. Con entrevistas a las parejas de estos hombres, a las personas que viven con ellos y también para hombres que han desertado, por qué lo han hecho. Esto sería con apoyo de Diakonía.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – De momento tienen la autoevaluación del modelo Coriac.

MIGUEL RAMOS – Sí, pero hasta ahora no ha dado resultado. Recién le hemos hecho modificaciones, espero que ahora funcione.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – Bueno, Miguel, te agradezco a nombre del equipo de investigación del Margens.

MIGUEL RAMOS – Espero que haya sido coherente, quizás en la primera parte no he sido muy coherente. En mi libro está más ordenada toda la base teórica del programa.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – ¿Alguna cosa más?

MIGUEL RAMOS – No, no.

POST DATA – En septiembre del 2008, se realiza otra entrevista a Miguel Ramos, cuyo objetivo puntual fue inquirir sobre los resultados de la investigación del impacto del programa que se había realizado en el año 2007. Esta segunda entrevista se justificaba en la medida en que las evaluaciones de impacto fueron raras entre los programas estudiados pero, sin embargo, de ellas dependerá en gran medida los caminos que los programas de esta naturaleza tomarán.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – Nos explicaste como era el programa hace dos años. Ahora nos gustaría saber cuáles fueron los resultados de la evaluación y cómo la hicieron.

MIGUEL RAMOS – Bueno, nosotros nos propusimos hacer, en primer lugar, un bloque muy grande de entrevistas a personas que habían desertado del programa en el primer nivel, porque pasaba mucha gente por el primer nivel que desertaba, nuestra pregunta era ¿por qué esos hombres están desertando? Esa fue la primera pregunta, entonces hicimos 40 entrevistas: 10 entrevistas a hombres que fueron solamente a la charla informativa, que es la primera que se da cuando se informa a los hombres en qué consiste el programa y se les invita a participar. Y 30 entrevistas a hombres que con distinta cantidad de sesiones, que habían asistido pero que habían desertado, hay hombres que estuvieron 5 sesiones, otros 10, otros 15. Y la segunda pregunta era, como tenemos el objetivo de en el primer nivel parar la violencia física y sexual, se entrevistó a las parejas de los hombres que en este momento estaban en el segundo nivel. Ahí nos interesaba cuáles eran los cambios. No nos interesaba en ese momento entrevistar a las parejas de los hombres que habían desertado porque nos parecía absurdo, ya que ellos no habían cumplido los objetivos.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – Sí, comprendo.

MIGUEL RAMOS – O sea, los objetivos del primer nivel eran parar la violencia física y sexual, entonces qué le íbamos a preguntar a la mujer si habían parado si ellos

todavía no habían alcanzado los objetivos, habían desertado. No fue nuestro interés preguntarles a las mujeres de estos hombres que habían desertado, pero sí a los que estaban en el segundo nivel, que eran en ese momento cinco hombres, si realmente habían parado la violencia física y sexual. El tercer objetivo era preguntar a las parejas de los hombres que habían egresado del programa y de eso ya había transcurrido un año, año y medio, algunos de ellos eran facilitadores; preguntarle a sus parejas realmente si habían cambios importantes, no solo parar la violencia física y sexual, porque el programa tiene un objetivo mayor que ese, que es lograr cambios sostenibles.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – Sí, muy bien.

MIGUEL RAMOS – Bueno, al transcribir las entrevistas de los hombres nos causó sorpresa que la inmensa mayoría de ellos diga que su paso por el programa les había cambiado la vida, eso dijo la mayoría, que ya no eran los mismos. Siete u ocho hombres decían que habían parado la violencia física y sexual y por eso dejaron el programa, ya habían logrado lo que querían. Otros decían que ya no era la violencia como antes, que había algunos episodios pero eran, digamos, muy remotos o que habían disminuido. Otros decían que habían parado la violencia física y sexual, pero seguía el eje emocional. Nos llamó la atención, no lo esperábamos. Entonces, nos preguntamos, ¿cómo podemos comprobar eso si no estamos haciendo entrevistas a las mujeres, a las parejas? Y ya no teníamos presupuesto. De todas maneras, sacamos un poco de recursos de un lado y otro para hacer por lo menos cinco entrevistas al azar de estos hombres que habían dicho que habían cambiado, que ya no violentaban. Hicimos cinco entrevistas de mujeres y entre esas cinco entrevistas, dos mujeres corroboraron exactamente lo que dijeron los hombres, que sí sus parejas habían cambiado, que ya no había violencia física ni sexual y que ciertamente el tiempo que había pasado había sido suficiente para ellos y por eso ya no habían vuelto a violentar, es decir, corroboraron exactamente lo que habían hecho sus parejas masculinas. En otros dos casos dijeron que mientras estuvieron en el programa, ellas veían cambios en ellos, que venían, se cuestionaban. Por ejemplo, una mujer de estas dos dijo que le pareció impresionante, que un día llegó su pareja totalmente cuestionado porque habíamos dicho en el programa que los juegos en los niños influían mucho en los roles posteriores de adultos. A los hombres no les habían

permitido, por ejemplo, jugar con muñecas y tener juegos que nos hubieran preparado para ser capaces de criar a nuestros hijos de igual a igual con nuestras parejas. Le había cuestionado mucho a este hombre el hecho que estos juegos no tenían que ver con la homosexualidad. Entonces vino comentando esas cosas, ¿no? Pero ellas decían que, pasaron algunos meses, empezaron otra vez los actos de violencia, ¿cierto? Y en un caso una mujer dijo que la situación era igual que antes, eso también nos llamó la atención. Entonces identificamos a esa mujer en el seguimiento que nosotros hacemos a los hombres que ingresan al programa y nos dimos cuenta que ese hombre era un hombre sentenciado por los tribunales. Este hombre fue a una charla obligatoria donde nosotros fuimos invitados por la institución penitenciaria y él fue al programa y ha querido demostrar a su pareja que estaba cambiando porque estaba yendo al programa, pero la violencia continuaba igual o peor que antes, ¿cierto? Entonces eso es un poco lo que nos llamó la atención de ese primer nivel, que algo estamos influyendo inclusive en esta gente que no termina el primer nivel. No estamos impactando de manera óptima porque nosotros tenemos unos objetivos que cumplir, pero sí ejercemos alguna influencia.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – Y en el caso de este hombre cuya mujer consideraba que incluso podría haber sido peor su ida al PHRSV, ¿no hubo un error por parte del PHRSV? ¿No hay una carta que ella debería firmar estando consciente de que el programa no es una garantía de cambios, que el hombre no lo puede utilizar como justificativa para ganar la confianza de la mujer?

MIGUEL RAMOS – Efectivamente, hay un error. Él estuvo cuatro semanas y cuando se le entregó la carta, ya no regresó al PHRSV. Hay un límite que se debe pensar. Él estuvo en el programa solo este tiempo y lo aprovechó para violentar a su pareja, para lograr que ella le diera un poco más de confianza, pero nunca cambió efectivamente y de esto ella se quejó, que para ella el programa solo fue una excusa más de su pareja.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – Y ya con relación a los hombres del segundo nivel y de aquellos que habían egresado del PHRSV, ¿Cuáles fueron los resultados que obtuvieron?

MIGUEL RAMOS – En el caso de los hombres que estaban en el segundo nivel, todas parejas corroboraron que habían dejado de violentarlas física y sexualmente. En el

caso de un hombre que estaba 3 sesiones, la mujer dijo que si bien él ya no la violentaba física o sexualmente, su violencia emocional era brutal y, por lo tanto, ella consideraba que no había ningún cambio. Ese caso nos hizo cuestionar el trabajo, ser más cuidadosos para poder detectar hombres que no han cumplido los objetivos y que no pasen de primer a segundo nivel.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – ¿Él era un hombre de segundo nivel?

MIGUEL RAMOS – Participó en tres sesiones del segundo nivel. Le hicimos la entrevista a su pareja, quien nos dijo: “sí, ya no me violenta física ni sexualmente, pero las cosas que me dice son terribles, me violenta emocionalmente. Si él ya no me pega como antes es porque ha ido al programa o porque tiene miedo que yo lo vuelva a denunciar. Entonces, para mi no, yo considero que no hay mejoría”.

Las parejas de los hombres que fueron entrevistados, egresados del programa, corroboraron totalmente que ellos ya no solamente no las violentaban física sexualmente, sino que eran diferentes, habían cambiado. Lastimosamente en dos casos no pudimos entrevistar a las parejas porque esos dos hombres que habían egresado no tenían pareja. Entonces dijimos ¿a quién entrevistar? pues la única a quien podíamos entrevistar era a su madre, con quien ellos vivían. Pero fue una mala decisión, porque para las mamás todos los hijos son perfectos, no veían cambios, decían “si mi hijo siempre ha sido bueno”. Entonces no nos sirvieron las entrevistas. Las mujeres que entrevistamos, parejas de estos hombres egresados, realmente corroboraron que habían cambios notables, no solamente en términos de parar la violencia, sino en términos de sus relaciones equitativas. Lo que nosotros pudimos comprobar con esta evaluación es que el programa tiene impactos importantes en los hombres y los hombres que terminan el primer nivel cumplen con los objetivos de lograr parar la violencia física y sexual. Los hombres que egresan del programa logran cambios sostenibles. Pero, ¿Cuál es el problema mas grave? Que muy pocos hombres pasan al segundo nivel y menos son todavía los que pasan al tercer nivel. El número del primer nivel es enorme, pero son pocos los hombres que siguen todo el proceso.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – ¿Llega a ser menor de un 10 por ciento?

Miguel Ramos — Sí, así es, alrededor de 9 ó 10 por ciento pasa apenas al segundo nivel y entre 9 a 8 por ciento pasan al tercer nivel. Muy pocos hemos tenido una sola promoción de egresados.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – De los egresados, varios se han convertido en facilitadores, ¿no?

MIGUEL RAMOS – Sí, se han convertido. Pero si bien el programa funciona en términos de que los hombres que lo siguen logran ciertos cambios importantes, el problema es que la mayoría de los hombres desertan en el proceso, ¿no? Ese es el grave problema. Hay varias cosas que ellos dicen. Muchos hablan de problemas de trabajo: casi todos ellos son trabajadores eventuales, una característica muy grande en nuestro país, y van cambiando de trabajo o tienen que “viajar”: las distancias en Lima son terribles y la hora es la peor ¿no? Por la congestión del horario (7 p.m.), no logran llegar. Pero también hay cosas escondidas, como la resistencia de género. Por ejemplo, hombres que dicen: “en el fondo, ya no volví al programa porque no puedo recuperar a mi pareja, entonces ¿para qué voy?”. Porque para muchos su objetivo es recuperar su pareja, sus hijos, restablecer sus relaciones.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – Sí.

MIGUEL RAMOS – Entonces ellos nos cuestionan que tan realista es el programa. Estamos pensando otras posibilidades, pero es pronto para tomar una decisión.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – Bueno, recordando lo que me dijiste antes de empezar y que me parece importante: fue una investigadora, Teresa Ojeda, quién hizo todas las entrevistas tanto a los hombres como a las mujeres, pues ustedes querrían a alguien que no hubiese tomado parte del programa para este trabajo, ¿verdad?

MIGUEL RAMOS – Así es. No querriamos condicionar o sesgar. Debería ser una persona sensible, preferentemente una mujer. Entonces trajimos a Teresa Ojeda, psicóloga que ha trabajado en la UPCH con otras investigaciones nuestras sobre género, pero que no tenía ningún contacto con el PHRSV.

NOTAS

¹ RAMOS, Miguel. Masculinidad y Violencia Conyugal. Experiencias de vida de hombres de sectores populares de Lima y Cusco. Lima, UPCH, 2005.

² Colectivo Magénta, Masculinidades, Autoconocimiento, Género, Teoría y Acción.

CHRISTIAN ELOY GUZMÁN MAZUELOS

PROGRAMA HOMBRES QUE RENUNCIAN A SU VIOLENCIA

LIMA- PERU

*DANILO DE ASSIS CLÍMACO **

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – Bueno, ahora te voy a entrevistar primero como ex usuario del programa. ¿Cómo fue que tomaste conocimiento del PHRSV?

CHRISTIAN ELOY GUZMÁN MAZUELOS -- Creo que por la Web. Yo ya había trabajado el tema de violencia en la DIRCRI¹, en el Departamento de Psicología Forense de la Policía. Ahí atendí a muchas mujeres denunciando a sus parejas por violencia. Y luego formé parte del equipo encargado de realizar el trabajo de campo en una investigación sobre violencia ejercida y sufrida por hombres, mujeres, niñas y niños, realizada por el Programa Nacional Contra la Violencia Familiar y Sexual del Ministerio de la Mujer. Entonces, me llegó un correo en el que anunciaban la apertura del nuevo local del PHRSV en el barrio San Miguel, en el año de 2004. Tomé contacto y me enteré que una de las personas que participaba de esta Unidad de Investigación había sido profesor de la universidad donde yo estudié: Lenin Cárdenas.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – ¿Cuánto tiempo estuviste en el PHRSV?

*Entrevista concedida a Danilo de Assis Clímaco, con *Christian Eloy Guzmán Mazuelos*, en un primer momento en la condición de ex usuario del Programa Hombres que Renuncian a su Violencia y en un segundo momento, como facilitador en este programa, en Lima, Perú. Fue realizada en noviembre de 2006.

CHRISTIAN ELOY GUZMÁN MAZUELOS – Entré en noviembre del año 2004. Ya me había acercado en agosto, pero tomó un tiempo en juntarse la gente y Lenin me avisó que el nuevo grupo empezaría en octubre o noviembre.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – ¿Estuviste hasta que se terminó el tercer nivel?

CHRISTIAN ELOY GUZMÁN MAZUELOS – Sí, se terminó en mayo de este año, 2006.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – ¿Y cómo fue que te interesaste por el programa? ¿Porque antes habías trabajado la cuestión de género?

CHRISTIAN ELOY GUZMÁN MAZUELOS – Yo creo que sí. Y también un poco porque mi orientación dentro de la psicología es la psicodinámica y entendía que existe la necesidad de trabajar personalmente los temas sobre los que vas a intervenir. Yo nunca había tenido la oportunidad de trabajar específicamente el tema de la violencia en mi propia vida. Así que, bueno, me acerqué ahí en parte también con la intención de aprender el modelo, como le dije a Miguel, y él me dijo: “puedes aprender el modelo, pero primero tienes que hacer el trabajo personal”. Entonces creo que lo que te dije hace un rato tiene que ver con que haya aceptado de inmediato. Yo dije: “¡ya!”.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – ¿Y cuáles fueron tus impresiones en las primeras reuniones del programa?

CHRISTIAN ELOY GUZMÁN MAZUELOS – Tú sabes que el programa está pensado principalmente para hombres ejerciendo violencia contra sus parejas. Entonces cuando entré, de inicio veía que no tenía mucha semejanza con la experiencia de los demás. No me sentía en ambiente, sentía que yo era diferente porque en ese primer momento pensaba que no ejercía violencia contra mi pareja y eso me hacía creer que yo no tenía nada que ver con los hombres que pegaban y gritaban a sus parejas. Ya luego, por un proceso que facilitó el programa, me fui dando cuenta de que yo también ejercía violencia contra mi pareja, no física o verbal; pero sí emocional. Esta era la violencia que yo ejercía mucho hacia ella sin haberlo notado conscientemente antes de asistir al programa. Cuando me di cuenta de esto, las diferencias que veía entre yo y mis compañeros desaparecieron y entré mucho más en la dinámica del programa. Esto es parte del proceso mismo del programa.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – ¿Pensaste en algún momento dejar el programa?

CHRISTIAN ELOY GUZMÁN MAZUELOS – Sí, cuando estaba en el tercer nivel, por una cuestión de plata. Yo estaba co-facilitando las sesiones del primer nivel como voluntario. Entonces en ese momento pensé: “o sigo en el programa, o busco otro trabajo pero que sea remunerado”. Y, de hecho, decidí retirarme y se lo dije a Miguel. Después de un breve tiempo como de una semana, Miguel me contó que había la posibilidad de conseguir el apoyo financiero de Diakonía.² Yo le dije que no hacía falta, que iba a conseguir un trabajo y que luego retornaría, que sería sólo un hasta luego. Pero felizmente salió este financiamiento y Miguel me pasó la voz antes que yo encontrara otro trabajo. Así pasé a encargarme, además de la facilitación y co-facilitación de las sesiones del programa, de la sistematización de la información recogida durante las sesiones en el sistema informático y de lograr que este funcione adecuadamente.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – Aparte de esta dificultad económica, ¿hubo alguna otra dificultad para seguir en el programa?

CHRISTIAN ELOY GUZMÁN MAZUELOS – No, siempre he estado muy ligado al programa apoyando sus actividades. Y con relación a mi proceso personal tampoco he tenido dificultades

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – ¿Podríamos hablar un poco de las agresiones que cometías? ¿Qué tipo de violencia cometías?

CHRISTIAN ELOY GUZMÁN MAZUELOS – Sobre todo ejercía violencia emocional y mucha. Justo ayer me hiciste recordar este asunto de llegar tarde, por ejemplo. Yo hacía mucho eso con mi ex pareja y a ella le molestaba mucho. Y las excusas que yo utilizaba eran que “no, estoy trabajando”. Yo hacía varias cosas porque entonces tenía un trabajo como vendedor y un voluntariado o dos en temas que me interesaban. Y cuando quedábamos para vernos, yo varias veces llegaba media hora, una hora o una hora y media tarde. Ahí ella me dijo que así no era el asunto con ella. Y ya. También hacía estas cosas como que, cada vez que teníamos un conflicto, o pasaba algo que de hecho a cualquiera movilizaría, yo me ponía frente a ella como que no me pasaba nada, como si todo estuviera bien, aunque no era así. Eso a ella le molestaba mucho. Porque notaba que lo que yo estaba haciendo era minimizar lo que ella sentía y mostraba. El propósito de esto lo descubrí por el programa: era ponerme por encima de ella, como superior frente a ella que se afectaba emocionalmente por “tonterías”. Ella sí notaba eso, pero yo no me daba cuenta.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – Negabas sentir emoción cuando estaban ustedes en conflictos.

CHRISTIAN ELOY GUZMÁN MAZUELOS – Y ella se daba cuenta porque pensaba “¿por qué me siento tan mal y él no?”. Eso la molestaba mucho más.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – Eso ocurría con tu pareja, ¿pasaba también con otras personas?

CHRISTIAN ELOY GUZMÁN MAZUELOS – Supongo que eso mismo también ocurría, de racionalizar y no mostrarme afectado por los conflictos. Violencia verbal también, de hecho. Mucha violencia verbal con mis amigos, aunque eso es algo que he cambiado hace un tiempo. Antes insultaba mucho a mis amigos, por ejemplo. Un poco en broma, pero “las típicas bromas de hombres” reunidos, tratándose de “maricas” y eso. Otra de las cosas que me hicieron pensar mucho en acercarme al programa es que había tenido un incidente de violencia con mi papá. Yo quise pegarle porque él me dijo una cosa muy fea y mi hermano Gustavo me agarró. Al final no le hice nada, pero tuve ganas de hacerlo y, aunque no lo golpeé, le dije un montón de cosas súper fuertes. Ese fue el hecho de violencia más significativo previo a ingresar al programa.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – Con tus hermanos, con tu madre... ¿percibiste violencia tuya hacia ellos?

CHRISTIAN ELOY GUZMÁN MAZUELOS – Con mi mamá no tanto. De hecho se ha dado, pero ha sido violencia emocional también.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – ¿Y cómo percibías esta violencia en aquél momento?

CHRISTIAN ELOY GUZMÁN MAZUELOS – ¿Esta violencia emocional? No la percibía como tal, definitivamente no.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – Pero cuando estabas con tus amigos, la verbal... ¿tampoco?

CHRISTIAN ELOY GUZMÁN MAZUELOS – No.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – ¿Y esta vez con tu papá?

CHRISTIAN ELOY GUZMÁN MAZUELOS – Por supuesto que la sentí. Bastante y mal. Y con mi ex-pareja también sentía que algo estaba mal, pero no sabía bien qué.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – ¿Y cómo percibes hoy aquella violencia? O si la sigues cometiendo, ¿cómo la ves ahora, cómo la veías en aquella época, ahora que lo recapacitas, cómo te ves a ti entonces, cómo ves a las otras personas?

CHRISTIAN ELOY GUZMÁN MAZUELOS – De hecho todavía ejerzo esta violencia, un poco menos, pero todavía. Ahora puedo darme cuenta antes y ya no lo hago. Pero a veces surge. Es muy fuerte esto de la violencia emocional. Sin embargo, yo sí creo que puedes dejar de ejercer la violencia emocional. Por ejemplo, yo pude dejar de hacer esta violencia contra mi ex pareja, de restar importancia a los asuntos de ella: estando ahí, interesándome en ella y sus asuntos. Por otro lado, esta violencia se iba manifestando un poco menos intensa, un poco menos frecuente también, pero igual sucedía a veces. Por eso es importante perseverar.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – ¿Cómo es la relación con tu pareja y con las otras personas cercanas?

CHRISTIAN ELOY GUZMÁN MAZUELOS – Bueno, ella y yo terminamos. La relación se enfrió, ella conoció a alguien más y nos separamos. Ahora nos vemos de vez en cuando y estamos como amigos, en esos términos. Y así estamos bien, creo. O sea, bien si me preguntas desde mí posición. Desde la suya no sé muy bien porque a veces nos vemos y ella termina llorando. A veces me pregunto si no soy capaz de darme cuenta de algo que estoy haciendo en ese momento, que la hace ponerse así. Es algo que me sucede ahora con ella y es bien difícil para ambos. Creo que aún puede haber algunas cosas por resolver. Lo que no sé es si vamos a querer hacerlo.

Con mi papá, bueno, él se fue de la casa hace unos meses y nadie de nosotros tiene idea de dónde está. De hecho, tampoco he tenido el propósito de ir a buscarle. Antes, siempre que mi papá se iba, cosa que ha hecho muchas veces, el que lo buscaba era siempre yo, pero esta vez hasta ahora no he tenido la intención de hacerlo. Sin embargo, a veces lo extraño. Pero, en este momento, prefiero no verlo.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – ¿Crees que el programa te influenció en esta manera diferente con la cual te estás relacionando con las personas?

CHRISTIAN ELOY GUZMÁN MAZUELOS – Sí. Aunque sé que esto se puede sonar medio o bastante naïf, yo nunca antes había tenido una relación tan estrecha como con mi ex pareja. Y esto está muy relacionado con las ganas que le pusimos ambos a la

relación, ambos teníamos hartas ganas de estar juntos. Pero también tiene mucha relación con el hecho de que yo jamás me había abierto tanto con nadie. Tú sabes, esta posibilidad de abrirse sin miedo, abrirse emocionalmente y con todo. Y dejarle saber lo que sientes y poder percibir lo que ella está sintiendo. Esto jamás me había sucedido y tiene que ver con el programa. Antes no hubiera podido hacer esto porque yo tenía esta idea de hacerme el que controlaba toda la situación. Y en realidad no me abría para evitar que ella me pueda herir. Era mi estrategia para evitar ponerme en una situación emocionalmente “vulnerable” frente a ella.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – ¿Cómo te diste cuenta que el programa te hizo percibir esto?

CHRISTIAN ELOY GUZMÁN MAZUELOS – Básicamente en un proceso que me permitió ponerme en contacto con mis emociones. Yo mismo negaba mis emociones antes.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – ¿Algo te marcó específicamente en el programa?

CHRISTIAN ELOY GUZMÁN MAZUELOS – El retiro. Cuando dejas de ejercer violencia voluntariamente y haces el retiro, el momento de intimidad contigo mismo es impresionante aunque a veces pueda ser duro; por ejemplo si te confrontas con sentimientos de inferioridad, humillación o vulnerabilidad. En mi caso fue así. Es en este espacio personal dónde te das cuenta realmente de lo que estás sintiendo.

Luego, en el segundo nivel, está esto de rastrear tus emociones. La revelación en el segundo nivel fue muy importante para mi proceso en el programa. Hacer la experiencia del reaprendizaje es importantísimo. Estas dos cosas me marcaron fuertemente.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – ¿Hoy te consideras una persona menos violenta?

CHRISTIAN ELOY GUZMÁN MAZUELOS – Sí.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – ¿Crees que se podría decir que el programa correspondió a tus expectativas?

CHRISTIAN ELOY GUZMÁN MAZUELOS – Sí. Las superó. Antes de ingresar al programa, para ponerlo bien claro, no me hubiera considerado capaz de expresar ternura, por ejemplo. Porque antes jamás me hubiese formulado la posibilidad, ni siquiera la veía, la imaginaba o la pensaba. Tal era mi represión. Aunque, de hecho, sí necesitaba

sentir ternura y expresarla. En sentidos como este, el programa superó de lejos mis expectativas y enriqueció mi vida, mi mundo interno y mis relaciones. En mi caso ha sido, tal como yo lo vivo, súper enriquecedor.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – ¿Y qué sugerencias harías al programa para que pudiera mejorar? En todos los sentidos...

CHRISTIAN ELOY GUZMÁN MAZUELOS – Como usuario ¿sabes qué me hubiera gustado? Hacer un trabajo personal también. O sea, yo también podría haberme puesto en contacto con algún colega, ¿no? Pero me hubiera gustado que el programa también tuviera un espacio que favorezca el trabajo personal. Porque el programa privilegia la experiencia grupal sobre la personal y a veces sentía que no podía decir todo lo que sentía, todo lo que estaba elaborando en ese momento. No sé, a veces yo mismo, en un principio de mi experiencia en el programa, prefería no hablar, porque pensaba que los otros tenían problemas como más grandes frente a los míos. Entonces a mí me hubiese gustado hacer un trabajo más personal en ese momento.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – ¿Qué sería de un orden más terapéutico?

CHRISTIAN ELOY GUZMÁN MAZUELOS – No sé si terapéutico, pero donde yo pudiese compartir con mayor amplitud lo que estaba procesando en ese momento sobre el programa mismo, sobre mi propia violencia, sobre mi ejercicio de violencia, sobre las cosas que traía. Eso me hubiera gustado mucho, me hubiera sido útil, me hubiera acelerado el proceso de darme cuenta que sí era violento, y que esta violencia que ejercía tenía relación con que había unas cosas ahí que yo mismo me estaba negando.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – Sí, está bien, pasemos a la otra entrevista

NOTAS

¹ Dirección de Criminalística de la Policía Nacional del Perú.

² Acción Ecuémica Sueca para el Desarrollo.

CHRISTIAN ELOY GUZMÁN MAZUELOS

COMO FACILITADOR
LIMA- PERU

*DANILO DE ASSIS CLÍMACO **

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – Continuando con Christian Guzmán, ahora siguiendo la guía de entrevistas del facilitador: Eres psicólogo, ¿puedes hablar algo más de tu formación académica?, ¿cuándo te graduaste?

CHRISTIAN ELOY GUZMÁN MAZUELOS – Sí, soy psicólogo. Me gradué el año 2004, después de hacer mi internado.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – ¿Tienes especialización?

CHRISTIAN ELOY GUZMÁN MAZUELOS – No.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – ¿Hace cuánto tiempo que trabajas en el tema de género? Empezaste por la violencia, ¿no?

CHRISTIAN ELOY GUZMÁN MAZUELOS – Siempre trabajé sobre el tema de la violencia. Desde mi internado en el Departamento de Psicología Forense en la DIRCRI¹. Ahí atendí gente básicamente por violencia familiar; pero también por violencia sexual y delitos contra el cuerpo y la salud, que son intentos de homicidio, lesiones, etc.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – ¿Y por qué fuiste a trabajar ahí?

CHRISTIAN ELOY GUZMÁN MAZUELOS – Mi formación como psicólogo fue muy centrada en la clínica. En la currícula de mi facultad se dictaban varios cursos de clínica, diagnóstico, y las principales orientaciones de psicoterapia. El último año de mi

formación, cuando ya podía elegir mis cursos, yo me inclinaba naturalmente para hacer cursos de especialización en psicología clínica por toda la formación que había recibido; pero al mismo tiempo sentí la necesidad de ver cuestiones más relacionadas a lo social. Entonces, ese último año hice la mitad de cursos de psicología clínica y la otra mitad de psicología social. Así, cuando llegó el momento de buscar un lugar para hacer el internado, yo tenía la posibilidad de hacerlo en una institución propiamente de salud mental, pero yo había tenido varias experiencias en cursos anteriores de hacer prácticas en algunas de estas instituciones y había quedado bastante decepcionado. En el Perú, estas instituciones son en realidad violadoras sistemáticas de los derechos de las personas internadas, aún utilizan el electrochoque como un elemento “terapéutico”, por ejemplo. Entonces, como antes ya me había sentido atraído por investigar diversas situaciones cercanas a la violencia, pero no tenía experiencia práctica directa sobre el tema, quise buscar algo más relacionado a eso. Uno de esos días me enteré de la posibilidad de este internado en la DIRCRI, fui para allá, conversé con la gente, con los que trabajan ahí, averigüé un poco sobre qué tipo de gente llegaba, por qué motivos y pensé que eso era lo mío.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – ¿Viste que llegaban muchas mujeres?

CHRISTIAN ELOY GUZMÁN MAZUELOS – Denunciando violencia familiar, más del 90 por ciento de las personas que yo atendí, que fueron casi doscientas en aproximadamente un año y medio, fueron mujeres denunciando a sus parejas. Por violencia sexual también un porcentaje muy alto de mujeres y casi todas menores de edad. Por delitos contra el cuerpo y la salud, la mayoría fueron hombres denunciados. Por violencia familiar no tuve oportunidad de atender a más de tres o cuatro hombres denunciados; pero sí varios denunciados, aunque no en la cantidad de las mujeres.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – ¿Fuiste a esta institución forense, viste que la mayoría eran mujeres y te interesó en especial?

CHRISTIAN ELOY GUZMÁN MAZUELOS – Al principio no lo tenía muy claro. Ya me había interesado en trabajar el tema de la violencia, pero más por la onda criminológica. Aunque en la experiencia era evidente que la gran parte de personas que acudían al servicio eran mujeres, al principio yo no hacía un abordaje basado en género. Mi mirada era puramente clínica e interesada en la criminología más clásica. Esto creo que tiene que ver con que en mi formación yo no tuve un sólo curso sobre género. De

hecho es a partir de esta experiencia de internado que sentí un gran vacío en mi formación. El esquema clínico clásico que suele relacionar la agresión a la patología no me servía para explicar las experiencias de violencia que escuchaba diariamente de estas mujeres que llegaban al servicio. Como en este servicio tampoco aplicaban miradas más enriquecedoras, pronto me vi necesitado de investigar más al respecto. Así un día encontré un libro sobre violencia contra las mujeres publicado por Manuela Ramos² y ahí encontré por primera vez una mirada que me ayudaba a comprender estas situaciones que escuchaba de boca de estas mujeres en el servicio: la mirada de género. Me acerqué a esta ONG y me facilitaron varios otros libros y pude conversar con la gente que trabajaba estos temas. Estos “descubrimientos” me fueron muy útiles para mi trabajo y han marcado mi comprensión del tema hasta ahora.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – ¿Luego trabajaste en el Ministerio de la Mujer?

CHRISTIAN ELOY GUZMÁN MAZUELOS – Hice el trabajo de campo de dos investigaciones. Una con hombres adultos en el barrio de San Juan de Lurigancho, entrevistándolos con sus experiencias sobre violencia, sea la que ejercían o la que sufrían. Y otra con niños escolarizados en el barrio de San Martín de Porres. Ambas fueron sobre experiencias de violencia en diferentes ambientes: el barrio, en la familia, en la escuela, etc.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – Empezaste en el año 2004 en el PHRSV como usuario, y ¿cuándo empezaste como co-facilitador?

CHRISTIAN ELOY GUZMÁN MAZUELOS – Empecé como facilitador, me parece, el tercer o cuarto trimestre del 2005. Coincidió con la época en que estaba trabajando con un amigo como vendedor. Yo dudé un poco porque ese trabajo era muy estresante además de absorbente en tiempo. Yo vendía el servicio de bordados en esta zona comercial donde la competencia era brutal.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – ¿Y cómo te sentiste al empezar a facilitar?

CHRISTIAN ELOY GUZMÁN MAZUELOS – ¿En términos profesionales?

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – Profesionales y personales.

CHRISTIAN ELOY GUZMÁN MAZUELOS – En términos profesionales fue revelador, muy interesante y muy frustrante al mismo tiempo. Pero lo tomé con muchas ganas. Sobre todo porque ya venía de hacer mi propio proceso y de sentir que sí funcionaba. O que había funcionado en mí, en todo caso.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – ¿Emocionante, frustrante, por qué?

CHRISTIAN ELOY GUZMÁN MAZUELOS – Emocionante y retador por lo de empezar una nueva tarea. En el sentido de lograr objetivos tanto individuales como de grupo dentro del programa. Además, porque en este momento había una serie de situaciones que lo hacía más complejo, no había fondos y había una carencia de todo. Frustrante por el hecho de enfrentarte a un grupo de gente que ejerce violencia, que está en procesos de naturalizarla y minimizarla, mientras tu labor es que empiecen a reconocer su violencia, a responsabilizarse de ella y sobretodo que vean que hay otras posibilidades y que pueden no ejercerla. Siendo este, aparentemente, un objetivo tan puntual y simple, es muy difícil. Entonces es frustrante en el sentido de los avances y retrocesos. En mi caso ha sido muy frustrante a veces ver que una persona que ha avanzado muy bien hasta cierto punto y que, de pronto, tiene una recaída y vuelve a ejercer violencia. Me ha ayudado a superar esto el ser ahora más consciente que no es que los hombres que llegan al programa dejen de ejercer violencia, sino que su violencia cambia. O sea, tener presente de que los hombres que llegan al programa, llegan buscando no dejar de ejercer violencia, sino encontrar una nueva manera de ejercer el poder en su casa, porque la violencia que ejercían ya no les funciona. Porque todos llegan al programa en crisis, pero no en crisis emocional, sino en una crisis de identidad que está relacionada a su pérdida de poder en sus relaciones de pareja. Hacer consciente esto fue difícil y en cierto sentido frustrante, dado que invertía gran cantidad de expectativas de cambio en los usuarios. Pero luego, habiéndole dado más sentido a esto de su intención inicial de no cambio, como que se facilita el asunto. En el proceso mismo también hemos encontrado espacios con Miguel, Orlando³ y los otros compañeros para poder compartir estas ideas y lo que sentimos. Porque, de hecho, no tenemos hasta ahora un espacio formal en el que podamos hablar las cosas que surgen en el grupo mismo y en nuestra experiencia como facilitadores con alguna persona externa que nos ayude a facilitar este proceso, que creo que sería lo deseable. Entonces, lo que hacemos es aprovechar algunos momentos para juntarnos y compartir entre nosotros mismos.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – ¿Y cómo ves esta violencia? ¿Se llega a percibir que los hombres usan una violencia más sutil?

CHRISTIAN ELOY GUZMÁN MAZUELOS – Lo veo como una parte del proceso.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – Se parte ya del presupuesto de que el hombre va a seguir ejerciendo violencia...

CHRISTIAN ELOY GUZMÁN MAZUELOS – De hecho, los hombres que llegan al programa están ejerciendo violencia y no dejan de hacerlo hasta lograr emplear adecuadamente la técnica básica del retiro. Luego, pasan de la violencia física a una violencia más sofisticada, una violencia emocional.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – Han modificado su forma...

CHRISTIAN ELOY GUZMÁN MAZUELOS – Sí. Así lo veo yo. De hecho, es un poco la idea que compartimos en el grupo de gente con la que estamos haciendo un “reforzamiento” para ser facilitadores. No es que vayan a ser facilitadores luego, pero es el grupo de gente que...

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – ¿Son las personas que terminaron de hacer tercer nivel contigo?

CHRISTIAN ELOY GUZMÁN MAZUELOS – Son “candidatos” a ser facilitadores, como parte de su proceso.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – ¿Me puedes volver a explicar cómo es este grupo?

CHRISTIAN ELOY GUZMÁN MAZUELOS – Por lo pronto, yo me estoy encargando de facilitar a este grupo. Tiene un esquema semi-estructurado y está basado en sus necesidades de información. Hasta ahora hemos tenido sólo algunas sesiones por un tema de tiempo, ya que todos tenemos otros trabajos y ocupaciones. Entre estas sesiones tenemos una sección donde vemos otros modelos de intervención con hombres ejerciendo violencia, cuáles son sus objetivos, sus metodologías y las experiencias que han tenido; vemos también su historia, cómo empiezan, los cambios que realizan, aunque lamentablemente en los textos de sistematización de intervenciones no hay mucha información al respecto, pero me parece un dato muy interesante porque ahí se ve cómo influye la variable histórica en la construcción de la metodología. En otra sección leemos textos básicos sobre violencia basada en género. Aquí hemos revisado algunos conceptos sobre género, formas de expresión e impacto de la violencia basada en género y hemos visto y comentado la película “Te doy mis ojos”. Hay otra sección en la que revisamos las revelaciones que hemos grabado del programa. Revelación es el momento más personal del programa.

ma, en que un hombre tiene el espacio para hablar más largamente sobre uno de sus ejercicios de violencia. Primero transcribimos la revelación, la fotocopiamos, la revisa cada uno por su cuenta y compartimos en grupo después. Esto sirve muchísimo para hacer feedback con quién hizo la revelación, hablamos un poco de su proceso personal, sobre lo que sucedió en ese momento con relación a su facilitación, sobre lo que pensamos que sucedió en él y sobre cosas que pudieron haberse “pasado por alto” como minimización, colusión, etc. Y tratamos de encontrar pistas en la manera como construyen su discurso que nos ayuden a identificar en el proceso mismo de la revelación si el usuario está minimizando, evadiendo su responsabilidad o buscando colusión. Otra sección invariable es la lectura y comentario de alguna parte del manual del facilitador del programa.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – ¿Ven qué cosas hay en el manual y qué faltaría?

CHRISTIAN ELOY GUZMÁN MAZUELOS – No lo hacemos directamente, pero de algún modo lo hacemos en la sección dedicada a revisar lo que hacen otros grupos. Primero, vimos dos modelos de intervención: el de Duluth y el de NDVIA (National Domestic Violence Intervention Agency) que es un modelo, creo, irlandés. Luego decidimos leer meta-análisis para poder ver cuál es el impacto de estos modelos con relación a otros. Por ejemplo, hemos revisado una meta-análisis realizado por la ONU sobre programas para hombres en varios países, en relación a diferentes variables, pero sobretudo la de la herencia teórica sobre la que se apoyan estos programas. Y, entre otras cosas muy interesantes, revela que los hombres que asisten a estos programas, sea cual sea la orientación teórica sobre la que se basan (con orientación de género, psicoanálisis, interconductual e incluso técnicas de control de ira), los hombres que asisten regularmente pasan de una violencia física y verbal muy evidente a un ejercicio de violencia psicológica o emocional.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – ¿Tienes este meta-análisis?

CHRISTIAN ELOY GUZMÁN MAZUELOS – Sí, te lo paso después. Resulta más interesante que ver sólo el modelo. Luego, lo que leímos en esta sección es un asunto de criterios de calidad para intervenciones con hombres que ejercen violencia contra sus parejas, elaborado por el Grupo 25, de España, en el que está Luis Bonino. La tarea que de hoy día es, a partir de estos criterios de calidad mínimos, hacer una comparación entre lo que estamos haciendo y lo que estos criterios demandan, y ver

cómo lograr cumplir estos criterios a partir de nuestras posibilidades. Cada uno va a traer una idea concreta y luego trataremos de hacer una creación colectiva y proponérsela a Miguel, para ver si lo podemos integrar al programa, si es posible, sobretudo teniendo en cuenta nuestras limitaciones de presupuesto. Por ejemplo, respecto a uno de los criterios más importantes que se mencionan en este manual: la seguridad de las mujeres. No estamos teniendo contacto con las parejas de nuestros usuarios salvo a través de la carta que enviamos con ellos; pero esto puede resultar insuficiente.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – ¿La carta es la que ellas firman diciendo que saben que están yendo al programa sus parejas? Los que tienen o dicen que tienen pareja.

CHRISTIAN ELOY GUZMÁN MAZUELOS – Sí.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – En el manual hay muy pocas cosas sobre sexualidad, me dijo Miguel. ¿Cómo lo están haciendo, qué fue lo que descubrieron, qué encontraron?

CHRISTIAN ELOY GUZMÁN MAZUELOS – Sí. Ya desde el año pasado, con Miguel venimos discutiendo esto. Tuvimos la sensación de que el tema de la sexualidad no aparecía mucho en los manuales de CORIAC⁴. Además el ejercicio de violencia en el ámbito sexual aparecía muy poco de manera voluntaria por parte de los usuarios. Decidimos empezar a explorar haciendo preguntas directas y nos dimos cuenta de que el sexual es un terreno privilegiado de ejercicio de poder; a veces muy sutil, pero muy eficaz. Entonces empezamos a pensar en tocar el tema de una manera más estructurada durante las sesiones. Miguel planteó trabajar mediante un relato, a partir del cual se montó una discusión. El relato era sobre una violencia de cita, una “date rape”. Lo que todavía no hemos coordinado es si esta metodología continúa o si es necesario hacer otro tipo de actividad. De pronto realizar una dinámica o algo por el estilo.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – ¿Cuáles dirías que son las habilidades que debe tener un facilitador de este programa?

CHRISTIAN ELOY GUZMÁN MAZUELOS – En principio, que haya realizado un trabajo personal. Puede ser a través del programa o individualmente. Pero debe tener un trabajo personal sobre su propia historia con relación al ejercicio de violencia. En segundo lugar, sería deseable que tenga alguna capacitación sobre género,

preferentemente formal y también alguna capacitación específica sobre violencia basada en género. Además, debe estar informado sobre masculinidades. Pero, principalmente, está el asunto de haber pasado por el proceso de trabajo personal.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – Tú, como psicólogo, ¿cómo percibes el programa? ¿Crees que tienes algunas cosas que te ayudan a ser mejor facilitador que Miguel u Orlando que no han cursado psicología?... ¿Hay algún momento en el que ves necesario que haya un psicólogo en el programa?

CHRISTIAN ELOY GUZMÁN MAZUELOS – Yo sí creo que es necesario un apoyo psicológico en un momento dado del proceso de los usuarios. Lo que estoy haciendo ahora con una terapeuta, Pilar Aguilar, es derivar. Eso es algo que me gustaría que se pudiera lograr: poder tener una red de apoyo para trabajo individual de orden terapéutico. Para los usuarios que lo deseen y/o necesiten. Pero no creo que el hecho de ser psicólogo aporte algo que me haga mejor facilitador que mis otros compañeros.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – ¿Ni necesario ni deseable?

CHRISTIAN ELOY GUZMÁN MAZUELOS – De repente se me hace más fácil nombrar los procesos en los que están los hombres, porque los psicólogos estamos formados para eso e, incluso, a veces pecamos de etiquetar a la gente. Pero no creo que eso sea algo necesario para el programa. Lo que sí es importante es que hayan pasado por el programa; es esta experiencia la que te permite reconocer los procesos por los que pasan los usuarios e intervenir según nuestro modelo.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – Acerca de la remuneración, empezaste trabajando gratis. Ahora recibes casi nada por la facilitación y te está pagando Miguel por...

CHRISTIAN ELOY GUZMÁN MAZUELOS – Por la facilitación no cobramos. Ahora me pagan por ingresar datos en un sistema informático que hemos diseñado para ese propósito. Tampoco me pagan por las charlas sobre violencia masculina contra la pareja que otras organizaciones nos solicitan. Lo que sí pedimos es los pasajes en estos casos, pero sin remuneración.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – ¿Y esta remuneración del programa te basta o tienes que buscar otros trabajos?

CHRISTIAN ELOY GUZMÁN MAZUELOS – Sí tengo que buscar. Hago eventualmente cosas de psicología más mecánicas, evaluaciones y esas cosas. Además he apoyado

en investigaciones de la Unidad de Sexualidad y Salud Reproductiva de la Cayetano⁵, haciendo el trabajo de campo. A veces, alguna ONG me ha pasado la voz para hacer cosas puntuales porque saben que estoy en el programa, para revisar textos o crear yo algún texto.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – ¿Cuáles fueron las dificultades principales que encontraste para la realización del programa?

CHRISTIAN ELOY GUZMÁN MAZUELOS – Más que para la realización del programa, la mayor dificultad se encuentra en la sostenibilidad del mismo por el asunto del financiamiento. Es indispensable lograr autosostenibilidad, ya que ninguna organización cooperante financia servicios de atención como el nuestro.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – ¿Y cómo se lograría esta autosostenibilidad?

CHRISTIAN ELOY GUZMÁN MAZUELOS – Una opción es cobrar a los usuarios. El monto que se está cobrando ahora me parece bueno: 5 soles. Lo que estamos haciendo ahora es juntar el dinero para cuando no tengamos financiamiento. El promedio recaudado por sesión es 30 soles.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – Pero ahí no habrá sostenibilidad alguna...

CHRISTIAN ELOY GUZMÁN MAZUELOS – No. Pero si pudiéramos aumentar el número de grupos, sí. Obviamente esto sería sólo una fuente parcial. Otra idea es partir de auspicios de fundaciones empresariales, mediante un programa de apoyo a sus trabajadores sobre el tema de violencia masculina; esto en el marco de la responsabilidad social empresarial que no sólo es hacia afuera, hacia la sociedad, sino también hacia sus propios empleados.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – ¿Otro problema encontrado para la realización del programa?

CHRISTIAN ELOY GUZMÁN MAZUELOS – El asunto de la formación de facilitadores. Este proceso es demasiado lento. Sobre todo si hay planes de abrir más grupos en paralelo. Y otro problema actual es que estamos descuidando el tema de la seguridad de las parejas de nuestros usuarios. Para solucionar esto en parte yo creo que es necesario entrar en contacto con gente formada en alguna ciencia social para hacer un voluntariado y poder entrar en contacto con las parejas. Así, mientras reforzamos el proceso de monitoreo de nuestros usuarios, podemos hacer derivaciones directas

hacia organizaciones de apoyo a ellas desde lo legal o psicológico, si ellas lo desean. Hasta ahora sólo hemos basado nuestro monitoreo en las auto-evaluaciones de nuestros usuarios y, de hecho, la experiencia de los programas que tienen 15 o 20 años de trabajo dice que la auto-evaluación es el método de seguimiento y monitoreo menos fiable.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – ¿Cuáles son los principales avances que ves?

CHRISTIAN ELOY GUZMÁN MAZUELOS – El hecho de que el programa es ahora mucho más reconocido. O sea, la gente sabe más que hay este programa. Y no para de llegar gente a la charla informativa, esto es para mi excelente.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – El programa había pasado por un momento de baja asistencia en su local anterior, ¿no?

CHRISTIAN ELOY GUZMÁN MAZUELOS – Sí, el programa se fue para abajo porque dejó de venir gente. Ahí se juntaron la falta total de financiamiento, incluso para la difusión, y que el local donde hacíamos las sesiones era difícil de encontrar. Ahora, el hecho de estar en Jesús María es estratégico porque, puedes llegar desde cualquier punto de la ciudad tomando un solo carro, una sola combi, ya que es una arteria principal de tránsito.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – ¿Algún otro avance más?

CHRISTIAN ELOY GUZMÁN MAZUELOS – Que tenemos una promoción de gente que se está formando como facilitadores. Esto es excelente, esperanzador y súper positivo. Además, estamos cada vez más en contacto con organizaciones de mujeres y tenemos planeados trabajos en común. Miguel ya está haciendo un trabajo con Manuela Ramos. Es un proyecto que ellas tienen de capacitación a operadores públicos en seguridad, con serenos, guardias, de algunas municipalidades de Lima. Y estamos tomando contacto con varias organizaciones sociales, capacitando gente en el tema de masculinidades. Esto lo hace Miguel y lo hago yo también. Y cada vez son más organizaciones y ahora son públicas además, el Instituto Nacional Penitenciario, por ejemplo. Eso a nosotros nos alienta. Es decir, ahora hay organizaciones públicas que empiezan a tomar conciencia de que hay necesidad de hacer un trabajo de prevención con hombres en el tema de violencia desde la crítica a la masculinidad hegemónica. Y nosotros tenemos que ver con ese interés.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – ¿Otro avance más...?

CHRISTIAN ELOY GUZMÁN MAZUELOS – Se tiene actualizado el proceso de sistematización de la información recogida durante todas las sesiones en el sistema informático que tenemos; Ahora hemos implementado una página Web del programa <http://www.hombressinviolencia.org/>, que es una forma muy buena para que los hombres hagan contacto con nosotros y también para tener contacto con la familia de quienes ya son nuestros usuarios; además, algunos de nuestros usuarios también escriben sobre su propio proceso y sobre sus dudas. Otro gran avance es el haber salido en tantos medios de comunicación, cosa que permite dar relevancia a el tema de la violencia masculina contra la pareja y la necesidad de involucrar a los hombres en este tema para lograr que pare. El financiamiento de Diakonía permitió contratar una comunicadora y apenas empezaron las apariciones en medios, el grupo de nuevos usuarios del programa creció mucho.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – Con relación a la violencia sexual, ya me dijiste que no es un asunto que sea muy tocado... ¿Hay personas que han llegado al programa por el problema de la violencia sexual?

CHRISTIAN ELOY GUZMÁN MAZUELOS – Últimamente sí. En el grupo de primer nivel que tenemos ahora. En principio no lo manifestaron, pero eventualmente salió el tema.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – ¿Se hace un trabajo específico con ellos?

CHRISTIAN ELOY GUZMÁN MAZUELOS – No, es el mismo que para todos.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – ¿Se ha podido percibir que las personas que han cometido violencia sexual también la han sufrido?

CHRISTIAN ELOY GUZMÁN MAZUELOS – No se ha llegado a esto. Estamos en una etapa muy inicial del proceso con ellos.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – ¿Y cómo fue que estas personas lo dijeron? Sé que hubo una revelación en la que Miguel no estuvo...

CHRISTIAN ELOY GUZMÁN MAZUELOS – La tenemos grabada, la vamos a transcribir. Es uno de los hechos por el cual se me hace especialmente importante lograr este objetivo de seguridad para la pareja.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – ¿Qué ocurrió, lo puedes relatar?

CHRISTIAN ELOY GUZMÁN MAZUELOS – Es un hombre que llega al programa porque ejerce violencia contra su pareja actual. Pero, además, tiene otra pareja con la que se ve ocasionalmente. Esta relación paralela viene de cuando trabajaba en otro Departamento. Por otro lado, tiene una hija con una mujer con la que tuvo una relación años atrás, con quién tiene muchos conflictos. Luego de un par de sesiones de su llegada al grupo, en su primera revelación, habla de la pareja con la que se ve eventualmente. En esta revelación cuenta que va a buscarla con toda la intención de tener sexo con ella; pero, al encontrarse, ella no desea tener sexo con él; entonces él le dice: “¿cómo no vas a querer?” y la fuerza a tener sexo en casa de ella. Luego, ella empieza a evitarlo y ya no la buscó más. Él hace esta revelación el martes, después de haber ejercido esta violencia, entonces el asunto estaba muy fresco y la revelación es con un tono emocional muy grande. Como recién había llegado al programa, él racionaliza y minimiza mucho este hecho de violencia, especialmente en lo relacionado al impacto que esta violencia tuvo en esta mujer.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – Él se negaba a que ella hubiera sufrido violencia. ¿Él hizo alguna mención de que fue molestado sexualmente a lo largo de su vida?

CHRISTIAN ELOY GUZMÁN MAZUELOS – No.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – Y ustedes trataron este hecho de violencia a través del mismo procedimiento que hacen con otros tipos de violencia, ¿no? Trataron de hacerle ver que ejercía violencia ¿no hubo un procedimiento especial por ser una violencia sexual?

CHRISTIAN ELOY GUZMÁN MAZUELOS – No. El procedimiento fue el mismo, no hicimos nada especial.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – ¿Él ya salió a revelar otra vez?

CHRISTIAN ELOY GUZMÁN MAZUELOS – Sí.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – ¿Sobre violencia contra la misma persona?

CHRISTIAN ELOY GUZMÁN MAZUELOS – No. Ésta vez el hecho de violencia fue contra la mamá de su hija, que había sido su pareja años atrás. Él relaciona este hecho al asunto de las visitas a su hija. Es un hecho con una violencia muy fuerte, él la golpea fuertemente en esta ocasión.

Además, hay otro hombre que llegó por ejercer violencia sexual contra una niña. La manera como llega al programa es un poco compleja. Orlando toma contacto, a través de sus visitas de divulgación del PHRSV, con una psicóloga que tenía dos casos: dos hombres por violencia sexual, derivados por la fiscalía. No sé si ellos estaban al momento de acercarse al programa en proceso de investigación o si fueron sentenciados. Y, bueno, la psicóloga le dice a Orlando que tiene estos casos y le pregunta: “¿qué te parece que vayan a tu programa?”. Y Orlando dice que ya. Vino uno, que asistió sólo a la charla informativa y no volvió más. Otro día vino el otro hombre, que anota como tema por el que llega, en su ficha de inscripción al programa, un asunto sexual. Luego se acerca nos pregunta sobre dónde puede asistir para enfrentar este problema sexual y le damos una tarjetita para que vaya a atenderse en el área de psicología de la Clínica del Hombre en la ONG Inppares. Hasta dónde sé, este hombre no ha ido a Inppares, pero tampoco ha revelado en el programa su hecho de violencia sexual. Y viene constantemente a las sesiones desde que se inscribió.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – ¿No ha revelado?

CHRISTIAN ELOY GUZMÁN MAZUELOS – Sí ha revelado, pero violencias contra su pareja de tipo verbal. No la ha golpeado, pero ejerce amenazas físicas.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – ¿Está siendo procesado por haber violado a una menor?

CHRISTIAN ELOY GUZMÁN MAZUELOS – Hasta dónde yo sé, sí.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – ¿Él eso no lo colocó en su ficha?

CHRISTIAN ELOY GUZMÁN MAZUELOS – Bueno, esta es otra dificultad que tenemos: no podemos organizar una historia previa de los hombres al ingreso del programa. Lo que hacemos es ir armando sus historias como en un rompecabezas, a partir de sus revelaciones y de sus intervenciones en el programa. Pero me parece necesario trabajar individualmente con cada persona que va a ingresar al programa y hacer una historia, hacer una evaluación de su historia, para tener una idea clara de qué es lo que pasa. En casos como este, esta información es absolutamente necesaria. Es una de las sugerencias que queremos hacer. Pero la pregunta que surge inmediatamente es ¿cómo hacemos esto si ninguno de nosotros tiene tiempo suficiente para realizar tal tarea y tampoco contamos con presupuesto para pagar a alguien que lo haga?

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – Haría falta una estructura de primer mundo...

CHRISTIAN ELOY GUZMÁN MAZUELOS – Pero creo que con imaginación sí se puede hacer algo. Somos ahora seis cabezas, alguna manera encontraremos.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – ¿Algún hecho más de violencia sexual?

CHRISTIAN ELOY GUZMÁN MAZUELOS – Sí. Están saliendo en comentarios, naturalizados además, pero no en las revelaciones sino durante el trabajo grupal. Estamos descubriendo situaciones de violencia para acceder sexualmente a la pareja. Algo así como: “yo hago tal cosa que a ella le molesta con la intención de hacerla sentir mal, porque inicialmente no quiso tener sexo conmigo”. Esto ha salido dos o tres veces. Es una manera de ejercer presión para que sus parejas no vuelvan a negarse.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – ¿Qué personas cometen violencia?, ¿hay algún patrón?

CHRISTIAN ELOY GUZMÁN MAZUELOS – Ninguno.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – ¿Cómo hacen el encaminamiento? ¿Lo hacen a la Clínica del Hombre?

CHRISTIAN ELOY GUZMÁN MAZUELOS – Esta clínica pertenece a Inppares. Ahí se encuentran estos espacios para trabajar el tema de la sexualidad con Stuart Oblitas, pero también tienen varios otros servicios. Además está el Centro de Psicoterapia Psicoanalítica, que tiene un servicio social al que hemos derivado algunos hombres y sus parejas.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – ¿Los derivan y saben si van?

CHRISTIAN ELOY GUZMÁN MAZUELOS – Simplemente derivamos. No podemos hacer el seguimiento de su evolución ahí.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – ¿Y también derivan a la psicóloga Pilar Aguilar?

CHRISTIAN ELOY GUZMÁN MAZUELOS – Derivamos algunos hombres a ella porque no sólo tiene una orientación en género, sino que tiene gran experiencia trabajando en el tema de violencia. Pero si le enviamos a todos los hombres que nos solicitan espacios de trabajo individual, vamos a saturar su consultorio. Entonces, necesitamos otras instituciones.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – ¿Y cuál es el criterio para enviar a uno u otro lugar?

CHRISTIAN ELOY GUZMÁN MAZUELOS – Según lo que los hombres manifiesten, según lo que quieren y según sus necesidades. Ahora, por ejemplo, hemos derivado a un psiquiatra a este hombre que hizo una revelación sobre violencia sexual. Lo derivamos ahí porque este hombre tiene un asunto de inestabilidad muy fuerte y últimamente ha estado sintiéndose mal y con dificultad para conciliar el sueño. Es probable que necesite algún tipo de estabilización con medicamentos. La suya parece ser una situación muy especial.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – En Inppares cobran un precio más bajo que otros consultorios psicológicos, ¿y en estos otros lugares?

CHRISTIAN ELOY GUZMÁN MAZUELOS – Nos han dado un descuento en Inppares de 20 por ciento, gracias a una coordinación.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – ¿Y en el caso de los otros?

CHRISTIAN ELOY GUZMÁN MAZUELOS – Pilar tiene lo que se llama una tarifa flexible. Lo que significa que si tienes plata te podría cobrar lo “normal” que es alrededor de 50 dólares; si no tienes, pues te cobra menos.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – ¿Y en el Centro de Psicoterapia?

CHRISTIAN ELOY GUZMÁN MAZUELOS – Ellos tienen un área de servicio social y cobran 25 soles la sesión. Su problema es que, por un asunto de formato, la atención terapéutica es de dos sesiones por semana, entonces es un poco cara.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – Y el criterio es según lo que pidan los propios usuarios.

CHRISTIAN ELOY GUZMÁN MAZUELOS – Preferentemente los derivamos a Pilar Aguilar, si es un tema que tiene que ver con violencia contra la pareja. Si es una cosa relacionada a sexualidad o algún punto en especial de su historia personal que quieran trabajar más individualmente, los derivamos a Inppares o al Centro de Psicoterapia Psicoanalítica.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – ¿Y estos hombres han comentado “estamos yendo a terapia”?

CHRISTIAN ELOY GUZMÁN MAZUELOS – Algunos han dicho, cómo quejándose, que antes han ido mucho a terapia y que no les ha servido de nada, por eso llegan al programa buscando otras maneras. Pero los que hemos derivado hasta ahora están bastante constantes en estos otros espacios.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – Es una experiencia nueva ahora, ¿no? Porque cuando el PHRSV estaba en barrios más alejados, los hombres no podían pagar.

CHRISTIAN ELOY GUZMÁN MAZUELOS – Sí, lo que queremos ahora es ver si podemos armar una red de terapeutas, que completen el perfil de incluir esta visión de género en su intervención, con la Mesa de Salud Mental.⁶

DANILO DE ASSIS CLÍMACO – ¿Cómo desarrollar un programa de atención a los hombres que una a la vez apoyo y responsabilización?

CHRISTIAN ELOY GUZMÁN MAZUELOS – Precisamente esto es lo más complicado del programa. Por un lado, están los hombres que vienen al programa y traen consigo el sufrimiento de estar viviendo una crisis que tiene que ver consigo mismos, con su manera de definirse a sí mismos como tales. Los hombres que llegan al programa han perdido poder, pues sus parejas los han abandonado y es esto lo que precipita que todo su mundo entre en crisis. Por otro lado, para que el programa funcione, es necesario que este sea un espacio de contención para ellos. Y al mismo tiempo, debemos también responsabilizarlos. Pero este darles responsabilidad no puede ir del lado de decirles: “tú eres responsables, tú eres responsable, tú eres responsable”, porque esto no funcionaría; sino que este debe ser un proceso que vaya surgiendo desde sí mismos. Nuestra labor es, precisamente, facilitar este proceso en la comprensión de que el ejercicio de su violencia es siempre una decisión.

Ahora, la premisa de tu pregunta es bastante compleja. Porque el ejercicio de violencia es también experimentado por muchos hombres como algo que no tiene sentido para ellos. Así vemos hombres que dicen: “yo de grande no voy a golpear a mi hijo, no voy a tratar a mi esposa como mi papá trata a mi mamá” y, sin embargo, muchos llegan al programa sorprendidos de sí mismos porque están actuando de la manera como antes habían prometido que no iban a hacer nunca. Entonces, la violencia es al mismo tiempo una decisión, pero también es una situación de no saber qué cosa están haciendo y por qué lo hacen. Esta es una de las situaciones que hacen el proceso de cambio tan complejo al inicio, y buena parte de la facilitación en el programa es encontrar ese balance en la intervención con los hombres que llegan: entre la responsabilidad de sus actos, pero también aceptando que son personas sensibles y que sufren una situación penosa producto del desgaste de un modelo de relaciones jerárquicas entre hombres y mujeres. Ahora, ¿cómo hacer

esto?: Escuchándoles, estando muy atento a lo que dicen y proponiéndoles alternativas de acción que, en muchos casos, no escucharían, como la posibilidad de no ejercer violencia. Es decir, ayudándoles un poco a encontrar el sentido a esto que todavía sienten como la parte suya que no logran entender. Creo que cualquier estrategia que pretenda unir estos dos elementos, debe incluir esto.

Notas

¹ Dirección de Criminalística de la Policía Nacional del Perú.

² ONG feminista peruana.

³ Uno de los facilitadores del PHRSV, quien además cumple la función de promotor de campo, visitando diariamente múltiples instituciones con el objetivo de difundir el servicio y logrando una derivación constante al programa.

⁴ Colectivo de Hombres por las Relaciones Igualitarias A.C. Organización mexicana, creadora del modelo de intervención, cuya adaptación aplica nuestro programa en Perú.

⁵ Universidad Peruana Cayetano Heredia; institución desde la que se ejecuta el PHRSV en Lima.

⁶ Integrante del FOROSALUD. Trabaja temas de derechos humanos en salud.

MARTA INÉS LUCIONI

GRUPOS PSICOEDUCATIVOS DE LA CONDUCTA VIOLENTA
BUENOS AIRES - ARGENTINA

*SUZANA ALMEIDA ARAÚJO**

SUZANA ALMEIDA ARAÚJO – ¿Desde cuando trabaja con grupos de hombres?

MARTA LUCIONI – Soy psicóloga por la Universidad Nacional de Buenos Aires, Especialista en Violencia Familiar y Diplomada en Estudios de Género. Trabajo desde el año 94 con grupos de hombres que tienen conductas violentas. Los llamamos “grupos psicoeducativos de la conducta violenta”. Son reuniones grupales que se realizan semanalmente con alrededor de diez hombres.

SUZANA ALMEIDA ARAÚJO – ¿Los hombres llegan al grupo voluntariamente?

MARTA LUCIONI – No, los hombres en su gran mayoría no vienen voluntariamente. Los hombres concurren al grupo porque están en una crisis muy grande con su pareja, es la esposa la que pone un límite. Puede pasar que los mande el juzgado y a veces vienen. Existe una cantidad pequeña de casos que vienen por iniciativa propia, porque me escucharon en un reportaje. Puede pasar que un hombre llegue porque otro señor del grupo lo invita a concurrir pues se da cuenta que tiene conductas violentas como él las tenía antes de estar en el grupo.

SUZANA ALMEIDA ARAÚJO – ¿El juzgado los obliga a concurrir?

*Entrevista concedida a Suzana Almeida Araújo, con Lic. Marta Lucioni (1) coordinadora de Grupos Psicoeducativos de Hombres de la Conductas Violenta, en Buenos Aires. Fue realizada en noviembre del 2006.

MARTA LUCIONI – No existe la obligación desde el punto de vista legal; el juzgado hace la derivación, pero no hay seguimiento del caso. No pasa lo mismo en otros países donde esta problemática no presenta tantos obstáculos para realizar un buen trabajo.

SUZANA ALMEIDA ARAÚJO – ¿Trabaja sola?

MARTA LUCIONI – Sugiero que se trabaje en pareja, un hombre y una mujer. Considero que es importante la participación de una mujer por la posibilidad que tienen de escucharla. Los hombres en nuestro contexto son socializados de modo muy “machista”, escuchar la forma de pensar de una mujer les ayuda mucho.

SUZANA ALMEIDA ARAÚJO – ¿Atiendes también a la familia o a las mujeres maltratadas?

MARTA LUCIONI – No. Yo trabajo con los hombres de modo grupal; si el señor lo desea se puede hacer además una terapia individual. Sólo se atienden con terapia individual si concurren a los grupos psicoeducativos de la conducta violenta. Con grupos de mujeres que sufren violencia no estoy trabajando, lo que sí hago es entrevistar a las parejas de estos hombres para que me informen como está funcionando el vínculo entre ellos, estén viviendo juntos o no. Sugiero que las mujeres concurren a grupos de mujeres para reflexionar sobre sus historias de vida y para que su autoestima sea más elevada para no volver a tener una relación en donde se las maltrate. No es para nada conveniente coordinar grupos de hombres y grupos de mujeres al mismo tiempo.

SUZANA ALMEIDA ARAÚJO – ¿Participa de alguna organización o institución?

MARTA LUCIONI – Soy Directora del Centro Integral de Salud Psicológica Masculina (CIMA). Me quedé pensando en la pregunta anterior. Es importante tener en cuenta, que está contraindicada toda intervención que culpabilice o intimide a la víctima, o la coloque en situación de riesgo. Durante el proceso de intervención psicológica, las terapias familiares o de pareja están contraindicadas. Sólo es posible utilizarlas cuando el hombre pudo recuperarse de su violencia y la víctima está tomando decisiones de forma independiente. Antes de esta situación no deben utilizarse técnicas negociadoras. Los métodos de intervención que identifican los factores psicopatológicos de algunos de los involucrados como causa primaria de la violencia están contraindicados. Está contraindicada también cualquier intervención que sólo

explora las causas de la violencia en motivaciones inconscientes. Y están contraindicados los modelos que tratan la violencia como si fuera un proceso circular, ubicando a la víctima en el mismo nivel de responsabilidad.

SUZANA ALMEIDA ARAÚJO – ¿Qué otras actividades desarrolla en la institución?

MARTA LUCIONI – Desarrollo las siguientes: primero, respecto a la Ley de Violencia Familiar (Ley 24417), donde realizamos el diagnóstico de interacción familiar y la evaluación de riesgo; la segunda actividad que desarrollamos es con los Grupos de Reflexión, que están divididos en los temas de varones y violencia y paternidad responsable.

Aparte de los grupos psicoeducativos de la conducta violenta, realizamos grupos de paternidad responsable. Ser padre es un trabajo que se aprende como cualquier otra práctica social, tenemos que dejar de pensar que ser madre o padre implica un hecho natural. Los hombres con conductas violentas comparten algunas características de personalidad que les son propias. Los grupos van dirigidos a modificar su conducta violenta, son tratamientos específicos donde se apunta a su problema: aprenden a resolver conflictos de modo no violento, por ejemplo, a no ejercer roles tan estereotipadamente masculinos, a tener modos de pensar flexibles, a no aislarse socialmente etc. A su vez, considero que no hay que olvidar su propia singularidad, no todos los hombres son iguales. Esto hace más rica la tarea, es un trabajo que tiene puntos de creatividad.

SUZANA ALMEIDA ARAÚJO – ¿Cuáles son los objetivos de los grupos de hombres?

MARTA LUCIONI – En una primera etapa la finalidad del programa es que el señor deje de ejercer su conducta violenta, física en principio, si es que hay, porque no todos son violentos físicos. Que adquiera responsabilidad por los hechos cometidos. Es muy importante sacar a la señora y/o a los chicos de la situación de riesgo. Estos hombres se caracterizan por ser muy inseguros, toda situación conflictiva la resuelven violentamente, no saben que el conflicto es inherente a la vida. Vivimos constantemente en situaciones de conflicto, lo interesante es poder resolverlo de modo no violento. La violencia emocional es tan terrible como la física. Pero en la violencia física el riesgo es que uno mate, por eso la importancia de trabajar este punto; este sería un primer nivel de tratamiento. Después se pasaría a lo que denominamos segundo nivel, donde se trabajarían aspectos intrapsíquicos, como la historia de vida, por ejemplo.

SUZANA ALMEIDA ARAÚJO – ¿Cuánto tiempo de duración tienen los grupos?

MARTA LUCIONI – Depende del compromiso del señor. Estos grupos se caracterizan por tener mucha deserción. Muchas veces pasa que le promete a la mujer que no va a volver a maltratarla, la señora acepta y es ahí donde se retira del grupo. Ocurre también que los señores son excluidos de su hogar, el juzgado los envía al grupo y si el hombre consigue que la señora le dé a sus hijos, (porque no tiene recursos ni económicos ni psicológicos) el señor no viene más. Las mujeres están en una situación de extrema vulnerabilidad, por eso es importante la concurrencia de las mujeres a los grupos, pues es en estos espacios, bien coordinados, donde pueden fortalecerse. También pasa que los compañeros de grupo que están más avanzados, les dicen cosas sobre su accionar que a ellos no les gusta, este es otro punto para la deserción. Hay señores que están en el grupo hace mucho tiempo. Lo que ocurre es que el grupo es muy terapéutico, es un espacio donde pueden compartir sus problemas; les pasa que aunque dejaron de ejercer violencia física y hasta psicológica los hombres tienen miedo de que vuelva a repetirse. Yo creo que son personalidades que están siempre al borde de que se desencadene una situación de crisis. El grupo los contiene, es un espacio en el que empiezan a tener amigos con los que hablan de temas más íntimos que no podrían hablar con cualquier persona.

SUZANA ALMEIDA ARAÚJO – ¿Cuántos grupos atiende en este momento?

MARTA LUCIONI – Dos grupos de alrededor de 8 personas cada uno.

SUZANA ALMEIDA ARAÚJO – ¿Hay alguna característica en común entre estos hombres, como la edad, la clase social?

MARTA LUCIONI – Son hombres que tienen entre los 25 y 50 años de edad. La clase social varía, hay de todo. La clase alta, por lo general, concurre a los consultorios privados. No todos los profesionales conocen que el modo de trabajo con los hombres que ejercen violencia debe ser abordado con tratamientos específicos. En el consultorio privado queda entrampado el hombre (para salir de su violencia) y el terapeuta; hay que saber que estos señores tienen un discurso muy seductor y envuelven al terapeuta. El terapeuta confía en el discurso del hombre con conducta violenta, por ejemplo cuando dice: “ella me provoca”.

SUZANA ALMEIDA ARAÚJO – ¿El Centro que diriges es estatal?

MARTA LUCIONI – No, es privado. A mí me gusta mucho coordinar estos grupos. En la problemática de violencia de género, comencé trabajando con grupos de hombres que ejercen violencia. Hay profesionales a los que no les gusta trabajar con hombres; están quienes dicen que la conducta violenta es irreversible. Yo no estoy de acuerdo, no creo en esencias ni biológicas ni psíquicas ni sociológicas. Creo profundamente en los cambios de todo tipo. No es fácil trabajar con personas que detentan el poder constantemente, con una socialización de género rígida y viviendo en una sociedad donde las distintas instituciones reproducen estas características. Considero que los Estados deberían, entre otras cosas referidas al problema de la violencia, bajar políticas públicas para los tratamientos no sólo de mujeres sino también para hombres. En nuestro país, el Estado mira para otro lado a pesar de las pérdidas económicas que le ocasiona la violencia de género.

SUZANA ALMEIDA ARAÚJO – ¿Cuáles son tus perspectivas teóricas en género y en psicología?

MARTA LUCIONI – Esta problemática hay que trabajarla desde una perspectiva de género, entendiendo que las mujeres son discriminadas por el sólo hecho de ser mujeres; la violencia de género es una violación a sus derechos humanos fundamentales. La violencia contra las mujeres tiene múltiples causas, pero un factor primordial es su pertenencia al género femenino, se devalúa toda persona que tenga aspectos femeninos. Las personas que más son agredidas son las mujeres, es una pandemia. Los niños y todo aquel que no entre dentro de las normas estereotipadas de lo que es femenino o masculino también sufren agresión. Como se puede observar, hay un problema de género y de generación también.

Mi formación académica, como todos los que egresamos de la Universidad de Buenos Aires, es psicoanalítica; con el tiempo incursioné en terapias sistémicas, gestálticas y cognitivas. Creo que hay que usar la técnica que mejor se adecue al caso singular. No considero que una teoría explique todo.

En violencia no está indicado, esto ya lo manifesté, trabajar de modo circular como lo hace la gran mayoría de profesionales que trabajan con parejas. En violencia no todos tienen la misma responsabilidad, debe quedar claro que hay una víctima y un victimario. Otros profesionales patologizan la situación, por ejemplo cuando dicen “la mujer es una masoquista” o el “hombre un paranoico”. La violencia contra la

mujer demanda estudiarse con múltiples articulaciones y determinaciones. Es una realidad compleja en la que confluyen motivaciones psicológicas, subjetivas e influencias socioculturales que se superponen y refuerzan. Investigar las causas de la violencia implica introducirnos en una compleja red de factores que se entrecruzan (factores socioculturales, económicos, psicológicos, educativos, etc.).

SUZANA ALMEIDA ARAÚJO – ¿Podría hablar sobre la metodología que utiliza con los pacientes?

MARTA LUCIONI – En el primer nivel se les enseñan técnicas de autocontrol. Lo primero que aprenden es a percibir su propio cuerpo, las señales que nosotros llamamos de pre-violencia, para lograrlo hacen ejercicios que los ayuden a conectarse con su cuerpo. También aprenden a diferenciar un pensamiento de un sentimiento, a ellos les cuesta apreciar la diferencia; como también a diferenciar el estar enojado, que es un sentimiento que todos podemos tener, con el ejercicio de una conducta violenta que implica una acción. El enojo en ellos siempre termina en violencia. Van aprendiendo a que no acumulen tensión si algo los enojó, para esto es preciso que puedan comunicarse. Ellos, por lo general, tuvieron una historia de vida en la que la violencia fue un denominador común, esa es la tendencia. Yo considero que es una tendencia, pero no siempre es así.

SUZANA ALMEIDA ARAÚJO – ¿Cuánto dura una sesión?

MARTA LUCIONI – Una hora y media o dos horas. Una vez por semana.

SUZANA ALMEIDA ARAÚJO – ¿Cuántas personas trabajan en este momento en el centro?

MARTA LUCIONI – Yo coordino los grupos, estoy con otra psicóloga que toma la primera entrevista y hace los informes a los juzgados, además hay una secretaria que hace el primer contacto con el señor vía telefónica. Hay una primera entrevista de admisión para ver si el señor reúne ciertas características. No ingresa al grupo el hombre que tiene problemas psiquiátricos, neurológicos, o aquel que consume mucha droga o alcohol; puede pasar que en los casos de adicciones asistan al grupo siempre y cuando concurran a un grupo específico de drogadicción o consumo de alcohol.

SUZANA ALMEIDA ARAÚJO – ¿Los grupos son cerrados o abiertos?

MARTA LUCIONI – Los grupos son abiertos. Creo que sería bueno que fueran cerrados, pero son abiertos porque hay mucha deserción. Coordino un grupo que es casi cerra-

do, no faltan, si lo hacen avisan; es un grupo que hace tiempo que funciona. Los integrantes de un grupo nuevo no llaman si faltan, después van aprendiendo el respeto hacia la coordinadora y sus compañeros.

SUZANA ALMEIDA ARAÚJO – ¿Cómo divulgas el Centro?

MARTA LUCIONI – No somos muchos los que trabajamos en este tema. Te van conociendo. Trabajo desde el año 1994 con hombres que ejercen violencia. Con el Centro de Salud Psicológica Masculina estoy desde el año 2001.

SUZANA ALMEIDA ARAÚJO – Y desde el año 2002 ¿cuántos grupos tienen?

MARTA LUCIONI – Empezamos con un grupo y ahora funcionan dos. No es nada fácil mantener este tipo de grupos, ya dije que hay mucha deserción dentro de los que se animan a venir.

SUZANA ALMEIDA ARAÚJO – ¿Cómo evaluaría la experiencia para los hombres?

MARTA LUCIONI – Ellos te dicen que la vida les cambió, que son otras personas: “antes del grupo era una persona y hoy soy otra”. Que comprendan que la violencia que ejercen contra las mujeres los perjudica también a ellos, es un buen camino. Ellos se caracterizan por tener determinados mecanismos psicológicos que derivan en trastornos psicossomáticos, por ejemplo. No van al médico, creen que se las pueden arreglar solos. Es de “machos” no cuidarse hasta en el aseo personal, consideraba esta conducta, además, como violencia dirigida hacia su compañera. En el grupo aprenden a ser más comunicativos, a hablar de los afectos.

SUZANA ALMEIDA ARAÚJO – ¿Cómo sabes que la violencia no se está ejerciendo?

MARTA LUCIONI – Cada seis meses hago una entrevista a la compañera del hombre, para mí es la forma más valiosa para constatar si la violencia paró o no. Ellos te pueden decir que no tuvieron episodios de violencia pero cuando entrevistas a la mujer la ves llena de moretones.

SUZANA ALMEIDA ARAÚJO – ¿Reconoces algún patrón, algo en común entre los hombres agresores?

MARTA LUCIONI – La característica en común es que ejercen violencia de diversos modos: violencia física, psicológica, sexual, económica y otras. La historia en común es haber tenido una infancia en la que sufrieron violencia. Para mí este concepto es

una generalización, es verdad que está muy relacionado el ser maltratados en su infancia con ser hombres violentos siendo ya adultos. El cigarrillo también está muy relacionado con el cáncer de pulmón, pero no toda persona que fuma tiene cáncer. Trabajamos con los que vienen a la consulta y vemos lo que queremos ver. Considero que todo lo que sabemos hasta ahora en este tema constituye una buena herramienta pero lo que sabemos no es toda la verdad. Si pensamos así, cerramos la posibilidad de seguir pensando y encontrar variables valiosísimas que influyen en la aparición de violencia. Hay que abrirse a la novedad.

SUZANA ALMEIDA ARAÚJO – ¿En los grupos hay hombres que violaron, ofensores sexuales?

MARTA LUCIONI – No trabajo con ofensores sexuales. Pero muchos de ellos, aunque no te lo digan, es probable que hayan abusado de sus hijos. En los grupos siempre lo niegan y sabemos que sí abusaron porque el juzgado así lo informa.

SUZANA ALMEIDA ARAÚJO – ¿Ocurrió que en los grupos algún hombre diga que agredió a otra persona?, ¿Cómo actúa usted, lo denuncia?

MARTA LUCIONI – Los señores violentos en el ámbito intrafamiliar es probable que también tengan conductas violentas fuera de su casa. No con la gente conocida, ellos son seductores: una de las características de personalidad es lo que denominamos doble fachada: un comportamiento en el ámbito privado y otro muy distinto en el ámbito público. Les decía que es bastante habitual que sean violentos en la calle, por ejemplo, cuando conducen el automóvil. En este caso, si es en la calle y el hecho no es grave, no hago la denuncia. Sí se trabaja la conducta violenta grupalmente.

SUZANA ALMEIDA ARAÚJO – ¿Con qué legislación se cuenta en su país para los casos de violencia contra la mujer en las relaciones familiares o interpersonales?

MARTA LUCIONI – De 23 provincias que tiene Argentina, 22 tienen ley de violencia familiar. Leyes tenemos, el problema pasa por su aplicación y sostenimiento en el tiempo. Cómo se hace para aplicar una ley si no hay personal especializado en la problemática que, por ejemplo, sepa detectar la situación de riesgo en la que se encuentra la mujer. El Estado argentino debería bajar una política pública para la violencia de género.

SUZANA ALMEIDA ARAÚJO – ¿Algunos de los hombres de los grupos pasaron por la cárcel?

MARTA LUCIONI – Es raro que tengan prisión por los actos cometidos. Tiene que ser un delito grave: violación, abuso sexual, por ejemplo; pero no es tan sencillo.

EMMA LUCÍA GARCÍA Y EDGAR RINAUDO

DIRECCIÓN DE VIOLENCIA FAMILIAR. MINISTERIO DE JUSTICIA
GOBIERNO DE LA PROVINCIA DE CÓRDOBA
CÓRDOBA - ARGENTINA

*ADRIANO BEIRAS**

ADRIANO BEIRAS – ¿Cuál es el objetivo del programa?

EMMA LUCÍA GARCÍA Y EDGAR RINAUDO – El objetivo institucional es promover la creación de un sistema asistencial de descentralización de la atención, capacitación en el tratamiento y prevención en el ámbito de la provincia. En lo que respecta a los objetivos de los grupos de atención, son los siguientes: a) el cese de la violencia; b) la responsabilización sobre conductas violentas; c) aprendizajes de estrategias de control, que incluye desarrollar un reconocimiento de alertas físicas; d) el desarrollo de técnicas asertivas; e) la promoción de la expresión de sentimiento y f) la revisión de creencias y estereotipos de género.

ADRIANO BEIRAS – ¿Cuál es el carácter del programa?

EMMA LUCÍA GARCÍA Y EDGAR RINAUDO – El programa tiene como características ser re-educativo, terapéutico y asistencial.

ADRIANO BEIRAS – Y ¿qué tipo de público buscan alcanzar?

EMMA LUCÍA GARCÍA Y EDGAR RINAUDO – Está orientado a los hombres que ejercen violencia y a los hombres que son violentados y también está dirigido a las mujeres que sufren violencia y a las mujeres que la ejercen.

*Entrevista concedida de forma virtual (por email), a *Adriano Beiras*, con *Emma Lucía García* y *Edgar Rinaudo*, de Córdoba, Argentina. Fue realizada en noviembre del 2006.

Emma Lucía García y Edgar Rinaudo – ¿Hay algunas características definibles de las personas que acuden al programa? Como su clase social, la edad, su composición etno-racial u orientación sexual.

EMMA LUCÍA GARCÍA Y EDGAR RINAUDO.- De todas las edades y clase social. Aunque el mayor número de personas que se acercan al programa es de clase media y baja, lentamente se van acercando mujeres de estratos altos.

EMMA LUCÍA GARCÍA – No hay una distinción en su composición etno-racial, los usuarios en lo que respecta a su orientación sexual son en su mayoría heterosexuales, aunque en mi caso atiendo a mujeres lesbianas y a hombres homosexuales en menor proporción.

ADRIANO BEIRAS – ¿Las personas que acuden al programa lo hacen voluntariamente o enviada por alguna instancia judicial?

EMMA LUCÍA GARCÍA Y EDGAR RINAUDO – El mayor porcentaje de hombres es derivado por el Poder Judicial. Pero judicialmente, el hecho de venir a hacer terapia no tiene para ellos ningún beneficio. Si bien la ley de violencia 9293 obliga al tratamiento, no está estipulada algún tipo de pena si no cumple con lo dispuesto. Si presentan alguna patología psiquiátrica o son adictos a las drogas o alcohol, el trabajo es interinstitucional, ya que son derivados para recibir el tratamiento específico.

ADRIANO BEIRAS – ¿Cuál es su perspectiva o marco teórico?

EMMA LUCÍA GARCÍA Y EDGAR RINAUDO – El enfoque terapéutico con que se trabaja necesita partir de una estructura conceptual que brinde coherencia interna a nuestro procedimiento. Nuestra propuesta sigue los lineamientos del modelo ecológico. Este modelo postula la realidad familiar, social y la cultura entendiéndolos en un todo articulado (en los niveles macro, meso y micro). Trabajamos con material bibliográfico de Jorge Corsi, (Enrique) Echevurrúa y (Héctor) Fiorini. Las autoras utilizadas dentro del campo de género o dentro de la psicología que abordan los temas de género, poder, estereotipos, etc., son Mabel Burin, Teresa de Laurentis, Teresita de Barbieri y Copelon Rhonda, entre otras.

ADRIANO BEIRAS – ¿Cuál es la metodología en los talleres o sesiones?

EMMA LUCÍA GARCÍA Y EDGAR RINAUDO – Se trabaja en grupos de autoayuda, cuyo objetivo es el cese de la violencia y la responsabilización. El tiempo acordado es de

6 meses a un año. Las secciones son una vez por semana y duran una hora y media cada. El modelo empleado es el psico-educativo. En los grupos de autoayuda para hombres se establece un contrato con derechos y obligaciones. Es importante recalcar el carácter confidencial de las sesiones, aunque existe la condición de revelar el secreto profesional en el caso que lo amerite.

ADRIANO BEIRAS – ¿Cuáles son las técnicas utilizadas en los talleres?

EMMA LUCÍA GARCÍA Y EDGAR RINAUDO – Se utiliza el rotafolio, el cartel de experiencia, videos y folletería. Los días de las sesiones son negociables en función de los horarios de trabajo de los participantes. En la actualidad asisten un total de diez personas de los tres grupos que funcionan en el programa. Cabe resaltar que los hombres que asisten al grupo no desertan.

Para la activación de los mecanismos de cambio, los recursos o técnicas terapéuticas usadas son: en la dimensión cognitiva, la activación de las funciones cognitivas y reestructuración cognitiva, preguntas, esclarecimientos, confirmaciones y rectificaciones. En la dimensión conductual tenemos la modificación del comportamiento, técnicas de relajación, entrenamiento asertivo, desensibilización sistemática, técnicas de autocontrol y sugerencias directivas. En la dimensión psicodinámica abordamos la experiencia emocional correctiva, el *insight*, señalamientos, interpretaciones y técnicas psicodramáticas. Y, por último, en la dimensión Interaccional, encontramos la modificación de las pautas comunicacionales, técnicas de interacción grupal, análisis de la comunicación, uso de metáforas e intrusiones paradójales.

ADRIANO BEIRAS – ¿Cuál es el carácter institucional de la organización?

EMMA LUCÍA GARCÍA Y EDGAR RINAUDO – Somos una organización gubernamental que inició sus actividades en el año 2002. La atención a hombres que ejercen o que sufren violencia data del año 2004 en adelante.

EMMA LUCÍA GARCÍA – Cabe manifestarle que yo trabajo en esta problemática desde hace 22 años. Comencé a trabajar en otro ministerio, el de Acción Social, donde fui la primera en atender a hombres violentos muy “tibiamente”; luego cierran el programa de asistencia en violencia y paso a formar parte de este nuevo programa, donde recién a partir del año 2004 se incorpora un psicólogo para la atención a hombres. Yo atiendo a los mismos en la primera entrevista donde realizo una

apreciación diagnóstica y luego son derivados al psicólogo. Participo también en los grupos en empoderamiento y, específicamente, en los temas de género, poder, y estereotipos.

ADRIANO BEIRAS – ¿Cómo realizan la divulgación de la atención?

EMMA LUCÍA GARCÍA Y EDGAR RINAUDO – No se realiza la divulgación. La única manera en que es conocido el programa es a través del juzgado o de boca en boca.

ADRIANO BEIRAS – ¿Cuál es la profesión de los facilitadores?

EMMA LUCÍA GARCÍA Y EDGAR RINAUDO – Edgar Rinaudo es licenciado en psicología, con 5 años de graduado y capacitación sobre el tema brindada por el Programa; una tercera facilitadora estudió en la Universidad Privada Blas Pascal, tiene una especialización en violencia por la Universidad de Buenos Aires, una maestría en estudios de género, es diplomada en Agentes de Igualdad de Oportunidades por la Universidad de Zaragoza, España y cuenta con un post grado sobre masculinidad por la Universidad de Córdoba.

EMMA LUCÍA GARCÍA – Yo, Emma L. García, soy licenciada en trabajo social, con 25 años de graduada y diplomada en violencia familiar por la Universidad Nacional de Córdoba. Atiendo en el Programa Provincial de Asistencia a Víctimas de Violencia Familiar. Ahí atiendo a mujeres que sufren y ejercen violencia y a hombres que sufren y ejercen también la violencia. Comencé atendiendo a mujeres porque yo me desempeñaba en la dirección de la mujer en el Ministerio de Acción Social y, al trabajar con grupos de mujeres en los barrios populares de la ciudad, la violencia hacia ellas era una de las problemáticas recurrentes. Con el correr del tiempo, en la asistencia se presentó el marido de una de ellas que era muy joven, del interior de la provincia y de clase media, que trabajaba en una empresa multinacional. Él quería conversar, ya que estaba muy preocupado por lo que estaba viviendo, pues su señora se había ido. Así fue el comienzo. Tan es así que con el tiempo fue a un terapeuta, pero el día que tenía terapia después venía a “conversar” conmigo. Y así comencé a buscar material para capacitarme, al comienzo sola y, posteriormente, realizando varios cursos. Viajé a España y estuve capacitándome por invitación en un centro de violencia, específicamente en Alcalá de Henares, presenciando el trabajo tanto con hombres como con mujeres. También trabajo como docente inves-

tigadora del Programa Interdisciplinarios de Estudios de Mujer y Género del Centro de Filosofía y Humanidades de la Universidad; también como docente titular del seminario de Trabajo Social y Violencia Doméstica en la Escuela de Trabajo Social de la Universidad Nacional de Córdoba.

Es también importante resaltar que desde nuestro lugar de trabajo, capacitamos a diferentes grupos del interior de la provincia.

ADRIANO BEIRAS – ¿Cuáles creen son las habilidades que requiere un facilitador?

EMMA LUCÍA GARCÍA Y EDGAR RINAUDO – Facilidad para comunicarse con los otros; una de las cosas fundamentales es haber realizado una remisión de mitos y prejuicios incorporados en su vida y una preparación teórica y práctica en la temática, primordialmente desde la perspectiva de género, ya que es una problemática social que no puede ser abordada sino desde allí.

ADRIANO BEIRAS – En lo que se refiere a la capacitación y multiplicación del programa ¿qué nos podrían decir?

EMMA LUCÍA GARCÍA Y EDGAR RINAUDO – Como es un equipo interdisciplinario y, teniendo en cuenta que es la única manera de abordar esta problemática, intercambiamos saberes y experiencias. Es de destacar el profesionalismo del psicólogo que atiende a hombres que ejercen violencia y sufren violencia. Han venido a capacitar profesionales de Buenos Aires, Cristina Vila y Jorge Corsi, entre otros.

ADRIANO BEIRAS – ¿Cuál es la remuneración que perciben los facilitadores?

EMMA LUCÍA GARCÍA Y EDGAR RINAUDO – Recibimos una remuneración mensual ya que es una institución estatal.

EMMA LUCÍA GARCÍA – No todos los profesionales tienen otro trabajo, en mi caso sí.

ADRIANO BEIRAS – ¿Cómo es el financiamiento de los proyectos?

EMMA LUCÍA GARCÍA Y EDGAR RINAUDO – No existe financiamiento externo.

ADRIANO BEIRAS – ¿Cuál ha sido la evaluación del programa?

EMMA LUCÍA GARCÍA Y EDGAR RINAUDO – En el año 2006 se realizaron las primeras entrevistas a hombres. Paso a detallar el mes y la cantidad de hombres entrevistados: febrero, 24; marzo, 35; abril, 34; mayo, 43; junio, 38; julio, 35; agosto, 49;

setiembre, 44 y octubre, 44 también. Del total de 152 personas atendidas en el programa en julio del 2006 el 23% fueron hombres. En mes de agosto de 125 personas atendidas, el 26% fueron hombres. En Agosto 125 el 26% fueron hombres. En esta primera entrevista, que es semiestructurada, buscamos evaluar el daño producido por la violencia, los indicadores de peligrosidad y riesgo para la víctima, los antecedentes penales del victimario, celos patológicos, el consumo de alcohol o drogas, su ejercicio de la violencia dentro y fuera del hogar. Luego se hace la focalización en la problemática y explicación del ciclo, habiendo también la posibilidad de derivación interinstitucional

ADRIANO BEIRAS – ¿Cuáles han sido las principales dificultades en la implementación del programa?

EMMA LUCÍA GARCÍA Y EDGAR RINAUDO – Una de las mayores dificultades es la falta de reconocimiento, la rotulación y el rechazo de las personas que ejercen violencia y el convencimiento que tienen que no van a cambiar, por parte de algunos profesionales.

ADRIANO BEIRAS – ¿Cuáles han sido los principales avances que el programa consiguió?

EMMA LUCÍA GARCÍA Y EDGAR RINAUDO – El reconocimiento interinstitucional, sobre todo por parte del poder judicial, de la rehabilitación del hombre violento.

ADRIANO BEIRAS – ¿Aparece el tema de violencia sexual en las sesiones?

EMMA LUCÍA GARCÍA Y EDGAR RINAUDO – Este tema no es reconocido por los hombres, es parte para ellos del débito conyugal. En las entrevistas, tanto con hombres como con mujeres, no sale a la luz, salvo que, al mostrarles los tipos de violencia, ellas sobretodo, tímidamente lo reconocen.

ADRIANO BEIRAS – ¿Qué persona comete violencia?

EMMA LUCÍA GARCÍA Y EDGAR RINAUDO – Las personas que, en su mayoría, fueron testigos de violencia en su infancia o fueron víctimas de violencia, o, en muchos casos, fueron abusados cuando niños. Muchos de ellos consumen alcohol o drogas, están desempleados. Un gran porcentaje desempeña empleos como personal de seguridad, choferes de taxis, entre otros.

ADRIANO BEIRAS – ¿Hay en su país una legislación específica sobre infancia y adolescencia?

EMMA LUCÍA GARCÍA Y EDGAR RINAUDO – Sí existen leyes específicas.

ADRIANO BEIRAS – ¿Cómo es el proceso en el caso de adolescentes agresores? ¿Es diferente a los adultos? ¿Qué tipo de sanción cumplen? ¿Cuáles son las implicaciones legales en estos casos?

EMMA LUCÍA GARCÍA Y EDGAR RINAUDO – La violencia que ejercen es la misma, si tenemos en cuenta que la violencia es una conducta aprendida; el modus operandi es el mismo. Normalmente, si la mujer no ha podido cortar con el círculo de la violencia, sus hijos cuando son pequeños la defienden, la incitan a que lo denuncie o se vayan, pero a medida que crecen, adoptan las mismas conductas que los padres, ejerciendo poder y control.

ADRIANO BEIRAS – ¿Conocen algún otro programa que atienden a hombres agresores?

EMMA LUCÍA GARCÍA Y EDGAR RINAUDO – No, en Córdoba no hay. Recién en una localidad del interior, a través de un convenio con la Red Urbana comenzarían con la capacitación para la atención, pero recién están en una primera etapa.

EDMUNDO PEREZ RUIZ

PROGRAMA DO GOVERNO DE HONDURAS
TEGUCIGALPA- HONDURAS

*ADRIANO BEIRAS **

ADRIANO BEIRAS – ¿Podrías hablarnos un poco de tu carrera y de cómo empezaste a trabajar con hombres agresores?

EDMUNDO PEREZ RUIZ – Soy trabajador social y por mis vínculos con el Comité Hondureño de Mujeres Por la Paz-Visitacion Padilla, fui invitado, en el año de 1995, a participar en un grupo de hombres, amigos de la mencionada organización, para empezar a trabajar la teoría de género. Ellas convocaron a este grupo. Por suerte, yo estaba en el mismo y me tocó coordinar este primer grupo de hombres contra la violencia. Había dos norteamericanos y un brasileño, Paulo Campanario. A partir de ahí, nos involucramos en esta temática. Recibimos los cursos de Cantera, Nicaragua y recibimos capacitaciones por parte de Antonio Ramírez, Oswaldo Montoya Tellería, Ruben Reyes, Daniel Cassez, Marcela Lagarde, Patricio Welch, Benno de Kjeizer y, últimamente, los compañeros del Instituto WEM¹ de Costa Rica, Álvaro Campos Guadamuz y José Manuel Salas, quienes vinieron a compartir sus conocimientos a través de capacitaciones. En el año de 1997 se promulga la Ley Contra La Violencia Doméstica y en el 1998 se inicia su aplicación. Este evento es importante, porque ahí hay un componente que habla de la reeducación del hombre

*Entrevista con Edmundo Perez Ruiz, trabajador social y facilitador de grupos en la Consejería de Familia del Departamento de Salud Mental del Gobierno de Honduras, en Tegucigalpa, Honduras. Fue concedida a Adriano Beiras, en visita a este servicio, en julio del año 2007.

denunciado. En síntesis, yo vengo trabajando esta temática de las masculinidades desde el año 1995.

ADRIANO BEIRAS – Esta ley, ¿cómo es? ¿Hay una recomendación?

EDMUNDO PEREZ RUIZ – La ley contra la violencia doméstica, que la puedes conseguir en cualquier lugar, obliga al hombre a pasar por un proceso de tres meses como mínimo en una consejería de familia, asistiendo dos horas a la semana.

ADRIANO BEIRAS – Entonces con esta ley, el gobierno pasó a hacer grupos... ¿cómo fue la implementación de los programas?

EDMUNDO PEREZ RUIZ – No, mira, como la violencia también se conceptualiza como un problema de Salud Pública, le corresponde la responsabilidad de este abordaje a la Secretaría de Salud. Entonces ésta acondicionó lugares, Consejerías, para que se puedan atender a hombres y mujeres. A las mujeres para que mejoren su autoestima, para que trabajen el dolor y conozcan los mecanismos jurídicos de protección. A la mujer y a los hombres se les remite para su reeducación, según lo que plantea la ley.

ADRIANO BEIRAS – ¿Siempre por separado?

EDMUNDO PEREZ RUIZ – Por supuesto, los hombres participan en los grupos de reflexión y las mujeres en grupos de ayuda mutua.

ADRIANO BEIRAS – ¿Hay algún pago?, ¿ellos lo tienen que pagar?

EDMUNDO PEREZ RUIZ – ¿Los agresores? Los denunciados pagan cinco lempiras, menos de cincuenta centavos de dólar y si por alguna razón no pueden pagar, se les exime de tal pago.

ADRIANO BEIRAS – ¿Y cómo es la evaluación de estos grupos? ¿Tras los tres meses hay una...?

EDMUNDO PEREZ RUIZ – No existe una evaluación del proceso, nos falta. Se atiende a los hombres por doce sesiones y así damos una constancia de que cumplieron con los requisitos legales. Esto es todo. Nosotros estamos conscientes de que debe haber evaluaciones de impacto de estos procesos; sin embargo, aun no tenemos la capacidad instalada -sobre todo recurso humano- para realizar este quehacer.

ADRIANO BEIRAS – ¿Entonces no hay una evaluación?

EDMUNDO PEREZ RUIZ - No tenemos la capacidad para hacerlo. Sobre todo porque no contamos con el recurso humano idóneo, capacitado, para hacer esta intervención.

ADRIANO BEIRAS – ¿Y por cuánto tiempo deben asistir a las sesiones? Y ¿quién lo decide?

EDMUNDO PEREZ RUIZ – Eso lo deciden los juzgados, hay hombres que nos lo han mandado por un año, o seis meses. De acuerdo a las faltas cometidas y de acuerdo a la figura que se le aplica, si es violencia doméstica o familiar. Acá la violencia familiar es algo más grave y tiene que ver con el código penal. Entonces es más grave. Y, como medida sustitutiva, le mandan a la consejería por un año o seis meses.

ADRIANO BEIRAS – Esos hombres son siempre enviados por la justicia, ¿o también hay otros que vienen espontáneamente?

EDMUNDO PEREZ RUIZ – Sí hay demanda espontánea, pero el número de asistentes es poco significativo. Más son los hombres denunciados ante los juzgados.

ADRIANO BEIRAS – ¿Y qué piensas sobre eso?

EDMUNDO PEREZ RUIZ – A mí me parece que debería haber más demanda espontánea, pero después de 10 años de trabajo te puedo decir que este quehacer es complejo. Renunciar al poder no es fácil. No es el mismo trabajo que se hace con las víctimas, que es mucho más comprensivo, más entendible. El hombre para renunciar al poder tiene que pasar por un proceso más complejo. El desapendamiento masculino es un proceso histórico, doloroso y complejo.

ADRIANO BEIRAS – Me entra curiosidad al observar el grupo, si es abierto o cerrado... Porque hay algunas personas que empezaron dos o tres sesiones después que las otras.

EDMUNDO PEREZ RUIZ – Bueno, según mi propio criterio, los grupos tienen que ser abiertos. Significa que los hombres nuevos se van incorporando dónde otros hombres ya han ido trabajando la temática. Una de las ventajas es que los más viejos van orientando a los nuevos en cómo va el proceso. Y los nuevos tienen la oportunidad de ver los avances de los otros, ya no les digo yo que los hombres podemos cambiar, ellos lo ven, al oír a otros hombres y al conocer sus testimonios de vida.

ADRIANO BEIRAS – ¿Cómo es la metodología, la secuencia del trabajo? ¿Depende de cada sesión? ¿Cómo es?

EDMUNDO PEREZ RUIZ – Hay un proceso, te lo voy a enviar por correo, que tiene que ver con cinco etapas. Una es la aceptación de la realidad. El hombre que llega ahí tiene que aceptar si es alcohólico, si es drogadicto, si es golpador o si violenta psicológicamente a su compañera. Es el primer paso del proceso.

ADRIANO BEIRAS – Todos los procesos son individuales. ¿Hay personas que están en su primera sesión y otros en la cuarta?

EDMUNDO PEREZ RUIZ – Claro, es importante que haya repetición. Porque esto no se va a desmontar en tres meses. Es un proceso complejo, el proceso es nada más formal; en la práctica puede ser que alguien quiera hacer catarsis o que quiera hablar de la reparación de daños. Las etapas son aceptación de la realidad, catarsis y reflexión. Catarsis es expulsión, hablar del daño que hemos cometido, que hemos recibido y reflexionar sobre esto permanentemente. Tercer momento es reparación de daños. La culpa no nos ayuda, no nos sirve para nada y hay que darle un aspecto más dinámico a la conciencia y hablar de reparar daños. El cuarto paso es la búsqueda del sano juicio y la fortaleza espiritual, que también es un proceso. Ahí estudiamos a Anthony de Mello, al Dalai Lama, Osho y miramos la espiritualidad de una manera mucho más amplia, no dogmática. El quinto paso tiene que ver con la tesis de que lo personal es político. Significa que los hombres tenemos que empezar a hablar de un proyecto de país, de un proyecto de cultura; que individualmente no podemos hacer mucho y que hay que transformar el país, subvertir la cultura patriarcal. Pues, aparte de la lucha en contra de la opresión, de la marginación y la explotación, también tenemos que ver la lucha de género. Los hombres tenemos una deuda de género y tenemos que incorporarla a los procesos sociales y políticos que vayan hacia la dirección de transformar la sociedad revolucionariamente.

ADRIANO BEIRAS – ¿Es el facilitador el que siempre está atento a estos pasos?

EDMUNDO PEREZ RUIZ – Los facilitadores estamos repasando siempre, permanentemente, estos pasos. En algunos momentos hay catarsis: hombres que empiezan a exteriorizar sentimientos, que lloran cuando se conectan con el daño que han causado o con el daño que han recibido. En otros momentos asumimos el debate filosófico, sobre el sentido de la vida, etc.

ADRIANO BEIRAS – ¿Cuál sería el carácter del programa? ¿Podríamos decir que es educativo, reflexivo o terapéutico? ¿O los tres juntos?

EDMUNDO PEREZ RUIZ – Yo creo que es un proceso de reflexión psico-educativa, con acento en una preocupación filosófica. ¿cuál es el sentido de nuestras vidas? Y es un programa donde hay mucha reflexión filosófica, está como telón de fondo, no es psicoterapéutico en la línea tradicional, sino que hay una intervención más compleja. Por ejemplo, hoy estudiamos a Erich Fromm, quien tiene una perspectiva filosófica humanista muy clara, así como también podemos estudiar a Victor Frankl, por ejemplo. En otras ocasiones podemos estudiar a Michael Kauffman, Michael Kimmel, Oswaldo Montoya, Jaime Telleria, los libros del WEM, etcétera.

ADRIANO BEIRAS – Siempre busca traer un autor...

EDMUNDO PEREZ RUIZ – Siempre estamos trayendo algún libro y discutiendo. A algunos les recomiendo comprar el libro de Tony de Mello, *Autoliberación interior*, ellos lo exponen y entre los demás vamos debatiéndolo. Son grupos dinámicos, contradictorios, fuertes a veces, y siempre, te lo digo con convicción, hay un impacto muy fuerte en la subjetividad masculina. Hemos tenido muchos testimonios fuertes de hombres que han salido de la cocaína, del alcohol, de la marihuana, que han dejado de golpear.

ADRIANO BEIRAS – Entre tantos autores, me dejas pensando si hay un marco teórico central en tu trabajo.

EDMUNDO PEREZ RUIZ – Eso lo vas a ver en el documento que estamos redactando, ahí hay un marco de orientación. Yo me guío más por autores como Oswaldo Montoya, Michael Kauffmann, Michael Kimmel, Daniel Cassez, Alvaro Campos Guadamuz, Edgar Morin, Jorge Corsi, José Manuel Salas. Otros autores como Erich Fromm. Todos estos autores con sus aportes teóricos, conforman mi marco de orientación.

ADRIANO BEIRAS – Y con respecto a las técnicas utilizadas en los talleres, ¿cómo son? ¿Hay discusiones, catarsis? ¿Cuál metodología siguen?

EDMUNDO PEREZ RUIZ – Estábamos en medio de la pobreza, no teníamos una computadora, ni data-show o televisor. Compramos uno, pero no tenemos película, antes pasábamos películas, un documental colombiano muy bueno, "Solo para hombres". Creo que lo fundamental de estos procesos es hacer circular la palabra, que el hombre hable y se problematize. Ahora, recién, el INAM, Instituto Nacional de La Mujer, nos dotó de un buen equipo técnico de trabajo.

ADRIANO BEIRAS – Son siempre dos horas, una vez por semana; hay como diálogo, hay algunas etapas de proceso y el mínimo son tres meses... es así, ¿no?

EDMUNDO PEREZ RUIZ – Sí, así es.

ADRIANO BEIRAS – ¿Los participantes son como quince máximo?

EDMUNDO PEREZ RUIZ – Ha habido grupos de 25 a 30 personas, pero no es lo conveniente. A mí me parece que un buen grupo es el de 8 como mínimo hasta un máximo de 15 hombres.

ADRIANO BEIRAS – Y ¿cómo se hace la promoción? La mayoría viene de la justicia, pero, para los que vienen voluntariamente, ¿hay alguna promoción?

EDMUNDO PEREZ RUIZ – Los grupos son abiertos, si alguien quiere venir, entra y participa igual que los demás. Pero te reitero, el grueso de la población masculina que nos busca, son los remitidos por los juzgados.

ADRIANO BEIRAS – Con respecto a la violencia sexual, ¿aparece en el grupo? ¿Cómo se trabaja cuando aparece?

EDMUNDO PEREZ RUIZ – Ese es uno de los comportamientos más complicados de conocer. Los hombres no lo van a contar fácilmente. Sin embargo, como ahí trabajamos con mujeres, la psicóloga y la trabajadora social, que trabajan con niñas y niños, pueden conocer por versión de las víctimas cómo se da la violencia sexual en la casa, y ellas comparten con nosotros ese conocimiento.

ADRIANO BEIRAS – Si dan pistas... ¿hacen discusiones sobre eso en el grupo?

EDMUNDO PEREZ RUIZ – Muy poco, porque es muy difícil que el hombre acepte que ha violado a su compañera. Hemos tenido casos de hombres que lo aceptan, pero es la minoría. Es una temática muy difícil y, sin embargo, siempre la abordamos. En este apartado nos es de mucha utilidad el libro del Instituto WEM, *Explotación Sexual, Comercial y Masculinidad*, sus fundamentos teóricos son válidos para abordar esta temática; lo mismo que el libro de Gioconda Batres *Del Ultraje a la Esperanza*.

ADRIANO BEIRAS – Una de las preguntas importantes es: ¿Cuáles son las cualidades que crees debe tener un facilitador?

EDMUNDO PEREZ RUIZ – Esto aparece en las normas de salud mental. Hay un apartado que es sobre el facilitador. Este tiene que ser una persona con conocimiento de

la temática, por supuesto, que haya revisado su propia vida, los mandatos patriarcales, como han operado en él y que esté comprometido con el trabajo. Es decir, el facilitador debe ser una persona coherente, tanto en su vida pública como en la privada, con la construcción de una nueva masculinidad centrada en el respeto a los derechos de humanos y humanas. Debe guiarse por un marco de orientación cimentado en las relaciones de género justas, en la reverencia a la vida, la ternura, y por la lucha de una sociedad más humana.

ADRIANO BEIRAS – Y la mayoría de los facilitadores, ¿de qué profesión son? ¿Psicólogos, trabajadores sociales...?

EDMUNDO PEREZ RUIZ – La mayor parte somos trabajadores sociales. Sin embargo, esto para mí es irrelevante. Los seres humanos buenos y comprometidos no lo hacemos por una profesión, sino por otras concepciones que tienen que ver con el respeto a la dignidad humana, por creer que un mundo mejor es posible y porque creemos en la perfectibilidad del ser humano.

ADRIANO BEIRAS – ¿La mayoría tiene algún diplomado?

EDMUNDO PEREZ RUIZ – Las capacitaciones que hemos recibido de esa gente que te mencioné.

ADRIANO BEIRAS – ¿Todos los facilitadores son remunerados?

EDMUNDO PEREZ RUIZ – Todos. Este número casi insignificante de menos de diez, somos empleados de la Secretaría de Salud.

ADRIANO BEIRAS – Después de todos estos años... ¿Cuáles fueron las dificultades que encontraron en el trabajo y cuáles los avances?

EDMUNDO PEREZ RUIZ – Creo que una cuestión limitante es la falta de material y equipo, sobretodo material educativo. Por ejemplo, yo creo que ellos -los hombres denunciados- deberían llevar documentos, materiales educativos; los hombres se van sin nada. Me gustaría que tuviéramos más afiches alusivos a la temática. Y que llevaran documentos. Que tuviésemos más libros para hacerlos circular entre ellos. Y necesitamos más facilitadores incorporados a estos procesos. Por lo demás, estamos comprometidos con lo que hacemos y hemos trabajado siempre así, en medio de tales carencias.

ADRIANO BEIRAS – ¿Y los avances?

EDMUNDO PEREZ RUIZ – Me parece un avance del movimiento feminista hondureño que en nuestra consejería hayan pasado más de 3.700 hombres, entre ellos abogados, médicos, ingenieros, diputados, pastores evangélicos, que han sido denunciados. Eso es un avance de las mujeres de nuestro país. Hay figuras de poder, que antes eran intocables y ahora ellos saben que en cualquier momento, si las circunstancias lo demandan, tendrán que enfrentar a la justicia. Y, por supuesto, un avance es los testimonios de hombres y mujeres en relación a los cambios dramáticos que muchos han experimentado en sus vidas.

ADRIANO BEIRAS – ¿Y si son adolescentes, se incorporan también a los grupos?

EDMUNDO PEREZ RUIZ – También. Son seis grupos, yo atendía a tres hasta hace poco, porque ha llegado Raúl Valeriano y otro compañero que es abogado, Astul Gómez, y están atendiendo grupos. Antes me tocaba atender a toda esta carga de gente, era una locura completa. Ahora estamos mejor. Y no tenemos grupos por diferencia de edad, eso no es posible y, según mi punto de vista, tampoco necesario.

ADRIANO BEIRAS – ¿Y han venido personas con dinero, como diputados...?

EDMUNDO PEREZ RUIZ – El año pasado vinieron dos hijos de un presidente famoso y han venido seis diputados; también han venido empresarios, periodistas, policías, militares, claro; también han sido remitidos obreros, campesinos, vagos etcétera.

ADRIANO BEIRAS – No hay como un grupo para adolescentes agresores, ¿verdad? ¿Crees que debería haber, que hay una especificidad? Porque las sanciones son diferentes.

EDMUNDO PEREZ RUIZ – No, lo mismo. Es un tema que había que discutirlo. Debería haber su especificidad. Las sanciones son las mismas. Es un tema controversial. Porque me parece que un agresor de 80 años y otro de 16, son agresores ambos, que pertenecen a la misma realidad, responden a una cultura enferma, a un país enfermo, a un mandato patriarcal. Hay historias dolorosas de vida que responden a lo mismo.

ADRIANO BEIRAS – ¿La ley no es diferente para los adolescentes?

EDMUNDO PEREZ RUIZ – No, no, aquí es la misma medida, pareja para todos. La ley es la ley. Por supuesto estamos hablando de la Ley Contra la Violencia Doméstica.

ADRIANO BEIRAS – ¿Algo más que quisieras decirnos?

EDMUNDO PEREZ RUIZ – El hombre que viene acá es un ser humano, hay que respetarlo. Por supuesto, ellos tienen que hacerse responsables de lo que hicieron. Es importante dejar sentado que tenemos que velar por la confidencialidad, excepto cuando sus declaraciones puedan poner en riesgo la vida de la víctima. Todo eso lo tengo escrito y lo vas a ver en el documento que te voy a enviar.

ADRIANO BEIRAS – En todos estos años, ¿hicieron una evaluación?

EDMUNDO PEREZ RUIZ – No tenemos ninguna evaluación de impacto, la cual considero que es necesaria. Tal vez ahora, que tenemos un jefe que entiende esto y nos da un poquito más de apoyo, podremos hacer eso que hace falta. Pero los jefes se cambian según las cuestiones políticas, llega un partido diferente y cambia. Esto es difícil para un programa tan delicado como este, pero bueno, ahí vamos...

ADRIANO BEIRAS – Cambian con frecuencia... es una cuestión para pensar. Muchas gracias.

NOTAS

¹ Instituto Costarricense para la Acción, Educación e Investigación de la Masculinidad, Pareja y Sexualidad.

MARCOS ANTONIO MORENO GARCÍA

CONSEJERÍA DE FAMILIA DEL DEPARTAMENTO DE SALUD
MENTAL DEL GOBIERNO DE HONDURAS

TEGUCIGALPA- HONDURAS

*ADRIANO BEIRAS**

ADRIANO BEIRAS – Hola! Algunas preguntas para empezar nuestra conversación.
¿Cómo empezaste a hacer este trabajo? ¿Cuál es tu profesión?

MARCOS ANTONIO MORENO GARCÍA – Mi profesión es maestro de educación primaria y secundaria, y mi formación universitaria es bachiller y licenciado en trabajo social. En el Ministerio de Salud Pública, al momento de surgir la ley contra la violencia doméstica, la ley contempla que al responsable de la violencia se le enviaría a una consejería de familia y le dieron la competencia al Ministerio de Salud, del cual soy empleado. Nos llevaron a capacitar sobre masculinidad, violencia, género, poder y todas estas cuestiones. Y de ahí salimos responsables para trabajar con el proceso de masculinidad en este centro de salud de Villadela.

ADRIANO BEIRAS – ¿Hace cuánto tiempo?

MARCOS ANTONIO MORENO GARCÍA – Fue en el año 1997, o sea, hace diez años que empezamos a trabajar. Tengo 24 años de trabajar como servidor público con las consejerías. A raíz de la ley de violencia doméstica, nos empezaron a capacitar en el año 97. Inicialmente no nos referían hombres del juzgado, lo hacíamos de manera

*Entrevista con Marcos Antonio Moreno García, trabajador social y facilitador de grupos en la Consejería de Familia del Departamento de Salud Mental del Gobierno de Honduras, en Tegucigalpa, Honduras. Fue concedida a Adriano Beiras en visita a esta consejería, en julio del 2007.

voluntaria en las áreas dónde detectamos más casos de violencia familiar y doméstica. Después nos empezaron a llegar hombres y aquí está la muestra.

ADRIANO BEIRAS – Sobre ser voluntario o no, ¿Qué piensas ser mejor?

MARCOS ANTONIO MORENO GARCÍA – Voluntarios, esto sería lo ideal. El problema es lo rígido, los horarios de nosotros son horarios laborables. Podríamos hacer trabajo sábado y domingo, pero descuidaríamos nuestras familias, se llenarían de hombres voluntarios. No tanto se llenarían porque ya probé una vez. Aquí estuvo abierto y por las emisoras, por la televisión, por los mismos hombres, invitamos porque íbamos a hacer grupos de masculinidad de carácter voluntario, pero no vinieron. Es necesaria la demanda por parte de la víctima de violencia también.

ADRIANO BEIRAS – ¿Y hay problemas con esa demanda de los juzgados?

MARCOS ANTONIO MORENO GARCÍA – Uno de los inconvenientes es el problema del trabajo, ellos pierden su empleo a veces. Los patronos aquí no les dan permisos son horarios iguales y ellos trabajan de lunes a viernes, eso les dificulta. Además que ellos dicen: “estoy perdiendo el tiempo, tengo que trabajar, me están pidiendo una pensión alimentaria, ¿de dónde le voy a dar?” Es uno de los obstáculos que tenemos nosotros. Los locales con que contamos aquí no son adecuados para este proceso.

ADRIANO BEIRAS – El carácter del programa, ¿Es educativo, preventivo, terapéutico? ¿Y cuáles serían sus objetivos?

MARCOS ANTONIO MORENO GARCÍA – El objetivo del programa es, en primer lugar, la aplicación de la ley de violencia doméstica. Luego, nosotros aquí con el proceso contribuimos a disminuir los hechos violentos, sensibilizar a los hombres con respecto al patriarcado, al machismo, para que se reduzca la violencia en ellos. Eso es respecto a los objetivos que tenemos nosotros en lo que se refiere a la consejería. Creo que deberíamos trabajar individualmente con ellos, pero nosotros acá tenemos cinco grupos, yo tengo uno con 25 personas por ejemplo. Ahí las normas dicen que deben ser entre ocho y doce hombres. Pero en el centro de salud soy solo, no me apoya otra persona, por eso lo trabajamos así en forma grupal. ¿Cómo lo hacemos? Los atendemos en la primera entrevista individual, luego le damos la información sobre patriarcado, sobre masculinidad, violencia, todos esos temas y después hacemos reuniones reflexivas.

ADRIANO BEIRAS – ¿Cómo pasas la información?, ¿Ingresan individualmente?

MARCOS ANTONIO MORENO GARCÍA – No, los grupos son cerrados. Empiezan 22, 25 personas y aquí no aceptamos otro más. Se va un grupo y entra otro, porque no es conveniente para mí que empiece la persona inmediatamente, pues viene en cero y ahí ya van adelantados. El obstáculo es la información. El que participa de un grupo tiene toda la información, el que viene no tiene la información, los temas, ¿verdad? Lo que nosotros hacemos es que le damos una cita para 15 días, cuando hay 20 ó 25 iniciamos otro grupo.

ADRIANO BEIRAS – Empieza siendo más reeducativo.

MARCOS ANTONIO MORENO GARCÍA – Es un proceso reeducativo.

ADRIANO BEIRAS – Hay hombres de diferentes edades, situación económica, etc. ¿Están separados los grupos?

MARCOS ANTONIO MORENO GARCÍA – No, aquí los grupos son heterogéneos: en tamaño, en edad, en posiciones, en estatus social; tenemos gente profesional, pero la mayoría son obreros, pues Honduras es un país pobre, la mayoría es proletaria. Ese el gran número de gente que tenemos, pero siempre viene gente de estatus alto.

ADRIANO BEIRAS – ¿Y es buena la heterogeneidad?

MARCOS ANTONIO MORENO GARCÍA – Para mí es bueno, porque el que es profesional contribuye con el que no lo es y, a su vez, éste aprende también del proletario, de los pobres.

ADRIANO BEIRAS – ¿Se podría decir que hay un marco teórico para el programa? ¿Sería feminista? ¿Relacionado con los estudios de género o la psicología, quizás?

MARCOS ANTONIO MORENO GARCÍA – Nosotros trabajamos el campo de desmitificar la violencia, de contribuir a buscar la igualdad de género. Hoy ellos dicen que yo estoy a favor de las mujeres y más bien ellos tendrían que estar a favor de sus hijas. Entonces nosotros nos amparamos en la sociología, en la psicología, incluso en la psiquiatría. Todo este material que tengo aquí, son los subtemas que abordamos en todas las 20 sesiones.

ADRIANO BEIRAS – ¿Estos grupos son como los del Coriac o diferentes?

MARCOS ANTONIO MORENO GARCÍA – No, lo único diferente con Coriac es que Coriac plantea dos momentos de 18 semanas. Aquí no, por cuestiones de tiempo, solo hacemos el primer momento. La revelación, la experiencia, el por qué está aquí, por qué lo denunciaron.

ADRIANO BEIRAS – ¿Hay otro cambio con respecto a la metodología de Coriac?

MARCOS ANTONIO MORENO GARCÍA – Por ejemplo, los juegos, la reflexión de las canciones machistas, los retiros dominicales. Eso es diferente, lo he introducido, son técnicas que desarrollo con ellos.

ADRIANO BEIRAS – Este retiro, ¿Cómo lo hacen?, ¿Qué tiempo llevan?

MARCOS ANTONIO MORENO GARCÍA – Lo hacemos normalmente al final de cada proceso, al final de cada grupo, porque ya están sensibilizados, concientizados. Entonces salimos de aquí al campo, a jugar, a hacer piñatas con los hijos de ellos. Otra cosa diferente con relación a Coriac es que trabajamos con los hijos de los hombres de aquí, como forma preventiva. Más bien es curativo, el proceso de reeducación, pero trabajamos con jóvenes mixtos, adolescente varones y mujeres. Les damos la misma información a fin de prevenir, para que estos muchachos no vengan a parar aquí denunciados.

ADRIANO BEIRAS – ¿Qué habilidades, crees, son importantes para que el facilitador pueda coordinar grupos como estos?

MARCOS ANTONIO MORENO GARCÍA – Yo creo que en primer lugar deben ser comprometidos. Comprometidos con este proceso, ¿Verdad? Y trabajar con uno mismo el proceso, porque no puede venir aquí a discursar lo que no ha podido hacer en su hogar. Eso por un lado. En segundo lugar, debe evitar todo lo que pueda contaminar mi personalidad: los cigarros, el tabaco, por ejemplo, Aquí, como en Coriac, cero tabaco, cero drogas, cero arma, cero otra pareja, cero violencia, son los mandatos. La parte creativa también es importante: el leer, el estudiar, el estar actualizado, ¿verdad? He inventado un montón de juegos que tengo por ahí y eso les emociona, les ayuda. Los juegos, juegos infantiles para recordar nuestra niñez y practicarlo: me impresionó José Antonio que habló hoy, jugando con su muchachita el agua y limón.

ADRIANO BEIRAS – ¿Qué otras dificultades tienen?

MARCOS ANTONIO MORENO GARCÍA – No tenemos apoyo del Ministerio de Salud, no tenemos apoyo de los funcionarios de aquí. En este local, en el salón en que estamos, a diez metros está súper contaminado; aquí debajo de donde estamos hay aguas negras, todo esto es un ambiente súper contaminado. El edificio no es habitable porque se resquebrajó. Hemos pedido recursos y no nos mandan para nada. Entonces aquí nos ingeniamos. Lo que tenemos es gracias al recuerdo de los grupos: este oasis un grupo lo dejó, este ventilador, el colador, etc. Todos los grupos han dejado algo de recuerdo.

ADRIANO BEIRAS – Aparte, ¿qué podrías decir de los avances a lo largo de estos últimos años?

MARCOS ANTONIO MORENO GARCÍA – Un avance inicial y fundamental es mi persona, mi familia; lo que ha contribuido a una mejor funcionalidad de mi hogar. Eso por un lado. Por otro lado, hemos visto mejora en muchos de los hombres. No podemos medirlo porque no le damos seguimiento, son 20 sesiones y no los volvemos a ver; pero según lo que dicen, la forma de sentir y de pensar cuando vienen es súper distinta a como se van. En muchos casos hemos visto que se han reconciliado con su pareja y la cosa marcha maravillosa.

ADRIANO BEIRAS – ¿Hay alguna evaluación al final?

MARCOS ANTONIO MORENO GARCÍA – Sí, nosotros le hacemos un pre test, como el que les regalé ahora; después inventé un juego para medir su grado de violencia, es un crucigrama, yo le llamo violentograma, los pongo a jugar para ver si lo captaron y la mayoría de ellos lo han llenado positivamente, los evaluó jugando. Además, la abogada evalúa el programa: “¿cómo le fue?, ¿Qué piensa el señor Moreno?, ¿Cómo Qué cree usted acerca del programa? Y los comentarios de las instalaciones son positivos.

ADRIANO BEIRAS – ¿Habría algo más que podría decir sobre la larga experiencia de diez años del programa?

MARCOS ANTONIO MORENO GARCÍA – Uno de los cambios que hemos hecho, tiene que ver con lo que le decía anteriormente. En doce sesiones no se hace absolutamente nada, sino que debe ser 18 semanas, tal como lo dice Coriac. Yo los tengo aquí 20 semanas. Otro obstáculo es que la ley dice que hay que enviar a las señoras a una

consejería para levantarles la autoestima, pero la jueza dice que no es obligatorio que vengan: "si usted no quiere ir, no vaya". Entonces, vienen las que quieren.

ADRIANO BEIRAS – ¿Qué hacen estos grupos? ¿Reflexionan sobre violencia también, sobre auto estima...?

MARCOS ANTONIO MORENO GARCÍA – Les levantan la autoestima les dan información, las empoderan. Y a los hijos también, porque la psicóloga trabaja también con los problemas de los hijos. Quien está ahorita es una trabajadora social con los hijos; la psicóloga trabaja también con grupos, pero también trabaja con los hijos de las víctimas. . Esto son algunos de los cambios que he tenido. También la experiencia del retiro no está contemplada, pero la experiencia dice que es maravillosa.

ADRIANO BEIRAS – Hiciste también algunas capacitaciones. ¿Fueron dadas por el gobierno?

MARCOS ANTONIO MORENO GARCÍA – Hemos coordinado, porque de los 28 ó 30 que recibimos la capacitación, nos comprometimos a trabajar con los hombres ocho. Y de estos ocho, hemos quedado dos. Se han incorporado, porque hemos capacitado, otros dos o tres compañeros. Entonces, todo el mundo nos busca a nosotros, el Ministerio Público nos llama para capacitar a policías, a jueces, a fiscales para sensibilizarlos sobre masculinidad. Hemos trabajado en escuelas, en colegios, con maestros, sobre esta cuestión, pero no me da el tiempo. Yo no tengo tiempo, porque salgo del grupo a atender hombres nuevos.

ADRIANO BEIRAS – ¿Y a ustedes les dan nuevas capacitaciones?

MARCOS ANTONIO MORENO GARCÍA – Nos llaman esporádicamente. Inicialmente, nos capacitaron bien sobre violencia, masculinidad, poder, género. Estuvimos aquí cuatro semanas y cuatro semanas completas en Nicaragua.

ADRIANO BEIRAS – ¿Quiénes ministraron el curso?

MARCOS ANTONIO MORENO GARCÍA – El Ministerio de Salud. El coordinador fue Canteras en Nicaragua y, aquí, el Departamento de Salud Mental. En Colombia estuve también recibiendo una capacitación sobre salud sexual y reproductiva. La Universidad Católica aquí nos invitó a recibir unos diplomados en atención a adolescentes y otro diplomado en atención a crisis, atención primaria en cuestión de violencia y masculinidad.

ADRIANO BEIRAS – En los grupos de *Edmundo Perez* los hombres tienen que pagar ¿Aquí también?

MARCOS ANTONIO MORENO GARCÍA – Acá no. Aquí no pagan, porque no están en la oficina del centro de salud, por eso cobran cinco lempiras por cada sesión, es para financiarse; pero aquí no es necesario. Aquí los grupos cuando se van, dicen: "bueno, vamos a pintar la oficina como despedida, a regalar esto". No ocupamos en cobrarles.

ADRIANO BEIRAS – Sobre violencia sexual, ¿cómo se trabaja acá? ¿Aparece en los grupos?

MARCOS ANTONIO MORENO GARCÍA – Sí aparece en los grupos. En este caso se refiere a la psicóloga. Hay un proceso de tamizaje: viene alguien por su salud física, el médico hace sus investigaciones, va auscultando, sacando, hasta encontrar si hay violencia en este hogar, cualquier caso de violencia, y violencia de tipo sexual también. Este médico lo refiere a la psicóloga, después esta psicóloga lo refiere a la mamá de la víctima, al grupo de mujeres y al hombre acá.

ADRIANO BEIRAS – Entonces, en el caso de violencia sexual ¿Se hace un trabajo individual?

MARCOS ANTONIO MORENO GARCÍA – Individual, sí.

ADRIANO BEIRAS – Y aquí en el grupo, ¿También se trabaja violencia sexual?

MARCOS ANTONIO MORENO GARCÍA – No, no se invoca eso, porque como aquí hay diversas formas de pensar de los hombres, entonces le damos toda la información de masculinidad, violencia; pero después en forma individual lo sigue viendo la psicóloga.

ADRIANO BEIRAS – ¿Lo mismo ocurre con los que no son indiciados por violencia sexual? ¿No surgen estas cuestiones en el grupo?

MARCOS ANTONIO MORENO GARCÍA – No, no hablan.

ADRIANO BEIRAS – ¿Los adolescentes agresores son enviados al grupo? ¿Hay alguna legislación especial acá relacionada a ellos, por ser menores de edad?

MARCOS ANTONIO MORENO GARCÍA – Los adolescentes que cometen violencia son los que normalmente tienen parejas, igual son denunciados y vienen aquí. Con adolescentes violentos no hemos hecho investigaciones, no hemos hecho detección,

en este caso lo único que hacemos es prevención, como la que hacemos con los hijos de las señoras.

ADRIANO BEIRAS – ¿Hay en Honduras una legislación específica para los adolescentes?

MARCOS ANTONIO MORENO GARCÍA – De violencia doméstica, no, sólo si tienen pareja. Sobre violencia intrafamiliar, vienen algunos casos, pero casi no se dan adolescentes, casi siempre son adultos. Vienen adolescentes si le ha pegado a su hermana, a su mamá o a su papá, entonces lo refieren acá, a consejería familiar.

ADRIANO BEIRAS – ¿Algo más podrías decirme al respecto del programa?

MARCOS ANTONIO MORENO GARCÍA – Que deberíamos elaborar un plan de acción dirigido a la prevención; no tenemos por falta de recursos humanos. Solo tenemos un tratamiento curativo con los hombres. Esto por un lado. Es importante también ver la forma de que el Ministerio de Salud Pública apoye estos programas. Abrimos una consejería en otro centro de salud y la cerraron, en vez de abrir más espacio. Y para nosotros pediríamos que nos den más capacitaciones, pues necesitamos aprender más.

ADRIANO BEIRAS – ¿Me podrías brindar informaciones sobre quiénes vienen a los grupos?

MARCOS ANTONIO MORENO GARCÍA – Te puedo dar información del año 2003, ya evaluados. De 151 hombres, 118 son de aquí de Comayagua. Los meses que más vinieron fueron julio y agosto. Por edades, los que más vinieron fueron los hombres entre 20 y 29 años. En lo que se refiere a la atención a hombres según la escolaridad, los que más acudieron tienen la primaria completa y son de profesión obreros, la mayoría. Según estado civil, en el 2003, vinieron más unión libre que casados. Según violencia ejercida, tenemos la estadística de 159 hombres que ejercieron violencia física. Respecto a violencia sexual, solo dos. Según saturación del hogar, no lo separó la ley, 39, a la mayoría la ley lo separó del hogar, que fueron 105. Según el patrimonio de hombres, la mayoría de los hombres, 114, son los dueños del patrimonio y eso los empodera. Según el número de hijo, el 78% tiene entre 1 y 5 hijos. De los 205 atendidos, 73 de ellos, el 33 por ciento tiene hijos con varias mujeres. Fumadores, de 205, 102 no fuman, 22 lo hicieron antes y sí lo hicieron, 81.

Vienen más hombres fumadores que los que no fuman. En cuanto al cumplimiento de consejería, es decir, los que se nos van, culminaron 125 y se nos fueron ochenta. Ese es un dato muy importante, ¿qué se hace con los que no vienen aquí? La ley no hace nada. Según denunciante a la mayoría de ellos lo denunció su pareja actual. Otros los denunció su ex compañera, once la amante, otras que son las novias, ¿verdad? Según hogar de origen, la mayoría proviene de un hogar desintegrado.

ADRIANO BEIRAS – ¿Qué es hogar desintegrado?

MARCOS ANTONIO MORENO GARCÍA – Separados ya. Según el sentimiento, son 128 los hombres que dicen que las quieren, que no las quieren 50 y los que no saben si las quieren o no, 18. Según religión, la mayoría son católicos. Hacemos el seguimiento de caso al 50 % de ellos, pero dentro de las 20 sesiones. Eso son los datos del 2003, como ejemplo. El 2006 ya lo tengo terminado, ahorita estoy empezando con los datos del año 2007.

NOTAS

¹ Para más información sobre los grupos realizados por Edmundo Perez, en Tegucigalpa (Honduras), ver su entrevista también publicada en este libro.

OSWALDO MONTOYA

SAVE THE CHILDREN
MANAGUA- NICARAGUA

*ADRIANO BEIRAS **

ADRIANO BEIRAS – ¿Puedes hablarnos un poco de su organización?

OSWALDO MONTOYA – Bueno, Save the Children Noruega está en Nicaragua desde el 1987, cuando todavía estábamos en la época de la guerra, la guerra de agresión o la guerra civil, según la perspectiva del historiador. La guerra de la Contra, pues, en los años 80, donde había muchos niños que quedaban huérfanos de guerra y así fue que inició el Save The Children Noruega su trabajo en Nicaragua. Y poco a poco ha venido evolucionando, empezó en la zona de guerra, en Nisterlín en el norte, el teatro de guerra. Y ya en los años 90 se trasladó la oficina aquí a Managua y empezó a desarrollarse más allá del programa de asistencia de niños huérfanos de guerra. Se desarrolló un fuerte programa en educación, en promover el derecho a la educación en niños y niñas; también la preparación frente a desastres naturales; un programa de apoyo a niños que trabajan y desde hace tres años se ha iniciado un programa de violencia y protección a niños y niñas, que es por el cual me incorporé a la organización. Tengo tres años de estar con el Save The Children Noruega y fui contratado para impulsar e iniciar este programa de violencia.

ADRIANO BEIRAS – ¿Trabajan en este programa con los victimarios?

*Entrevista con Oswaldo Montoya, de la ONG Save the Children, en Managua, Nicaragua, América Central. Fue concedida a Adriano Beiras en visita a la institución, en junio del año 2007.

OSWALDO MONTTOYA – Es un programa de prevención y protección de la violencia que sufren niños, niñas y adolescentes. Y nosotros trabajamos, como somos una organización internacional – pese a que, por política institucional, todo el staff sea nicaragüense, a excepción del representante que es noruego – con un principio de apoyo a las organizaciones nacionales. Nosotros no hacemos un trabajo directo con las poblaciones, sino que lo hacen ONGs e instituciones del Estado con las cuales firmamos un convenio de colaboración, para la asistencia financiera y técnica, y entonces son estas organizaciones o estas entidades de gobierno las que hacen el trabajo directo. Lógico, nosotros estamos en algunas actividades, desde aquí impulsamos el proceso de incidencia, campañas, pero el trabajo con la población lo hacen las contrapartes o los socios. Y en el programa de violencia, estamos apoyando con el Ministerio de Educación un proyecto para promover las consejerías dentro de las escuelas para los niños que están sufriendo algún tipo de violencia; también para capacitar a estudiantes en una nueva visión, un manejo diferente de la violencia y reeducarlos ante la cultura de violencia que han vivido. También apoyamos a diferentes ONGs en programas comunitarios de prevención de violencia. En esto estamos, hemos dado un énfasis en la situación de niños y niñas que han vivido violencia, en la prevención y todo lo que tiene que ver con cambio de actitudes de todas las creencias que justifican el maltrato o los abusos sexuales hacia niñas y niños. Y, en este año, estamos tratando de incorporar más explícitamente la perspectiva de género y como es importante hacer un trabajo con hombres, tanto adultos como niños varones, en la reflexión sobre su masculinidad. Es un trabajo muy embrionario desde la organización, pues implica crear capacidades en las contrapartes y la mayoría de las organizaciones no se sienten seguras de utilizar la perspectiva de género y el trabajo con los varones dentro de la misma. Como organizaciones, estamos a un nivel muy primario.

ADRIANO BEIRAS – ¿Así que no hay un programa específicamente para esta temática?

OSWALDO MONTTOYA – No, desde Save The Children Noruega no tenemos un programa, sino que estamos impulsando que en los proyectos se involucre a los hombres, porque históricamente se ha convocado a las mujeres en su rol de madres o maestras, pero a los hombres muy poco se les ha convocado. Y ha habido un esfuerzo de parte nuestra de crear estrategias para llegar a los hombres, reunirlos, invitarlos para que

reflexionen sobre su rol en la prevención de la violencia. La violencia doméstica, la que el hombre adulto ejerce sobre la mujer, influencia a los niños y les causa mucho daño. Además del sufrimiento que esos niños tienen al ver violencia entre los padres, se está dando la señal de cómo los varones deben estar resolviendo los conflictos con las mujeres. Pero es más como un llamado. Hemos abordado el tema con las contrapartes, hemos convocado un taller con estrategias para trabajar con niños y hombres. Eso lo vamos a hacer el próximo mes.

ADRIANO BEIRAS – ¿Nos podrías contar un poquito al respecto?

OSWALDO MONTTOYA – Es un taller que queremos que sea en primer lugar vivencial. En él van a participar personas que trabajan en organizaciones que apoyamos nosotros, educadores, técnicos comunitarios de diferentes profesiones y formaciones; pero a partir de sus experiencias como mujeres y como hombres, vamos a tratar de que vaya la mayor cantidad de hombres posibles, porque la mayoría de las personas que trabajan en organizaciones con niños son mujeres y procuraremos que lleguen bastantes hombres y, así, partir de la experiencia personal de cuando ellos fueron niños, de cuando ellas fueron niñas, como fueron socializados. Profundizar en la socialización masculina. Comentar lo que les ha sido transmitido con palabras y hechos de cómo deberían comportarse como varones o mujeres y, a partir de ahí, mostrar la problemática de los varones, las contradicciones en sus vidas: por un lado, privilegios, pero por otro mucha represión y presión entre varones y de cómo todo eso influye en la formación de personalidades violentas, una mentalidad violenta y una proclividad a la violencia. Y, partiendo de ahí, poder conocer en el taller diferentes experiencias de trabajo con hombres en el país, especialmente en Nicaragua. Save The Children Noruega ha apoyado un proyecto con adolescentes varones en San Judas. Eso lo hace una asociación llamada Sí Mujer. Es una asociación de mujeres, pero hace también un trabajo con varones jóvenes. Entonces, queremos que presenten su experiencia. Hay otra experiencia también del Centro de Educación Popular, en el área de salud, que también hizo un trabajo con niños varones entre 10 y 14 años para promover una nueva visión de masculinidad, una identidad no violenta, más equitativa. Esperamos que en el taller se presenten diferentes experiencias prácticas y poder analizarlas, presentar un poco de las memorias prácticas que conocemos en el mundo. Bueno, una combinación de una reflexión personal y un

análisis de las intervenciones prometedoras y demostrar a los participantes, hacerles saber que se puede trabajar el tema de la masculinidad con niños y varones, que es urgente realizarlo con los dos. Hay que trabajar el tema, porque creemos que se encuentra en las raíces de la violencia contra niñas y niños y contra mujeres. En las formas en que se socializan los varones, si empezamos a transformar esta práctica cultural, será posible la reducción de la violencia y el comienzo de relaciones basadas en el reconocimiento mutuo y en el respeto a los derechos de las personas. Estos son más o menos nuestros planes. Por eso en Save The Children Noruega estamos iniciando este trabajo, de percibir mejor la dimensión de género de la violencia.

ADRIANO BEIRAS – Y, una vez que no era la de género, ¿cuál era la perspectiva institucional?

OSWALDO MONTTOYA – El enfoque de derechos humanos, en particular de la niñez, es la plataforma y marco fundamental. Obviamente está íntimamente vinculado con la perspectiva de género, que también es una perspectiva de derechos humanos. Pero no se ha reflexionado lo suficiente y, por lo tanto, en las intervenciones a veces se reproducen los estereotipos de género. Esto es desafortunado, pero sabemos que está pasando y tenemos que avanzar a incorporar la perspectiva de género y dentro de esta, el trabajo y el cambio de las masculinidades, siguiendo el enfoque de los derechos de la niñez, éste va a ser siempre el gran marco. Necesitamos incorporar en todos nuestros programas la perspectiva de género, porque los niños no son ángeles asexuados y se relacionan con hombres adultos, mujeres adultos con una identidad de género. Obviamente, estamos viendo en mi área el tema de violencia, pero también es válido para el área de educación y para otros programas en que trabajamos con la niñez.

ADRIANO BEIRAS – Me contaste de la experiencia de Save The Children Noruega y me quedé curioso respecto a la experiencia de usted... tiene una publicación *Nadando contra corriente...*?

OSWALDO MONTTOYA – Bueno, mi experiencia profesional sobre este tema se inició cuando salía de la Universidad Centro Americana, de la UCA, donde estudié psicología y me gradué el año 1991. La tesis para graduarme fue sobre género, sobre la división sexual de trabajo en una comunidad. Este estudio lo hicimos dos personas y fue una organización quien nos apoyó y nos recomendó que estudiáramos las

creencias culturales que justifican la división estereotipada del trabajo en las comunidades. Creencias de las mujeres en la casa, en la cocina; los hombres en el campo, en actividades fuertes, en la vida pública. Y, a partir de este estudio, me quedé sumamente interesado con el tema con los hombres, porque fue bien claro que los hombres eran más rígidos, somos más rígidos en general en cuanto a cambiar el mandato de género. En cambio, las mujeres son más flexibles, están más dispuestas a incursionar por el terreno, en la práctica lo hacen, están más en el mundo masculino. Los hombres no. El rollo de la masculinidad, el temor a lo femenino quedó bien reflejado en el trabajo. Las mujeres, en cambio, no eran amenazadas con hacer “cosas de hombres” entre comillas. Empecé entonces a trabajar el tema de masculinidad en Puntos de Encuentro, realizando trabajos con hombres jóvenes, adultos, hombres con discapacidad, auto afirmados como homosexuales, hombres militares, hombres del sistema de salud, muchos talleres y capacitaciones. La violencia siempre fue una de las preocupaciones fundamentales, partiendo de la tesis que la masculinidad tradicional es promotora de la violencia, de la violencia entre hombres y de la violencia de éstos contra las mujeres y contra los niños y niñas. Entonces empecé a hacer la maestría en psicología de la educación en Massachusetts, EUA, en el Boston College. Y entonces, me interesé mucho en el tema de la masculinidad y el tema de género como temas prioritarios y estuve trabajando en Emerge.

ADRIANO BEIRAS – Estuve ahí.

OSWALDO MONTTOYA – Cuando estuve en Emerge facilitaba el grupo de hombres en español, para inmigrantes latinos y después coordinaba este programa de atención a estos hombres.

ADRIANO BEIRAS – ¿Pero hay una perspectiva de género en el Emerge?

OSWALDO MONTTOYA – Sí hay, pienso una perspectiva feminista, quizás no tanto, pero un poco. Podrían tener más.

ADRIANO BEIRAS – Parecía ser más conductual...

OSWALDO MONTTOYA – Sí, es cierto, fue la impresión que tuve. Trabajé con ellos desde el año 1994 hasta el año 1996. Los grupos de reflexión no incorporan mucho con los varones el tema de su identidad, de su socialización. Ellos dicen no darles excusas

y centrar en el hecho. Es bueno el programa y bien práctico, pero quizás se fortalecerían si tuvieran esta dimensión.

ADRIANO BEIRAS – Yo percibí que no tenían mucho.

OSWALDO MONTOYA – Sí, yo trabajé con ellos, pero así eran, muy conductista en cierto sentido, no en el sentido clásico. Muy enfocados en lo que sucedió, en desmontar las excusas que tienen los hombres, en enfatizar asumir la responsabilidad por lo que hicieron, en lograr producir empatía. Todo que hacen es muy bueno, pero está este vacío. Me parece además que hay una actitud muy negativa hacia los hombres, como muy de “aquí vamos a ponerlos en su lugar”.

ADRIANO BEIRAS – ¿Cómo llegaste a Emerge?

OSWALDO MONTOYA – Fue pura casualidad, la verdad, porque unas amigas me dieron hospedaje. Cuando llegué a la ciudad de Boston, tenía que buscar un piso y mientras buscaba ellas me hospedaron, una de ellas estaba en la universidad y tenía un profesor que era una de los directores de Emerge. Ella nos presentó y le dijo que yo venía de Nicaragua, con trabajo con varones, masculinidad, violencia y todo esto. Ya habíamos formado el grupo de hombres contra la violencia en el año 93. Entonces él me preguntó por qué no trabajaba con ellos como facilitador en el programa de hombres latinos.

ADRIANO BEIRAS – ¿Se les paga a los facilitadores o son voluntarios allá?

OSWALDO MONTOYA – Hay de los dos. A mí me contrataban, me pagaban por hora; no era tiempo completo, sino por el tiempo que yo facilitaba. Entonces fue magnífica, maravillosa la experiencia.

ADRIANO BEIRAS – ¿Y cual fue tu tesis de maestría?

OSWALDO MONTOYA – Mi tesis de maestría fue sobre el proceso de cambio en los hombres en Emerge. Justamente, el proceso que pasan estos hombres enviados a un programa de tratamiento. Lo que hice fue como un análisis de narrativas, de historias, de varias entrevistas con varios hombres y con sus esposas también. Hablamos con ellas, las entrevistamos. Esas entrevistas no las hice yo, sino las hizo una mujer. Y traté de entender este proceso de cambio: el proceso de la negación, toda la resistencia inicial y después ir porque te mandan; y, luego, los casos exitosos dónde ya hay un compromiso de cambio, un reconocimiento y todas las contradicciones que implican

también. Desde la perspectiva de las mujeres, le daban crédito a los cambios de los hombres, pero tenían reservas, temores de recaídas por parte de sus compañeros, que sería un retroceso. Entonces fue eso, sobre el proceso de cambio.

ADRIANO BEIRAS – ¿Y resultó en publicación?

OSWALDO MONTOYA – No, fíjate que no se publicó. Regresé a Nicaragua a trabajar. Y fue una lástima, porque ahí sistematicé mucha información, fue un buen trabajo. Bueno, en la universidad me lo reconocieron como un muy buen trabajo. No publiqué porque ya vine a Nicaragua, a buscar como instalarme, a empezar a trabajar aquí y ya...

ADRIANO BEIRAS – ¿Nos podrías compartir tu tesis?

OSWALDO MONTOYA – Sí, yo te la puedo dar. Era una investigación cualitativa y trabajé con una tutora muy buena. El trabajo no era de la perspectiva cuantitativa positivista, sino que el primer capítulo de la tesis era ¿Quién soy yo como investigador? ¿Dé dónde vengo?

ADRIANO BEIRAS – ¡Qué bueno!

OSWALDO MONTOYA – Hay docentes en Boston con una visión muy avanzada. Yo tuve suerte de caer en un departamento con gente muy progresista. Estudiamos todo el trabajo de Paulo Freire en educación, todo el trabajo de investigación-acción participativa, claro, respetando las metodologías cuantitativas y respetando su aporte, pero también lo de avanzada.

Y ya con esto vine a Nicaragua, regresé a Puntos de Encuentro, hicimos este estudio con hombres que derivó en el libro *Nadando Contra la Corriente: buscando pistas para prevenir la violencia masculina en las relaciones de pareja*, con un enfoque diferente, porque en el caso del estudio en Nicaragua, lo que hicimos fue buscar hombres no violentos, no porque hayan pasado y hayan sido reformados por un programa, sino hombres que por sí mismos, naturalmente por decirlo de alguna forma, tenían un estilo no violento en su relación con pareja. Y no solo porque ellos lo decían, sino que lo decía la pareja, los familiares, gente que lo decía. Entonces, se trataba de buscar estas desviaciones positivas, desviaciones de lo tradicional, digamos. Cómo es posible que en una sociedad machista, violenta, haya hombres que tengan un compromiso de no violencia contra la mujer, cuando la cultura demanda ser violento con las mujeres. Qué pasa, qué factores ayudan a que ciertos hombres,

a pesar de la influencia cultural negativa, se comprometían personalmente a ser diferentes. Para así promover factores protectores que ayuden a los cambios. Entonces, anduvimos buscando hombres con estas características, hicimos una especie de visita a oficinas de mujeres, nos recomendaban gente. Y ya en base a la lista que tuvimos comenzamos a hacer entrevistas a hombres, y basándonos en esas entrevistas hicimos una clasificación. Decíamos: “bueno este hombre parece que sí, efectivamente; este otro nos parece que no, que eso todavía está muy relacionado al modelo machista. Hicimos una comparación y trajimos mucha información que ha venido siendo documentada en talleres, talleres que habíamos hecho nosotros como los que habían sido hechos por otras organizaciones. Pero, más allá del enfoque del tratamiento, está la prevención, el activismo y, sobretodo, la promoción de campañas de sensibilización. A partir de este estudio es que se diseñó una campaña bien importante que hizo Puntos de Encuentro en Nicaragua contra la violencia de los hombres hacia las mujeres. Luego, con la Asociación de Hombres Contra la Violencia, quisimos montar un programa de tratamiento a hombres, en el que participé. Me dijeron que si yo podría escribir una primera propuesta dentro de la asociación, en la línea de trabajo de tratamiento a hombres. Y yo a escribí muy influenciado por mi experiencia de Emerge, influenciado de las buenas cosas que me gustaba del modelo de Emerge y también de otras cosas. Entonces, a partir de ahí se encontró un equipo, un psicólogo para ya empezar el trabajo, armamos el currículo, hicimos la coordinación con las organizaciones que ofrecían atención a mujeres maltratadas. Decíamos “mira, aquí está la opción”, porque sabíamos que muchas mujeres querían que sus compañeros pasaran por atención, por un programa de atención. Así, algunos centros de mujeres empezaron a referir a hombres al programa. Y también algunos hombres llegaban por su cuenta, cuando se dieron cuenta que había este programa. El problema fue, según mi percepción, que no teníamos la coordinación con el sistema estatal de protección a las mujeres violentadas, sino que partía más de la coordinación con los centros de mujeres y motivar a los hombres que llegaran voluntariamente. Entonces algunos hombres llegaban a partir de la crisis con su pareja, que querían recuperarla; llegaban la primera vez, se les entrevistaba allá en el programa, se les invitaba a pasar a un trabajo de grupo, pero después no volvían a llegar. Entonces el programa nunca logró formar un grupo.

ADRIANO BEIRAS – ¿Por cuánto tiempo permaneció el proyecto exactamente?

OSWALDO MONTOYA – No recuerdo exactamente, fue durante un año, entre 2001 y 2002 en que no se lograban formar los grupos, se había atendido hombres a nivel individual, pero no se pudo formar un grupo. En una reunión que tuvimos para analizar esto, algunos compañeros propusimos cambiar de estrategia, porque tal vez nos equivocamos. Estaba muy bien diseñado, pero en la manera de organizar los grupos había un error, porque los hombres no tenían la presión del sistema judicial para ir, sino que era voluntario. Los hombres son de diferentes lugares de Managua, cuesta ir a un sitio, por el transporte mismo, ir a una oficina que no está muy cerca del barrio dónde los hombres viven. Entonces, algunos propusimos cambiar la estrategia de convocatoria. En vez de que los hombres lleguen a una oficina, nosotros iríamos dónde ellos viven, estaríamos más cerca. Entonces, fue un problema de fondo, ligado a la convocatoria. Esta es la experiencia de la Asociación de Hombres Contra la Violencia. Luego está la experiencia de Cantera, pero no la conozco muy a fondo, sé que ellos trataban de trabajar no solo con los hombres, sino también con las mujeres, y en algunos momentos hacían intervenciones de pareja o en paralelo. Eso es lo único que sé, no sé el éxito que tuvo; estuvieron un tiempo, pero tampoco continuaron.

Además, hay una experiencia que se inicia, pero que no la conozco, de un programa para hombres de la policía, hombres violentos que están en la policía nacional, que viene haciendo el Fondo de Población de Naciones Unidas. Y hay una experiencia, de una ONG de Managua cuyo nombre se me escapa, con la violencia de varones adolescentes, pero ellos trabajan no específicamente violencia de pareja, sino violencia en general de los adolescentes varones. Incluye el tema de violencia sexual y de pareja, pero no está, digamos, en la misma tipología de los programas de hombres adultos, que viven en pareja y que son enviados por violencia sexual. En conclusión, en Nicaragua no tenemos una experiencia sostenida de atención a hombres.

ADRIANO BEIRAS – ¿Hay algún programa, proyecto o propuesta en Nicaragua que trabaje con violencia sexual específicamente o que la contemple?

OSWALDO MONTOYA – No.

ADRIANO BEIRAS – ¿Cómo crees, desde tu experiencia, que debería ser un programa de atención a hombres autores de violencia? ¿Cuál es la experiencia que más te

gustó en Emerge? Y, desde el trabajo que haces en Save The Children, ¿Cómo te parece que debe ser una propuesta? ¿Qué piensas respecto a los facilitadores?

OSWALDO MONTOYA – Pienso que tiene que haber una buena estrategia en la convocatoria, es un gran reto, lograr que acudan los hombres, hay que pensar bien. ¿Cómo vamos a hacer? Porque al principio, el hombre que golpea y maltrata lo niega y lo justifica, se excusa; lograr que acudan al programa es un asunto difícil. Y, por otro lado, si son enviados por obligación no aseguramos que asistirán regularmente. Hay un dilema serio. Si van voluntarios en cualquier momento se te van. Y si van obligados, estaríamos trabajando con gente que no está motivada, que no aceptan o están molestos. No sé si en Nicaragua se lograría forzar a que lleguen, por la debilidad del sistema judicial.

ADRIANO BEIRAS – ¿Y cuál es la mejor manera de resolver este dilema?

OSWALDO MONTOYA – Yo pienso que ambos: obligarlos a que vayan, pero también promover voluntariamente que asistan. Por otro lado, es importante lo que se le ofrece a los hombres y tener efectivamente un buen equipo de facilitadores. Yo creo en la facilitación mixta. Es la experiencia que yo tuve en Emerge, hay un hombre y una mujer, me parece muy valioso. Hay gente que no está de acuerdo, yo estuve en esto y a mí me parece muy útil, porque brinda la oportunidad de modelar a los hombres una relación diferente con las mujeres. Y porque, frente a las mujeres, los hombres dicen cosas distintas a estar solo con hombres, hay cosas que pueden pasar desapercibidas y que una mujer lo va a notar inmediatamente. Yo creo que es muy útil trabajar con una colega mujer como facilitadora. Y me parece sumamente importante que haya un enorme respeto hacia los hombres. Creo que es un aspecto en que se fallaba en Emerge, no la institución, sino en el estilo personal de algunos de los facilitadores que era muy autoritario, en parte porque estos hombres van enviados por la corte. Uno tiene el poder de mandar un reporte a su oficial si el varón no está cumpliendo, entonces uno los tiene como amenazados a los hombres. Y esta relación de poder autoritaria me parece que envía un mensaje equivocado a los hombres, es reforzar el modelo de abuso de poder, del cual ellos forman parte: “ahora voy a un lugar y hay esa gente que sabe que tiene poder sobre mí y como lo saben, me pueden hablar fuerte y pueden ser agresivos conmigo”. Verbalmente, no físicamente, a veces eran muy agresivos con ellos. Entonces los facilitadores tienen

que ser gente comprometida con respetar la integridad y la dignidad de estos hombres que llegan, por muy violentos que hayan sido con las mujeres. Pienso que hay que respetar a las personas, hay alguna gente que dice: “ahora que sepan”, me parece esto pésimo. Para trabajar con hombres violentos uno no puede haber sido gente con mucha rabia con los hombres, tiene que ir gente que haya pasado esta fase. Sí hay mujeres que llegan con mucha rabia, porque vivieron la violencia de los hombres. Lo que no significa irse al otro extremo y decir: pobrecitos estos hombres, son víctimas del machismo, hay que entenderlos. Se trata de llegar a un equilibrio, y ayudar a esos hombres a que vean el daño que han cometido, cuestionarlos, confrontar sus creencias, justificaciones, la manera cómo se burlan y tratan a las mujeres, pero con respeto. La gente que trabaja con hombres violentos tiene que ser gente con una enorme formación. Tiene que pasar por un enorme proceso personal. No ser fanático, sino pasar por un proceso de preparación, ser comprometido.

ADRIANO BEIRAS – ¿Cómo es ser fanático?

OSWALDO MONTOYA – Me refiero a no caer en el extremo de ver en los hombres al ogro, si no, mejor no trabajar con ellos. Hay gente que dice que por principio no trabajan con agresores. Me parece bien. Pero la gente que va a trabajar con los hombres agresores sí debe creer en la posibilidad que pueden cambiar. Por otro lado, hay que ser realistas acerca del aporte de estos programas: desde lo que yo sé, desde la experiencia de Emerge y por lo que he leído, la mayoría de los hombres no cambian, los cambios verdaderos los hacen la minoría de los hombres. Estos programas deben ser parte de una estrategia nacional de lucha contra la violencia, no son islas, sino que contribuyen en sinergia con otras estrategias de trabajo: la prevención, el trabajo con las mujeres, la atención y el apoyo a mujeres que han sido víctimas, el acceso a la justicia, el encarcelamiento a los hombres que hayan cometido hechos de violencia graves contra mujeres, etc. Es decir, estos programas no pueden ser un sustituto de la cárcel. Hay hombres que tienen que ir a la cárcel, por agresiones severas, físicas contra su pareja. Esto es más como un programa preventivo, para hombres que han mostrado ciertos niveles de agresividad, de falta de respeto, de amenazas, para estos hombres, esto podría servir; pero no hombres que han mandado sus parejas al hospital, que han atormentado psicológicamente a sus parejas, ellos deben ir a la cárcel y allí hay que ofrecer programas de tratamiento.

ADRIANO BEIRAS – ¿En la cárcel sería otro programa?

OSWALDO MONTOYA – Sí, sería otro programa que esté en cercana colaboración con las organizaciones de mujeres, que rindan cuentas a los programas de las mujeres, que tengan un sentido de responsabilidad y que se informe de su visión. Porque también hay un riesgo que estos programas les generen más peligro, pues muchas mujeres pueden creer que al ir el hombre a estos programas él va a cambiar, pero él no lo va a hacer y va al programa como una manera de mantener el vínculo con la mujer. Entonces, es necesario siempre estar en diálogo tanto con organizaciones de mujeres como con las mujeres que han sido agredidas o amenazadas por los hombres. Este era un buen componente del Emerge: el facilitador tenía un diálogo con las mujeres o ex mujeres de estos hombres, les informaban de estos avances y la mujer comunicaba sus preocupaciones y eso era llevado en cuenta en el trabajo grupal. Tienen que ser programas que promuevan mucho la reflexión personal, hacer actividades interesantes; no ir solamente a dar charlas donde los hombres escuchen y son enseñados y dicen sí, sí. No, es con metodología participativa, ser empáticos con ellos y también confrontarlos: que sea interesante para los hombres, una oportunidad para que reflexionen y reconozcan sus responsabilidades y poder cambiar sus creencias básicas con respecto a su relación con las mujeres y acerca de su propia identidad de género. Por último, estos programas deben sistematizar su información, porque es muy interesante lo que se habla dentro de estos grupos.

ADRIANO BEIRAS – ¿Sistematizar con publicaciones?

OSWALDO MONTOYA – Claro, con publicaciones, porque estas informaciones, todas estas creencias de los hombres, todas las situaciones que comparten, hay que escribirlo. Los facilitadores deberían tener un tiempo para escribir o grabar lo que discuten: Aparte de las evaluaciones formales, que es necesaria por el componente de impacto, hay que sistematizar lo que pasa en los grupos, lo que plantean los hombres, los procesos de cambio, de estancamiento o de retroceso por qué está sucediendo esto. Tiene que haber reunión de staff, para analizar y sistematizar efectivamente lo que se aprende en estos grupos. Y eso va a informar a las mujeres, a las compañías de prevención, va a informar a todas las estrategias nacionales de lucha contra la violencia. Y, por otro lado, hay que pensar en programas con hombres jóvenes, incluso adolescentes, porque hay muy pocos. Hay programas para hombres

violentos y... ahí van de todo. En Emerge teníamos jovencitos de 17 años hasta mayores.

ADRIANO BEIRAS – ¿Piensas que hay alguna especificidad para trabajar con adolescentes?

OSWALDO MONTOYA – Pienso que sí, hay que adecuarse al estilo de ellos. Para comenzar, hay más posibilidades de cambios con adolescentes. Obviamente, tomar en cuenta el estilo de los muchachos, incluir canciones, analizarlas. A los muchachos les gusta mucho, la lírica de las canciones: hay canciones que son sumamente misóginas, otras canciones que ya tienen una reflexión. Por ahí se puede entrar con los adolescentes a ver una película. También se puede hacer esto con los adultos, pero con los varones jóvenes en particular. Hay que tener en cuenta los estilos, los referentes, trabajar mucho la relación con sus padres varones, que pueden tener 40 años, cómo fueron sus padres y toda la parte de ellos como hijos. Creo que esto no se ha hecho y habría que priorizar esta población. Por lo general, en el movimiento de mujeres en Nicaragua hay poca expectativa con relación a esos programas, lo ven más como un gasto, que este dinero debería ser un recurso más para trabajar con mayor cantidad de mujeres. Pero cuando se habla de trabajar con jóvenes, como que hay un poquito más de expectativa y esto es fundamental. Creo que organizaciones como nosotros de Save The Children deberíamos estar apoyando, porque en Nicaragua muchos adolescentes tienen pareja o tienen hijos. Incluso existe todo el tema de la violencia en el noviazgo, aún cuando no convivan. Me parece que son programas importantes, que han existido en muchos países. En Estados Unidos hay programas para prevenir y trabajar la violencia en los noviazgos, porque es fundamental, porque ahí empiezan los patrones de control a las muchachas, los celos y ahí hay más posibilidad de establecer un cambio. Una vez establecido el estilo de relación violenta en hombres adultos es más difícil. Yo priorizaría el trabajo con adolescentes, así como con ciertos sectores de hombres. En el caso de los policías, por ejemplo, estos hombres tienen que actuar supuestamente a la hora que una mujer llama pidiendo su apoyo. Si ellos mismo son hombres violentos, es decir, ¿con qué sensibilidad van a llegar a ayudar a las mujeres? Pueden ser cómplices de los hombres. Hay que pensar en otros sectores estratégicos, como los hombres médicos, por ejemplo, que están recibiendo a mujeres maltratadas. Es más difícil,

porque los profesionales se cuidan más, es más fácil siempre llegar a hombres pobres que a hombres profesionales. Pero bueno, sabemos que entre los profesionales hay gente que violenta. La educación formal no te cura de la violencia machista. Hay que pensar estas alternativas y también el tema de la violencia sexual en particular, dentro del trabajo con adolescentes.

ADRIANO BEIRAS – ¿Cómo imaginas el trabajo con violencia sexual?, porque es un trabajo más difícil, ¿no?

OSWALDO MONTOYA – Es mucho más difícil, porque requiere mayor conocimiento y mayor especialización. Es básica para mí realizar una prevención de la violencia sexual, es hacer educación sexual, con una perspectiva de derechos y una perspectiva de género. En el caso de los varones, es poder trabajar lo que implica para ellos las relaciones sexuales ¿verdad? ¿Cuáles son los criterios que debe tener una buena relación sexual, sus relaciones con mujeres en el plan sexual, en el plan erótico?, ¿Qué cosa es tener una pareja? ¿Es pasarla bien en el sexo? ¿Cuáles son buenas experiencias sexuales? ¿Aquellas en la que logras dominar a la mujer? ¿O aquella en la que disfrutas tú y disfruta ella, dónde hay un mutuo disfrute en que ambos se protegen y se cuidan? Todas estas nociones, del consentimiento, que ambas partes están de acuerdo en tener la relación, por ejemplo, es un trabajo profundo que requiere repensar todo lo que nos enseñaron desde niño. Y es sumamente importante. Si tienes alguna pregunta más...

ADRIANO BEIRAS – No, contemplaste bien lo que iba a preguntar. En Nicaragua hay una simiente muy interesante ¿quieres decir alguna cosa?

OSWALDO MONTOYA – No, no.

ADRIANO BEIRAS – Solo tengo que agradecer.

XAVIER MUÑOZ

ASOCIACIÓN DE HOMBRES CONTRA LA VIOLENCIA MANAGUA- NICARAGUA

ADRIANO BEIRAS*

ADRIANO BEIRAS – ¿Podrías contarnos la historia de la asociación?

XAVIER MUÑOZ – En Nicaragua, como sabes, hubo una revolución. Desde el año 79 hasta el año 1990 se dio la Revolución Sandinista, un movimiento social fuertísimo que promovió valores, actitudes, comportamientos diferentes a mucha gente. Una lucha de clases pobres por defenderse de los ricos. Entonces, la revolución para nosotros significó un cambio estructural; sin embargo, lamentablemente no significa un cambio personal, individual. Este deseo de cambio personal, como no se dio durante la revolución, concluyó en los años noventa con el cambio de gobierno. Así, muchos de nosotros quedamos trabajando en áreas sociales, movimientos comunales, movimientos sociales como la organización de mujeres.

Después de esta situación, muchos de nosotros, sobretodo los hombres que estuvimos involucrados en la revolución, seguíamos con esta necesidad de buscar nuestra propia identidad, hasta el momento no sabíamos cómo. Pero hubo un momento en que dos compañeros: uno de ellos Oswaldo¹, llegaron a la Fundación Puntos de Encuentro² (PE) como estudiantes egresados de la Universidad Centroamericana (UCA) y participaron de una investigación sobre el tema de la violencia, pues las

*Entrevista con Xavier Muñoz, coordinador de la Asociación de Hombres Contra la Violencia. Entrevista concedida a Adriano Beiras en visita a esta asociación, en junio de 2007, en Managua, Nicaragua.

mujeres lo estaban poniendo como tema en debate. Nosotros hasta el momento como hombres nunca pensamos que era necesario. Yo trabajaba en el Movimiento Comunal³, otros estaban en otras organizaciones, pero nadie pensó en abordar este tema. Oswaldo hizo la investigación y hubo un coloquio de medicina, yo era estudiante de medicina en ese tiempo y trabajaba con un grupo de jóvenes de la salud. Me invitaron al coloquio y ahí conocí a Oswaldo, que estaba contando los resultados de la investigación. Fue cuando él nos invitó a reunirnos y conversar sobre el tema con un grupo pequeño de hombres. Esta reunión, donde estuvimos 11 hombres, fue exactamente el 30 de julio de 1993.

ADRIANO BEIRAS – ¿Esa investigación era sobre...?

XAVIER MUÑOZ – Era una investigación sobre la violencia que recibían las mujeres, violencia doméstica. El resultado que nos sorprendió fue que los hombres éramos los principales protagonistas de la violencia hacia las mujeres. Fue la primera vez que yo escuché en mi vida que había datos estadísticos que sustentaban este resultado. Similar fue la sorpresa de mis compañeros, aunque yo había visto violencia en mi casa: mi cuñado le pegaba a mi hermana, yo no me metía, no me gustaba, pero decía “bueno, es su marido, no me voy a meter en esto”. Entonces en esta primera reunión hablamos de cómo nos sentíamos al darnos cuenta de esta situación y vimos la necesidad de seguir reuniéndonos. Nos reuníamos en Puntos de Encuentro, después en CISAS⁴, así en diferentes organizaciones donde trabajábamos nosotros. Algunas organizaciones nos prestaban locales donde trabajaban los compañeros.

Ellos prestaban el local y nosotros llegábamos y comenzábamos a hablar de lo que era la masculinidad para nosotros. Vimos la relación de la violencia con la sexualidad y el poder y ahí fuimos construyendo toda una teoría sobre el tema de la masculinidad

ADRIANO BEIRAS – ¿Cuántos eran entonces?

XAVIER MUÑOZ – La cantidad máxima que llegamos a ser en esa época fue dieciocho personas. Pasamos el primer año hablando de estos temas muy enriquecedores. Yo particularmente no había hablado nunca sobre lo que significa ser hombre. Cuando cumplimos el año, decidimos comenzar a hacer otras cosas; estábamos llegando a un momento que hablábamos y hablábamos, sin hacer ninguna acción, ya estaba aburrido. Decidimos hacer unas primeras actividades públicas, aunque todavía no teníamos un posicionamiento político sobre el tema de la violencia. Había

compañeros que tenían idea de que la violencia no era buena, pero se justificaban de alguna manera. Y luego surge la red de mujeres contra la violencia proponiendo hablar de la Ley 230, que en este momento era un proyecto de ley para que se penalizara la violencia intrafamiliar y nos invitaron a reflexionar sobre esto, a dar aportes y lo hicimos en un pequeño grupo.

Una parte del grupo comenzaba a cuestionar que era necesario hacer algo y fue más o menos en el año 95 que Rubén Reyes⁵ dice que ya no puede ser el coordinador, porque trabaja en Puntos de Encuentro. Él renuncia y entramos en un proceso de elecciones, eligiéndome a mí como coordinador del grupo.

ADRIANO BEIRAS – ¿Estás en la coordinación desde ese tiempo?

XAVIER MUÑOZ – No era la asociación todavía⁶ y éramos 18 ó 17, poquísima gente. Entonces, cuando soy nombrado coordinador, se da una serie de luchas que desarrollaban campesinos, obreros, gente de la población, por los derechos que estaban siendo violados por el gobierno de doña Violeta⁷. Estamos hablando del año 95 ó 96, entonces doña Violeta no había dado títulos de propiedad⁸, y entonces vinieron gente del campo, casi dos mil familias, e hicieron un plantón al lado de la UCA⁹, en el área del CIPRES¹⁰, que es el Centro de Investigación para el Desarrollo Rural y Social. Orlando¹¹ que era el director dice: “Ahora hay una oportunidad, hombres y mujeres luchando por su derecho, pero están en un lugar donde nosotros trabajamos y me dice, Xavier, ¿por qué no hacemos talleres de sensibilización con ellos?

Yo llevo la propuesta al grupo y muchos dijeron que no había que arriesgarse, la gente es campesina, peligrosa y nos pueden matar. Siempre teníamos la idea de que la gente campesina era más agresiva. Pero nosotros ya nos habíamos comprometido. Me tocó a mí y a dos compañeros a hacer el primer taller, entramos con mucho miedo, creímos que no iba a llegar nadie, era muy difícil con la gente del campo. Cuando entramos pensamos que iba a haber poca gente, nos dijeron que iban treinta personas, pero cuando llegamos al aula donde nos reuniríamos había 60 hombres.

ADRIANO BEIRAS – ¿Solo hombres?

XAVIER MUÑOZ – Sí.

ADRIANO BEIRAS – ¿Qué temática eligieron?

XAVIER MUÑOZ – El primer ejercicio que hicimos fue la técnica de los animales, es un ejercicio de relajación: decimos a las personas que cierren los ojos y que se imaginen un animal con el cual se identifiquen y piensen, porque se identifican con él. Y entonces, muchos de ellos decían el león, otros decían el gallo, otros el águila, todo este tipo de animales y lo relacionaban con sus características de hombre. El león porque es el rey de la selva, yo soy el rey de la casa, yo soy el que manda en la casa; el águila porque soy observador y tengo la mirada a todo; el gallo porque tengo la gallina y el gallinero es de él. Así, el que se identifiquen con los animales refleja su masculinidad y la forma en que pensábamos el ser hombre. Les encantó, era gente del campo que tenían mayor vínculo, más relación con la naturaleza, con las plantas, con los animales. Les gustaba mucho la dinámica.

Fue interesante porque en este taller, en que no habíamos hablado de violencia o sexualidad, surgieron los primeros elementos de lo que era la violencia sexual. En el proceso del taller se logró una confianza entre nosotros, y muchos comenzaron a hablar de los abusos que ejercieron y de los que ellos sufrieron en su familia. Hasta este momento no habíamos identificado que la violencia sexual era un problema también, que era más invisibilizada que la violencia física. Porque condenamos un hombre que pega a una mujer, pero si vemos un hombre que viola una mujer pasamos a justificarlo. En este momento comenzamos a darnos cuenta que a los hombres nos interesaba abusar. Algunos entonces se dieron cuenta, después de mucho tiempo, ya tarde se dieron cuenta que habían violado a mujeres, niñas y que para ellos eso era normal. Pero hablando en el taller, se dieron cuenta que era una violación. Eso nos llevó como organización a retomar el tema, porque al principio no habíamos pensado en abordar la violencia sexual, yo diría que ni lo pensamos, pues los mismos hombres fueron hablando de esto.

ADRIANO BEIRAS – ¿Tenían otros empleos?

XAVIER MUÑOZ – Yo no tenía ningún empleo, pero Orlando, por los talleres me daba en esos tiempos, ahora me acuerdo que era risible, 500 córdobas¹². Como la oficina la teníamos en la casa de un compañero, yo daba 100 córdobas para la luz, nos distribuíamos. Orlando (en el CIPRES) tenía un proyecto para capacitar a hombres y mujeres sobre género, me contrató a mí, dándome 500 córdobas. Y entonces yo hacía el trabajo con los hombres, con todo el grupo y con eso pagábamos luz y

teléfono y una parte me quedaba. Pese a que había dificultades financieras y había sacrificios de nuestra parte, tenía que trabajar pues tenía mi hijo, mi familia, pero había un compromiso y así pasaba con muchos compañeros. Ya en el año 2000 hubo un cambio, había una demanda altísima. Las mujeres del movimiento habían planteado que teníamos que incrementar las acciones, pues era poco, y hacerlo más pública. El 20 de mayo se constituye la Asociación de Hombres Contra la Violencia (AHCV) como una expresión organizada de los hombres, ya no sólo de reflexión, también es una organización que busca luchar contra la violencia.

Entonces, estas mujeres del movimiento se han encargado de hacer ver que somos una organización que lucha contra la violencia hacia las mujeres y, principalmente, trabajamos con hombres que pueden identificarse o no como agresores. Pudimos al final ver, descifrar, que todos los hombres somos violentos. No le pega a la compañera pero la ofendía, le mandaba. Comenzamos a darnos cuenta que su principal causa eran las relaciones de poder que se establecían entre nosotros los hombres hacia las mujeres y que estas relaciones de poder, que son de dominio y de control, tienen que cambiar para lograr cambiar el comportamiento violento. Pero eso no se logra de la noche a la mañana con un taller, es un proceso largo y, de hecho, hablar de las relaciones de poder necesariamente implica hablar del ejercicio de tu sexualidad, de la sexualidad de las mujeres y del control que tenemos nosotros los hombres sobre el cuerpo de las mujeres.

Entonces, ahora vemos que la ley que acaban de formular, que es el artículo de ley 603 y que penaliza el aborto terapéutico, quienes lo decidieron fueron los hombres y no las mujeres y quienes embarazan y se mueren son las mujeres, que no deciden. Este tipo de acciones que realiza el Estado, el gobierno, son las que violentan los derechos de la mujeres, son violaciones institucionalizadas. Nosotros tratamos de visibilizar que la violencia contra las mujeres no es solo un golpe, es también que yo como hombre pueda votar en favor de una ley en contra sus derechos. Por esto hemos estado trabajando durante todo este tiempo en Nicaragua, para que se reduzca la violencia contra las mujeres. Y para lograrlo, hemos planteado la necesidad de cambiar nosotros, de renunciar a estas relaciones de poder, de renunciar a este dominio y control sobre el cuerpo de las mujeres, que no es fácil. Hemos tenido reveses con compañeros, que son fundadores de la asociación, que han vuelto a maltratar sus compañeras y hemos estado ahí, viendo de qué manera tratar a estos compañeros, de

no caer en la complicidad, sino más bien de ser enérgicos con ellos, pero también de no dejarlos que se vayan.

ADRIANO BEIRAS – ¿Qué acciones realizan actualmente?

XAVIER MUÑOZ – Nuestra principal acción, que es la columna vertebral de nuestro trabajo, son los procesos educativos y de sensibilización. Trabajamos con los hombres en la construcción de género que ellos socialmente reciben y que visualicen como son contruidos para que ellos mismos decidan cambiar, si quieren cambiar, porque tampoco los vamos a obligar. Afortunadamente, la mayoría de los hombres que se han acercado a nosotros se han comprometido y están aquí organizados con nosotros; entonces cada vez que llegamos a una comunidad y hacemos un proceso de educación con los hombres, al final ellos quedan organizados en grupos.

ADRIANO BEIRAS – ¿Cómo se organizan? ¿Hace cuánto? ¿Qué tipo de público? ¿Más adultos o jóvenes? Me puede contar un poco?

XAVIER MUÑOZ – Nosotros no dirigimos con quién trabajar, ahora sí lo hemos decidido un poco más, pero al inicio llegábamos a la comunidad y convocábamos a todos los hombres que podrían llegar. Las primeras convocatorias las hacían las mujeres, no éramos nosotros. Las mujeres nos invitaban. Ellas se encargaban de ver el local, de invitar a los hombres y solo llegábamos a hablar con los hombres. En una comunidad campesina, una organización nos dijo que querían que habláramos con los hombres. Invitaron a los hombres y cuando nosotros llegamos ahí estaban 30 campesinos. Cuando lo hicimos acá en Managua, fueron jóvenes. Cuando lo quisimos hacer en la universidad con profesionales, justificaron que no les pegaban a las mujeres, que conocen los derechos de las mujeres, que no sé qué y no sé cuanto. Con los profesionales fue difícil montar un grupo, no llegó a darse.

ADRIANO BEIRAS – Entonces, ¿con los campesinos fue más fácil?

XAVIER MUÑOZ – Y si te das cuenta, el presidente de nosotros es un campesino y algunos miembros de la junta directiva también y comenzaron hace años. Humberto es uno de los más jóvenes, tiene apenas 24 años y es el presidente de la Asociación.

ADRIANO BEIRAS – ¿Quién dices?

XAVIER MUÑOZ – Humberto, él tiene más de cinco años de trabajar con nosotros. La Asociación está llena de jóvenes, no sé si te has fijado, solo los fundadores somos

más adultos, los otros son más jóvenes. Hemos sentido que hay un interés increíble de los chavales, no solamente de participar de los procesos educativos, sino también de organizarse. Por ejemplo, conformaron la Red de Jóvenes Contra la Violencia.

Cuando llegamos en grupo a una comunidad, convocamos a los hombres y les proponemos la conformación de 11 talleres a realizarse durante un año.

ADRIANO BEIRAS – ¿Y cuál es la temática de los talleres?

XAVIER MUÑOZ – Lleva una lógica, comenzamos a hablar sobre qué es o qué significa para nosotros el ser hombre. Luego qué cosa hacen las mujeres y qué cosa hacemos los hombres. En otras palabras, lo que plantea el feminismo: la triple jornada laboral de las mujeres, pero no se lo decimos así a los hombres, claro “vamos a hablar de la triple jornada de las mujeres”. Que ellos lo descubran, por sí mismos, en esto consiste la dinámica, en la comparación que ellos puedan hacer: qué hace su compañera en determinado tiempo y qué hace él mismo. Y se dan cuenta de que su compañera trabaja más que ellos, porque trabaja en la casa y tiene que ir a trabajar afuera para ganar más y mantener a la familia, mientras que ellos sólo participan de manera productiva. Ellos mismo lo dicen. Nosotros tratamos de que ellos no vayan a pensar que nos estamos ciñendo al pensamiento feminista, sino que se den cuenta del real significado del feminismo y pierdan el miedo hacia él.

ADRIANO BEIRAS – Entonces, ¿el marco teórico del programa es el feminismo?

XAVIER MUÑOZ – Tenemos como base la teoría feminista. Y lo que la teoría feminista plantea nos da a los hombres la base para cambiar nuestras vidas. Es decir, como Asociación, hemos planteado que el feminismo es una alternativa de vida para las mujeres, pero también para nosotros los hombres.

Si nosotros comenzamos a pensar, analizar y a reflexionar acerca de nuestras vidas, vamos a ver que también lo que plantea el feminismo nos es útil para que cambiemos. No es como se ha venido manifestando, que el feminismo está en contra de los hombres, sino que hemos descubierto la realidad, que el feminismo es una alternativa nueva para reivindicarnos como seres humanos. No lo decimos públicamente, porque si decimos que somos una organización pro-feminista, los hombres van a correr y no van a venir. Entonces, que ellos vengán y se den cuenta qué es el feminismo realmente y que decidan si luchan o no a la par de las mujeres.

Todas las actividades que hemos hecho: el tema del aborto terapéutico, el VIH/SIDA, la violencia de género, todos los temas que hemos venido abordando, los hombres lo han asumido y se han comprometido a luchar a la par de las mujeres. Entonces esto es satisfactorio, porque la Asociación está promoviendo un movimiento social de hombres por las reivindicaciones de las mujeres, pero también por nuestras reivindicaciones como seres humanos. En este sentido, hacemos campañas, charlas educativas con los jóvenes estudiantes de los colegios, debates en las comunidades donde participamos y campañas contra la violencia.

Fuimos la única organización de hombres que apoyó a Zoilamérica Narváez. Cuando digo organización, digo organización de hombres. Creo que has oído hablar de ella, es la hijastra de Daniel Ortega (líder del Frente Sandinista de Liberación Nacional y actual presidente) quien fue denunciado por ella en los años 90 por abuso sexual. Yo soy sandinista, desde los primeros años de mi vida, mi familia toda es sandinista, muy de izquierda como los compañeros de aquí. Pero cuando ella denuncia a Daniel Ortega, nos ponen como dos papas calientes en las manos, yo como militantes sandinista, ¿cómo hago? Le creo a mi líder, que para nosotros era una maravilla Daniel Ortega, o le creo a ella que era una mujer violentada, agredida, sin poder. Y yo estoy diciendo que voy a luchar por las mujeres. Ahí se me cruzan mis intereses políticos partidarios con el compromiso que tengo.

Entonces, en el grupo entramos en un debate. Al principio dijimos ¿será cierto lo que dice Zoilamérica, o será una maniobra de Estados Unidos para fregar a Daniel Ortega? Y al final decidimos: nos vamos con ella, porque nuestro compromiso es con las mujeres. Nosotros decimos, hay que creerles siempre. Cuando una mujer dice fue violada, decimos sí, es violada, no vamos a dudarlo. Eso me trajo consecuencias. Me expulsaron del partido, me dijeron que soy traidor, me comenzaron a perseguir políticamente, pero yo dije y mantengo: si el feminismo implica cambios, nosotros sandinistas hombres lo debemos asumir.

Luego de eso, hubo una violación por parte de un boxeador famoso, el caso de Mayorga¹³, que ganó el campeonato mundial, y en una noticia salió que invitó a una muchacha a un hotel para tomar licor y tener relaciones sexuales. Se la llevó y estando ahí, casi desnudos, la muchacha dijo que no, que no quería tener relaciones con él. Entonces la violó. ¿Cuál fue la situación? Lo dejaron libre. Él fue a pelear a Estados Unidos, dedicó la pelea a Daniel Ortega y cuando vino a Nicaragua, quedó

libre porque no encontraron justificación para condenarlo. Claro, él era boxeador y se sumó al sandinismo por Daniel Ortega y, entonces, lo dejaron libre. La muchacha quedó doblemente violada, porque fue violada por él y por la gente que la comenzó a discriminar, a agredir, nadie apoyó a la muchacha. Entonces nosotros, en estos casos, nos pronunciamos.

ADRIANO BEIRAS – Me he quedado con la curiosidad. Cuando ocurren historias como estas, en los talleres, ¿cómo se trabaja? Me podrías contar...

XAVIER MUÑOZ – En el proceso que te comenté, tenemos un taller específico sobre la sexualidad. En este taller abordamos, por ejemplo, su primera experiencia sexual, porque todo tiene que ver con el aprendizaje, sobre cómo interpretamos el código que nos da la sociedad para ejercer nuestra sexualidad. La mayoría ha dicho que su primera experiencia sexual la ha tenido con trabajadoras sexuales. Muchos de ellos nos contaban que el papá, un tío, un amigo pagaba a la mujer para que se acostara con él. ¿Qué hacían? Muchas veces negociaba con la mujer, decía que no quiero, que no me siento bien y la mujer salía diciendo “él ya es hombre”. Pero a lo mejor no había tenido relación sexual.

ADRIANO BEIRAS – ¿Y ellos así lo cuentan?

XAVIER MUÑOZ – Llegan a contar. Algunos de ellos dicen que “ni siquiera se me paró”, que no pudieron ponerse erectos porque se morían de miedo.

ADRIANO BEIRAS – ¿Y cómo hacen para que ellos cuenten?

XAVIER MUÑOZ – Hacemos una técnica de relajamiento. Caminan, respiran, oyen su cuerpo, después hacemos que se acuesten y comienzan a imaginar, a recordar situaciones y hacemos que hagan un regreso a la primera experiencia sexual que tuvieron. Pero cuando decimos primera experiencia sexual, no decimos la relación sexual que tuviste con otra persona, con penetración, sino lo que ellos entienden por relación sexual. Muchos de ellos entienden que es masturbación, otros entienden que es la relación con una trabajadora sexual, con su primera novia, con el primer juego que tuvieron con un varoncito, que se comenzaron a tocar y empezaron a tener sueños mojados. O sea, son diferentes maneras de comprender su experiencia. Entonces hacemos que comprendan esto y en este ejercicio les decimos que piensen en una persona que quieren mucho, que no está con ellos, pero que les tiendan la

mano y que esta persona está para ayudarle a salir si esta experiencia ha sido muy dañina.

La mayoría de los hombres dicen que la primera experiencia sexual ha sido totalmente desastrosa para ellos, con muchísimos miedos, temores, mucha presión social y no logran tener placer como lo hubiesen deseado. Es muy traumática en la mayoría de los casos. Incluso cuando es masturbación, lo tratan de hacer de manera escondida y pidiendo a dios perdón, porque les han dicho que es pecado. Les han dicho que los que se masturban demasiado les crecerán pelos en la mano y, entonces, vemos las manos en el taller para fregarlos y causar un poco de risa en estas cosas traumáticas. Es bien interesante.

Un muchacho nos contó que él no conocía las partes íntimas de la mujer, entonces él puso un día un arma en la cabeza de una niña, de una sobrina de él, y le pidió que se desnudara para conocer los genitales de las mujeres. El muchacho que nos estaba contando se pone a llorar, dice: “ahora me di cuenta que yo violé a mi sobrina. La violencia no es solo penetración, sino que abusé de ella al desnudarla”, y él solo decía: “me imagino cómo se sintió mi sobrina cuando le puse la pistola para que...”. En ese tiempo él tenía 25 años y dice que durante años vivió con esta situación. Él se sentía mal, no había tenido relación con ninguna mujer, decía que “yo no he hecho mi familia, porque había sentido que lo que hice con mi sobrina no fue bueno. Ahora que ustedes me dan este taller es que me doy cuenta, por qué yo violé a esta niña”. Cosas así terribles. El hecho que nosotros como hombres somos agresores, somos violentos, pero el costo que pagamos es caro también. Y entonces, nosotros cuando hablamos con los hombres les pedimos que se sinceren lo más que puedan. Y muchos no lo logran.

ADRIANO BEIRAS – ¿De los que están participando?

XAVIER MUÑOZ – Cada quién lleva su ritmo y nosotros como organización respetamos si quiere hacer el cambio, pero si no, tiene toda la libertad. Pero por lo menos, a él le quedó la idea, que sabe lo que es violencia y que esta se expresa no sólo con el golpe, sino también de manera sexual y psicológica. Tratamos de que cada tema vaya enlazado al tema de la violencia y sus diferentes formas de expresión. Por ejemplo, hablamos de la identidad de género y hablamos de cómo nosotros los hombres aprendemos a dominar el cuerpo de la mujer de manera tal que si nos

casamos, no preguntamos a la mujer si desean tener relaciones, sino que la forzamos, y ahora comprendemos que eso es violación. Aún si somos casados ella tiene el derecho a decir no.

ADRIANO BEIRAS – ¿Hay hombres que no lo aceptan? Que tienen dificultad de aceptarlo, que dicen que no es así.

XAVIER MUÑOZ – Lo bonito de esto es la metodología de educación popular que usamos. Cada uno dice lo que piensa. Muchos de ellos dicen “no, eso no es cierto. Hasta dios nos ha dado la autorización de que la mujer tiene que servirle al hombre, también en la cama”. Así nos dicen.

ADRIANO BEIRAS – La formación, la manera de trabajar del grupo ¿Viene de Puntos, de Cantera, o de dónde? Ahí en Cantera me han contado que trabajan con educación popular...

XAVIER MUÑOZ – La historia nuestra es medio complicada. La Asociación se fundó en el año 2000, pero en los años 90 éramos un grupo. Uno era Patricio¹⁴ que trabajaba en Cantera, otro del CIPRES, otro compañero de Puntos, otro de CISAS. Es una mezcla de todo esto. El grupo se venía construyendo con nuestro propio trabajo como hombres. También venían sumándose las experiencias de estas instituciones. Por ejemplo, nos invitaron a un taller de masculinidad en Cantera, que lo hicieron con el grupo de hombres de Managua, es decir, todos nosotros éramos los que estábamos en el taller, compartimos el conocimiento y Cantera puso la metodología. Entonces, de todo eso salió una metodología de trabajo con hombres. El vínculo que se logra establecer lo hacen a partir de la experiencia nuestra. Creo que eso ha sido lo bonito de la Asociación, que ha logrado incorporar todas las experiencias y hacer una.

ADRIANO BEIRAS – Eso me hace pensar un rato respecto a la formación... ¿Cuál es la formación suya y también de los otros facilitadores? ¿Cómo crees que deben ser, cuáles deberían ser sus habilidades?

XAVIER MUÑOZ – Lo primero que debe haber, y eso lo tenemos muy claro, es que no se puede ser facilitador de este proceso, si no ha pasado su propia vida por esos cambios. No puedo hablar a los hombres que no peguen a sus mujeres si le estoy pegando a la mía, nos les puedo hablar que sean responsables con sus hijas e hijos,

si estoy siendo irresponsable con los míos. El primer elemento que debe necesitar un facilitador de estos procesos es que tiene que aplicar lo que él pregona, el discurso que él da a conocer, debe practicarlo, porque, además, los hombres te lo cuestionan. O sea, a mí me han dicho los hombres: “me dices que yo cambie y vos, ¿qué estás haciendo en tu casa?” Así me lo han dicho. Uno de ellos me dijo: “mira, lo que pasa es que ustedes son mojigatos”.¹⁵

Es menos complicado facilitar con mujeres porque las mujeres te creen, las mujeres confían, pero cuando son hombres, ellos desconfían de todo el mundo. Es porque así nos han criado. Entonces ellos te cuestionan, te hacen preguntas personales: “ah sí, vos hablás de la responsabilidad paterna, ¿pero vos tenés hijos?”. Te cuestionan, que si tienes hijo para hablar de él. Por eso, nosotros debemos tener en mente que no podemos ser políticos comunes y corrientes, como los que existen muchísimo que hablan, hablan y a la hora de la hora hacen lo contrario.

El otro aspecto que me parece a mí importante y que la metodología lo plantea, es que los hombres no somos dueños del conocimiento, que soy el maestro del tema, tengo maestría y doctorado en este tema, porque cuando llegas y hablás con los hombres, no te sirve de nada. Con los hombres, ni el doctorado te sirve. Si vos llegas con la cara de un intelectual a hablar con ellos, se establece una barrera y estos hombres te rechazan, pero si llegas y ganás su confianza y valorás lo que ellos dicen, entonces ellos se meten al ruedo y comienzan a decirte cosas, preguntarte y a contarte las experiencias de ellos y así enriqueces tu conocimiento.

Entonces el facilitador debe ser así. Cuando me toca salir de Nicaragua a Perú, Bolivia, Ecuador, nos entrevistan y nos dicen “expertos”, y decimos que no, porque aquí los expertos somos todos. Porque todos los hombres, independiente de que si fueron o no a la universidad, saben que hay relaciones conflictivas entre él y su compañera y, si puede él comenzar a hablar sobre eso, él va a poder dar muchos elementos para poder trabajarlo.

Estas son cosas que las hemos aprendido, no la hemos leído en un libro, sino en la vida práctica lo hemos visto, en nuestro vínculo con la gente. Hay muchas organizaciones más en Latinoamérica, en el sur fundamentalmente, que están trabajando con los hombres, pero lo hacen desde la parte intelectual. Es decir, hacen investigaciones y es bueno, pero lo más rico sería si hubiera investigaciones que ayuden a acercarnos más a la realidad de la gente.

Por ejemplo, cuando hablamos del aborto terapéutico. Muchos hombres creyeron lo que decía la iglesia, que “abortar es matar”. Entonces, nosotros hicimos un primer taller sobre el tema, les explicamos lo que era el aborto terapéutico, y para eso leímos libros de medicina. Tuvimos que prepararnos para llegar a hablar con ellos y explicarles qué cosa era el aborto terapéutico, leer leyes, muchas cosas que las mujeres han investigado y comenzamos a vincular la parte intelectual con la parte práctica. Este es el papel del facilitador: si vincula la parte intelectual con la práctica, va a hacer un taller excelente y los hombres se van encantados. Nos ha pasado mucho, por ejemplo cuando hablamos de homofobia: nosotros presentamos los conceptos sobre homofobia que están en los libros y después hacemos el ejercicio práctico y, al final, ellos llevan una idea de lo que es la homofobia y lo que significa en su vida y se van contentos. Esto es importante, la metodología en educación popular nos ayuda en esto, porque hacemos que los hombres trabajen desde su propia vida, su propia realidad. Y si ya la ven como realmente es, entonces ellos se darán cuenta que pueden cambiar. El facilitador debe facilitar este proceso y no imponerlo u obligarlo. Si un hombre en un momento dado dice que no, pues no. Por ahí me parece a mí que es el papel de nuestra facilitación.

ADRIANO BEIRAS – ¿Tienes una carrera?

XAVIER MUÑOZ – Llegué a quinto año de medicina y ahora estudio sociología. Hubo una contradicción en mi vida, porque realmente... Mi deseo era ser médico durante el período de la revolución, pero al final no culminé la carrera, me faltó un año y después entre a sociología y eso es lo que estoy estudiando. Ejercí más como maestro de ciencias sociales.

ADRIANO BEIRAS – Sobre el tema de violencia sexual. No hay en Nicaragua grupos específicamente de hombres agresores, ni que sean, por ejemplo, enviados por la justicia, ni una manera de hacer una penalidad. En Brasil hay una recomendación sobre estos programas. Acá hay muchos programas para la prevención pero no hay programas específicos. ¿Qué piensas sobre esto? ¿Y qué piensas con relación al futuro de la asociación?

XAVIER MUÑOZ – Nosotros tenemos un proyecto cuyo nombre es bien largo.

ADRIANO BEIRAS – ¡Todos son muy largos!

XAVIER MUÑOZ – “Hombres con problemas de relaciones de poder con su pareja”. Iniciamos un grupo de reflexión con hombres maltratadores de diferentes partes de Managua. Sin embargo, ¿Cuál era el problema? Los hombres nos buscan cuando están en crisis, cuando están en conflicto con su compañera, estando en un proceso legal: “ayúdame, quiero cambiar, quiero mejorar”.

ADRIANO BEIRAS – Entonces, hay una demanda...

XAVIER MUÑOZ – Pero como grupo no se pudo mantener. ¿Cuál ha sido el problema? Uno, la distancia, dos la motivación: los hombres cuando están en crisis buscan ayuda, cuando la resuelven, porque la mujer ya perdonó o retiró la denuncia, ellos no vuelven. Acaba de salir un estudio de un psicólogo cubano que vive en Nicaragua sobre cuáles son los proyectos o las propuestas para trabajar el tema de la violencia con hombres agresores.

Por otro lado, nosotros tenemos una propuesta para que se vaya vinculando la parte psicológica con la parte educativa. Para nosotros, el problema de la violencia no es psicológico, porque si lo fuera no podríamos cambiar nuestro comportamiento. Sin embargo, hay muchas experiencias en el campo de la psicología de atención a hombres que han sido maltratadores y que han logrado hacer cambios, entonces no podemos negar que también resulta válida la parte terapéutica. Por ejemplo, una de las propuestas son los grupos de autoayuda. Lo que nosotros hicimos es que en lugar de autoayuda sean grupos de reflexión y que ahí mismo se logre la solidaridad, el acompañamiento entre los hombres. Porque decimos, un hombre es maltratador, pero comienza en este proceso y se da cuenta que la violencia que él ejerce no es nada buena ni para él ni para ella. Pero él está en medio, en dónde los mensajes que están llegando dicen que él puede pegarle a la mujer, porque es su dueño, amo y señor. Y este grupo de hombres que piensa diferente puede estar apoyando a este señor para que lo enfrente y de esta manera ayudarlo.

Pero se trata de no verlo como una enfermedad, porque no lo es. No es como alguien que está con problemas mentales y que con una pastilla lo quieren calmar. Por eso nosotros no creemos que la violencia vaya a resolverse con psicólogos. No es este nuestro planteamiento. Para nosotros es comenzar a cuestionar la construcción social que los hombres tenemos y cambiarla, lograr de que los hombres podamos ver el mundo de una manera diferente, no como superiores.

Una de las cosas que propone el proyecto es no etiquetarnos. Un hombre que se ve señalado como maltratador, es difícil que cambie. Nosotros no creemos que los hombres tienen que llegar a estos grupos por medio de la ley, esto no resulta. Nosotros fuimos a San Francisco (California) y conocimos una experiencia de México.

ADRIANO BEIRAS – En San Francisco, ¿con quiénes?

XAVIER MUÑOZ – La experiencia se llamaba Vida sin Violencia, algo así. Vimos ahí a los hombres que llegaban y pagaban por estar en estos programas, porque allí pueden pagar. Aquí si decimos que paguen, no llega nadie. La idea nuestra es que los hombres no vengan a la fuerza, porque si no, no van a cambiar fácilmente, podrá resultar con algunos, pero no con la efectividad que queremos. Entonces, el programa que planteamos no es obligatorio, debe prevalecer la voluntariedad de los hombres y, además, su disposición para querer cambiar su vida.

Los que se nos han acercado, que son agresores, dicen: “yo quiero cambiar, soy violento, pero no sé qué hacer para cambiar”. Hablamos con ellos y cambian su manera de ver las cosas. Vino uno que quería pedir la tutela de su hijo, porque la mujer no quería dejarlo ver. Y cuando nos dimos cuenta, él participó en muchos talleres, ya estaba siendo amigo de la compañera y resolvió su situación sin ir al juzgado.

ADRIANO BEIRAS – ¿De dónde viene el financiamiento de la Asociación?

XAVIER MUÑOZ – De Inglaterra, de Irlanda, de Canadá, de Noruega. Nosotros somos ayudados por Oxfam Canadá, Ayuda Popular Noruega, Trocaire de Irlanda y Cristian AID de Inglaterra, Forum Syd, Diakonia y Servicio Cooperativo Sueco de Suecia; también tenemos el apoyo del Ayuntamiento de Andalucía a través de Ayuda en Acción. Y ayudas que nos dan algunas agencias, pero en forma mínima.

ADRIANO BEIRAS – ¿Qué mensaje final nos puedes dar?

XAVIER MUÑOZ – Tenemos plena confianza de que los hombres sí tenemos capacidad de cambio. Sé que hay muchas dudas de que los hombres podamos cambiar nuestras actitudes violentas, pero yo creo que los hombres sí estamos en capacidad para hacerlo. Lo que faltan son condiciones para ir logrando estos cambios, pero que poco a poco van a ir dándose. También me gustaría alertar que hay hombres que pueden apoderarse de los discursos, que están hablando de “los derechos de las mujeres”, pero que en la práctica hacen lo contrario.

Estuvimos en un taller sobre derecho sexual y reproductivo y había un hombre del extranjero como facilitador, experto en los derechos sexuales y reproductivos de las mujeres. En ese momento se estaba tocando el tema del aborto terapéutico, entonces los muchachos de la Asociación quisieron introducir el tema a debate, pero el facilitador dijo: “este no es un tema de debate, yo soy cristiano y va contra mis principios”. Está ganando un salario que acá nadie gana en Nicaragua, lo traen hasta el país y a la hora de hablar sobre este tema, que es uno de los derechos de las mujeres, se niega a abordarlo por ser cristiano, entonces, ¿en qué país estamos? Cómo es eso que muchos hombres se la dan de grandes consultores y expertos y profesionales de gran categoría, ganando jugosos salarios, pero en la práctica no hacen lo que deben hacer.

El tema de la masculinidad puede ponerse de moda. Muchos hombres pueden hablar de la masculinidad, pero al final no están haciendo mucho. En Nicaragua estamos muy alertas con esto, pensamos que es una responsabilidad de nosotros. Es difícil trabajar entre hombres, es una cosa que hay que elaborarla, hay una relación de poder entre nosotros bien difícil. No nos escapamos, hay juegos de relaciones que hemos tratado de ir las midiendo y revisar. A los jóvenes aquí, muchos facilitadores los tratan como si no supieran nada.

Los jóvenes tienen cargos de dirección también, estamos cambiando lo que tradicionalmente se ha venido manifestando respecto a relaciones de poder. No solo cuestionamos las relaciones de poder entre hombres y mujeres, sino también las relaciones entre adultos y jóvenes, porque hay que cambiar las cosas, no podemos seguir así manteniendo la idea que los adultos somos los que gobernamos y mandamos siempre. También hay homosexuales en la junta directiva. Al principio se había planteado que los homosexuales no podrían tener cara pública en la Asociación. Es decir, ¿ver a un muchacho homosexual hablando en nombre de la Asociación!. Muchos hombres decían “no, cómo es posible, van a creer que somos cochones”. Ahora rompimos con esto. Estamos, así mismo, abordando el tema de la homofobia, entonces, no podemos ser una institución homofóbica.

ADRIANO BEIRAS – Gracias.

COMPLEMENTOS AÑADIDOS POSTERIORMENTE POR EL ENTREVISTADO

RECUADRO 1

Un proceso de compromisos prácticos

La Asociación de Hombres Contra la Violencia (AHCV) cuenta con un sistema de monitoreo de su proceso educativo. Lo primero que se le pide a un hombre que quiere participar, es el compromiso de asistir a los once talleres. Se les explica que se hace un perfil de entrada a través de una serie de preguntas sobre la violencia, el ser hombre, las relaciones con las mujeres. Al final de los talleres, volvemos a aplicar el mismo perfil para valorar los cambios en cuanto a conocimientos.

Sobre las cuestiones prácticas, cambios de actitudes y comportamientos, se pide a los participantes, al final de cada taller, que asuman compromisos de cambios y en el siguiente taller valoran cómo les fue, cuáles son los elementos facilitadores, cuáles perjudican sus procesos, además de darles un seguimiento. Se trata que identifiquen salidas a sus problemas.

También se realizan evaluaciones a los facilitadores, acerca de cómo van en los procesos con los grupos. Se toman en cuenta elementos como las relaciones de poder y su cuestionamiento.

RECUADRO 2

Situaciones que ayudan a reflexionar

En el proceso de sensibilización que la Asociación de Hombres Contra la Violencia realiza con hombres, se identifican muchos testimonios. Un compañero exponía que cuando llegó a casa se dispuso a cumplir su compromiso de lavar los platos de la cocina. Cuando llegó su compañera, esta se paró frente a él, lo quedó viendo y comenzó a llorar. Él creyó que estaba alegre y le preguntó: ¿qué pasó amor, qué tienes?. Ella respondió: “hasta esto me quitaste”. Para la mujer, él le había quitado todo, nunca le había dejado hacer nada y lo único que le había quedado se lo quitó. El tema fue toda una discusión. Se reflexionaba: ella tiene razón y él tiene que revisar los espacios que ella ha tenido y hablar con ella. No decir “ahora soy un buen hombre”, sino hablar con ella y negociar. Explicar que ahora va a responsabilizarse más y lavará los platos y preguntar si le parece, o qué desca hacer.

A veces las mujeres aparecen como las principales facilitadoras del proceso de los hombres y en, algunos momentos, aparecen como las principales obstaculizadoras. Se valora por qué se da esta situación, los hombres hacen los análisis en cada taller y ven las perspectivas de cambio.

NOTAS

¹ Oswaldo Montoya: Psicólogo, actualmente aborda el tema de violencia desde la organización internacional Save the Children.

² Puntos de Encuentro: Organización feminista y de promoción de los derechos sexuales de la mujer y la juventud en Nicaragua.

³ Movimiento Comunal Nicaragüense (MCN): Organización comunitaria cuyos orígenes se remontan al año 1977 como parte de un movimiento ciudadano de Defensa Civil de la población, durante la guerra de insurrección popular.

⁴ CISAS: Centro de Información y Servicios en Salud. ONG nicaragüense, promotora de derechos a la salud, incluyendo salud sexual y reproductiva.

⁵ Había sido seleccionado como Coordinador del Grupo de Hombres Contra la Violencia.

⁶ Se conformó como Grupo de Hombres Contra la Violencia, sin figura jurídica de organización.

⁷ Violeta Barrios: Fue presidenta de la República en el periodo de 1990 a 1996. Llegó al poder por el voto popular derrotando al candidato oficialista de la izquierda.

⁸ La entrega de títulos de propiedad a campesinos, desmovilizados del ejército sandinista y del ejército irregular de la contra revolución denominado Resistencia Nicaragüense fue un compromiso de campaña y compromiso político del gobierno durante el periodo de transición del gobierno revolucionario al nuevo gobierno de corte neoliberal.

⁹ UCA: Universidad de Centroamérica

¹⁰ Las instalaciones del CIPRES se sitúan a unos 500 metros de la UCA. Fueron los puntos de concentración de campesinos del norte del país que llegaron a Managua, ciudad capital para demandar el cumplimiento de la entrega de títulos de propiedad.

¹¹ Orlando Núñez: Director del CIPRES y actual funcionario de gobierno.

¹² 500 Córdobas en la actualidad equivale a unos 25 dólares.

¹³ Ricardo Mayorga: Excampeón mundial de boxeo.

¹⁴ Patricio Welsh: Consultor independiente, formó parte del equipo de CANTERA.

¹⁵ Mojigato: Vocablo popular que se refiere a las personas aparentemente apacibles, calmadas, que aparentan ser buenas personas, pero que silenciosamente actúan con violencia, maldad o hipocresía.

SERVIÇOS DE ATENDIMENTO A HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA LATINO AMERICANOS: LIMITES E POSSIBILIDADES

MARIA JURACY FILGUEIRAS TONELI, ADRIANO BEIRAS, DANILO DE ASSIS CLÍMACO,
MARA COELHO DE SOUZA LAGO

Quais são as aprendizagens permitidas por essas diferentes experiências de atenção a homens, especialmente aqueles autores de violência? Quais são os caminhos que essas intervenções pioneiras nos apontam? A leitura das entrevistas evidencia uma ampla e densa lista de fatores que incidem sobre essas classes de serviços, seja permitindo sua emergência, seu desenvolvimento e expansão, seja impondo-lhes recortes, limites e mesmo impossibilitando o seu prosseguimento. Uma análise que abarcasse simultaneamente a particularidade e a profundidade de cada experiência tomaria uma extensão superior à que aqui nos permitimos. Assim, antes de pensar este último capítulo como conclusivo, optamos por concebê-lo como um convite à reflexão, no qual apresentamos os aspectos que nos parecem fundamentais para se pensar programas ou serviços de atenção a homens, especialmente os autores de violência contra a mulher. Buscamos, antes, abrir a tarefa de reflexão a sistematizá-la, com a intenção de provocar a leitora e o leitor a que retorne às entrevistas e amplie ou discuta o aqui exposto.

Com este objetivo, abrimos duas linhas de análise, a primeira focada sobre a operacionalidade dos programas, a saber, o caráter das instituições que os albergam, o número, a profissão e a formação dos facilitadores, o financiamento, as avaliações e o público alvo. A segunda linha refere-se à experiência dos serviços, seus objetivos, sua relação com os aspectos metodológicos, bem como os avanços e as dificuldades encontradas na sua implementação e desenvolvimento.

Faz-se necessário, ainda, relembrar uma diferenciação clara a respeito da população alvo destes programas, sendo que alguns se referem diretamente a homens autores de violência enquanto outros a uma população mais ampla, sejam homens, mulheres e/ou crianças. Optamos, assim, por separar os programas visitados em dois grupos:

1. Os que atendem a homens autores de violência e centram sua intervenção sobre essa ação. Estes grupos, em geral, definem-se como reeducativos ou psico-educativos. Podem ou não pertencer a instituições que oferecem programas a mulheres e crianças ou estarem associados a outras instituições que o façam.
2. Os que atendem a homens que são ou não são autores de violência, mas que centram sua intervenção sobre outros aspectos relacionados à vivência de gênero ou das masculinidades. A maioria destes grupos se define como de sensibilização ou reflexivos.

No primeiro grupo encontram-se todos os programas pesquisados que adotam ou provêm do modelo CORIAC: 1) no México: MHORESVI, Hombres por la Equidad, Corazonar, Salud y Género; 2) no Peru: Programa Hombres Renunciando a Su Violencia (tanto em Lima como em Piura); 3) em Honduras: Grupos de homens autores de violência do programa governamental da Secretaria de Saúde Mental de Honduras; 4) na Argentina: todas as intervenções visitadas, desenvolvidas pelas psicólogas Marta Luccioni, Eva Giberti, Isabel Boschi e pelo psicólogo Jorge Corsi, assim como o programa de Córdoba; 5) no Brasil: o Instituto NOOS e o NAV. Estes programas centram-se em atividades reeducativas e reflexivas e, por vezes, terapêuticas (e, exclusivamente no caso do NAV, também analítica), com um período determinado de encontros, atuando com homens enviados pela justiça ou que se apresentam espontaneamente.

No segundo grupo, encontram-se os programas desenvolvidos pelas seguintes instituições: Masculinidad y Políticas Públicas (México), Asociación de Hombres contra la Violencia en Managua (Nicarágua), Fundación Puntos de Encuentro, Cantera/Centro de Educación y Comunicación Popular e Save The Children (Nicarágua). Estes programas têm também um caráter mais preventivo, com oficinas de reflexão, capacitações de multiplicadores, trabalhos com homens e mulheres, jovens e intervenções midiáticas. É um trabalho mais amplo, com um público mais variado e atividades mais diversificadas.

Na sequência, apresentamos uma tabela listando os programas visitados:

País	Instituição	Pessoas entrevistadas
Brasil (Rio de Janeiro)	NAV (Núcleo de Atenção à Violência)	Simone Gryner (psicanalista e coordenadora)
Brasil (Rio de Janeiro)	NOOS (Instituto de Pesquisas Sistêmicas e Desenvolvimento de Redes Sociais)	Carlos Zuma (psicólogo sistêmico e coordenador)
México (Xapala e Querétano)	Salud y Género	Benno de Keijzer (coordenador) / Manuel Fuentes Pangtay, <i>Cuauhtli</i> (facilitador)
México (Iztapalapa, DF)	Masculinidades y Políticas AC	Jaime Javier (coordenador)/ Ernesto (facilitador)
México (Ciudad del México)	ex-CORIAC e atual Hombres por la equidad. Centro de intervención con hombres, e investigación sobre género y masculinidades	Roberto Garda (economista, coordenador de Hombres por la equidad, ex-integrante do CORIAC)
México (Ciudad del México)	Ex-CORIAC e atual CORAZONAR	Francisco Eduardo Cervantes Islas (Paco Cervantes) (psicólogo, coordenador do CORAZONAR, ex-integrante do CORIAC)
México (Ciudad del México)	Ex-CORIAC MHORESVI – Movimento de Homens Renunciando a sua Violência	Ángel (ex-facilitador do CORIAC, ex-usuário, integrante do MHORESVI)
Argentina (Buenos Aires)	Fundación Isabel Boschi – FIB	Isabel Boshi (presidenta)
Argentina (Buenos Aires)	Grupo Psicoeducativo de la Conducta Violencia / Centro Integral de Salud Psicológica Masculina	Marta Lucioni (psicóloga, doutora em violência familiar, coordenadora e facilitadora)
Argentina (Buenos Aires)	Instituto de Capacitación en Violencia Familiar / Especialización em Violência Familiar na Universidad de Buenos Aires	Jorge Corsi (Professor, pós-graduado em violência familiar e facilitador)
Argentina (Buenos Aires)	Programa Provincial de Asistencia a Víctimas de Violencia Familiar. Ministerio de Acción Social.	Emma García (psicóloga e docente investigadora del Programa de estudios de Mujer y género del Centro de filosofía y Humanidades de la Universidad)
Peru (Lima)	Programa Hombres que Renuncian a Su Violencia (PHRSV)	Miguel Ramos Padilla (coordenador) / Christian Eloy Guzmán e Orlando Pardo (facilitadores) e quatro ex-usuários do programa que haviam cumprido todas as suas fases: Ángel Mío, Bani Set, Christian Eloy Guzmán e Orlando Pardo

Peru (Lima)	Clínica del Hombre, do Instituto Peruano de Paternidad Responsable	Stuart Oblitas (psicólogo)
Peru (Piura)	Programa Hombres que Renuncian a Su Violencia (PHRSV)/Instituição Eclesiástica Diaconía para la Paz	Victor Dominguez (coordenador do PHRSV) / July Chávez (responsável pelo projeto "Atención a las Mujeres Afectadas por Violencia Familiar y Sexual")
Honduras (Tegucigalpa)	Programa GovernamentalSecretaría de Salud Mental	Manuel Emilio Carrasco (médico e chefe do Programa Atención al Hombre de la Secretaría de Salud de Honduras)
Honduras (Tegucigalpa)	Programa GovernamentalSecretaría de Salud Mental	Reinaldo Moncada (médico e chefe do Programa Nacional de Salud Mental)
Honduras(Tegucigalpa)	Programa GovernamentalSecretaría de Salud Mental	Edmundo Perez (assistente social e facilitador de grupos de homens autores de violência)
Honduras(Tegucigalpa)	Programa GovernamentalSecretaría de Salud Mental	Marcos Antonio Moreno Garcia (assistente social e conselheiro familiar, facilitador de grupos de homens autores de violência)
Nicarágua (Manágua)	Save the Children	Oswaldo Montoya (coordenador do Programa Protección contra la Violencia y Abuso Sexual)
Nicarágua (Manágua)	AHCV – Asociación de Hombres contra la Violencia	Xavier Muñoz (integrante do AHCV, um dos fundadores)
Nicarágua (Manágua)	Cantera – Centro de Comunicación	Juan Carlos Arce Campos (advogado da Associação e responsável pela organização dos relatos das capacitações)
Nicarágua (Manágua)	Fundación Puntos de Encuentro	Douglas Mendoza Urrutia (cientista social, administrador, trabalhador comunitário e coordenador no Programa Oficial da Equipe de capacitação e alianças (LiderArte em Manágua/Nicarágua)

OPERACIONALIDADE

CARÁTER DAS INSTITUIÇÕES QUE ALBERGAM OS PROGRAMAS

Os programas se encontram, em sua grande maioria, no seio de organizações não governamentais, havendo cinco exceções: no Peru, os PHRSV, sendo que o de Lima é abrigado por uma unidade de pesquisa de uma universidade (Unidad de

Salud Sexual y Reproductiva) e o de Piura, que funciona dentro de uma organização eclesial ligada à arquidiocese da cidade; os dois grupos de Homens Autores de Violência, do Programa Governamental da Secretaría de Salud Mental de Honduras; e o Programa Provincial de Asistencia a Víctimas de Violencia Familiar, pertencente ao governo da *Provincia* de Córdoba, Argentina.

Nesse sentido, chama a atenção o fato das iniciativas provirem majoritariamente da sociedade civil, o que mostra, por um lado, o amadurecimento das organizações sociais e a consequente diversidade de estratégias direcionadas ao fim da violência contra a mulher. Por outro, percebe-se a ausência de renovação e compromisso dos governos latino-americanos que não incluem em suas políticas, seja na área da saúde ou da segurança pública, esse tipo de atendimento.

FINANCIAMENTO

A maioria dos programas sustenta suas atividades por meio de financiamentos oriundos de agências internacionais de cooperação. Um grupo, também importante, recebe ajuda governamental: os que se desenvolvem dentro de instituições governamentais recebem todo seu apoio dos governos; outros, os realizados pelo NAV e pelo NOOS no Rio de Janeiro, ou o Corazonar e o Salud y Género mexicano, recebem financiamento tanto por parte do Estado como por parte de agências internacionais. A instituição eclesial Diaconía, responsável pelo PHRSV em Piura, arca com todos os custos do PHRSV.

É importante lembrar que quase todos os programas cobram alguma taxa dos homens usuários.¹ Quando ocorre que um usuário não pode contribuir com nenhuma quantia ao serviço, ele pode seguir frequentando-o sempre, desde que esteja comprometido com a não violência. De qualquer maneira, essas taxas são mínimas e cobrem uma parte quase irrelevante dos gastos dos programas.

É de grande importância lembrar que os financiamentos obtidos pelos programas, seja por parte de agências internacionais ou de instituições governamentais, são reduzidos e todos eles afirmam ter sérias dificuldades para seu prosseguimento e, ainda mais, para sua expansão. Sendo assim, ainda que a violência contra a mulher seja hoje reconhecida como um problema de saúde pública, o trabalho de reeducação ou reabilitação não adquiriu um *status* de importância que garanta um financiamento específico e continuado.

Nota-se ainda uma visão prioritariamente curativa nas ações contra a violência de gênero e intensa criminalização dos sujeitos autores de violência mediante as novas leis específicas em cada país. Faz-se importante enfatizar que o trabalho conjunto com as mulheres vitimizadas e com os autores de violência deve ser valorizado como uma medida mais eficaz e completa, atuando em todas as direções para a prevenção e eliminação da violência. Esse aspecto ainda recebe bastante resistência de governos e movimento feminista por ver a questão como uma maneira de dar atenção a homens e não às mulheres ou de disputa de financiamentos. Parece haver aí uma lógica errônea que não contempla o fato de que se estamos trabalhando com os homens, estamos trabalhando para as mulheres, como medida mais eficaz e completa, de modo a entender a complexidade da questão e abarcando de forma mais ampla, ao levar em conta todos os autores envolvidos. Considerando a debilidade do sistema penal de muitos desses países, a não atenção a estes aspectos acaba por não eliminar efetivamente a violência, pois os homens autores de violência acabam voltando a realizar maltratos com outras parceiras.

POPULAÇÃO ALVO DO PROGRAMA

Dentre os programas de atenção a homens que cometem violência, a grande maioria atende apenas homens. Constituem-se exceções os modelos do NAV e do NOOS brasileiros, que incluem também terapia familiar; os programas hondurenhos, que atendem também a mulheres; e a Fundação Isabel Boschi que ocasionalmente realiza também terapia a familiares dos homens. O Salud y Género do México e Masculinidades y Políticas A.C. têm outros programas não diretamente relacionados ao de atenção a homens que cometem agressão, e que são direcionados também a mulheres e jovens. A maioria dos programas, no entanto, acredita na importância de que as mulheres vítimas de violência façam parte de um grupo de apoio. Assim, os grupos derivados do CORIAC mexicano, o PHRSV de Piura e os dois grupos de Honduras têm contatos com outras instituições que realizam grupos de mulheres, para as quais encaminham as companheiras de seus usuários. Contudo, em nenhum desses casos há um vínculo de trabalho entre os grupos para as mulheres e os para os homens.

Com relação aos programas que não se centram primordialmente sobre a violência (na Nicarágua, por exemplo), todos trabalham com homens e mulheres.

Em geral, suas oficinas ou workshops iniciais são separados, sendo os últimos mistos, onde homens e mulheres compartilham o que haveriam aprendido nas oficinas anteriores. Nessa perspectiva, supõe-se que um primeiro momento entre indivíduos do mesmo sexo facilita o intercâmbio de vivências.

Essa preferência majoritária pelo trabalho em grupos exclusivos de homens, explica-se pela concepção de que em espaços monogênicos surge um ambiente de cumplicidade entre os homens, onde a socialização comum segundo modelos de masculinidade hegemônica permite um aprofundamento de questões que a presença de mulheres viria dificultar. No mesmo sentido, as diferentes vivências em torno da masculinidade hegemônica permitem a troca de experiências e a possibilidade de resignificação e emergência de novas masculinidades. Entretanto, o trabalho com mulheres é sempre ressaltado como importante, seja em intervenções grupais paralelas, seja em encontros mistos ocasionais, uma vez que a experiência da violência é concebida como sendo relacional.

FACILITADORES/AS

Há uma certa preponderância de profissionais “da área psi” em alguns programas. Os dois do Rio de Janeiro, NAV e NOOS, têm apenas psicólogos e psiquiatras na atenção. Os profissionais de Buenos Aires e Stuart Oblitas, de Innepares, no Peru, são psicólogos que atendem individualmente. Também a ONG mexicana Corazonar, no momento de nossa entrevista, contava com apenas um profissional, que é psicólogo. Em Salud y Género, também mexicana, os dois facilitadores são psicólogos.

Em outros programas, a atuação de psicólogos não era vista como necessária ou imprescindível, acontecendo com frequência não haver qualquer profissional desta área. Assim, no PHRSV de Lima existiam, no momento da pesquisa de campo, três facilitadores, um psicólogo, um sociólogo e um designer. No PHRSV de Piura havia apenas um educador, com especialização em teologia. No México, entre os membros do MHORESVI não havia nenhum psicólogo, no Hombres por la Equidad de Género, o único facilitador era o economista Roberto Garda e, finalmente, no Masculinidades y Políticas Públicas havia um psicólogo e um assistente social. Os dois facilitadores dos programas hondurenhos eram assistentes sociais; na Nicarágua apenas um dos entrevistados era psicólogo.

A opção ou não pela utilização de profissionais da “área psi” requer de algumas considerações. Por um lado, é reconhecido o fato de estes profissionais contarem com uma formação específica adequada para trabalho em grupos, terapêuticos e, mais amplamente, ligada à saúde mental. No entanto, há pelo menos dois motivos pelos quais a opção por grupos facilitados por profissionais de outras áreas (ou mesmo sem formação universitária) se impõe como possibilidade para a maioria dos gestores entrevistados. Em primeiro lugar, o fato de os programas, em sua maioria, não serem de caráter terapêutico e sim de reeducação ou de ressocialização. Tal e como se propõem desde o movimento feminista, não se considera patologia a violência contra a mulher, mas o resultado de uma socialização de gênero. Em segundo lugar, considera-se que o trabalho com homens autores de agressão requer um compromisso pessoal e político com o fim da violência de gênero dos homens contra as mulheres, o qual deve vir acompanhado por uma formação política e/ou acadêmica em gênero. O número de homens que reúnem estas qualidades é hoje claramente reduzido e, dentro destes, o número de psicólogos é pequeno, pelo qual se a eles fosse restringida a condução dos grupos, faltariam facilitadores inclusive para os poucos programas existentes.

METODOLOGIA

Exceto o programa do NAV e os da Argentina, que atendem os usuários de forma individual, todos os outros programas trabalham com grupos, na forma de oficinas. Entre os grupos que trabalham com homens que cometeram agressões, a maioria o faz de forma semanal, em reuniões ou sessões que duram cerca de duas horas. A maioria desses grupos tem a duração de no mínimo um ano, sendo que apenas em Honduras o tratamento é significativamente reduzido (por vezes de três meses), pois depende da pena determinada para homem que é encaminhado para o grupo.

Esta é outra questão fundamental: na Argentina, em Honduras e no Brasil, os grupos são formados por homens que foram sentenciados por juízes a frequentarem estes grupos como uma penalidade, havendo, no entanto, um número não desprezível de homens que se dirigem aos programas por interesse próprio. No México e no Peru, a opção foi por não trabalhar com homens apenados, mas com demanda espontânea, pois se supõe que os homens condenados podem ignorar as leis e não frequentar os grupos. Há também um grupo de homens que são sentenciados e que

procuram estes grupos, sendo eles aceitos quando se comprometem com os objetivos e trabalhos ali desenvolvidos.

Alguns dos programas oferecem também a possibilidade de os homens realizarem sessões terapêuticas. É o caso de todos os da Argentina e também será a prática dos grupos de duas das novas instituições que estão se conformando a partir do CORIAC: Hombres por la Equidad y Corazonar. No entanto, esta terapia não pode ter como objetivo apenas o bem estar do homem, mas também o seu compromisso com a não violência: o aspecto reeducativo ou ressocializante não pode estar ausente.

Entre os grupos que trabalham com homens sem centrar-se sobre a temática da violência, há uma maior variedade de formatos metodológicos. Stuart Oblitas, no Peru, atende as pessoas em consultas terapêuticas regulares (uma ou duas vezes por semana, de uma hora). Puntos de Encuentro, da Nicarágua, trabalha diferentes formas de oficinas, algumas de dois ou três dias, mas a forma à qual dá mais ênfase é a de acampamentos para cerca de 100 ou 150 pessoas, que incluem diferentes públicos: homens, mulheres, homossexuais, heterossexuais, de minorias étnicas e linguísticas, entre outros. Nesses acampamentos, as/os participantes são estimuladas/os a fazerem articulações entre vivências e políticas, com a intenção de formar líderes que tenham uma associação entre diferentes movimentos, de modo a promover a criação de alianças entre grupos que sofrem diferentes tipos de opressão. Também em Nicarágua, o Cantera oferece quatro oficinas anuais, de três dias e meio, sobre identidade, gênero, poder e violência, afetividade e sexualidade e estabelecimento de relações justas. O público das oficinas é constituído por funcionários de organizações governamentais ou não governamentais, os quais em princípio participariam de todas as quatro oficinas. A Asociación de Hombres Contra la Violencia trabalha, semelhantemente ao Cantera, com oficinas destinadas a homens e mulheres de organizações governamentais ou ONGs. A outra organização entrevistada neste país, Save The Children, inicia agora capacitações para mulheres e homens que já trabalham com crianças.

De um modo geral, quanto ao aspecto metodológico, nota-se entre os grupos pesquisados uma preferência pelo trabalho reeducativo ou de reabilitação, o que por sua vez favorece o trabalho grupal, em que o intercâmbio de experiência é um elemento valorado, no intuito de que os homens possam ressignificar a própria

masculinidade. Contudo, a necessidade de trabalho terapêutico por parte dos homens que cometem agressão não é ignorada, mas não deve substituir as reflexões reeducativas, configurando-se como um serviço paralelo, ou realizado em um estágio mais avançado das atividades do programa.

LINHAS TEÓRICAS

No que diz respeito aos aportes teóricos que sustentam os trabalhos desenvolvidos, é possível identificar uma grande diversidade. O NOOS tem seus trabalhos ancorados na terapia familiar sistêmica e no construcionismo social, enquanto o NAV se fundamenta na psicanálise lacaniana. Os PHRSV do Peru informam trabalhar com “perspectiva de gênero desde el lado de los estudios de la masculinidad”. No México, Roberto Garda trabalha com a perspectiva feminista e com enfoque em questões relacionadas ao poder, destacando três aspectos: o de gênero, o educativo e o humanista. Salud y Género trabalha com base no modelo do CORIAC, ressaltando a interseção entre saúde e gênero, em diálogo com a gestalt terapia e a hermenêutica. O Corazonar, por sua vez, apresenta uma ampla gama: gênero, direitos humanos, conflitos, educação para a paz, *process work*, processos de meditação, masculinidade, constelações familiares, olhar transgeracional e uma perspectiva ecológica e sistêmica. O grupo Masculinidad y Políticas trabalha com as teorias de gênero, citando, entre outras/os autoras/es: Marta Lamas, Kimmel, Kauffman, Marcela Lagarde, Judith Butler, Victor Seidler e Robert Connell (atualmente conhecido como Raewyn Connell). A entrevista com o grupo MHORESVI não obteve informações sobre os fundamentos das práticas desenvolvidas pelo programa.

Jorge Corsi trabalha com modelo terapêutico, ecológico multidimensional. Emma Lucía García trabalha com material bibliográfico de Jorge Corsi e com as teorias de gênero em geral, citando Joan Scott, Mabel Burín, Teresa de Lauretis, Teresita de Barbieri e Copelón Rhonda. Os programas de Honduras trabalham com um modelo sociológico ligado à masculinidade.

Na Nicarágua, a AHCV mencionou trabalhar com teorias feministas, Puntos de Encuentro com enfoque feminista e de masculinidades, Cantera com um enfoque de gênero e de educação popular ligado aos ensinamentos de Paulo Freire. Save the Children trabalha com uma perspectiva de direitos humanos das crianças, ainda que esteja agora também adotando uma perspectiva de gênero.

Finalmente, trabalham com terapia cognitivo-comportamental, Stuart Oblitas no Peru e Isabel Boschi na Argentina. Estes dois programas são justamente os que menos se voltam para a consideração dos estudos de gênero, nas relações de violência.

A mera exposição dos aportes teóricos e conceituais utilizados mostra uma grande variedade, o que parece indicar não haver uma linha única para o tratamento de um problema social desta relevância.

AVALIAÇÃO

É no âmbito da avaliação que se encontra uma das maiores e mais significativas carências dos programas. Alguns não mencionaram qualquer tipo de avaliação, mas a maioria diz utilizar a autoavaliação dos participantes. Mas esta não é recomendada por alguns especialistas, por ser considerada pouco confiável.² Apenas os serviços coordenados por Jorge Corsi e Marta Luccione realizavam uma avaliação periódica de seus usuários, através de uma entrevista semestral com suas respectivas companheiras.

Dentro dos programas que oferecem atenção em grupo, os únicos que realizam uma avaliação ampla de sua experiência foram o Instituto Noos, do Rio de Janeiro, e o PHRSV, de Lima. Este último entrevistou em 2007 seis homens que passaram por todas as etapas do programa e suas respectivas companheiras (ou mulher convivente, no caso daqueles que não moravam com companheiras afetiva), cinquenta homens que abandonaram o programa após participarem por algumas semanas e cinco companheiras destes homens. Os resultados foram considerados positivos, pois todos os homens que concluíram os três níveis do PHRSV (corroborados por suas companheiras ou mulher convivente) aduziram ter sua vida passado por mudanças profundas que os distanciaram do uso da violência física. Dentre os homens que abandonaram o PHRSV nas primeiras semanas, a grande maioria considerou que o mesmo teve uma importância significativa em suas vidas. Tal, no entanto, não foi plenamente corroborado pelas cinco companheiras entrevistadas. Duas delas coincidiram, outras duas disseram que a melhoria do companheiro se limitou às semanas em que assistiu ao PHRSV e uma asseverou que nada mudou.

Já o Instituto Noos conta com avaliações em formato de questionários e grupos focais e, mais recentemente, após a realização das entrevistas desta pesquisa,

tomamos conhecimento de que haviam aprimorado um questionário e estavam aplicando aos participantes periodicamente, inclusive durante o processo grupal, de maneira a avaliar as mudanças conquistadas.

Assim, há um indício confiável de que os programas de atenção a homens autores de violência tenha uma eficácia relativa. Porém, será apenas quando a maioria dos programas alcance estabelecer uma avaliação sustentada no tempo que haverá uma maior confiabilidade dos programas, seu aperfeiçoamento e a possibilidade de sua maior inserção no campo da saúde pública.

OBJETIVOS DOS PROGRAMAS

A maioria dos programas que atendem homens que cometem violência tem como objetivo principal o de detê-la. Há, no entanto, diferentes compreensões sobre o significado e o modo de detenção da violência. A maioria dos programas insiste em que é necessário não apenas o cessar da violência, mas também uma reflexão por parte do próprio homem para que ele mude sua maneira de se relacionar com sua masculinidade. O responsável pelo PHRSV de Lima, Miguel Ramos, define bem esta situação: *“no sólo detener la violencia, sino que buscar cambios mucho más sostenibles en las relaciones de pareja”*, pois considera que se o homem não modifica sua maneira de estar no mundo, de alguma forma voltará a reincidir em violência (ainda que possa ser de outra ordem e não física) e em formas de descontrole.

Os programas que não são direcionados a homens como autores de violência procuram, principalmente, que eles entrem em processos de reflexão sobre a maneira como se relacionam com os mandatos de gênero e da masculinidade, procurando enfatizar as ligações da violência com as consequências que esta lhes pode trazer.

AVANÇOS DOS PROGRAMAS SEGUNDO OS/AS GESTORES/AS ENTREVISTADOS/AS

A maioria dos programas considera que o próprio fato de poder conversar sobre gênero e masculinidades já é, *per se*, um avanço, uma vez que permite desnaturalizar a ordem hierárquica de gênero. É considerado importante também o fato de esses programas terem certa inserção na mídia, chamando a atenção de toda sociedade para a violência contra a mulher, ainda que de modo intermitente. Especialmente, apesar da ausência de avaliações, consideram-se como muito positiva a mudança percebidas nos/pelos homens usuários.

Outra fonte importante de reconhecimento por parte desses programas é o das organizações do Estado e, principalmente, das organizações feministas. Roberto Garda, por exemplo, não apenas considera esse aspecto fundamental, como lembra que os movimentos de homens devem estar sempre do lado do movimento de mulheres, e devem permitir que as feministas tomem conhecimento do programa e de seus desenvolvimentos.

Ressalta-se o fato de os avanços não serem conclusivos, mas que se baseiam em impressões que são, de certa maneira, subjetivas (mudanças apresentadas/relatadas pelos homens, divulgação da ausência de uma hierarquia natural entre homens e mulheres, etc). O reconhecimento por parte desses programas pela sociedade civil, pelos governos e pelas organizações feministas é também, de certa forma, pouco palpável. De todo modo, o caráter não conclusivo dos avanços se deve à ausência de avaliações confiáveis, que impedem a possibilidade de se saber se os homens que passaram pelas diferentes atividades efetivamente modificaram sua conduta violenta, se o fizeram por um tempo prolongado, ou não.

Um último avanço a ser relatado é a própria experiência desses grupos, que deu lugar ao desenvolvimento de metodologias de trabalho com homens, inexistentes até então. Assim, os manuais elaborados pelo Coriac, os artigos e as comunicações publicadas em anais de congresso por vários dos gestores dos programas transformam-se em um *corpus* metodológico e teórico novedoso que deve tornar-se iniludível em futuras discussões sobre a temática.

DIFICULDADES

Há, como se pode imaginar, uma ampla gama de obstáculos a esses programas. Primeiramente, há toda uma problemática ligada à ausência de suporte financeiro para aspectos básicos, como a sustentação do espaço físico e das atividades. Há que se observar também dificuldades na divulgação dos programas, no acesso a lugares adequados para a execução das oficinas, na remuneração do trabalho de facilitadores, bem como a dificuldade em capacitar novos facilitadores.

Outros, como os facilitadores do MHORESVI e do PHRSV-Lima, esclarecem que não há, muitas vezes, o interesse por parte dos homens em mudar. Eles se dirigem ao programa muitas vezes por estarem em meio a crises de autoridade e seu primeiro impulso, antes de modificar sua forma de se relacionar com a masculinida-

de, é a de modular esta relação, de maneira a exercer a autoridade sobre as mulheres, principalmente, de maneira mais eficaz e menos aparente.

Em muitos lugares, há um certo ressentimento com relação ao Estado. Miguel Ramos, por exemplo, fez uso de diferentes estratégias para garantir algum compromisso governamental para com o programa, tendo conseguido apenas o espaço físico para o trabalho. No entanto, os programas realizados com apoio do Estado tampouco tiveram uma grande ajuda. Os do Rio de Janeiro contaram com financiamento reduzido e os de Honduras recebem pouco apoio das instituições governamentais, sendo que em um dos casos o próprio lugar das reuniões se encontra em uma zona de pouca salubridade.

Na Argentina, Marta Luccioni e Isabel Boschi também reclamam da falta de reconhecimento e, inclusive, de uma presença forte de agressividade por parte de outros profissionais da “área psi”, bem como de certos setores feministas, que acreditam que o trabalho com homens que cometem violência contra as mulheres é um desvio de esforços que deveriam estar direcionados ao tratamento das vítimas da violência.

O abandono recorrente e inicial dos usuários do PHRSV é uma questão apontada por todos aqueles que utilizam o modelo CORIAC, mas também por parte de Oblitas no Peru, de Jorge Corsi e de Isabel Boschi na Argentina, do Cantera e do Programa Puntos de Encuentro, na Nicarágua.

Essa variada gama de problemas parece se relacionar ao fato da atenção a homens que cometem violência contra as mulheres ser recente, razão pela qual as próprias metodologias de abordagem desses problemas estarem em processo de construção. Tudo isso implica extrema dificuldade de se conseguir que os homens tenham uma atenção continuada nos programas e ao fato de muitos tentarem utilizar o programa para modificar a forma de violência que exercem contra as mulheres. O caráter recente desse tipo de atenção também redundará na dificuldade de reconhecimento, por parte de profissionais das “áreas psi” ou pelos movimentos feministas, que percebem esses programas como supérfluos, uma vez que a possibilidade de mudanças entre os homens é vista por alguns como remota, ou mesmo impossível. Ou seja, também por parte de setores sociais mais amplos, especialmente os ligados ao Estado, às instâncias governamentais que agenciam financiamentos para as áreas de saúde e educação, ainda não há um reconhecimento que legitime a necessidade

de apoio sistemático a essas iniciativas. Como resultado, são destinados poucos recursos a programas voltados para o atendimento de homens que praticam violência contra mulheres, programas que buscam ações mais efetivas na erradicação da violência, em especial aquelas que vitimam principalmente as mulheres.

CONCLUINDO

Os programas de atenção a homens que cometem violência contra as mulheres, assim como os programas de sensibilização e reflexão direcionados à população masculina, constituem uma experiência recente no campo do gênero. Como em geral acontece com toda nova experiência, ela deve construir seu referencial teórico a partir de experiências e reflexões cujos objetivos se aplicavam a áreas diferentes. Além disso, é preciso enfrentar uma ausência de sensibilidade por parte da população, dos governos e das agências de financiamento, razão pela qual requerem diferentes estratégias de visibilização da nova experiência.

É marcante também o compromisso que a quase totalidade das/os entrevistadas/os mostram. Muitas/os, principalmente os facilitadores ou psicólogos homens, insistem no fato de que apenas se poderá trabalhar com homens que cometem violência contra as mulheres caso o facilitador ou psicólogo tenha feito um trabalho pessoal com relação à própria masculinidade, ou com a maneira em que foi socializado como homem. Acreditam que, caso não tenha revisto os próprios machismos, as próprias prerrogativas de superioridade sobre as mulheres, inerentes à masculinidade dita tradicional ou hegemônica, não poderão trabalhar com homens que cometem violência. Há, portanto, um *continuum* entre facilitadores e psicólogos por um lado, e usuários dos programas por outro, ambos os grupos pertencentes a um mesmo solo social.

Essa importância do social faz-nos lembrar que a violência dos homens contra as mulheres não é algo que diz respeito apenas a programas de atenção a pessoas vitimizadas ou vitimizadas, mas a uma ordem sócio-cultural que requer mudanças profundas em todos os âmbitos da vida. As buscas teórico-metodológicas que muitos desses programas empreendem levam ao intercâmbio de experiências com o movimento feminista. A luta para o reconhecimento por parte de órgãos governamentais, a importância de sensibilização por parte de uma população mais ampla, tudo isso indica a necessidade de não se ater apenas aos programas em si. Antes de

se proporem como soluções para os problemas mencionados, esses programas se mostram, de maneira mais ou menos consciente, como ações parciais que, em conjunto com muitas outras, podem provocar mudanças significativas possibilitar uma maior equidade de gênero.

REFERÊNCIAS

MONTERO, Andrés; BONINO, Luis. . Criterios de calidad para intervenciones con varones que ejercen violencia (HEVPA). Monográfico de Cuadernos para el debate del Grupo 25, 2006. Disponível on-line em: <http://www.luisbonino.com/pdf/CUADERNOS-G25.pdf>

NOTAS

¹ Esta cobrança pelo atendimento está ligada a uma postura de comprometimento e auto-responsabilização ativa do sujeito com a mudança de conduta que o atendimento/tratamento objetiva. É uma postura que vigora, em geral, nos tratamentos psicoterapêuticos.

² O documento *Criterios de calidad para intervenciones con varones que ejercen violencia en la pareja*, elaborado por um coletivo de especialistas em violência de diferentes países (Montero; Bonino, 2006), indica a fragilidade desse tipo de avaliação.

SOBRE OS AUTORES E ENTREVISTADOS

ORGANIZADORES E AUTORES

ADRIANO BEIRAS (adrianobe@gmail.com) – Psicólogo, Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina. Doutorando em Psicologia Social pela Universidade Autônoma de Barcelona (UAB), Espanha, com Bolsa de Estudos da Agencia Española de Cooperación Internacional para el Desarrollo (AECID), Becas MAE- AECID. Pesquisador do núcleo MARGENS - Modos de vida, família e relações de gênero do Departamento de Psicologia da UFSC, onde atua em projetos de pesquisa e extensão universitária e do Grupo de Pesquisas VIPAT - Violencia en la Pareja y en el Trabajo - da Universidade Autónoma de Barcelona, Espanha, coordenado pela prof. Dr.a Leonor M. Cantera.

DANILO DE ASSIS CLÍMACO (danioloclimaco@yahoo.com.br) – Mestre em psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina. Graduado em antropologia pela Universidade de Brasília. Desenvolve pesquisas, oferece oficinas de sensibilização, elabora páginas e revistas em linha, publica artigos e ministra cursos, sempre dentro de áreas abertas pelo feminismo e/ou pelo anti-colonialismo. URL pessoal:<http://www.inventandopolvora.org/assisclimaco/>

MARA COELHO DE SOUZA LAGO (maralago7@gmail.com) – Mestre em Antropologia pela UFSC, Doutora em Psicologia da Educação pela UNICAMP/SP. Professora Titular do Departamento de Psicologia da UFSC, atuando nos Programa de Pós Graduação em Psicologia e no Programa de Pós Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas – Doutorado, da mesma instituição. Participa da coordenação do Núcleo de Pesquisa Modos de Vida, Família e Relações de Gênero –MARGENS/PSI e do Instituto de Estudos de Gênero – IEG/UFSC. Atualmente divide a Coordenação Editorial da Revista Estudos Feministas com a Dr^a Susana B. Funck. Em sua produção recente consta a participação na organização das coletâneas Gênero e Pesquisa em Psicologia Social, editada em 2008 pela Casa do Psicólogo, SP e Leituras de Resistência: corpo, violência e poder (V. I e II), publicada em 2009 pela Ed. Mulheres, de Florianópolis.

MARIA EDUARDA RAMOS (mariaeduarda_ramos@yahoo.com.br) – Possui graduação em Psicologia pela Universidade do Vale do Itajaí- UNIVALI (2007). Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina PPGP/UFSC (2010). Vinculada ao Núcleo de Pesquisa MARGENS e ao Instituto de Estudos de Gênero IEG/UFSC. Estuda os seguintes temas: Gênero, Violência contra mulheres, Lei Maria da Penha.

MARIA JURACY FILGUEIRAS TONELI (juracy@cfh.ufsc.br) – Psicóloga, Mestre em Educação, Doutora em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pela USP. Realizou Pós doutorado na Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG e na Universidade do Minho, Portugal. Docente do Programa de Pós-graduação em Psicologia/UFSC; Pesquisadora do CNPq. Co-coordenadora do Núcleo de Pesquisa MARGENS.

REGINA INGRID BRAGAGNOLO (reingrid@gmail.com) – Possui mestrado em Educação pela UFSC (2006), graduação em Psicologia pela Universidade do Sul de Santa Catarina- UNISUL (2004), graduação em Pedagogia pela Universidade do Estado de Santa Catarina-UDESC (2004). Pesquisadora dos Núcleos de Pesquisa MARGENS/PSI e NIGS/AS. Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina (PGPP/UFSC), com pesquisa sobre o *Itinerário Jurídico de mulheres que recorrem à Lei Maria da Penha*. Professora da Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL) e do Centro Universitário Municipal de São José (USJ). Participa do Fórum Catarinense da Lei Maria da Penha.

SUZANA ALMEIDA ARAÚJO (psisuzana@gmail.com) – Psicóloga, Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina, pesquisadora colaboradora do Núcleo de Pesquisas Margens, tutora à distância da Universidade Aberta do Brasil.

ENTREVISTADOS

CHRISTIAN ELOY GUZMÁN MAZUELOS (guzmanmazuelos@gmail.com) – Psicólogo clínico-social con estudios en psicoanálisis lacaniano. Especialista en género y masculinidades; miembro fundador y actual director del Colectivo MAGÉNTA (Masculinidades, Auto-conocimiento, Género, Teoría y Acción). Experiencia en investigación, diseño de programas de prevención e intervención con personas afectadas por violencia basada en género. También experiencia como activista por la salud y derechos sexuales y reproductivos en diferentes espacios nacionales e internacionales. www.colectivomagenta.org

CARLOS EDUARDO ZUMA (carloszuma@noos.org.br) www.noos.org.br – Psicólogo, com especialização em Terapia de Família e em Gestão de Iniciativas Sociais. Graduação e especializações pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Fundador e Secretário Executivo do Instituto Noos, no Rio de Janeiro, Brasil. Publicou diversos artigos nos temas de Terapia de Família, Violência Intrafamiliar e Redes Sociais em diferentes periódicos e coletâneas, sendo o último: ZUMA, Carlos Eduardo. Em busca de uma rede comunitária para a prevenção da violência na família. in GRANDESSO, M.; BARRETO, M. *Terapia Comunitária: saúde, educação e políticas públicas*. São Paulo: Casa do Psicólogo/ABRATECOM, 2007.

EDGAR RINAUDO – Licenciado en Psicología, con capacitación sobre el tema – grupo de hombres que ejercieron violencia – brindada por la experiencia de grupos realizados en la Dirección de Violencia Familiar, Ministerio de Justicia, Gobierno de la Provincia de Córdoba.

EDMUNDO PEREZ (meperezruiz@yahoo.com) – Lic en Trabajo Social. Egresado de los talleres de CANTERA, Nicaragua y del Intituto de Genero, Sexualidad y Pareja WEM de Costa Rica. Facilitador de Grupos de Reflexion con Hombres denunciados por Violencia Domestica en Honduras. Jornada en Paises nordicos para la atencion de hombres agresores. Con publicaciones permanentes en CAXA REAL periodico de la Universidad Nacional Autonoma de Honduras.

EMMA LUCÍA GARCÍA (emmalugarcia@hotmail.com) – Trabalhadora Social pela Universidad Nacional de Córdoba. Jefe de Sección da Dirección de Violencia Familiar – Ministerio de Justicia de la Provincia de Córdoba. Professora e pesquisadora do Programa Interdisciplinario de Estudios de Mujer y Género da Universidad Nacional de Córdoba. Integrante do Equipo Técnico de la Subdirección de Educación Técnica Superior- Dirección General de Educación Técnica y Formación Profesional- Ministerio de Educación de la Provincia de Córdoba.

MANUEL ALEJANDRO FUENTES PANGTAY (taotlan@hotmail.com) – Antropólogo Social e Mestre em Psicologia y Desarrollo Comunitario pela Universidad Veracruzana, onde também é Doutorando en Salud Mental Comunitaria. Mestre em Psicoterapia Gestalt pelo Centro de Investigaciones Estudios Gestálticos. Docente da Facultad de Antropología, Universidad Veracruzana. Oficinista sobre violência masculina para organizaciones da sociedad civil em zonas rurales e indígenas. Facilitador do grupo “Hombres Renunciando a su Violencia”.

MARCO ANTONIO MORENO – Lic En Trabajo Social. Facilitador de talleres de Capacitacion en masculinidades. Coordinador de Grupos de Reflexion con Hombres Agresores. Estudios en Colombia sobre Masculinidad y Salud sexual y Reproductiva.

MARTA INÉS LUCIONI (martalucioni@ciudad.com.ar) – Psicóloga, Especialista em Violência Familiar pela Universidad Nacional de Buenos Aires. Especialista em Gênero pela Universidad de Ciencias Sociales y Empresariales. Mestranda em Gênero Globalização e Políticas Públicas pela FLACSO, Bs. As. Diretora de CIMA (Centro Integral de Salud Psicológica Masculina). Artigos publicados em diversas revistas argentinas e latino-americanas.

MIGUEL ÁNGEL RAMOS PADILLA (mramos@upch.edu.pe) – Sociólogo pela Pontificia Universidad Católica del Perú. Mestre em Demografia por El Colegio de México. Professor da Facultad da Universidad Peruana Cayetano Heredia. Investigador em sexualidade e saúde reprodutiva, violência de gênero e masculinidades. Autor de várias publicações sobre estas temáticas, entre as quais se destacam os livros “Violencia Sexual y Física contra las Mujeres en el Perú” (2002), “Entre el Placer y la Obligación. Derechos Sexuales y Reproductivos de mujeres y hombres de Huamanga y Lima” (2003) e “Masculinidades y Violencia Conyugal” (2006). Coordenador do “Programa de Hombres que Renuncian a su Violencia” (<http://www.hombressinviolencia.org/>).

OSWALDO MONTROYA (oswaldo_montoya@yahoo.com) – Psicólogo y Magister en Psicología Educativa y del Desarrollo por Boston College, Massachusetts. Trabaja con Save the Children y es miembro asociado a la Cooperativa de Salud Holística “Tininiska”. Autor de las publicaciones *Educación reproductiva y paternidad responsable en Nicaragua*, de la CEPAL y *Nadando contra corriente: Buscando pistas para prevenir la violencia masculina*, de Puntos de Encuentro.

ROBERTO OCTAVIO GARDA SALAS (rgarda@hombresporlaequidad.org.mx) – Mestre em sociologia pela Universidade Autónoma de México. Fundador y co-diretor de CORIAC (Colectivo de Hombres por Relaciones Igualitarias, A. C.). Atualmente fundador e diretor de Hombres por la Equidad, A. C. Investigador em masculinidade e gênero, violência masculina em homens adolescentes e adultos, homens indígenas e violência doméstica. Responsável pelos grupos de homens do Programa Hombres Renunciando a su Violencia em onze estados da República Mexicana. Consultor do Fondo de Población de Naciones Unidas. Membro del Equipo Técnico y del Consejo para la Prevención de la Violencia Familiar no Distrito Federal.

XAVIER MUÑOZ (ahcv@cable.net.com.ni) – Coordinador de la Asociación de Hombres Contra la Violencia en Managua, Nicaragua.